

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO
Linha de Pesquisa Psicologia Cognitiva e
Psicologia Social

IARA ANDRADE DE OLIVEIRA

**ALGUÉM MERECE SER POBRE?: ANÁLISE SOBRE O PRECONCEITO
CONTRA POBRES NO BRASIL**

**DOES ANYONE DESERVE TO BE POOR?: AN ANALYSIS OF
PREJUDICE AGAINST THE POOR IN BRAZIL**

SÃO
CRISTÓVÃO/SE

2026

IARA ANDRADE DE OLIVEIRA

**ALGUÉM MERECE SER POBRE?: ANÁLISE SOBRE O PRECONCEITO CONTRA
POBRES NO BRASIL**

**DOES ANYONE DESERVE TO BE POOR?: AN ANALYSIS OF
PREJUDICE AGAINST THE POOR IN BRAZIL**

Tese de doutorado desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito à obtenção do título de Doutora, sob orientação do Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima e coorientação da Profa. Dra. Luciana Maria Maia .

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2026

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48a	Oliveira, Iara Andrade de Alguém merece ser pobre?: análise sobre o preconceito contra pobres no Brasil = Does anyone deserve to be poor?: an analysis of prejudice against the poor in Brazil / Iara Andrade de Oliveira ; orientador Marcus Eugênio Oliveira Lima. – São Cristóvão, SE, 2026. 274 f.; il. Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2026. 1. Psicologia. 2. Pobreza. 3. Pobres. 4. Preconceitos. 5. Estereótipos (Psicologia social). 6. Discriminação. I. Lima, Marcus Eugênio Oliveira, orient. II. Título. CDU 159.9:316.647.8
------	---

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima (Orientador)

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Profa. Dra. Luciana Maria Maia (Coorientadora)

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri (Avaliador interno)

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior (Avaliador externo)

Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Pollyana de Lucena Moreira (Avaliadora externa)

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Profa. Dr. Tiago Jessé Souza de Lima (Avaliador externo)

Universidade de Brasília – UNB

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a todas as pessoas que trabalham na universidade e defendem a existência do ensino público e de qualidade. Agradeço, em especial, a quem contribui para a manutenção dos programas de permanência estudantil, eu nunca tinha estudado em uma universidade pública e todos os dias que comi no RESUN, uma ótima comida, diga-se de passagem, refletia sobre a importância desses programas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos e por outros apoios ao financiamento das universidades públicas, sem os quais, sem dúvida, eu não estaria aqui concluindo o doutorado.

Aos meus pais que me mostraram desde criança a importância da educação e da consciência de classe. À minha mãe, Jacqueline, que sempre me apoia em todas as decisões que eu tomo e que é um exemplo para mim em todos os sentidos possíveis, na forma que cuidou de mim em todas as etapas da minha vida e com sua sensibilidade social que, até hoje, já aposentada, atua diariamente junto às ações da Pastoral do Povo da Rua em Fortaleza. Ao meu pai, Marcos, que embora já tenha falecido quando eu ainda estava na graduação, contribuiu para a pessoa que eu sou hoje. À minha família, em geral, irmãs, tias e primas exemplos de mulheres que apoiam e são atuantes na família e na sociedade.

Aos amigos que fiz nas caminhadas por Fortaleza na luta por justiça social e em defesa dos direitos humanos, no Mandato Fortaleza Verde, na Associação de Moradores do Titanzinho, Comissão Titan, Instituto Trêsmares e na Frente de Luta por Moradia, bem como todas as crianças, adolescentes e mulheres que estiveram em ações do Instituto Trêsmares, muitas pessoas desse grupo contribuíram na minha pesquisa de campo e

foram importantes para minhas reflexões sobre as transformações sociais

Agradeço também aos amigos do bar da árvore, surf, festas e movimentos culturais que, além de me acompanharem em momentos de diversão, me faziam pensar em diferentes perspectivas sobre o mundo e me aguentavam explicando sobre minha tese, nos mais diversos cenários.

À minhas amigas de infância, em especial do grupo NFTS, que, apesar de não entenderem tão bem o que eu faço, sempre me apoiam.

Aos meus colegas de trabalho e alunos de PEC na UFS do Campus Lagarto, que caminharam comigo em reflexões sobre território, territorialidade, cidadania e saúde. Bem como aos moradores dos assentamentos e das comunidades com os quais pude atuar e conhecer mais sobre a vida no campo.

Ao LEPES e todas as pessoas que integram o laboratório, em especial à professora Kaline Lima que me auxiliou nas análises de dados quantitativas.

Às minhas amigas e companheiras acadêmicas Polly e Ágatha que me estimularam a não desistir desse processo e acompanharam todas as crises existenciais e dramas.

À Raquel, Ruan, Matheus e Felipe que contribuíram muito na construção da minha tese, na medida em que escrevemos juntos diversos trabalhos e desenvolvemos pesquisas sobre aporofobia e classismo, que inclusive integram esse trabalho.

A todos participantes do GPPSP, GPSAIR e do OPPEs que direta ou indiretamente me ajudaram de alguma forma. Em especial agradeço, Grasi, Mercia, Bárbara e Joana que contribuíram de diversas formas para minha boa convivência nos grupos e moradia em Aracaju.

Ao professor Marcus Eugênio Oliveira Lima que além de contribuir com seus conhecimentos acadêmicos nas orientações da tese sempre me incentivou acreditando no meu potencial, mais do que eu acredito, e contribuindo com seu companheirismo,

acolhida e paciência nas mais diversas circunstâncias que a vida apresentou nesses quase 5 anos.

À professora Luciana Maia, que agora foi minha co-orientadora, mas me orienta desde a iniciação científica e me inspira com sua sensibilidade na vida e firmeza na academia.

Ao professor Marcelo Ferreri, por suas provocações e bom humor em se dispor a avaliar um trabalho.

Ao professor James Moura por sua leveza e formas importantes de atuação na Psicologia Social Comunitária.

À professora Pollyana Moreira atenta ao processo de pesquisa e uma inspiração para mim.

Ao professor Tiago Lima, por ter aceito o convite de participar da minha banca e contribuir de maneira tão relevante para a Psicologia Social.

Aos participantes das pesquisas que reservaram um tempo do seu dia para estarem juntos comigo ou responderem o questionário online.

Aos que estiveram comigo de forma presente em qualquer momento da vida, de alguma forma vocês também estão aqui!

RESUMO

O preconceito contra pessoas pobres contribui para a manutenção das desigualdades sociais; sendo, portanto, relevante investigar suas diferentes manifestações, partir da perspectiva da aporofobia, do classismo ambivalente ou de estudos que exploram o tema com diferentes linhas teóricas da Psicologia Social, como a Teoria das Representações Sociais (TRS), Teoria da Justificação do Sistema (TJS), Teoria da Identidade Social (TIS), Modelo de Conteúdo dos Estereótipos (MCE) e Orientação para a Dominância Social (ODS). Tendo como base esses pressupostos, a presente tese tem como objetivo investigar como o preconceito contra pessoas pobres se manifesta em diferentes contextos sociais no Brasil. O Capítulo 1, “Níveis de análise teóricos e articulações empíricas”, apresentou e discutiu modelos teóricos utilizados ao longo da tese, articulando diferentes teorias da Psicologia Social à compreensão do classismo, com base nos níveis de análise intraindividual, interindividual, posicional e ideológico. O Capítulo 2, “A lei da vadiagem e a criminalização da pobreza”, analisou, a partir da TRS, projetos de lei com proposta de revogação da chamada “Lei da Vadiagem”, com análises sobre seus textos e processos de tramitação. Os resultados indicaram que a polarização em torno do tema é essencial para promover mudanças. O Capítulo 3, “O Padre Júlio e o preconceito contra os pobres: uma análise da aporofobia nas redes sociais”, analisou como a aporofobia se manifesta por meio dos comentários na plataforma “X” direcionados ao Padre Júlio Lancellotti, enquanto personificação da objetivação da pobreza e dos pobres. A análise revelou processos de simplificação de uma realidade que naturalizam a pobreza e uma ancoragem que reforça papéis sociais relacionados à política, à religião e à economia/trabalho. O Capítulo 4 “Do Meireles ao Bom Jardim: representações sociais de pobres e da pobreza na cidade de Fortaleza-CE” apresenta as representações sociais da pobreza e das pessoas pobres entre cidadãos de diferentes classes sociais da cidade de Fortaleza, Ceará. A partir da análise lexical de 47 entrevistas semiestruturadas, os resultados indicam ambivalências nas falas dos participantes, além da associação das representações sociais com a compreensão sobre o funcionamento do sistema social, identidades sociais e estereótipos sobre diferentes “tipos de pobres”, articulada às teorias da TJS, TID e MCE. Por fim, o Capítulo 5, “Validação do Inventário de Classismo Ambivalente no Brasil”, mostra a adaptação e validação do o Inventário de Classismo Ambivalente (ICA) para o contexto brasileiro. Com as respostas de 438 participantes, foram realizadas análises fatoriais exploratórias e confirmatórias, que indicaram melhor ajuste ao modelo trifatorial, análises de validade convergente, que apresentaram resultados semelhantes ao do estudo original e análise de validade preditiva que apontou que as dimensões do classismo foram preditores do apoio às políticas públicas. Esta tese inaugura uma vertente de estudos sobre o classismo na Psicologia Social brasileira, integrando diferentes níveis de análise para compreender como o preconceito contra pessoas pobres se manifesta e contribui para a manutenção da pobreza.

Palavras-chave: pobreza; pobres; aporofobia; classismo; preconceito.

ABSTRACT

Prejudice against poor people contributes to the maintenance of social inequalities. It is therefore relevant to investigate different manifestations, from the perspective of aporophobia, ambivalent classism, or studies that explore the topic through different theoretical approaches in Social Psychology, such as Social Representations Theory (SRT), System Justification Theory (SJT), Social Identity Theory (SIT), the Stereotype Content Model (SCM), and Social Dominance Orientation (SDO). Based on these assumptions, the present thesis aims to investigate how prejudice against poor people manifests itself across different social contexts in Brazil. Chapter 1, “Theoretical levels of analysis and empirical articulations,” presented and discussed the theoretical models used throughout the thesis, articulating different Social Psychology theories to the understanding of classism, based on the intraindividual, interindividual, positional, and ideological levels of analysis. Chapter 2, “The vagrancy law and the criminalization of poverty,” analyzed, from the perspective of SRT, legislative bills proposing the repeal of the so-called “Vagrancy Law,” examining their texts and legislative processes. The results indicated that polarization around the issue is essential to promote change. Chapter 3, “Father Júlio and prejudice against the poor: an analysis of aporophobia on social media,” examined how aporophobia manifests through comments on the platform “X” directed at Father Júlio Lancellotti, as a personification of the objectification of poverty and poor people. Content analysis, grounded in SRT, revealed processes of simplification of reality that naturalize poverty, as well as anchoring processes that reinforce social roles related to politics, religion, and the economy/work. Chapter 4, “From Meireles to Bom Jardim: social representations of the poor and poverty in the city of Fortaleza, Ceará,” presents social representations of poverty and poor people among citizens from different social classes in Fortaleza, Ceará. Based on lexical analysis of 47 semi-structured interviews, the results indicate ambivalences in participants’ discourse, as well as associations between social representations and understandings of how the social system operates, social identities, and stereotypes about different “types of poor people,” articulated with SJT, SIT, and SCM. Finally, Chapter 5, “Validation of the Ambivalent Classism Inventory in Brazil,” presents the adaptation and validation of the Ambivalent Classism Inventory (ACI) for the Brazilian context. Using responses from 438 participants, exploratory and confirmatory factor analyses were conducted, indicating a better fit to a three-factor model, convergent validity analyses showed results largely similar to those of the original study conducted in the United States, and predictive validity analyses indicated that the dimensions of classism were significant predictors of support for public policies. Thus, this thesis inaugurates a line of research on classism within Brazilian Social Psychology, integrating different levels of analysis to understand how prejudice against poor people manifests and contributes to the maintenance of poverty.

Keywords: poverty; poor people; aporophobia; classism; prejudice.

SUMÁRIO

Apresentação	14
O Campo e o Objeto: Uma Breve Introdução aos Estudos Sobre a Pobreza	18
Capítulo 1. Níveis de Análise e Articulações Empíricas	33
O Classismo e uma Explicação de Nível Ideológico	37
O Classismo e as Explicações de Nível Posicional	41
O Classismo e as Explicações de Nível Interindividual	45
O Classismo e as Explicações de Nível Intraindividual	50
O Classismo e Explicações que Integram Níveis de Análise	53
Teoria das Representações Sociais	53
Modelo do Classismo Ambivalente	61
Sumário e Conclusão	64
Capítulo 2. A Lei da Vadiagem e a Criminalização da Pobreza	66
Resumo	66
Introdução	67
Método	73
Resultados e Discussão	74
Caracterização dos Projetos de Lei	74
Tramitação das Leis	77
Justificativas das Leis	81
Considerações Finais	90
Capítulo 3. O Padre Júlio e o Preconceito Contra os Pobres: Uma Análise da Aporofobia nas Redes Sociais	93
Resumo	93
Introdução	93
Método	99
Resultados	100
Discussão	105
Considerações Finais	112
Capítulo 4. Do Meireles ao Bom Jardim: Representações Sociais de Pobres e da Pobreza na Cidade de Fortaleza- CE	116
Resumo	116
Introdução	117
Método	122
Participantes	122

Instrumento	126
Procedimento e Aspectos Éticos	126
Análise dos Dados	127
Resultados e Discussões	128
Definição de Pobreza	128
Causas da Pobreza	139
Visões Sobre os Pobres no Brasil	156
Considerações Finais	170
Capítulo 5. Validação do Inventário de Classismo Ambivalente no Brasil.....	174
Resumo	174
Introdução	175
Método	182
Participantes	182
Instrumentos	184
Procedimento e Aspectos Éticos	186
Análise dos Dados	189
Resultados	190
Análise Fatorial Exploratória (AFE)	190
Análise Fatorial Confirmatório (AFC)	197
Validade Convergente, Testes de Hipóteses e Validade Preditiva	199
Discussão	204
Análise Fatorial Exploratória (AFE)	204
Análise Fatorial Confirmatório (AFC)	205
Validade Convergente, Testes de Hipóteses e Validade Preditiva	206
Considerações Finais	212
Considerações Finais	215
Referências	221
Apêndices	251
Apêndice A – Roteiro de Entrevista - Capítulo 4	252
Apêndice B – Questionário - Capítulo 5	257
Apêndice C – Tradução do Inventário de Classismo Ambivalente (Jordan , Lawler & Bosson, 2020) - Capítulo 5	268
Apêndice D – Postagens para divulgação da pesquisa - Capítulo 5	273

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	75
Figura 2.....	76
Figura 3.....	82
Figura 4.....	119
Figura 5.....	129
Figura 6.....	140
Figura 7.....	157
Figura 8.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	74
Tabela 2	77
Tabela 3	100
Tabela 4	104
Tabela 5	123
Tabela 6	124
Tabela 7	182
Tabela 8	191
Tabela 9	194
Tabela 10	200
Tabela 11	200

Apresentação

Antes de apresentar esse trabalho gostaria de me apresentar, como forma de expor a maneira que chego até aqui, de onde eu parti e por onde caminhei. Acredito que isso possa orientar a leitura em um prisma que não parte de uma neutralidade e que considera aspectos acerca de quem escreve. Quem sou afeta as formas de pensar sobre o tema, os percursos que fiz até chegar aqui podem também ajudar na compreensão do problema de pesquisa que se desenvolve na tese que surge.

No agora posso dizer que sou uma jovem adulta, mulher, branca, nordestina, classe média, psicóloga, que já fui diretora de uma Organização da Sociedade Civil (OSC), atualmente professora substituta na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e que veio morar em Aracaju- SE, em meados de 2023, após receber uma bolsa – CAPES de doutorado que foi iniciado em 2021 na UFS. No que vem antes, gostaria de situar que nasci e morei minha vida inteira em Fortaleza – CE, a maior parte do tempo da minha vida fui de classe média alta, estudei em escolas particulares, fiz minha graduação e mestrado em uma universidade particular e, durante a graduação, tranquei a faculdade para fazer um intercâmbio.

Esse cenário de tantos privilégios talvez mostrasse o quanto eu poderia ter tido pouco contato com pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza; no entanto, durante a graduação comecei a fazer parte de grupos de pesquisa que iniciaram meu contato com outras realidades. Primeiro participei do Laboratório de Estudos Sobre Trabalho (LET), período em que realizei uma pesquisa com os trabalhadores da Feira José Avelino e depois participei do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (LEPES), quando iniciei meus estudos mais aprofundados em Psicologia Social. Paralelamente

comecei a fazer aulas de surf na praia do Titanzinho, que fica localizada no bairro Serviluz, periferia de Fortaleza. Isso transformou minha trajetória.

A partir daqui vou traçar alguns marcos importantes que acredito que possuam maior ligação com a proposta deste trabalho. Em 2015, iniciei um projeto junto com outras amigas psicólogas e estudantes, o projeto era um trabalho com adolescentes moradores do Serviluz, a partir daí passei cada vez mais a mergulhar no bairro, tenho muitas amigas e amigos por lá. Em 2017, fiz o trabalho de conclusão de curso da minha especialização em Psicologia Organizacional do Trabalho sobre a Associação de Moradores do Titanzinho, foi um trabalho interventivo em que, junto com os moradores, resgatamos a história da associação, descrevemos as atividades realizadas a época e produzimos um minidocumentário. Em 2018, fui ao Fórum Social Mundial, que ocorreu em Salvador, e comecei a refletir sobre a importância de atuar de maneira formalizada nos territórios e, naquele ano eleitoral, passei a pensar mais sobre a importância de uma maior interventividade na política institucional. Em 2019, o projeto que iniciou em 2015 tornou-se uma OSC - da qual fui diretora, como situei anteriormente - chamada Instituto Trêsmares. O Instituto atua com crianças, adolescentes e mulheres trabalhando sempre temáticas vinculadas à defesa de direitos por meio de rodas de conversa, dinâmicas de grupo e intervenções artísticas. Atuamos, também, junto aos moradores, em defesa da moradia. O Instituto possui assento no conselho do bairro, Conselho da Zeis Serviluz, organização eleita pelos moradores.

Em 2021 fui assessora parlamentar de um vereador eleito pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) no Mandato ambientalista Fortaleza Verde. Atuei com a interlocução entre comunidades e movimentos sociais na Câmara dos Vereadores de Fortaleza, ocasião em que tive a oportunidade de conhecer diferentes territórios, seus moradores e movimentos sociais. Além disso, me aproximei mais do funcionamento da política

institucional, com elaboração de projetos de lei, ofícios, sessões na câmara e reuniões oficiais.

Entendendo a importância da comunicação nesse processo, fui, também, produtora em dois documentários e apoiei em escritas para redes sociais. Nesse período, conheci mais de perto a realidade dos pescadores do Mucuripe, constantemente ameaçados pelo turismo predatório do local; da comunidade da Saporé, que fica quase ao lado do maior edifício da cidade de Fortaleza, mas que alaga em todas as chuvas. Conheci também o Conjunto Palmeiras, que possui uma trajetória de muita resistência e criatividade, e ainda, para não deixar de citar quatro pontas da cidade, o bairro do Pirambu, que abriga a maior favela do Ceará e que possui muitas ações culturais e esportivas na sua imensidão de casas; além da Boca da Barra, uma comunidade originalmente de pescadores e marisqueiras que guarda uma preservação ambiental difícil de ver em outros lugares da cidade. Pude conhecer muitas Fortalezas e, junto a isso, as problemáticas que envolviam ações do poder público aliadas ao capital privado que prejudicavam de diferentes maneiras esses territórios.

Em 2022, participei ativamente das campanhas eleitorais e foi nesse período que percebi que precisava parar para me dedicar mais ao meu doutorado. Em novembro de 2022, mudei meu projeto de tese que inicialmente buscava investigar ativismo político. A mudança ocorreu em meio a reflexões que envolviam o desenvolvimento de escrita de um edital de fomento para a OSC e as efervescências do ano eleitoral. No entrelace das políticas públicas, capital privado, OSC's e a manutenção da pobreza, a reflexão foi de que, imbricado a todas essas estruturas, o classismo estava como fator que contribui para a manutenção da pobreza e do status-quo.

Todas essas ações foram um marco para mim. Eu estava no mar da Leste-Oeste surfando. Para quem não conhece Fortaleza, esse “mar” fica no meio dos bairros que estão

entre os mais ricos da cidade - Meireles e Praia de Iracema - e dos bairros que estão entre os mais pobres da cidade - Moura Brasil e Pirambu. De um lado os prédios enormes da cidade e de outro uma das suas maiores favelas, basta olhar para o lado direito e depois para o esquerdo. Eu estava no meio, bem como percebi ao longo da pesquisa, consigo transitar nos dois espaços e conheço e sou próxima de pessoas muito ricas e de pessoas muito pobres. Nesse dia, ao refletir sobre essas mudanças na tese, saí do mar e anotei tudo no meu celular para mais tarde alterar o projeto de tese enviado para o Comitê de Ética.

No início de 2023, saí do mandato para me dedicar ao doutorado, e não direi que por sorte, pois com a mudança do presidente as políticas de bolsas foram reativadas, passei a ser bolsista da CAPES em junho desse mesmo ano, o que me proporcionou maior tranquilidade para me dedicar ao doutorado e me mudei, na sequência, para Aracaju.

Partindo dessa trajetória, essa tese propõe uma discussão ampliada de como o preconceito contra as pessoas pobres surge em diferentes contextos sociais no âmbito legislativo, na internet, no cotidiano de pessoas ricas e pobres e no pensamento dos brasileiros em geral. Essa proposição foi escolhida considerando diferentes amplitudes que o fenômeno pode tomar.

O projeto foi construído com base nos aportes teóricos da linha de pesquisa de “Psicologia Cognitiva e Psicologia Social” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Assim, propõe uma investigação sobre o preconceito contra pessoas pobres considerando articulações psicossociais para a compreensão sobre o fenômeno em diferentes níveis de análise.

O Campo e o Objeto: Uma Breve Introdução aos Estudos Sobre a Pobreza

De acordo com o Fundo Monetário Internacional [FMI] (2024), o Brasil não é um país pobre. Na realidade, em 2023, figurou entre as 10 maiores economias mundiais e possuía o 9º maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo e o 1º da América Latina. O PIB de 2023 foi de 10,9 trilhões e tinha crescido cerca de 2,9% e o valor per capita foi de R\$50.193,72. Ou seja, em média, o brasileiro teria ganhado mais de R\$ 4.000,00 ao mês, se a renda fosse igualmente distribuída entre as pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2024a).

Porém, a concentração de renda faz com que a desigualdade seja muito alta e o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil seja elevado. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022, o Brasil ocupa o 14º lugar no ranking dos países mais desiguais do mundo, com a pontuação no Índice de Gini¹ de 48,9, ficando em empate com o Congo. Dessa forma, mesmo o Brasil apresentando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² considerado elevado - 0,754 - sofre uma queda relevante na pontuação, - 0,576 - quando Ajustado à Desigualdade (IDHAD), índice que mostra de que forma os resultados do IDH são distribuídos entre os residentes do país (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2022).

Em 2023, os 10 % da população brasileira com maiores rendimentos tiveram

¹ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 (zero) a 1 (um). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.”

(https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)

² “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual”

(https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28#:~:text=IDH&text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano,uma%20popula%C3%A7%C3%A3o%20especialmente%20das%20crian%C3%A7as.)

renda *per capita* mensal média de R\$7.580,00, 14,4 vezes mais que os 40% da população com menores rendimentos, com renda *per capita* média de R\$527,00. Os 1% mais ricos em média possuíam renda *per capita* de R\$ 17.447,00, 32,5 vezes mais que os 40% supracitados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024b)

Essa má distribuição não ocorre somente na renda. De acordo com o autor Indiano, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Amartyan Sen (2010) a pobreza possui aspectos multidimensionais e seus níveis estariam relacionados a uma perspectiva de liberdade. Nesse sentido, a renda individual pode ser algo considerado importante como forma de expandir a liberdade. No entanto, a liberdade depende de outros determinantes como serviços de educação, saúde e direitos civis, os quais podem variar entre culturas e estão relacionados também a valores e possibilidade das pessoas viverem do modo que gostariam. Essa perspectiva não nega que o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental para diversas privações, porém propõe a não linearidade desses aspectos com a avaliação da privação das capacidades humanas, argumentando que o papel da renda deva ser avaliado junto à uma análise mais ampla de privações.

Autores brasileiros como Ailton Krenak (2020) e Antônio Bispo dos Santos (2023), Nego Bispo, também escreveram sobre diferentes perspectivas em relação ao que é riqueza ou pobreza, sobretudo considerando os modos de vida dos povos indígenas e quilombolas e o quanto o dinheiro pode ficar de fora dessa equação da liberdade em determinadas culturas. Milton Santos (1978/2023) também elucida o quanto aspectos da vida urbana contribuem para a existência de uma pobreza específica.

Em vista disso, uma pesquisa que investigou a pobreza multidimensional no Brasil (Serra, Maia, & Yalonetzky, 2021), verificou que existe interseção entre pobreza monetária (relativa somente a renda) e pobreza não monetária (considerando habitação, infraestrutura básica, educação e tecnologia da informação). Tal relação, no entanto, não

ocorre de maneira linear. Utilizando os microdados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD] de 2019, as autoras apontam que a proporção de pessoas pobres na perspectiva multidimensional varia de 24,4 % a 26,2%, porém 29,2% é a proporção de pessoa com rendimento de até meio salário mínimo; sendo 13% da população simultaneamente pobre considerando a dimensão monetária e não monetária.

A pesquisa apontou que diversas carências, além da monetária, afetam parcela significativa da população e destacam indicadores de saneamento básico, frequência à escola de pessoas de 15 a 17 anos, nível educacional da população adulta e acesso à internet. A pesquisa não investigou dados como de alimentação, que contribuem também para compreender a pobreza não monetária. Mas vale dizer que grande parte da população brasileira não acessa direitos de moradia, alimentação e educação (Serra et al., 2021).

De acordo com os dados divulgados pela Fundação João Pinheiro[FJP] (2024), o déficit habitacional brasileiro em 2022 era composto por mais de 6 milhões de domicílios, o que corresponde a 8,3% dos domicílios brasileiros com condições precárias ou ausência de habitação, sendo 86,8% localizados em área urbana e 13,2% em área rural. Entre essas habitações, 3.343.780, 52,2 % possuíam renda domiciliar de até 3 salários mínimos e gastavam mais de 30% da renda com aluguel.

Quando se analisa a segurança alimentar, 27,6% dos domicílios brasileiros encontravam-se em situação de insegurança (IBGE, 2023), sendo 18,2% com insegurança leve, 5,3% com insegurança moderada e 4,1% com insegurança grave³. Em contrapartida, de acordo com o Índice de Desperdício de Comida (United Nations Environment

³ “Insegurança alimentar leve: Apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada; Insegurança alimentar moderada: apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos; Insegurança alimentar grave: são caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome.” (<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>)

Programme, 2024), o Brasil desperdiça cerca de 31% de alimentos ainda comestíveis.

Na educação, a falta de estrutura nas escolas também revela outros impactos para a população mais pobre que vão além da renda. O Censo Escolar de 2021 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep], 2022), apontou que 3,8% das escolas brasileiras não possuem banheiro, 5,8% não possuem água potável e 5,5% não possuem serviço de esgoto. As desigualdades de acesso crescem a depender do tipo de escola. De acordo com o Censo Escolar de 2022 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep], 2023), 55.1% das escolas municipais de educação infantil não têm banheiro adequado, enquanto nas escolas particulares esse percentual é de apenas 15,3%.

Os níveis educacionais também estão relacionados com a renda, portanto, pessoas com maior escolaridade podem melhorar os seus acessos. Um trabalhador com ensino superior pode ganhar até quatro vezes mais que um trabalhador com ensino médio (Reis, 2023). Todavia, dentre os mais pobres, mesmo quando finalizam o ensino superior, os 10% mais ricos ganham cerca de 30% a mais que os 50% mais pobres com nível educacional igual (Lichand et al., 2022). Em relação ao trabalho informal, trabalho precário e/ou à ausência de proteção social, em 2021, 40,1% da população trabalhava nessas condições (PNAD, 2021).

Essa conjuntura também pode ser associada a dificuldade de mobilidade social no país. De acordo com um estudo realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE] (2018), um brasileiro entre os 10% mais pobres da população precisaria de nove gerações para chegar à classe média. Ademais, de acordo com o Relatório de Mobilidade Social Global 2020 (Fórum Econômico Mundial [FEM], 2020), o Brasil ocupava o 60º lugar em uma lista de 82 países em relação à mobilidade social.

A mobilidade social é uma realidade complexa, pois possui muitas camadas e fatores envolvidos, dessa forma, diversos fatores podem contribuir para esses altos índices de falta de mobilidade social no Brasil, sendo um deles a raça ou a cor da pele.

A maior parte da população pobre brasileira é formada por pessoas negras. De acordo com o relatório “Desigualdade Social Por Cor ou Raça no Brasil” da Pnad (2021), 56,6% da população brasileira era composta por pessoas negras (pretos e pardos), porém, considerando os 10% da população com menores rendimentos, esse percentual passa a ser 74,8% da população. Esse maior percentual proporcional de negros dentre os pobres se mantém até 50% da distribuição de rendimento, no entanto, o percentual progressivamente diminui conforme aumenta a faixa de renda analisada. Entre os 10 % com maiores rendimentos o percentual de negros passa para 28,2 %, já entre a população branca ocorre o inverso. O mesmo acontece em relação a dados de déficits de moradia, saúde e educação (IBGE, 2022), que são comumente utilizados para denotar o racismo na sociedade brasileira e o quanto ele estrutura as instituições do país (Almeida, 2018). Assim, a interseção raça e classe pode ser relacionada a um cenário em que o racismo se agrava, relacionando-se a múltiplas camadas de discriminação e exclusão do classismo.

Acerca dessa intersecção, em uma pesquisa sobre percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no Brasil, Daflon et al. (2017) verificaram diferenças sobre a percepção da discriminação de acordo com o status socioeconômico e com a identificação étnica dos participantes. As análises indicaram que pretos e pardos apresentavam níveis de percepção de discriminação próximos, sendo esses níveis maiores do que o percebido pelos brancos, quando analisado o grupo de participantes com baixo status socioeconômico. Entretanto, pardos de classes mais altas reportaram a percepção de situações de discriminação de maneira significativamente menor que pretos, que sinalizaram sentir a discriminação de maneira mais aguda que os demais grupos. De

acordo com Daflon, Carvalhaes e Feres Júnior (2017), os resultados podem ser relacionados à uma elite de maioria branca que acolhe melhor pessoas com o fenótipo mais claro ou aceita mais aqueles que se dispõem a rejeitar a sua negritude. Assim, essa seria uma forma da branquitude ser preservada tanto fenotipicamente como culturalmente.

Na mesma direção, os estudos realizados por Lima e Vala (2004) investigaram os efeitos da cor da pele e da performance social dos grupos no branqueamento e na infra-humanização dos negros e pobres. Esses estudos utilizaram questionários que contavam histórias de pessoas com sucesso ou fracasso econômico e social, que poderiam ser brancas ou negras, permitindo a divisão dos participantes em quatro grupos que atribuíam aos grupos sentimentos e emoções, traços de natureza e de cultura e cor de pele. Os resultados indicaram a existência de infra-humanização direcionada a grupos considerados fracassados, percebidos com menos capazes de expressar sentimentos e menos possuidores de características de sofisticação cultural. Também ocorreu o branqueamento de grupos considerados bem sucedidos, em que as pessoas brancas em situação de fracasso eram percebidas como menos brancas e as negras em situação de sucesso como menos negras.

Em determinadas situações, inclusive, ser pobre pode prejudicar apenas pessoas negras comparativamente a pessoas brancas, como indicam os estudos realizados por Lima et al. (2019). Os autores realizaram quatro condições experimentais que tratavam sobre a condenação de uma pessoa em relação a um crime, variando entre diferentes combinações de classe social (não especificada ou pobre) e raça (negra ou branca). Em todos os cenários, a pessoa pobre e negra era condenada com mais frequência do que qualquer outro grupo, exceto em situações em que a norma antirracista estava saliente no instrumento de pesquisa. Em contraste, não foram identificadas diferenças significativas

nas condenações entre pessoas brancas pobres e pessoas brancas no grupo de controle, indicando que a condição financeira não agravava o julgamento sobre as pessoas brancas.

Outro fator que também está associado à dificuldade da mobilidade social no Brasil é o gênero. De acordo com a nota técnica “Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil” do IBGE (2024c), mais mulheres vivem na pobreza e extrema pobreza (32,3% e 6,1%) do que os homens (30,9% e 5,6%) e entre as mulheres negras um percentual ainda maior encontram-se nessas situações (41,3%; 8%).

Na pesquisa realizada por Accorssi e Scarpo (2016), com o objetivo de delinear os impactos psicossociais da condição de pobreza entre pessoas que a vivem, foram entrevistadas 26 mulheres. As autoras relacionam esse recorte, inicialmente não proposital, ao processo de feminização da pobreza e identificam nas entrevistas a desigualdade de gênero como um componente na dinâmica das relações cotidianas estabelecidas pelas participantes.

Dessa forma, foi possível compreender que, assim como o racismo e o sexismo, o preconceito contra os pobres, classismo ou aporofobia, também desempenha um papel significativo na perpetuação das desigualdades. Assim, a forma como a população se relaciona com esse tema da pobreza afeta sua maior ou menor manutenção (Bullock et al., 2003).

A Psicologia Social possui publicações sobre esse tema que datam, pelo menos, desde 1927, quando estudos, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, investigaram explicações populares sobre a pobreza como elemento importante em relação ao bem-estar de um país (Lepianka et al., 2009). Entretanto, apenas nos anos 1990, o termo classismo passou a ser utilizado e, em 2000, a American Psychological Association [APA]

lançou uma resolução tratando sobre a importância de estudos sobre o tema, já em 2022, reforçou esse pedido com uma nova resolução (APA, 2000; 2022).

Apesar dos esforços da APA em incentivar estudos na área, foi com uma filósofa espanhola, Adela Cortina, que o assunto se popularizou, por meio do termo cunhado pela autora, “aporofobia”. Em 2017, aporofobia foi eleita a palavra do ano pela Fundação Espanhola Urgente e foi incorporada ao Dicionário de Língua Espanhola (Resende & Machado, 2021). Para Adela Cortina (2020), aporofobia designa o fenômeno do ódio, da repugnância, ou da hostilidade ante o pobre. A origem da palavra, inicialmente, foi um neologismo criado pela autora, derivado da combinação do vocábulo grego *Á-poros* (pobres) e *Fóbeo/Fobia* (aversão ou rejeição a algo, uma prática ou alguém), o que reflete a essência desse conceito, descrevendo a aversão e repulsa a pessoas em situação de pobreza. A aporofobia, assim compreendida, é um fenômeno social que vai além da mera discriminação econômica, é a manifestação de preconceitos profundamente enraizados que levam à exclusão e à marginalização daqueles que, para uma parcela aporofóbica da população, são considerados incapazes de entregar algo em retorno à sociedade (Cortina, 2020).

Embora Adela Cortina, no seu livro, utilize diferentes expressões para caracterizar o termo aporofobia, que remetem a variadas categorias psicológicas, como impressões, atitudes, crenças e ações, expressões que transmitem distintos níveis de intensidade, que vão de “desrespeito” até “atos de ódio” (Comim et al., 2020). A autora foca em sua obra nas expressões de preconceito explícitas, mais próximas a manifestações de ódio.

Neste trabalho preferimos o classismo como forma de entendimento do preconceito contra os pobres. O classismo é definido como atitudes, crenças e comportamentos negativos direcionados a pessoas com menos poder aquisitivo e socialmente desvalorizadas. Essa forma de preconceito é percebida tanto em práticas

cotidianas, atitudes, crenças e comportamentos interpessoais, identificados pelo preconceito (atitudes negativas), pelos estereótipos (crenças negativas amplamente compartilhadas) e pela discriminação (comportamento de distanciamento e exclusão), como em instituições e políticas. O classismo institucional mantém e reforça o baixo status por meio de criação ou amplificação das dificuldades de acesso a recursos (Lott, 2012).

Outras perspectivas teóricas consideram ainda a existência de classismo em diferentes direcionamentos. Assim, além do descendente, que se refere ao preconceito direcionado às pessoas de classes sociais mais baixas, apresentado anteriormente, existiria, também, o ascendente, que relaciona-se às suposições em relação aos indivíduos de classes mais abastadas, como considerá-los moralmente corruptos ou gananciosos; e o classismo lateral, que seria o preconceito dirigido aos indivíduos percebidos como pertencentes à mesma classe, como alegar que alguém não se enquadra nas expectativas de seu próprio grupo social ou apontar suas incongruências com o padrão do grupo (Cavallieri et al., 2023; Liu et al., 2004). É importante afirmar que, essas percepções não serão adotadas neste trabalho, tendo em vista que a definição de preconceito utilizada é a de Sibley e Barlow (2017), que define preconceito como “um conjunto de ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar a hierarquia e a exploração baseadas em grupos” (p.4); de forma que interessa entender e intervir sobre o classismo enquanto sistema de opressão e de legitimação de desigualdades.

Em outra direção, alguns estudos na Psicologia apontam até mesmo para a presença da benevolência como componente dessa forma de preconceito. As crenças benevolentes sobre os pobres, por exemplo “pobre, mas honesto” ou “pobre, mas feliz” (Kay & Jost, 2003), apesar de serem aparentemente positivas, reforçam o paternalismo e o fatalismo e, também, estão associados à manutenção de papéis e hierarquias sociais.

Estereótipos pseudo-positivos apaziguam os membros dos grupos minoritários e podem ser associados a formas de proteção/controle em relação aos grupos dominantes (Fiske et al., 1999, 2002; Glick & Fiske, 1996, 2001).

Um aspecto importante a ser destacado é que, independentemente das nomenclaturas utilizadas, diversos estudos indicam que o preconceito e a discriminação contra pessoas pobres têm consequências negativas para essa população. No contexto brasileiro, foram realizadas diversas pesquisas investigando esse tema, porém não necessariamente utilizando uma nomenclatura específica. Em uma revisão narrativa realizados com estudos produzidos exclusivamente pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), foram encontrados 31 trabalhos, entre os anos de 2012 e 2021, que investigam as implicações psicossociais da pobreza de enfrentamento da pobreza e opressão. Os estudos acerca das implicações psicossociais relativos à opressão tratavam sobre efeitos negativos que se relacionam às estruturas desiguais de dominação, opressão e subordinação sofrida e sentida pelas pessoas em situação de pobreza, como vergonha, humilhação e fatalismo (Barbosa & Ximenes, 2023). Pesquisas realizadas com pessoas em situação de pobreza (Moura Jr., 2012, 2015) revelam que a percepção dessas pessoas acerca da discriminação sofrida possui relação com bem-estar, autoestima e vulnerabilidade física e psicológica.

É importante considerar essa faceta do classismo, pois mesmo políticas públicas ou iniciativas de grupos privados, como Organizações da Sociedade Civil (OSC's) e empresas, podem contribuir com a manutenção das desigualdades sociais. A ideologia neoliberal pode influenciar a formação do pensamento social contemporâneo, naturalizando as desigualdades e pobreza e contribuindo para a manutenção desse sistema econômico e social, funcionando como se propõem a ser, pela lógica de acúmulo de capital de alguns poucos e a condenação à miséria de muitos (Coimbra, 2000; Accorssi

et al., 2012).

Accorssi et al. (2012) descrevem diferentes situações nas quais discursos e ações aparentemente de combate à pobreza acabam por contribuir para uma espécie de corroboração contínua da pobreza, vinda de variados atores sociais, como instituições financeiras mundiais, organizações globais, OSC's, trabalhos voluntários e propostas de redução da atuação do Estado. A exemplo de cursos feitos para que pessoas pobres permaneçam nos mesmos espaços e o desenvolvimento de políticas públicas e produção de ciência que são realizados por pessoas que influenciam esses contextos e não fazem esses cursos. Quem elabora tais políticas públicas, em sua grande maioria, está ou sempre esteve bem distante da pobreza.⁴

Coimbra (2000) aponta o quanto os direitos humanos, desde sua gênese, foram pensados a partir de um recorte de classe e que não beneficiam uma grande parcela da população que é excluída desses direitos, mas incluída pelo o estado em políticas de encarceramento e morte. A autora indica que a lógica do estado-mínimo em determinadas áreas contribui para a falta de acesso de grande parte da população a direitos como saúde, moradia e educação, destacando que somente a força dos movimentos sociais organizados poderão modificar esse quadro.

Em outra direção, Moura Jr. et al. (2014) verificaram que as políticas de transferência de renda e de acesso ao Ensino Superior acarretam mudanças nas concepções dos indivíduos em situação de pobreza, incluindo o fortalecimento da identidade e questionamentos acerca de tratamentos depreciativos e opressores. Assim, esse grupo tem uma maior percepção das discriminações de que é alvo. A pesquisa

⁴ O Distrito Federal foi a Unidade de federação com maior declaração de patrimônio por habitante em 2023(<https://portal.fgv.br/noticias/retrospectiva-2023-mapa-riqueza-dados-ineditos-mostram-brasilia-tem-maior-renda-pais>). “De acordo com informações prestadas pelos então candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 232 (45%) dos deputados têm patrimônio declarado acima de R\$ 1 milhão.” (<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/perfil-da-nova-camara-escancara-desigualdades-sociais/#patrimonio>)

sinaliza a importância desse tipo de política pública ao tempo em que mostra também que mesmo com mudanças relativas à escolaridade o preconceito permanece, o que corrobora dados supracitados sobre a dificuldade de mobilidade social e falta de mudança salarial.

Dessa forma, torna-se relevante investigar diferentes formas de manifestação do classismo. Nesse sentido, o Classismo Ambivalente é um modelo teórico que apresenta uma maior amplitude ao fenômeno do preconceito contra os pobres, pois vai além da simples antipatia e hostilidade pelas pessoas dessa classe social (aporofobia), na medida em que identifica emoções simultâneas e ambivalentes de hostilidade explícita (classismo hostil) e de benevolência (classismo benevolente). As investigações acerca dessa aparente ambivalência nas expressões do classismo podem auxiliar na compreensão da manutenção das desigualdades de classe por meio de crenças benevolentes em relação aos pobres (Jordan et al., 2020).

Nesse sentido, outras teorias da Psicologia Social, que contribuem na compreensão de diferentes formas de preconceito, podem ajudar também no aprofundamento do entendimento desse fenômeno, são essas: Teoria das Representações Sociais (TRS) (Moscovici, 1961/2012), Teoria da Justificação do Sistema(TJS) (Jost & Banaji, 1994), Teoria da Identidade Social (TIS) (Tajfel 1974, 1982), Orientação à Dominância Social (ODS) (Sidanius & Pratto, 1999) e Modelo de Conteúdo de Estereótipos (MCE) (Fiske et al., 2002, 2007).

A escolha dessas teorias ocorre com o propósito de buscar compreender o fenômeno do preconceito contra pessoas pobres a partir de quatro diferentes níveis de integração de análise proposto por Doise (1980). Assim, considerando a proposta de Doise de integração entre os níveis intraindividual, interindividual, posicional e ideológico e analisando, respectivamente, aspectos cognitivos, relações individuais, relações em grupos e crenças, representações, ideologias e culturas, associação nas

relações sociais.

A TRS possibilita articulações entre o sistema cognitivo, a nível individual, e os sistemas relacionais e societais. A TJS relaciona-se às ideologias compartilhadas socialmente utilizando-se do mecanismo de justificação para legitimar os arranjos sociais vigentes. A TIS relaciona-se a aspectos vinculados à valorização endogrupal e também trata sobre mobilidade/mudança social. A ODS trata de uma tendência dos indivíduos à discriminação que parte de uma predisposição comportamental individual, mas também se relaciona a aspectos de socialização e relações sociais. O MCE propõe como as dimensões estereotípicas da cordialidade e da sociabilidade são centrais na cognição social (Brow, 2010).

Dessa forma, considerando esses aspectos, e com inspiração da proposta de Lima (2024), que, ao analisar o entendimento do racismo no Brasil, organizou as teorias a partir dos níveis de análise, esta tese possui o objetivo de investigar como o preconceito contra pessoas pobres se manifesta em diferentes contextos sociais no Brasil.

Isto posto, ela se estrutura em estudos que buscam analisar a aporofobia e o classismo em múltiplos níveis de análise. O primeiro foco está nos níveis ideológico e posicional, com investigações sobre o sistema legislativo brasileiro e de interações em rede social, no primeiro e segundo estudo. Já o terceiro estudo integra os níveis ideológico, posicional e interindividual, investigando as perspectivas de pessoas de diferentes classes sociais de uma mesma cidade. Por fim, o último estudo abrange os quatro níveis de análise, utilizando escalas e questões que mensuram aspectos cognitivos, de relações individuais, de relações grupos e ideológicos.

A partir da fundamentação teórica presente no Capítulo 1, intitulado “Níveis de análise teóricos e articulações empíricas”, os outros capítulos apresentam estudos empíricos realizados nesta tese em formato de artigos. Iniciando por análises nos níveis

ideológico e posicional de manifestação explícita do preconceito contra os pobres, aporofobia, em contextos públicos, os Capítulos 2 e 3 apresentam as análises no sistema legislativo brasileiro e nas redes sociais. O Capítulo 2 “A lei da vadiagem e a criminalização da pobreza” possui o objetivo de analisar, a partir da TRS, os projetos de lei com proposta de revogação da chamada "Lei da Vadiagem". O Capítulo 3 “O Padre Júlio e o preconceito contra os pobres: uma análise da aporofobia nas redes sociais” possui como objetivo analisar como a aporofobia se manifesta por meio dos comentários na plataforma “X”, direcionados ao Padre Júlio Lancellotti enquanto personificação que objetiva a pobreza e os pobres.

Nos dois outros capítulos seguintes são apresentadas propostas que adicionam novos níveis de análise. No Capítulo 4, “Do Meireles ao Bom Jardim: representações sociais de pobres e da pobreza na cidade de Fortaleza- CE”, os níveis de análise ideológico, posicional e interindividual tornam-se possíveis por meio do contato com as falas de participantes das entrevistas, residentes de diversos bairros da cidade de Fortaleza- CE, o objetivo foi conhecer a representação social sobre pobreza e pessoas pobres entre pessoas de diferentes classes sociais da cidade de Fortaleza - CE, assim foi possível ter contato a conteúdos mais ambíguos em relação ao preconceito contra os pobres e o classicismo ambivalente aparece nas respostas analisadas. Por fim, o Capítulo 5, “Validação do Inventário de Classismo Ambivalente no Brasil”, buscou apresentar uma análise que abrange os quatro níveis propostos por Doise (2002), integrando aspectos de análise nos níveis intraindividual aos antes já debatidos - interindividual, posicional e ideológico - por meio da mensuração de aspectos cognitivos com o uso de diferentes escalas e com objetivo de adaptar e validar para o contexto brasileiro o Inventário de Classismo Ambivalente.

Desse modo, cada um dos capítulos empíricos apresenta-se com um passo a mais

nos níveis de análise sobre o preconceito contra os pobres e acessa diferentes contextos que vão da esfera pública, das leis e das redes sociais, passando por relações entre grupos e indivíduos, até chegar à maneira como, individualmente, as pessoas pensam e tendem a agir em relação aos pobres. Assim, a tese tem como proposta contribuir para o surgimento de uma linha de pesquisa sobre o classismo na Psicologia Social brasileira, integrando diferentes níveis de análise para compreender como o preconceito contra pessoas pobres se manifesta e contribui para a manutenção da pobreza.

Capítulo 1. Níveis de Análise e Articulações Empíricas

“Nem o ódio, nem a bondade. Só a luta”

Pedro Bala em Capitães de Areia (Amado, 1937)

No clássico livro escrito por Jorge Amado “Capitães de Areia” (1937/2008) é possível visualizar a história de meninos que vivem em situação de rua por diferentes perspectivas. O autor nos apresenta o que se passa no íntimo e na história individual de algumas das crianças, relata a dinâmica de vida daquele grupo, sua relação com outros grupos e com os poderes instituídos da segurança pública, da saúde e da religião. Tudo isso a partir da vivência cotidiana das crianças, Pedro Bala, Sem-Pernas, Boa-Vida, João Grande, Gato, Professor, Pirulito e Volta Seca, personagens-chave na história. Ao mesmo tempo, também, é marcante a relação do grupo com o Padre José Pedro e as vivências na Salvador dos anos 1930, que perpassam pela varíola e pelo encarceramento de crianças e o descaso com os direitos humanos. Cada criança tem uma história única, mas que se entrelaça com diversos níveis de contextos sociais. E é essa capacidade de alinhar todas essas relações que tornam Jorge Amado um dos grandes autores brasileiros e o livro “Capitães de Areia” um marco na literatura.

A realidade de todos os fenômenos que nos rodeiam é complexa e a capacidade de conseguir re-apresentar ao público essa complexidade, em diferentes níveis de relação, é algo muito poderoso para a compreensão do mundo em que vivemos. Na psicologia social isso não é diferente. De acordo com Doise (1980), em psicologia social, é possível superar a aparente dicotomia entre as explicações “psicologizantes” e “socializantes” ao combinar diferentes níveis de análise em um mesmo estudo.

Partindo da proposta do autor e inspirada na construção teórica de Lima (2024), que organizou teorias clássicas da psicologia social segundo os níveis de análise sugeridos

por Doise para examinar o entendimento do racismo no Brasil, este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os modelos teóricos empregados nesta tese para compreender o classismo.

O capítulo é proposto com base nos critérios de níveis de análise desenvolvidas por Doise (1980, 2002) e nas articulações de estudos empíricos que investigaram o classismo e utilizam as teorias escolhidas em suas propostas metodológicas e analíticas. Foram adotados quatro dos seis níveis de integração propostos por Doise e Valentim (2015), a saber, os níveis intraindividual, interindividual, posicional e ideológico, conforme a proposta apresentada por Doise (1980). As escolhas também levaram em consideração a relação temática com pesquisas que abordam o classismo e o preconceito contra pessoas em situação de pobreza.

No primeiro nível, intraindividual, estuda-se a relação dos comportamentos sociais explicada pela maneira com que o indivíduo se organiza para agir em uma determinada situação, nesse nível situam-se, por exemplo, pesquisas relacionadas a aspectos cognitivos. O segundo nível expõe os processos interindividuais e aborda o comportamento social formado pelo sistema de interações interpessoais dos indivíduos, por exemplo, pesquisas sobre redes. O terceiro nível, chamado de posicional, leva em conta as diferentes posições que os atores sociais ocupam nas relações, um exemplo são investigações sobre grupos de status diferentes. O quarto nível é o ideológico e refere-se aos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais. Esse nível estuda os comportamentos sociais partindo de uma perspectiva mais ampla da sociedade, cultura e ideologia (Doise, 1980, 2002).

Todavia, a proposta aqui apresentada segue uma ordem inversa da construída por Doise (1980) e parte de análises mais gerais, ideológicas, em direção às análises mais específicas, inter e interindividual. Essa mudança ocorre para que, ao se alcançar o nível

interindividual, as análises ampliadas também façam-se presentes na discussão, com o intuito de que os níveis de análises não sejam escalonados, mas sim integrados, produzindo uma explicação societal, que articula os diversos níveis do fenômeno, como propõe o autor.

Essa proposta de análise do classismo também pode ser relacionada ao que Martín-Baró (1996) apresenta em seu texto o “Papel do psicólogo”, quando trata da relevância da compreensão das conjunturas globais para a compreensão e atuação junto ao indivíduo. Tratando sobretudo do contexto da América Latina, Martín-Baró (2017) situa que o psicólogo social deve realizar um estudo sistemático da opinião pública para pensar em suas intervenções. Essa investigação deve ser feita a partir da análise das influências sociais, intergrupais e interpessoais que emergem em uma história concreta, e em circunstâncias e situações específicas. E isso relaciona-se a um compromisso do psicólogo com o processo histórico de libertação popular (Martín-Baró, 2017).

Por outro lado, outros modelos de análise buscam desenvolver constructos de avaliação de percepção de classe de forma individualizada, que pouco consideram aspectos ampliados da conjuntura mundial. Como é o caso do Modelo de Visão de Mundo sobre Classe Social (SCWM) (Liu, 2001), uma estrutura que sugere que psicólogos integrem os contextos, experiências e visão de mundo de um indivíduo para pensar aspectos relacionados à classe social e classismo em atendimentos clínicos. Uma proposta descrita pelo autor como uma abordagem totalmente subjetiva para entender e explorar a classe social e o classismo (Liu, 2019).

Embora a proposta de Liu discuta crenças, atitudes e valores que derivam da experiência de socialização dos indivíduos em grupos familiares e de amigos, bem como cultura e economia, ela se baseia na autoconsciência ou consciência de si mesmo e dos outros como construção central da Estrutura de Consciência de Classe Social e Classismo.

Assim, não apresenta uma perspectiva ampliada e crítica sobre as ideologias dominantes, qualidade de vida, políticas públicas e benefícios sociais, baseando-se em soluções individuais, na forma como a pessoa se relaciona com a classe social e o classismo.

Observando as diferenças entre as propostas de Martin-Baró (1997, 2007) e Liu (2001), é possível perceber pontos que ajudam a compreender a crítica feita por Doise (1980). O autor, analisando publicações no principal periódico científico da psicologia social europeia da década de 1980, afirma que as análises raramente apresentavam foco na filiação social dos indivíduos, tratando-os apenas como processadores de informações de questões sociais, percebendo-os como se fossem intercambiáveis, isto é, como se fossem equivalentes, assim, seriam apenas indivíduos que discutem e avaliam informações na companhia de outros.

O autor aponta que eram raros os estudos que enfatizam, de forma explícita, o fato de que o desenvolvimento das pessoas ocorre em sociedades, onde representações e normas sociais criam dinâmicas que modificam seus comportamentos. Dessa forma, a articulação teórica entre os diferentes níveis de análise se faz relevante. Entretanto, em geral, as teorias que estão classificadas nos primeiros níveis não fazem esse processo, o que não contribui para o desenvolvimento da psicologia social (Doise, 1980).

Na vida cotidiana, os comportamentos discriminatórios se manifestam em barreiras ao acesso a emprego, saúde, educação e outros direitos. No classismo, essas são, simultaneamente, causas e consequências do preconceito que está por trás da discriminação. Portanto, busca-se, por meio da divisão didática em níveis de análise, a compreensão da complexidade do fenômeno do classismo em uma interlocução teórica e empírica para que se alcance um nível de debate mais profundo dos estudos empíricos apresentados nesta tese.

O Classismo e uma Explicação de Nível Ideológico

No nível de análise ideológico, a Teoria da Justificação do Sistema (TJS) (Jost & Banaji, 1994) contribui para o entendimento de como o classismo se mantém, pois mostra como a análise do funcionamento social pode contribuir para a perpetuação do status quo. A TJS propõe que existe um processo psicológico que legitima os arranjos sociais vigentes, essa justificativa pode estar tão impregnada que até mesmo as próprias pessoas que são vítimas da exclusão social podem aceitá-la como legítima.

Estudos anteriores já apresentavam justificativas como relacionadas a estereótipos sociais, no entanto reduziam as explicações a justificativas do ego e justificativas de grupo. A TJS propõe uma justificativa adicional, mas sem desconsiderar as anteriores. Assim, Jost e Banaji (1994) partem da ideia de que as pessoas utilizam dos estereótipos como justificativas, as quais se diferenciariam em três tipos: do ego, do grupo e do sistema.

A justificação do ego estaria relacionada à necessidade de o indivíduo manter uma autoimagem positiva, como uma maneira de defender a posição desse indivíduo na sociedade, - tais como “eu sou pobre, mas sou limpinho”. Já a justificação do grupo se relacionaria principalmente à manutenção de uma imagem favorável do próprio grupo – como “os pobres são batalhadores”. E, por fim, a justificação do sistema estaria relacionada às necessidades sociais e psicológicas de uma imagem positiva do sistema em que se vive, vista como algo desejável e inevitável, como “quem se esforça consegue sair da pobreza”. Essa última forma de justificação contribui para a preservação dos arranjos sociais vigentes, mesmo que isso possa ir contra os interesses pessoais e de grupo (Jost & Banaji, 1994).

Com a justificativa do sistema, fenômenos anteriormente não explicados, como participação de indivíduos e grupos desfavorecidos em atividades que contribuem para a

manutenção do status quo, podem ser compreendidos. Por outro lado, nem todos os estereótipos seriam mantidos pela justificação do sistema, apenas os que contribuem para manutenção de hierarquias sociais vigentes.

Assim, os membros de grupos desfavorecidos se envolveriam em mudanças sociais somente quando as autoimagens positivas e de valorização endogrupal superassem a tendência de valorização do sistema (Jost et al., 2004). Tal arranjo ideológico não significa necessariamente que o grupo será estereotipado de maneira negativa, porém esses estereótipos estarão relacionados à função que determinado grupo cumpre dentro da organização social dominante (Jost & Banaji, 1994).

Como maneira de formalizar os princípios de justificação do sistema, Jost et al. (2004) analisaram estudos empíricos relevantes produzidos durante os 10 anos após a criação da teoria. Tais estudos giram em torno de 20 hipóteses, que destacam as seguintes questões: racionalização do status quo, favoritismo implícito ou não-consciente do exogrupo e conflitos entre justificação de ego, do grupo e do sistema. A organização desses estudos empíricos aponta motivos ideológicos para justificar a ordem social vigente e o favoritismo a exogrupos (grupo dos outros) entre membros de grupos desfavorecidos socialmente.

Com a proposta de trazer a análise da teoria para contextos atuais e respondendo a comentários de outros autores, Jost et al. (2018) propuseram novas direções de pesquisas com o uso dessa abordagem teórica. Entre elas estão a distinção entre consequência subjetivas e objetivas da justificação do sistema em contextos sociais e políticos diversos e a realização de intervenções práticas que reduzam o endosso ao funcionamento do sistema e manutenção do status quo.

A adesão à justificação do sistema ocorre não necessariamente porque as pessoas consideram o sistema perfeito, mas por acreditarem que as justificações são moralmente

corretas e por não conseguirem imaginar outra forma de se estabelecerem relações sociais fora da dinâmica posta. As consequências da justificação do sistema podem variar a depender do grupo social, com aumento da autoestima, bem-estar e favoritismo intragrupal, para grupos privilegiados, e o oposto para grupos desfavorecidos. Entretanto, independente do grupo social a adesão à justificação do sistema está associada à redução de afetos negativos e a menor apoio a mudanças sociais (Jost & Hunyady, 2017).

Existem, também, antecedentes deposicionais e situacionais que aumentam ou diminuem as motivações psicológicas para justificação do sistema. Pessoas que possuem uma maior dificuldade em lidar com a incerteza são mais propensas a adotar ideologias justificadoras do sistema e o oposto ocorre a pessoas com maior abertura à experiência (Jost & Hunyady, 2017). Ademais, em situações de alta ameaça ao sistema, a adesão à justificação do sistema aumenta, o que pode ajudar a compreender, por exemplo, o aumento do conservadorismo na classe trabalhadora. Um exemplo disso pode ser observado nos Estados Unidos, onde o aumento da desigualdade, em vez de gerar maior apoio à distribuição de renda, reforçou o pensamento conservador. Possivelmente, porque parte dos cidadãos atribuem os problemas à mudança mais recentes, especificamente nesse contexto, a ascensão social de grupos socialmente desvalorizados como negros e latinos, quando o status quo econômico modificou-se (Jost, 2017).

Nesse sentido, um estudo (Godfrey & Wolf, 2016) que entrevistou 19 mães imigrantes e afro-americanas de baixa renda identificou que menos da metade das participantes mencionou explicações estruturais para a pobreza e a riqueza. Além disso, quase todas apresentavam em suas respostas crenças que justificavam o sistema de opressão e explicavam a desigualdade por fatores individuais: falha de caráter e falta de esforço e trabalho duro. As autoras sugerem que os impulsos psicológicos para justificar o sistema podem ser grandes obstáculos para a consciência crítica e de classe.

Aprofundando esse aspecto, um conjunto de oito estudos mais recentes, também realizado no contexto estadunidense, com 4.113 participantes, testou a associação causal entre a justificação do sistema e a percepção da magnitude das diferenças de renda, por meio de análises correlacionais e experimentais. Os estudos avaliavam a justificação do sistema, o apoio a políticas públicas redistributivas e a percepção da magnitude da desigualdade de renda, a partir de uma imagem que mostrava a distribuição de salários de uma empresa fictícia (Goya-Tocchetto et al., 2024).

Os resultados da pesquisa revelaram que a percepção da desigualdade media a relação entre a justificação do sistema e o apoio a políticas redistributivas. Além disso, tanto a justificação do sistema quanto a percepção da magnitude das disparidades de renda estavam significativamente correlacionadas negativamente com o apoio a políticas voltadas para a redução da desigualdade. Ademais, o estudo também revelou que perceber menor desigualdade contribui diretamente para menor apoio a políticas redistributivas públicas e organizacionais, independentemente da justificação do sistema. Além disso, a percepção de justiça da distribuição salarial explicou por que participantes com alta justificação do sistema percebem menos desigualdade (Goya-Tocchetto et al., 2024).

Assim, fica evidenciado que muitas pessoas, ao justificarem o status quo, percebem menos desigualdade e, quanto mais a distribuição salarial é percebida como justa, menor a desigualdade é percebida e maior é a resistência a políticas redistributivas, independentemente dos dados socioeconômicos dos participantes. Em conjunto, os achados reforçam que a justificação do sistema possui um papel crucial na forma como as pessoas percebem a disparidade de renda e consequentemente na forma como se relacionam com o tema, o que, em última análise, afetará a percepção sobre pessoas pobres e o classismo a elas direcionado (Goya-Tocchetto et al., 2024).

Dessa forma, embora os estudos apresentados não abordem diretamente o tema do classismo, é visível o impacto da justificção do sistema na oposioão a políticas de distribuioão de renda, comportamento que afeta diretamente a populaoão pobre.

O Classismo e as Explicações de Nível Posicional

No nível de análise posicional, a Teoria da Identidade Social (TIS) (Tajfel, 1982) ajuda a compreender como as pessoas percebem as relações das classes sociais a partir de seus lugares de pertencimento no extrato social. Por exemplo, pessoas ricas tendem a homogeneizar e exacerbar suas diferenças em relação às pessoas pobres. No entanto, como aponta Lima (2024), além de auxiliar na compreensão da formação de normas que valorizam o grupo de pertencimento – endogrupo - a teoria, também, estabelece uma relação entre os processos identitários e as ideologias de mudança e mobilidade social, como será observado a seguir. Apesar disso, em geral, o paradigma proposto por Tajfel é mais comumente associado a uma teoria de autocategorização, portanto situando-se no nível posicional.

A TIS propõe que o reconhecimento de pertença grupal de um indivíduo é uma condição suficiente para que ocorra favorecimento de seu grupo (endogrupo) e hostilidade a outro grupo (exogrupo). Ademais, a identidade social não seria somente o resultado da identificação do indivíduo como parte de um determinado grupo social, pois também está em função dos processos de comparação social, da percepção de semelhanças e diferenças entre o endogrupo e o exogrupo e entre os membros de um grupo com os outros membros do mesmo grupo (Tajfel, 1974, 1982).

Para tanto, Tajfel (1974, 1982) apresentou a vinculação entre a categorização social e as relações intergrupais como maneira inicial da discriminação. Os estudos realizados por Tajfel et al. (1971) explicam essa relação, baseados no Paradigma do Grupo Mínimo (PGM). Nessa condição nenhum tipo de interação entre os participantes

ocorre, os grupos são anônimos e sem qualquer ligação instrumental ou racional nos critérios de formação, as respostas dos participantes não possuem valor utilitário, porém as estratégias de respostas de diferenciação entre grupos estão em competição com estratégias baseadas em princípios racionais/utilitários e as respostas consistem em decisões reais sobre a distribuição de recompensas.

Os estudos demonstraram que as pessoas agem em relação à categorização grupal e ao favorecimento dos membros do seu grupo, destacando que o benefício do próprio indivíduo não era afetado. Além disso, mesmo quando a pessoa poderia escolher entre uma vantagem de maior para todos e uma menor vantagem, mas com maior diferença entre membros do grupo, a segunda opção era mais escolhida. Os achados desses experimentos apontam que não são necessários contextos de conflitos reais de interesse para que o indivíduo considere relevante uma separação entre grupos e para que ocorra favorecimento do próprio grupo (Tajfel et al., 1971). No entanto, a proposta teórica inicial, a partir do PGM, não explicava como o processo de identidade social ocorria em relação a grupos sociais desvalorizados socialmente, em que o próprio indivíduo pode identificar seu grupo a partir de uma perspectiva negativa, com é o caso do grupo que se identifica como pobre (Dechamps & Moliner, 2009).

O estudo realizado no contexto brasileiro por Moura Jr. e Ximenes (2016) ilustra bem a situação. Os autores analisaram os papéis sociais que constituem a identidade social de pessoas em situação de pobreza e identificam seis papéis que reforçam a percepção negativa do grupo. Assim, foram identificados dois grupos predominantes, um formado pelos papéis sociais associados a um processo de fatalismo, em que os indivíduos tendem a aceitar sua condição de pobreza sem questionamento, - “conformado”, “crente em Deus como responsável por tudo” e “mártir” - e outro formado por papéis que reforçam uma visão depreciativa da pessoa em situação de pobreza – “vagabundo”, “causa das mazelas

sociais” e “culpado pela própria situação”. O que além de estruturar a percepção da identidade dos indivíduos em situação de pobreza de forma negativa, reforça e legitima os mecanismos de exclusão e opressão que perpetuam a desigualdade social e afeta a autoestima social dos indivíduos.

Nesse sentido, Destin et al. (2017) realizaram uma revisão sobre o conceito de status socioeconômico que integra estudos sobre o tema e as pesquisas sobre identidade. Os autores apresentam uma perspectiva em que o status socioeconômico seria um conjunto de aspectos relacionados à posição social de um indivíduo na sociedade, vinculado tanto a aspectos objetivos de acesso a recursos - renda, nível educacional e ocupacional -, como a aspectos subjetivos, que envolvem a posição social percebida. Dessa forma, por exemplo, ter acesso a mais ou menos recursos financeiros pode levar as pessoas a interagirem com o mundo de formas sistematicamente diferentes, tanto por aspectos objetivos de relações com a sociedade como subjetivos de autopercepção.

Nesse sentido, o status socioeconômico é situado como uma identidade e os autores propõem uma abordagem que possa expandir a investigação acerca da compreensão fluida de status socioeconômico das pessoas e grupos, influenciando pensamentos, sentimentos e comportamentos e que se relaciona a identidades e narrativas sociais. Assim, a proposta de Destin et al. (2017) combina identidade e status socioeconômico em um construto que pode contribuir para a análise dos efeitos do classismo em diferentes domínios da vida dos indivíduos.

O conceito de identidade social considera também variações, não é algo descrito de uma forma estática, mas relacional e processual. Desse modo, se um grupo é socialmente desvalorizado ou encontra-se em situação de ameaça social, uma pessoa pertencente ao grupo poderá agir mais como indivíduo – mobilidade social - ou como membro de um grupo - competitividade social (criatividade ou mudança social). Na

situação de mobilidade social, quando existe flexibilidade social, ocorre o abandono do grupo para que o indivíduo possa deslocar-se de um grupo para outro não envolvendo nenhum grave conflito de valores. Por outro lado, a criatividade social está relacionada à valorização de características desvalorizadas socialmente por serem associadas ao grupo, uma forma de reversão dos padrões negativos. E a situação de mudança social contribui para a permanência do indivíduo no grupo e ocorre quando existe alguma consciência de que a realidade social vigente não é a única possível e que algumas práticas podem favorecer alternativas para ela (Tajfel, 1982).

Dessa forma, os problemas da identidade social de grupos socialmente desvalorizados podem ser resolvidos a partir de três maneiras principais ou da associação entre elas: (1) tentar parecer mais com o grupo “superior” - como quando uma pessoa pobre busca mimetizar padrões de consumo ou modos de falar associados às classes médias e altas; (2) ressignificar as características do grupo vistas como inferiores para que se tornem diferenciações positivas, como valorizar os saberes e a criatividade popular ou da estética periférica; e (3) criar características do grupo como diferenciação positiva a partir de ações sociais ou difusão de novas ideologias, como a ação de movimentos sociais que afirmam a identidade periférica e o desenvolvimentos de projetos culturais que posicionam a favela como espaço de produção de conhecimento (Tajfel, 1982). Esse contexto pode ser associado ao que Jost e Banaji (1994) descrevem como justificativas de grupo associada à manutenção de uma imagem favorável do próprio grupo, que em determinadas situações ocorreria independentemente da necessidade de justificar o sistema.

Nesse sentido, estudos de crença na meritocracia também ajudam na compreensão das estratégias de mobilidade social, pois a crença prescritiva na meritocracia, acreditar que ela existe dentro de um sistema social que funcionaria, pode estimular essa estratégia.

Assim, portanto, a posição social na qual encontram-se indivíduos de determinados grupos sociais seria instável a longo prazo, caso eles se esforcem para que tal mudança ocorra (McCoy et al., 2013; Zimmerman & Reyna, 2013).

Essa aparente fluidez perceptiva de mobilidade social pode enfraquecer a compreensão especificamente da classe social como identidade, reduzindo inclusive a consciência das pessoas sobre seu status de classe social. No entanto, em contextos em que se possibilita a comparação entre pares, como o contexto universitário, a diferença de classes torna-se mais saliente, situação em que distintas justificações podem ser elaboradas para amenizar as diferenças percebidas – até mesmo pelo grupo privilegiado, que pode se sentir culpado pela posição que ocupa (Thomas & Azmitia, 2014). Assim, abordar as classes sociais a partir da identidade social é uma estratégia de investigação que pode auxiliar na compreensão das manifestações do classismo, mesmo em contextos em que esses grupos sociais diferentes convivem de maneira próxima, como é o caso do Brasil.

O Classismo e as Explicações de Nível Interindividual

No nível interindividual estão situadas teorias que tratam sobre a agressão, redes de comunicação, aprendizagem e comparação social (Doise, 1980). Nesse sentido, o Modelo de Conteúdo dos Estereótipos (MCE) (Fiske et al., 2002) indica como as interações entre indivíduos são permeadas pelos estereótipos sobre determinados grupos sociais. Isso pode estar relacionado ao fato de que mesmo que um determinado grupo tenha estratégias para elaborar percepções positivas sobre o mesmo, a forma como o grupo é visto socialmente interfere nas relações sociais produzidas.

Fiske et al. (2002) propõem o MCE com base na premissa de que os estereótipos podem assumir formas ambivalentes. Dessa maneira, os grupos sociais podem ser associados a características consideradas socialmente positivas e negativas ao mesmo

tempo, o que ajuda a definir seus “lugares sociais”. De acordo com esse modelo, os estereótipos podem ser compreendidos em duas dimensões: sociabilidade e competência. O conteúdo dos estereótipos não reflete uma simples antipatia, ao invés disso, as dimensões podem ser avaliadas de formas diferentes, sendo uma percebida de maneira positiva e, concomitantemente, a outra de forma negativa. O que explica esse aparente paradoxo de um mesmo grupo social ser associado a características favoráveis e pejorativas simultaneamente.

As dimensões dos estereótipos resultam de interações interindividuais. Assim, podem estar relacionadas aos objetivos de um encontro entre indivíduos ou membros de um grupo, o que envolve a intenção e a capacidade dos mesmos, e se associa respectivamente às relações interpessoais (sociabilidade) e à competição de mercado de trabalho (competência). Esses estereótipos híbridos podem funcionar como apaziguadores para grupos desfavorecidos e como promotores do sistema de privilégios vigente para os grupos já favorecidos (Fiske et al., 1999, 2002; Glick & Fiske, 1996, 2001)

Fiske et al. (2002) realizaram quatro estudos com o objetivo de testar esse modelo teórico proposto, analisando, a partir das dimensões da sociabilidade e da competência, o conteúdo dos estereótipos de diferentes grupos sociais. Todos os estudos focaram em estereótipos culturais percebidos, visto que o conteúdo de estereótipos pode resultar de uma visão pública compartilhada pelos grupos.

Além disso, o modelo identifica as emoções associadas ao conteúdo dos estereótipos, que ajudam a manter as hierarquias sociais percebidas pelos indivíduos, o que pode ser explicado em conjunto às propostas teóricas da identidade social (valorização endogrupal) e da justificação do sistema (confiança no sistema), apresentadas anteriormente. Por exemplo, para os grupos “invejados” - avaliados com alta competência e baixa sociabilidade – a competência explica o sucesso, justificando o

sistema meritocrático, enquanto a sociabilidade justifica a tomada de medidas contra o grupo, que estaria preocupado apenas com seus objetivos. Já para grupos vistos como dignos de piedade - avaliados com alta sociabilidade e baixa competência - o paternalismo se revela, portanto o grupo está em um status social de subordinação devido à baixa competência, o que apoia a lógica da meritocracia, mas é visto com simpatia, assim sendo, não teriam tendência e nem capacidade de prejudicar os membros do endogrupo (Fiske et al., 2002).

Entretanto, as emoções não se encontram apenas em polos de conteúdos mistos, alguns grupos são avaliados em perspectivas completamente negativas ou positivas. Os grupos “desprezados” - quando o grupo é avaliado com baixa competência e baixa sociabilidade - são vistos como parasitários, pois teriam intenções negativas em relação ao resto da sociedade, vistos como oportunistas e aproveitadores, pois não teriam capacidade de progredir na pirâmide social por conta própria. Já os grupos “admirados” - avaliados com alta competência e sociabilidade - seriam grupos de referências sociais, ou dominantes, grupos internos e seus aliados - devido ao favoritismo endogrupal, o que é associado também ao sentimento de orgulho (Fiske et al., 2002).

Os resultados dos estudos (Fiske et al., 2002) revelaram que os participantes das pesquisas avaliavam que a sociedade considerava, asiáticos, feministas, ricos e judeus como exemplo de grupos com alta competência e baixa sociabilidade; donas de casa, idosos, pessoas com deficiência e operários (blue-collar workers) como exemplo de grupos com baixa competência e alta sociabilidade; pessoas em situação de rua, pessoas pobres e beneficiários de serviços de assistência social como exemplo de grupos com baixa competência e baixa sociabilidade e, por fim, apenas membros dos endogrupos dominantes (classe média, estudantes brancos e cristãos) como exemplo de grupos com alta competência e alta sociabilidade.

Achados semelhantes foram reportados em estudos transnacionais produzidos por Durante e Fiske (2017). O conjunto de investigações realizadas pelos autores buscou avaliar como o modelo pode ser aplicado para compreender as variações de percepções de sociabilidade e competência associadas às classes sociais em diferentes contextos culturais e níveis de desigualdade.

O Estudo 1 utilizou dados de uma pesquisa realizada anteriormente (Durante et al., 2013), composta por 37 amostras de 27 países da Europa, Américas, Oceania, Ásia e África, que comparou se existem diferenças significativas na avaliação de competência e sociabilidade referente a ricos e pobres a partir da pontuação no índice que avalia desigualdade (Índice Gini). Os resultados elucidaram que a competência atribuída aos ricos foi significativamente maior do que a competência atribuída aos pobres, sendo estes percebidos como mais sociáveis que os ricos, independentemente dos níveis de desigualdades dos países. Entretanto, quanto maior a desigualdade, menor a competência atribuída a pobres. Desse modo, as autoras sinalizam que os conteúdos de estereótipos são mais negativos para o grupo de pessoas pobres em sociedades mais desiguais.

Durante e Fiske (2017), portanto, ampliam a compreensão proposta por Fiske et al. (2002) ao analisarem como os estereótipos de classe social variam a depender dos níveis de desigualdade de um país. Enquanto o modelo original de Fiske et al. (2002), realizado no contexto estadunidense, posicionou os pobres no quadrante de baixa competência e baixa sociabilidade — associado ao desprezo —, os resultados das pesquisas realizadas em diferentes países revelam que em países mais desiguais, os pobres são percebidos de forma ambivalente, com baixa competência, mas alta sociabilidade — o que é associado ao paternalismo. Esse achado pode ser relacionado, também, a uma estratégia de justificação do sistema e apaziguamento das relações mais desiguais de classe.

Nos Estudos 2 a 4, realizados com participantes dos Estados Unidos, as autoras buscaram compreender as avaliações individuais (Estudos 2 e 3) sobre grupos sociais de classe alta, média e baixa, e exemplares individuais (Estudos 3 e 4) por meio de descrições de personagens fictícios representando essas classes e distribuídos de forma randômica. A distribuição dos participantes dos estudos se aproximava da distribuição de classes sociais da população estadunidense, com alto percentual se reconhecendo como classe trabalhadora ou baixa, classe média e minoria de classe alta e maioria branca. Nesses casos, os achados se assemelham aos encontrados nas pesquisas em outros países. De forma geral, os indivíduos de classe baixa foram percebidos como mais sociáveis do que competentes e a classe média obteve avaliações mais equilibradas entre as dimensões. Já os indivíduos de classe alta foram consistentemente avaliados como mais competentes do que sociáveis, independente da forma de avaliação, se sobre grupos ou exemplares.

Semelhante ao que ocorreu em um estudo brasileiro (Lima & Leite, 2021), no qual os autores utilizaram um delineamento experimental 2x2x2 para manipular cenários envolvendo grupos brancos e negros descritos como bem ou mal sucedidos e amáveis ou frios. Os resultados indicaram que a atribuição de competência foi influenciada pelo status social, observando-se que o conteúdo dos estereótipos é sensível ao contexto e pode funcionar como mecanismo de legitimação das posições sociais desiguais.

Deste modo, os resultados sustentam a proposta de que a ambivalência nos estereótipos de classe (competente/não-sociável para ricos; sociável/não competente para pobres) é uma tendência, mas está também relacionada à estrutura social e à desigualdade econômica. Dessa forma, os resultados de Durante e Fiske (2017) não contradizem diretamente Fiske et al. (2002), mas refinam e expandem a compreensão sobre os estereótipos dirigidos aos grupos de classe social baixa a depender dos grupos que respondem às pesquisas e os contextos sociais que se apresentam. Ademais, as dimensões

de competência e sociabilidade proposta pelo Modelo de Conteúdo de Estereótipos se revelam úteis para compreender os estereótipos de classe em diferentes níveis analíticos, desde os sociais até os interindividuais, evidenciando seu potencial para explicar como estes operam na legitimação das hierarquias sociais.

O Classismo e as Explicações de Nível Intraindividual

Por fim, no nível intraindividual, a Teoria da Dominância Social (TDS) (Sidanius & Pratto, 1999) indica que determinadas pessoas tendem a endossar mais as hierarquias sociais, o que contribui para o classismo, mesmo quando fazem parte do grupo social de pessoas pobres. De acordo com a proposta teórica, essa tendência está relacionada ao nível de Orientação à Dominância Social (ODS) que cada indivíduo possui, um fator individual que afeta a maneira como as pessoas interagem com os grupos sociais. A TDS relaciona o preconceito a uma tendência humana universal para formação de hierarquias e dominação social na qual alguns grupos têm poder sobre outros. Essa teoria propõe que as relações de dominação variam de sociedade para sociedade, mas prevalecem enquanto divisões (Sidanius & Pratto, 1999; Sidanius et al., 2004).

Algumas dessas divisões são universais, como as baseadas em gênero e idade, por apresentarem significância funcional, e outras são mais arbitrárias, como origem geográfica ou classe social, e estariam relacionadas à competição por excedentes econômicos (Sidanius & Pratto, 1999; Sidanius et al., 2004). Nessa perspectiva, as hierarquias, além de emergir de processos sociais e históricos, contribuiriam para a “estabilidade social” ao promover ideologias amplamente aceitas que justificam e naturalizam as desigualdades (Brown, 2010; Duckitt, 2001; Sidanius & Pratto, 1999).

A TDS propõe que as pessoas teriam diferentes níveis de Orientação à Dominância Social (ODS) (Sidanius & Pratto, 1999). Assim, a ODS seria uma predisposição individual para preferir relações intergrupais hierárquicas em detrimento

da igualdade entre os grupos sociais. Um traço individual, mas que emerge e se fortalece em contextos estruturais específicos. A ODS, portanto, representa o grau com que os indivíduos endossam mitos legitimadores que sustentam a desigualdade, tais como estereótipos, ideologias meritocráticas, ou crenças na inferioridade natural de determinados grupos (Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999).

Uma meta-análise, realizada por Sibley e Duckitt (2008), que buscou avaliar a relação entre a ODS e características de personalidade encontrou vários estudos que demonstraram correlação negativa entre a ODS e os traços de amabilidade, sugerindo que pessoas menos empáticas e cooperativas tendem a apresentar maior orientação à dominância social. Outros estudos verificam que a ODS está positivamente correlacionada a atitudes discriminatórias e políticas que reforçam a desigualdade, como apoio à pena de morte, políticas antimigratórias, ou oposição a ações afirmativas (Sidanius et al., 2017).

Embora se apresente como um traço individual, é importante frisar que a ODS não equivale à dominância pessoal, pois está relacionada à forma que o indivíduo percebe como devem se dar as relações entre grupos sociais, não necessariamente o desejo pessoal de o indivíduo exercer controle direto sobre outros. Dado que pessoas pertencentes a grupos historicamente desfavorecidos podem aderir a ideologias que reproduzem a própria opressão. O que parte da crença de que, para o melhor funcionamento da sociedade, ela deve ser organizada de modo hierárquico, assim, alguns grupos estarão em posições superiores e outros em posições inferiores (Sidanius et al., 2017)

Partindo desses pressupostos, um ponto considerado relevante a respeito da TDS é o conceito de mitos legitimadores. Esse conceito ajudaria a compreender como os estereótipos e preconceitos, que seriam mitificações, contribuem para a manutenção dos

comportamentos discriminatórios e do status quo entre “dominadores” e “dominados”(Brown, 2010).

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Sainz e Jiménez-Moya (2023) teve como ponto de partida evidências anteriores de que grupos de baixo status socioeconômico tendem a ser percebidos como menos humanos do que grupos de alto status, o que tem consequências significativas na propensão a apoiar políticas de mudança social. A partir disso, os autores buscaram investigar os possíveis fatores que explicam esses achados. Assim, realizaram diferentes estudos com o objetivo de testar o efeito das variáveis ideológicas sobre o *gap* de humanidade percebido entre grupos de baixo e alto status socioeconômico e o apoio a políticas de mudança social.

Em um estudo com 521 participantes mexicanos, os resultados indicaram que ODS, Justificação do Sistema (JS) e Classicismo Hostil (CH) são preditores do *gap* de humanidade que desencadeia processos atributivos, que associam a responsabilização do indivíduo sobre seus status socioeconômico e elevam à rejeição de políticas de mudança social. Para testar os efeitos causais das variáveis, foram realizados mais três estudos experimentais, com 631 participantes mexicanos divididos em 206, 212 e 213, em que manipularam ODS, JS e CH, e solicitaram que os participantes assumissem um posicionamento ideológico específico em um cenário fictício - sociedade Bimbola (ver Jetten et al., 2015). Os resultados corroboraram os estudos anteriores e sugerem que as variáveis ideológicas desencadeiam diferenças na humanização dos dois grupos – baixo e alto status socioeconômico – vistos como responsáveis por sua condição econômica que, portanto, não merecedores de políticas sociais de redistribuição de renda (Sainz & Jiménez-Moya, 2023).

Dessa forma, especificamente sobre a orientação à dominância social, é possível constatar que a tendência de perceber que alguns grupos devem ocupar posições

superiores de forma natural influencia nas atribuições sobre pobreza e apoio a políticas sociais. Ademais, a crença de justificação do sistema e a desvalorização explícita de grupos de baixo status socioeconômico também se associam a essas percepções de que as pessoas são pobres por falta de esforço e que, portanto, não devem receber apoios sociais (Sainz & Jiménez-Moya, 2023).

O Classismo e Explicações que Integram Níveis de Análise

Considerando as teorias discutidas nas seções anteriores, bem como os estudos empíricos expostos em diálogo com essas propostas teóricas, é perceptível que, quando um fenômeno social é investigado, adotando-se a lógica dos diferentes níveis de análises e respectivamente diferentes perspectivas teóricas, é possível acessar uma compreensão mais abrangente sobre o fenômeno. Assim, quando esses níveis de análises são articulados, chega-se mais próximo da complexidade presente no contexto social, se está no campo da análise psicossocial.

Nas pesquisas apresentadas sobre o classismo, percebe-se que, a cada investigação, uma espécie de lupa, focalizando em aspectos específicos, ou telescópio, compreendendo o fenômeno em uma articulação ampliada é colocado para que a investigação seja percebida. No entanto, quando, em uma mesma pesquisa, mais de um nível de análise é alcançado e articulado, amplia-se a possibilidade de se pensar sobre a resolução de problemas reais da sociedade (Camino, 1996). Nesse sentido, apresentam-se aqui duas propostas teóricas que articulam níveis de análise, uma que propõe a investigação de diversos fenômenos sociais, incluindo o classismo, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici.1961/2012), e outra específica para o tema, o Modelo do Classismo Ambivalente (Jordan et al., 2021)

Teoria das Representações Sociais

As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 2001). Elas designam tanto um produto quanto um processo, envolvem conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, semelhantes aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais (Valsiner, 2003). Essas representações são a versão contemporânea do senso comum, que moldam percepções e comportamentos diários e mediam as relações entre indivíduos e grupos, influenciando a forma como indivíduos interpretam e respondem aos eventos sociais (Moscovici, 1981). Dessa forma, a atenção se volta tanto para as formas como o conhecimento grupal são socialmente compartilhadas, quanto para os processos cognitivos individuais. Assim, as representações sociais são capazes de influenciar comportamentos das pessoas pertencentes a um grupo social e, ao mesmo tempo, são entendidas como dinâmicas, pois podem modificar-se, diferenciar-se e circular em diferentes esferas sociais (Moscovici, 2003).

Moscovici (1961/2012) defende que elementos desenvolvidos e apresentados pela ciência são reinterpretados ao chegarem ao conhecimento do senso comum. Isto é, partindo das denominações do autor, saem do universo reificado e passam a compor o universo consensual. Portanto, o senso comum elabora e compartilha formas coletivas de interpretação da realidade, “teorias do senso comum”, chamadas de representações sociais, que podem ser compreendidas a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS). Dessa forma, seria possível investigar e compreender como são as interpretações das pessoas perante a realidade, por exemplo, o que entendem por pobreza e pessoas pobres, e como agem diante das problemáticas sociais, como se posicionam em relação às pessoas pobres e a políticas públicas relacionadas à distribuição de renda e redução das desigualdades sociais.

A partir da proposta inicial da TRS, três diferentes modelos teóricos foram desenvolvidos (Dechamps & Moliner, 2009). O primeiro, abordagem sociogenética, elaborado por Moscovici (1961) e aprofundado por Jodelet (1989), possui maior foco na construção da representação. O segundo, desenvolvido por Abric (1987), a abordagem estrutural, que descreve a estrutura interna das representações sociais. O terceiro, idealizado por Doise (1990), abordagem societal, concentra-se nas relações das representações sociais com as interações entre indivíduos.

Na abordagem sociogenética ou processual, as representações sociais são geradas por dois processos: a Ancoragem e a Objetivação, processos intrinsecamente ligados (Moscovici, 1984; Moscovici, 2012). A ancoragem é concebida pela classificação/categorização daquilo que é percebido enquanto algo estranho comparado a algo já conhecido nos esquemas prévios, implica em associar novas informações a conceitos já estabelecidos, influenciando a percepção através de categorias familiares. Nesse processo, as categorias e escolha dos conteúdos de ancoragem são sociais, pois relacionam-se com os grupos dos quais os indivíduos fazem parte. Assim, as formas como os indivíduos se posicionam em relação a determinadas categorias e, conseqüentemente, as representações sociais construídas podem ser relacionadas à identidade social (Moscovici, 1984; Moscovici, 2012; Vala & Castro, 2017; Wagner, & Hayes, 2005).

A objetivação se caracteriza pela maneira de perceber esse um objeto social estranho como parte de uma realidade, é a simplificação de um conceito - algo inicialmente abstrato torna-se tangível, material, e visto como uma realidade natural. Para que isso ocorra existem subprocessos que se relacionam com esse percurso de simplificar uma ideia, conceito ou problema complexo, a saber: (1) personificação, ao dar nome ou um rosto específico; (2) figuração, ao usar imagens e metáforas, e (3) ontologização, ao

atribuir uma existência concreta (Cabecinhas, 2009; Moscovici, 1984; Vala & Castro, 2017; Wagner, & Hayes, 2005).

Importante ressaltar, contudo, que só existe representação social relativa a um objeto social, que está na relação triangular Objeto-Ego-Alter, ou seja, a representação social existe a partir de uma relação do sujeito (Ego) que é relativa a um objeto (Objeto), que, porém, envolve as relações sociais e a intersubjetividade (Alter). Assim, para que um objeto seja considerado social, não necessariamente ele precisa ser algo material, podendo ser simbólico ou imaginário, todavia, ele precisa ser reconhecido por um grupo, comunidade ou cultura como algo que pode ser nomeado, caracterizado e comunicado e que contribua com a realidade na qual os indivíduos se inserem (Sousa & Chaves, 2023).

Compreendendo o impacto das representações sociais sobre a pobreza nas relações sociais e a sua construção na esfera pública, com alta contribuição da imprensa, um estudo que adotou a abordagem processual das RS investigou 274 artigos que tratavam sobre pobreza em quatro jornais britânicos nos anos de 2001 e 2011 (Chauhan & Foster, 2013). O estudo identificou que as reportagens se encaixam em três principais temas: pobreza doméstica - subdividida em “pobreza infantil”, referente a crianças que nascem em lares já empobrecidos; “pobreza energética” associada à incapacidade dos lares de pagar aquecimento no inverno e debates sobre ações governamentais -, e pobreza estrangeira, referente aos imigrantes, e a ancoragem de eventos sociais ameaçadores.

Os resultados indicaram que os grupos de pobres foram classificados em dois opostos: os “pobres merecedores” - representados ao falar da pobreza doméstica como crianças e idosos (a “pobreza energética”, incapacidade dos lares de pagar aquecimento no inverno, é apresentada como um problema específico dos idosos), retratados com simpatia e compaixão; e outro os “pobres indignos”- representados pelos pais das crianças que não querem trabalhar, os beneficiários de ações do governo, os pobres que estão fora

do país e os imigrantes, retratados como preguiçosos, dependes, fardo para os contribuintes e perigosos (Chauhan & Foster, 2013).

Na abordagem estrutural, busca-se investigar os elementos que compõem a representação social. As representações sociais seriam ao mesmo tempo, estáveis e móveis, fixas e flexíveis, e expressam tanto o consenso grupal, como as idiossincrasias interindividuais. Assim, podendo apresentar características aparentemente paradoxais, opostas, mas que compõem o contexto social no qual o objeto pesquisado se situa (Abric, 2001; Sá, 2002).

Nessa abordagem as representações sociais são formadas por Núcleo Central (NC), que se caracteriza por sua função geradora e organizadora e elementos periféricos, localizados na Primeira Periferia (PP), composto por elementos que ainda não formam o núcleo central, mas já são mais socialmente partilhadas, Zona de Contraste (ZC), constituída por elementos que podem ser complementares à PP ou estão em contraposição aos aspectos abordados no NC, apresentados por um grupo minoritário que mostra perspectivas distintas da maioria, e a Segunda Periferia (SP), que apresenta aspectos mais particularizados, ambos possuem maior aproximação entre a representação social com situações concretas e podem representar maior flexibilidade na representação, possuindo informações novas que se relacionam com as mudanças no contexto social. Ao mesmo tempo, componentes periféricos das representações podem tornar-se parte do NC com o passar do tempo, tendo em vista a possibilidade de mudanças de contextos mais duradouras (Abric, 2003; Sá, 1996; Wachelke & Wolter, 2011).

Adotando essa abordagem e considerando os índices alarmantes de pobreza na Argentina, uma pesquisa realizada em 2018 (Bastias & Barreiro, 2023) analisou as representações sociais sobre as pessoas em situação de pobreza em uma amostra de 605 estudantes universitários argentinos, utilizando a técnica de associação de palavras e a

análise prototípica. Os resultados sugerem que a representação social sobre a pobreza possui um NC que equipara pobreza à indigência. Observou-se que a falta de acesso a serviços básicos, como água, eletricidade, esgoto, gás natural e conectividade estariam fora da noção de pobreza adotada pelos participantes do estudo. Entretanto, elementos periféricos que apresentam aspectos voltados para outros direitos sociais, como educação, moradia, trabalho e saúde, sinalizam uma possível mudança no que é visto socialmente como pobreza e uma aproximação ao conceito de pobreza multidimensional.

Desse modo, é possível identificar, pelo menos entre estudantes universitários, uma transformação em andamento para toda a representação social da pobreza. Esse aspecto é relevante para compreender ações voltadas para a população em situação de pobreza que são profundamente afetadas pela forma como a sociedade representa e pensa sobre essa população (Bastias & Barreiro, 2023).

Na abordagem sociodinâmica, Doise (1992) propõe a relação entre a cognição individual e o pensamento social. Dessa forma, considera que os conjuntos de regras, normas e valores sociais operam na regulação do sistema cognitivo e que isso ocorre também a partir da posição social que os indivíduos se encontram na estrutura social.

Assim, o autor descreve três formas de ancoragem, as quais são apresentadas a seguir, e sinaliza que essa abordagem integra diferentes níveis de análise. A ancoragem psicológica, que considera a forma como as crenças e valores influenciam nas relações simbólicas entre indivíduos com os outros e pode ser mensurada por medidas psicométricas. A ancoragem sociológica, que ocorre a partir das experiências comuns de diferentes grupos sociais, levando em conta a posição social e o contexto compartilhado. Por fim, a ancoragem psicossociológica, que considera a relação entre as crenças pessoais e a dinâmica de relações sociais, considerando a posição social ocupada por indivíduos que pertencem a grupos ou categorias sociais (Doise, 1992).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) tem sido amplamente utilizada para investigação de estudos sobre preconceito, tanto no âmbito nacional quanto internacional e mostra-se como uma teoria adequada ao estudo do tema (Doise, 2002). Embora Doise (1992) proponha uma análise também quantitativa das representações sociais, dois estudos qualitativos realizados no contexto brasileiro (Accorssi & Scarpo, 2016; Alencar, 2021), adotando a perspectiva societal, retratam bem as diferentes representações sociais que um mesmo tema pode ter a depender dos grupos sociais aos quais os participantes da pesquisa pertencem.

O estudo realizado por Alencar (2021) teve como objetivo compreender as representações sociais de juristas da área criminal processual de Salvador sobre indivíduos em situação de pobreza. Para tanto, foram entrevistados 10 juristas atuantes em Varas do Sistema de Juizados Especiais Criminais de Salvador, com perguntas sobre conceito de pobreza, a relação entre pobreza e criminalização e vinculação do trabalho dos participantes com pessoas pobres.

As respostas dos participantes foram divididas entre 6 classes: “Papel do Estado”, “Estrutura de classes”, “Contexto profissional”. “Respostas aos crimes”, “Caracterização da pobreza” e “Tipos de Crime”. As classes sinalizaram, respectivamente, a ausência do Estado como causa da pobreza, a compreensão da formação historicamente estratificada em classes no Brasil, o público atendido pelos participantes como caracterizado, em sua grande maioria, proveniente de pessoas de classes sociais que vivem em situação de pobreza, frustração em relação à justiça e caracterização dos tipos de crime associados a pessoas de classes sociais baixas (Alencar, 2021).

Destarte, a representação social da pobreza apresentada pelos juristas encontra-se ancorada na desigualdade estrutural historicamente disseminada no Brasil, naturalizada pelos participantes, e que, de acordo com eles, é fomentada pelo Estado. Entretanto,

embora os participantes ocupem uma posição social de poder na aplicação da norma social representando um órgão do Estado, os juristas entrevistados não se colocaram como parte de tal estrutura mantenedora da desigualdade. Nesse sentido, a atribuição de causas estruturais para a pobreza é apresentada pelos participantes como algo externo a eles, o que contribui para a manutenção do status quo dominante, tendo em vista o local de poder ocupado pelos juristas (Alencar, 2021).

Já o estudo realizado por Accorssi e Scarpo (2016) teve como participantes 26 mulheres beneficiadas por programas ou atividades que compõem ações de combate à pobreza. O objetivo foi compreender, a partir das representações sociais da pobreza expressa por essas mulheres, alguns impactos psicossociais da pobreza. As autoras apresentam a representação social da pobreza ancorada em duas dimensões, uma socioeconômica – “‘Se compro o tênis, tem que apertar a barriga’: materialidades da pobreza”; “‘O dinheiro que vem suado é melhor’: significados do trabalho”; “‘Xeripás’: vidas sob o signo do esquecimento e do abandono”; e “‘Eles não acreditam em nós’: marcas da desconfiança” - e outra moral - “‘Sou pobre, mas limpinho e honesto’: expectativas sociais”; “‘Sou feliz na pobreza’: modos de lidar com o cotidiano”; e “‘A pobreza tá dentro da alma da gente’: processos de culpabilização do sujeito” - , sendo que o primeiro apresenta-se como um problema social e individual e o outro apenas como problema individual.

É possível observar que a representação social da pobreza apresentada pelas participantes da pesquisa é marcada por uma dualidade. Se de um lado mostram-se sentimentos de dor e sofrimento, seja pela falta de dinheiro, acesso a serviços básicos ou reconhecimento social, de outro, observa-se uma tentativa de reconhecimento do outro, por meio da incorporação de normas sociais que definem o pobre “bom” como alguém limpo, honesto, e trabalhador - um cumprimento de expectativas morais de outras classes

sociais. Apesar da aparente contradição, os dois processos contribuem para uma naturalização da desvalorização social das pessoas pobres, processo através do qual, ao mesmo tempo, as participantes negam o pertencimento ao lugar social do pobre e romantizam ou supervalorizam esse mesmo local, o que pode gerar sentimentos de acomodação (Accorssi & Scarpo, 2016).

Comparando os resultados dos dois estudos supracitados, observa-se que, embora sejam identificadas representações sociais que apresentam uma relação diversa com a realidade e se diferenciem em termos de conteúdo, ambas re-apresentam não só uma forma de conhecer a realidade, mas também de justificá-la. Enquanto os participantes do primeiro estudo não identificam responsabilizações individuais para a pobreza, as mulheres do segundo estudo percebem uma responsabilização de forma mais próxima e pessoal, seja de distanciamento ou de ressignificação da situação por questões morais.

Essas diferenças são especialmente influenciadas pelo pertencimento grupal dos participantes, mas ambas podem ser associadas a uma lógica de justificação do funcionamento do sistema. Nesse sentido, estudos que utilizam a Teoria de Justificação do Sistema contribuem para a compreender como pessoas que pertencem a grupos sociais desfavorecidos também podem endossar ideologias que as prejudicam. Além disso, é possível observar que a Teoria da Identidade Social, bem como o Modelo de Conteúdo de estereótipos, também podem contribuir nas interpretações acerca das representações sociais. São, portanto, teorias que podem também contribuir nas análises das representações sociais, integrando ainda mais as análises em diferentes níveis.

Modelo do Classismo Ambivalente

O Modelo do Classismo Ambivalente (Jordan, et al, 2021) também pode ser considerado como uma teoria que realiza articulação entre estudos de diferentes níveis de

análise. O modelo é relativamente novo e desenvolve-se a partir de investigações que buscam compreender o classismo como um dos aspectos da manutenção das desigualdades de classe e que impacta nas decisões de políticas públicas. O modelo amplia as abordagens de classismo ao reconhecer que as atitudes dirigidas às classes desfavorecidas não se manifestam exclusivamente de forma hostil, mas também em formatos aparentemente positivos que contribuem para a manutenção das hierarquias sociais. A partir de três dimensões: Classismo Hostil (CH), em que são apresentadas de maneiras explícitas opiniões e percepções negativas sobre pessoas pobres; Paternalismo Protetor (PP), associado à crença de que pessoas pobres precisam ser tuteladas por pessoas não pobres, pois não teriam capacidade de se cuidar; e Crenças de Diferenciação de Classe (CDC), percepção de que as pessoas pobres e não-pobres diferem em características intelectuais, culturais e morais. O modelo permite mapear diferentes padrões de crenças e sentimentos que operam tanto na justificação da ordem social, quanto na hierarquização das classes sociais.

Em uma revisão sistemática de literatura (Oliveira et al., 2024), realizada em fevereiro de 2024, apenas três artigos empíricos foram identificados (Jordan et al., 2020; Sainz et al., 2021; Sainz et al., 2023). No entanto, os entrelaces teóricos e complexidade de análises apresentadas nos materiais indicam a utilização desse modelo como uma proposta de investigação do classismo capaz de articular os diferentes níveis de análise apresentados neste capítulo.

Um dos principais achados, comum a todos os estudos, foi a prevalência do classismo benevolente sobre o hostil. Ainda que atitudes hostis sejam reconhecidas e mensuradas, a maior parte das amostras avaliadas demonstrou níveis mais elevados de paternalismo e diferenciação de classe. Isso sugere que, em sociedades com acentuada desigualdade, como Estados Unidos, México e Espanha, onde os estudos foram

conduzidos, a benevolência ambivalente em relação aos pobres desempenha papel de apaziguamento social e legitimação do status quo, em linha com as proposições da Teoria da Justificação do Sistema (Jost & Banaji, 1994).

O estudo de Sainz (2023), realizado com 1536 participantes, representativo da população espanhola em termos de sexo e região de origem na Espanha, ao empregar uma análise de perfis latentes, categorizou grupos de participantes conforme seus níveis combinados de CH e PP e identificou que a maioria se concentrava em perfis paternalistas e pouco generalizados, enquanto perfis altamente hostis eram minoritários. Tais resultados apontam para um ambiente psicossocial ambíguo, no qual os pobres são vistos como “dignos de cuidado”, mas simultaneamente considerados “inferiores” ou “incapazes”, o que limita o engajamento em políticas redistributivas e reforça lógicas meritocráticas seletivas. Nesse aspecto as análises se aproximam dos achados e das propostas de pesquisa que investigaram o Modelo de Conteúdo dos Estereótipos (Fiske et al., 2002; Durante & Fiske, 2017).

Esse aspecto pode ser relacionado, também, com os achados de Jordan et al. (2021) que apresentam que a representação mental do sujeito pobre influencia o tipo de classismo ativado. Os resultados apontaram que, ao imaginar pessoas em situação de rua, os participantes endossaram mais o CH em relação aos que imaginaram trabalhadores. Assim, características vinculadas à alta sociabilidade eram menos percebidas para o primeiro grupo – baixa competência e sociabilidade associadas ao desprezo – diferente do segundo grupo – baixa competência e alta sociabilidade associadas ao paternalismo. Assim, ao especificar quem seria a pessoa pobre os resultados corroboram tanto com os achados de Durante e Fiske (2017) quanto de Fiske et al. (2002).

Outra constatação relevante é que a adesão a visões classistas ambivalentes não se correlaciona fortemente com variáveis objetivas de status socioeconômico, como renda

ou ocupação, mas sim com orientação à dominância social, autoritarismo e justificação do sistema. Isso fortalece a tese de que o classismo, assim como outros preconceitos estruturais, não é apenas um reflexo da posição social, mas também um produto de internalizações simbólicas e culturais, passíveis de adesão inclusive por membros dos próprios grupos oprimidos. O que se vincula ao que a Teoria da Orientação à Dominância Social apresenta ao situar a hipótese da assimetria pela qual reconhece que ideologias legitimadoras estão diferentemente relacionadas ao favoritismo e às identidades intragrupais entre membros de grupos privilegiados e desvalorizados socialmente (Sidanius et al., 2004).

Adicionalmente, as lacunas identificadas nos estudos, como a ausência de intersecções com raça, gênero e território, e a limitada diversidade de amostras, majoritariamente compostas por pessoas de classe média, com amostras compostas majoritariamente por estudantes de graduação estadunidenses, indicam a urgência de investigações que considerem dimensões interseccionais e contextos latino-americanos, especialmente o Brasil, país marcado por tantas desigualdades. Ao passo que sinaliza para a necessidade de mais investigações acerca da relação do classismo e identidade social.

Sumário e Conclusão

Portanto, ao integrar os níveis de análise propostos por Doise (1980, 2002) - ideológico, posicional, interindividual e intraindividual - é possível observar que o classismo opera simultaneamente como estrutura cognitiva, padrão cultural, lógica de identidade social e mecanismo ideológico. Esse tipo de articulação teórica não apenas amplia o entendimento da manutenção das desigualdades de classe, como também oferece um referencial robusto para futuras pesquisas e intervenções psicossociais. Ademais, é relevante compreender, além das percepções sobre a temática, que fatores devem ser modificados para evitar a perpetuação do classismo. Entretanto, a escassa produção,

sobretudo em países com maiores níveis de pobreza e desigualdade, como é o caso do Brasil, revela a necessidade de estudo da temática do classismo em diferentes contextos sociais. Bem como investigações com grupos sociais representantes da população empobrecida.

Considerando esses aspectos, os capítulos seguintes desta tese buscam não só investigar como o preconceito contra pessoas pobres se manifesta em diferentes contextos sociais no Brasil, como também analisá-los por meio de uma diversidade de propostas teóricas da Psicologia Social. O que colabora não apenas na abertura de uma vertente de estudos sobre o classismo na Psicologia Social brasileira, mas, também, integra diferentes níveis de análise para compreender como o preconceito contra pessoas pobres se manifesta e contribui para a manutenção da pobreza.

Capítulo 2. A Lei da Vadiagem e a Criminalização da Pobreza

Resumo

A “Lei da Vadiagem” é um exemplo de como, historicamente, a pobreza é tratada como crime no Brasil e, apesar das tentativas de revogação, a lei permanece, o que pode ser compreendido a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS). Assim, este capítulo tem como objetivo analisar, a partir da TRS, os projetos de lei com proposta de revogação da chamada “Lei da Vadiagem”. Para tanto, foram analisadas as tramitações e justificativas dos projetos de lei com essa proposta. As justificativas foram analisadas utilizando a Classificação Hierárquica Descendente, no *Iramuteq*, e divididas em cinco classes: (1) “Definição da lei”; (2) “Inconstitucionalidade”; (3) “Insensibilidade penal”; (4) “Ordenamento jurídico medieval” e (5) “Crueldade além da legalidade”. Os resultados mostram que os projetos mais recentes focam em argumentos legais, enquanto os mais antigos destacam o caráter cruel da lei. A discussão, fundamentada na TRS, pondera sobre a importância da polarização acerca do tema para que algum tipo de mudança ocorra. Um sistema legislativo que favorece interesses específicos e reforça a desigualdade social pode ser relacionado com a permanência da lei.

Palavras-chave: lei da vadiagem; aporofobia; pobreza; legislativo; representações sociais; política.

Introdução

Em novembro de 2022, a Prefeitura de São Paulo lançou um edital chamado “Smart Sampa” para a contratação de um sistema de monitoramento por câmeras, com o objetivo de instalar 20 mil unidades até 2024. O intuito era identificar pessoas consideradas “suspeitas”. As câmeras utilizam reconhecimento facial para identificar transeuntes, além de analisar características como cor de pele, movimentos, atividades, situações de “vadiagem” e o tempo de permanência em determinados locais, comportamentos que poderiam ser classificados como suspeitos, conforme o documento (Augusto, 2022; Carta Capital, 2022).

Em dezembro do mesmo ano, após receber críticas de parlamentares e entidades, o edital foi temporariamente suspenso. A equipe do então prefeito Nunes Marques (MDB) defendeu a proposta do edital alegando que as críticas eram fruto de interpretações equivocadas e relatando que a iniciativa era uma estratégia de segurança pública e que podia e devia ser empregada também em políticas de segurança preventiva. Em resposta às críticas, o edital foi ajustado, removendo os termos “vadiagem” e “cor” (Estadão Conteúdo, 2022). Mesmo assim, o processo foi suspenso e retomado diversas vezes, tendo em vista que vários pesquisadores e instituições apontaram o risco de reprodução do racismo estrutural pela proposta e por violar a Lei Geral de Proteção de Dados, por serem captadas informações sem consulta. Entretanto, em maio de 2023, a justiça derrubou a liminar que impedia a contratação do sistema (G1, 2023). Em julho de 2024, a Prefeitura lançou novamente o edital de chamada pública (Secretaria Municipal de Segurança Pública da Cidade de São Paulo, 2024).

Essa situação pode ser relacionada ao histórico de criminalização da pobreza no Brasil e no mundo. A recusa em suspender completamente o edital, mesmo após sucessivas críticas, pode ser vista como um reflexo desse contexto político, no qual o

Estado Penal, de encarceramento da pobreza, se sobrepõe ao Estado Social, de combate à exclusão social (Andrade & Lira, 2021; Wacquant, 2001).

A chamada “Lei da Vadiagem”, art. 59 do Código de Contravenções Penais, que foi decretada durante o Estado Novo, Lei n. 3.688 (1941), é um exemplo explícito de como o Estado brasileiro historicamente trata a pobreza como crime. Essa lei prevê prisão de quinze dias a três meses, para aquele que: “Entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. Reforçando o histórico da criminalização da pobreza no Brasil, é importante destacar que esse trecho do decreto-lei define e criminaliza a vadiagem na legislação atual, mas diversas versões dessa criminalização podem ser encontradas em diferentes códigos penais ao decorrer da história do Brasil, como nas Ordenações Filipinas, em 1603, no Código Criminal do Império, em 1830, e no Código Penal da República, em 1891 (Poreli & Giannattasio, 2008).

Deste modo, essas legislações refletem a visão moral de que a pobreza e a falta de ocupação resultam de falhas pessoais, educativas ou morais, sendo influenciadas por tradições religiosas que associavam o trabalho à dignidade e a ociosidade à imoralidade e ao pecado, enquanto o ócio dos ricos era valorizado como elegante e nobre (Barros, 2021; Poreli & Giannattasio, 2008). Uma análise desse cenário revela que as medidas para combater a pobreza eram, na verdade, caracterizadas pela marginalização e eliminação dos pobres, através da punição e “correção” dos indivíduos, sem considerar fatores estruturais como o desemprego e a negligência do Estado (Borges, 2012; Garzoni, 2009).

A lei usada como ferramenta de controle e opressão cultural, especialmente contra a população pobre, resultou em prisões arbitrárias de pessoas que não haviam cometido

crimes (Santos, 2004; Poreli & Giannattasio, 2008). A aplicação dessas leis pela polícia frequentemente visava grupos marginalizados, como capoeiristas, escravizados libertos e pessoas negras em geral, perpetuando violência estrutural e racismo (Kokitsu, 2021; Teixeira et al., 2016; Terra, 2021).

A Lei de Contravenções Penais [LCP] foi estabelecida no ano de 1941, durante o governo de Vargas, chamado de Estado Novo. A novidade na lei tinha o intuito de regular a persecução penal de delitos considerados de menor potencial ofensivo. Entre esses delitos estavam a mendicância, o jogo e a vadiagem. Existia o discurso de que, ao combater esses pequenos delitos, seria possível evitar crimes de maior grandeza. A LCP era vista como um instrumento educativo, moralizador e preventivo e era utilizada para retirar os considerados indesejados de circulação, baseando-se na escola italiana da criminologia, que propunha uma abordagem científica do crime, que, muitas vezes, utiliza argumentos racistas (De Loyola, 2020). No entanto, desde a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, essa punição por vadiagem caiu em desuso, com poucas prisões baseadas nessa prática (Westin, 2023).

Entretanto, esse desuso da lei possui suas exceções como o proposto pela “Smart Sampa” em 2022, bem como em Pernambuco, em um edital semelhante, em 2024 (Madeiro, 2024), e os casos nos municípios de Assis, localizado no interior de São Paulo, e Goioerê, no interior no Paraná (Freire & Oliveira, 2010). No ano de 2009, em apenas um mês, 51 pessoas foram fichadas pela polícia pela contravenção de vadiagem em Assis. Essa prática punitiva passou a ser aplicada na cidade após a implantação, por um novo comando policial, de um programa de “Tolerância Zero”, que tinha como objetivo o combate à crescente onda de criminalidade na região. Essa política estabeleceu que o cidadão que fosse abordado pela polícia e não comprovasse uma ocupação profissional, sendo apto ao trabalho, poderia ser fichado em uma das delegacias da cidade, e teria um

prazo de até um mês, para que encontrasse emprego (G1, 2009; Terra, 2009). Em Goioerê, oito pessoas foram fichadas por vadiagem em 2010. Entretanto, a última prisão registrada no Ministério Público por vadiagem ocorreu em 1992 (Freire & Oliveira, 2010).

Embora amplamente criticada e em desuso gradual, essa lei ainda não foi oficialmente revogada, apesar das várias tentativas (Westin, 2023). As tentativas de revogação, no entanto, parecem refletir uma mudança na forma como a lei passou a ser percebida ao longo do tempo. Nesse âmbito, argumenta-se que ela é baseada em princípios inconstitucionais, uma vez que viola a garantia de uma sociedade livre e justa, que visa a promoção do bem estar de todos, sem qualquer discriminação, conforme previsto na Constituição Cidadã de 1988, e que, na verdade, durante muitos anos, essa lei possibilitou e perpetuou uma forma de violência estrutural contra uma parcela da população brasileira, em sua maioria formada pelos mais pobres (Borges, 2012).

Apesar de a Lei da Vadiagem ter sido utilizada efetivamente para prisões pela última vez em 1992, sua permanência no Código Penal ainda representa um perigo iminente. Os fichamentos nas cidades interioranas por vadiagem nos anos de 2009 e 2010 e os editais datados de 2022 e 2024 que citam “vadiagem” como comportamento suspeito são provas disso, especialmente em contextos de políticas públicas que priorizam a vigilância e o controle das populações vulneráveis. Ademais, em consonância ao uso da lei, a população pobre é a mais encarcerada e a mais morta pela polícia no Brasil (Naves & Almeida, 2023). De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, a política de encarceramento mantém o cárcere majoritariamente para jovens, negros e pobres, o mesmo ocorre em relação à letalidade policial em que o alvo preferencial são jovens negros, em sua maioria pobres e residentes das periferias (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Esses dados também ressaltam que o fato de a lei ainda não ter sido oficialmente

revogada permite sua eventual reativação ou reinterpretação em momentos de crise ou intensificação de medidas autoritárias. Fato que ocorreu durante a ditadura militar, quando pessoas negras, homossexuais, transsexuais e travestis foram especialmente alvo de repressão com ações justificadas pela “Lei da Vadiagem” (Lopes, 2020; Pires, 2018; Silva & Costa e Brito, 2017).

Esses aspectos aparentemente contraditórios que convivem em um mesmo tempo - de um lado as críticas, o desuso e as tentativas de revogação da lei, e de outro, em contraste, a retomada de sua aplicação por agentes públicos e a citação em propostas de políticas públicas - podem ser compreendidos a partir da perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS) que retroalimentam o classismo ambivalente. Essas representações moldam percepções e comportamentos diários e mediam as relações entre indivíduos e grupos, influenciando a forma como indivíduos interpretam e respondem aos eventos sociais (Moscovici, 1981).

As Representações Sociais (RS) podem ser entendidas como simultaneamente estáveis e móveis, fixas e flexíveis, refletindo tanto o consenso coletivo quanto as idiosincrasias interindividuais. Essa dualidade permite que as RS apresentem características aparentemente paradoxais, mas que, na realidade, compõem um contexto social sobre um determinado objeto. As RS são formadas por um Núcleo Central, contendo elementos estruturantes e principais da representação e que são difíceis ou demoram a se modificar, e por Elementos Periféricos, que apresentam elementos permeados pela prática social e sensíveis a um contexto mais imediato. Apesar da estabilidade do núcleo, os elementos periféricos têm o potencial de influenciar e até modificar, a longo prazo, o núcleo central da representação, conforme as práticas e discursos sociais se modificam (Abric, 2001). Dessa forma, a compreensão dessa estrutura acerca da “Lei da Vadiagem” pode ajudar a entender como coexistem

perspectivas que consideram a lei ultrapassada, ou inadequada, com outras que reforçam sua relevância.

Por outro lado, a permanência de determinados aspectos no núcleo central da representação também se relaciona com as relações de poder e de grupos sociais. Isso exige uma análise mais ampliada do fenômeno. Dito isso, faz-se relevante considerar as condições sociais que intervêm no raciocínio acerca da realidade social, bem como o posicionamento dos indivíduos. Assim, devem ser consideradas as três fases da representação social, de entendimento comum, de organização das tomadas de posição individuais e das figuras de ancoragem por tomadas de posições, bem como uma busca por considerar, nesta análise, diferentes níveis que vão desde o intraindividual até o ideológico (Doise, 2002, 2003; Elcheroth et al. 2011).

Essa análise ampliada deve ser considerada pois as produções culturais e ideológicas de uma sociedade ou de um grupo específico relacionam-se aos princípios gerais que criam e perpetuam diferenças sociais e influenciam comportamentos de indivíduos. Ademais, a ação política depende dos aspectos sociais e psicológicos mediante os quais a compreensão de mundo é reproduzida e que sempre envolvem uma posição política, o que supera a dualidade entre psicologia e política (Doise, 2002, 2003; Elcheroth et al., 2011)

Partindo desses aspectos, a permanência do artigo 59 no Código de Contravenções Penais, conhecida como “Lei da Vadiagem”, mantém a possibilidade de maior criminalização da pobreza e simboliza uma ameaça constante aos direitos fundamentais. Além disso, essa legislação, aliada a um sistema legislativo que muitas vezes privilegia agendas de interesses econômicos e políticos específicos, reforça a desigualdade social e dificulta o avanço de políticas que promovam inclusão e respeito aos direitos humanos (Andrade & Lira, 2021).

Nesse contexto, a TRS pode ser uma ferramenta relevante para compreender as dinâmicas que ocorrem nas casas legislativas, particularmente em relação aos projetos que propõem a revogação da referida lei. Embora as decisões de voto sejam individuais, os parlamentares estão inseridos em grupos políticos e refletem um contexto mais amplo da sociedade. Assim, este capítulo tem como objetivo analisar, a partir da TRS, os projetos de lei com proposta de revogação da chamada "Lei da Vadiagem".

Método

No presente estudo, foram analisados os Projetos de Lei (PLs) que propõem a revogação do artigo 59 do Código de Contravenções Penais. Para tanto, foi realizado um levantamento, em portais de notícias, de periódicos e do Congresso Nacional, para encontrar projetos de lei submetidos ao Poder Legislativo, posteriormente, foi efetuado o levantamento nas páginas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A análise dos PLs foi dividida em duas partes: uma que considerou o processo de tramitação detalhado de cada um dos PLs e outra que se deu por meio da análise das justificativas apresentadas nas propostas.

Para a análise das tramitações dos projetos legislativos, foi examinada toda a trajetória legal de cada projeto, incluindo suas passagens por comissões, datas relevantes e órgãos responsáveis. Nesta investigação, foram considerados aspectos como autoria, apresentações, avaliações, requerimentos, deferimentos, relatórios, pareceres, apensações e arquivamentos, que integram os trâmites legais desses projetos de lei. Todas as informações encontram-se acessíveis nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Após a análise das tramitações, as justificativas apresentadas pelos PLs foram transformadas em um *corpus* textual, no qual cada justificativa foi identificada por um número, posicionamento político dos parlamentares envolvidos (extrema esquerda,

esquerda, centro esquerda, centro e direita) e período da proposta (antes ou depois da pandemia). O posicionamento político foi classificado considerando os partidos dos parlamentares e a classificação proposta pelo Observatório das Eleições (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2020). Já o período da proposta foi classificado em antes e depois da pandemia, tendo em vista que, após a pandemia, ocorreu um considerável aumento no número de brasileiros pobres. Em 2021, após a pandemia, o número de pessoas pobres no Brasil foi o maior da série histórica desde 2012 (Neri, 2022).

Os dados foram analisados por meio do software IRAMUTEQ, que auxilia na análise de dados com recursos gráficos e estatísticos. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) foi utilizada para a realização de análise do *corpus*. O método de construção do segmento de texto definido foi o padrão do software. Em relação às formas de palavras ativas e suplementares, foram seguidos os parâmetros padrões do programa, com exceção dos advérbios que passaram da forma ativa para a suplementar, conforme indicam Camargo e Justo (2018).

Resultados e Discussão

Caracterização dos Projetos de Lei

Entre os anos de 1981 e 2023, foram protocolados nove PLs nos órgãos legislativos nacionais. Oito na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal, como é possível observar na Tabela 1. Todos compartilham nas suas redações a proposta de revogação do artigo 59 do Decreto-Lei nº. 3.688/1941 – Lei de Contravenções Penais.

Tabela 1

Informações dos Projetos de Lei encontrados

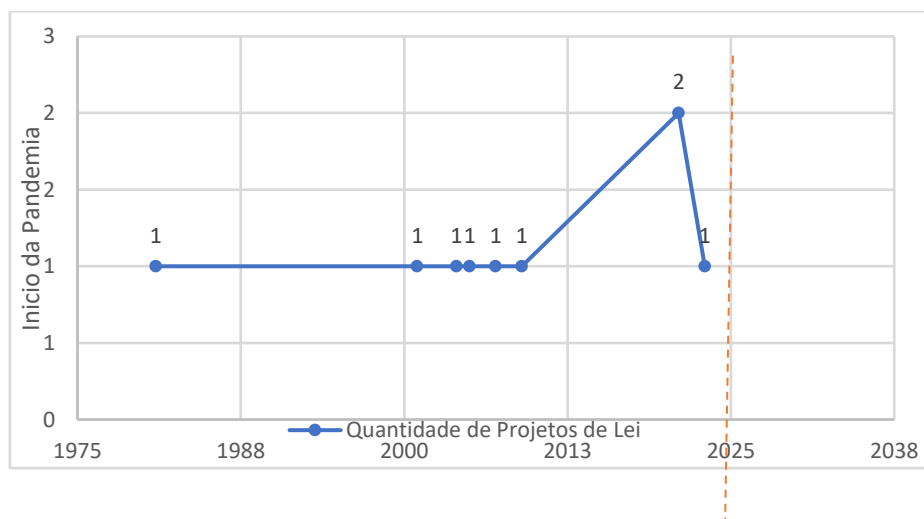
Ano	Autor(a)	Projeto de Lei
1981	Deputado Federal Walter Silva (PMDB-RJ)	4.429/1981
2001	Deputado Federal Marcos Rolim (PT-RS)	5.799/2001

2004	Deputado Federal José Eduardo Cardozo (PT-SP)	4.668/2004
2005	Deputado Federal Pastor Francisco Olímpio (PSB-PE)	4.977/2005
2007	Deputado Federal Pepe Vargas (PT-RS)	2605/2007
2009	Deputado Federal Dr. Talmir (PV-SP)	5.678/2009
2021	Deputado Federal Glauber Braga (PSOL-RJ)	3.158/2021
2021	Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)	1.212/2021
2023	Deputada Federal Laura Carneiro (PSD-RJ)	4.734/2023

Analisando a distribuição dos projetos ao longo dos anos, observa-se que houve um intervalo de 20 anos entre a primeira proposta e a segunda. A maioria das propostas concentrou-se no período de 2001 a 2009, com cinco das nove iniciativas ocorrendo nesse intervalo. É possível perceber, também, um aumento no número de projetos após o início da pandemia, com duas em 2021 e uma em 2023, como é possível observar na Figura 1.

Figura 1

Gráfico de dispersão dos Projetos de Leis em anos.



Em relação ao posicionamento político, considerando os partidos dos parlamentares na época que realizaram as propostas do projeto de lei e a classificação do Observatório das Eleições (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2020), é possível observar uma variabilidade de posicionamento político entre os proponentes, com exceção de partidos

de centro-direita e extrema direita. É importante, no entanto, situar que a classificação foi realizada no período após a ditadura e que em 1981, quando a primeira proposta foi realizada, o país ainda estava no período da ditadura e o então, MDB, que depois tornou-se PMDB, era o partido que representava a oposição ao regime ditatorial. Entretanto, de qualquer forma, a maioria dos PLs foram propostos por parlamentares que se encontram no espectro da esquerda, com cinco propostas, como observado na Figura 2.

Figura 2

Gráfico de exposição solar por partidos e posicionamento política



É interessante observar a variedade de posicionamentos políticos dos parlamentares que propuserem os PLs, o que corrobora a pesquisa realizada por Batista (2020), que comparou as temáticas de proposição legislativa dos deputados brasileiros e indicou pouca diferença na ênfase temática de atuação de parlamentares tanto de oposição como de coalizão ao longo dos anos de 1995 a 2014. Isso sinaliza que o processo de proposições está mais relacionado aos sujeitos do que a coordenações partidárias, aspecto que se transformou ao longo dos anos com o aumento do conservadorismo e o “fim da direita envergonhada”, quando passam a ser observadas medidas legislativas mais intensas na área de segurança pública, mobilizadas pela chamada “bancada da bala”

(Quadros & Madeira, 2018). No estudo realizado por Batista (2020), observou-se um aumento das propostas legislativas sobre lei e crime no último ano de análise, 2014, a autora relaciona a existência dessa mudança com o crescimento da agenda conservadora no Congresso.

Tramitação das Leis

As análises das tramitações dos projetos de lei que visam a revogação da Lei da Vadiagem demonstra que grande parte dos projetos foi arquivada ao longo do processo. Em muitos casos, o arquivamento ocorreu devido à mudança de legislatura, com base no artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, de 2019, e atualizado em 2022, "Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação (...)”, ou seja, quando os autores dos projetos não são reeleitos, suas propostas são arquivadas. Na Tabela 2 é possível observar o maior detalhamento das tramitações:

Tabela 2
Informações sobre as tramitações dos Projetos de Lei

Projeto de Lei	Status	Observações**
4.429/1981	Arquivado	Rejeitado em plenário em 1982 e despachado ao arquivo.
5.799/2001	Arquivado	Arquivado em 2003, nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno
4.668/2004	Arquivado	Inicialmente vinculado ao projeto de 2001, em 2012 foi pro plenário, passou em votação para no senado e em 2019 foi arquivada no Senado ao final da 55 ^a Legislatura. após não concluir a tramitação durante várias legislaturas.*
4.977/2005	Arquivado	Apensado do PL 4.668/2004, foi arquivado em 2013.
2605/2007	Arquivado	Apensado do PL 4.668/2004, foi arquivado em 2013.
5.678/2009	Arquivado	Foi para a ordem do dia no plenário em 2009, mas não foi votado, em 2012 foi apensado ao PL 4.668/2004, foi arquivado em 2013.
3.158/2021	Em tramitação	Em tramitação ativa após a pandemia com movimentações recentes em 2023. A Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado ainda não realizou a distribuição da matéria.

1.212/2021	Em tramitação	Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde 2023. Passou 2 anos sem relator na Constituição e de Cidadania (CCJC) e só teve relator depois do PL de 2023, que foi apensado a esse. A última movimentação ocorreu em março de 2024, Instalação da Comissão, quando a relatora já não integrava a Comissão.
4.734/2023	Em tramitação	Apensado ao PL 3.158/2021 em dezembro de 2023 e em tramitação regular.

**Quando uma nova legislatura se inicia, muitas vezes as matérias que não foram concluídas na legislatura anterior são arquivadas para dar espaço para novas prioridades legislativas.*

Nota: Todas as informações detalhadas encontram-se em ordem:

- (1) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=221460>
- (2) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42344>
- (3) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=273651>
- (4) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=280042>
- (5) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=380844>
- (6) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443457>
- (7) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2298758>
- (8) <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-1212-2021>
- (9) <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2391641>

Além desse padrão de arquivamento, a análise da tramitação desses projetos de lei revela uma significativa morosidade no trâmite legislativo. Isso pode ser relacionado à relevância, prioridade ou importância relativa que determinadas políticas públicas possuem em comparação a outras. Esse aspecto pode ser associado à chamada “saliência”, que se constitui como um tema fundamental para a compreensão da competição política, fenômeno que não se relaciona com um posicionamento contra ou a favor de determinado tema, mas sim à sua relevância. Quando uma temática é considerada saliente, observa-se uma maior movimentação dos parlamentares em relação a ela, especialmente quando estes têm interesse em deliberar (Batista, 2020). Pelo o que foi possível observar, com exceção do PL de 1981, que foi rejeitado em plenário, ainda antes da constituição cidadã de 1988, não existiam muitas forças contrárias à aprovação dos PLs pela revogação da “Lei da vadiagem”. No entanto, também não existia muita pressão a favor da lei. Assim, é possível dizer que a saliência da temática era pouca diante do contexto político.

Outra questão, que se relaciona com a tramitação dos projetos e a ausência de saliência da temática, é a repercussão deles na mídia. Apesar de haver notícias sobre os projetos (Araújo, 2023; Machado, 2022), elas se restringem a veículos de informações

específicos, como os próprios veículos de comunicação do Senado, sem uma repercussão em veículos mais abrangentes de comunicação, o que pode influenciar a discussão sobre a lei em questão e a própria tramitação. Ademais, apesar das ferramentas que permitem o acesso ao acompanhamento das tramitações das leis de forma on-line, para muitas pessoas, ainda são complexos os caminhos para acompanhar os andamentos das propostas (Jornal do Senado, 2018).

Analisando o fenômeno por meio da perspectiva das representações sociais, os indícios de falta de apoio e de importância atribuída ao objetivo dos projetos de lei podem estar relacionados com a ausência de um debate no senso comum sobre essa lei em específico. Nesse sentido, a polarização sobre o tema torna-se importante para que uma mudança para algum extremo do polo ocorra (Moscovici & Zavalloni, 1969). Por outro lado, a polarização, considerando uma disputa constante entre dois extremos, pode afetar os diferentes níveis de análise apontados por Doise, indo de aspectos que envolvem desde a percepção estereotipada do grupo oposto, forte carga emocional e envolvimento pessoal, até o posicionamento de instituições como famílias, escolas e igrejas em um dos dois pólos (Arruda, 2021).

Em adição, a forma como o poder legislativo brasileiro é organizado faz com que, individualmente, o parlamentar tenha possibilidades infinitas de realizar proposições legislativas. Entretanto, ele possui pouca capacidade de influenciar a aprovação de projetos, os que envolve não apenas a tramitação e aprovação em plenário, mas a chegada ao plenário após passagem pelas comissões de constituição e justiça e comissões específicas, necessitando de um relator para tal (Figueiredo & Limongi, 1999). Portanto, além da saliência dos temas debatidos, é necessário também levar em conta os comportamentos políticos vinculados aos processos decisórios. Nesse sentido, considerando-se, também, os incentivos eleitorais, avaliações sobre as ênfases temáticas

da agenda legislativa apontam que os parlamentares tendem a apresentar mais iniciativas em políticas de efeito local que nacional, pois são vistas com maior retorno eleitoral (Batista, 2020).

Outro aspecto que se vincula às dificuldades de avanços no campo legislativo relaciona-se à resistência às mudanças sociais, em que se observa explicitamente a coexistência de campos opostos entre a promoção de mudanças e manutenção do status quo. Nesse sentido, as representações sociais sobre certo fenômeno podem tanto influenciar quanto serem influenciadas pelas práticas sociais, servindo para aceitar ou resistir às mudanças (Moscovici & Zavalloni, 1969; Moscovici, 1981).

Um estudo realizado por Castro e Bastel (2008), que examinou alguns dos processos sócio-psicológicos envolvidos no ajustamento das sociedades à mudança promovida por um novo conjunto normativo, investigou o tema a partir de um processo de resistência comunitária às alterações de um edifício em Lisboa e as opiniões dos técnicos envolvidos na obra sobre a resistência da comunidade. Os autores concluíram que a resistência às normas não ocorre de forma direta e aberta, mas através de estratégias discursivas socialmente aceitas que permitem que as pessoas resistam à inovação sem violar diretamente as normas estabelecidas.

Ampliando a análise sobre o fenômeno da mudança social, Jensen e Wagner (2009) propõem um ciclo da mudança social e apontam discordância sobre a ideia de que a resistência à inovação não necessariamente viola as normas estabelecidas e citam exemplos de inovações legais que foram revogadas após falharem em transformar normas e práticas dentro da sociedade. O que fortalece a compreensão da complexidade do fenômeno e a influência multidirecional que as representações sociais possuem sobre as práticas sociais.

Outro aspecto que pode influenciar na tramitação dos projetos de lei são as

justificativas presentes nos PLs, que podem servir de apoio para as lutas no campo social e as pressões políticas. Diante disso, na sessão seguinte, serão analisadas as justificativas das leis.

Justificativas das Leis

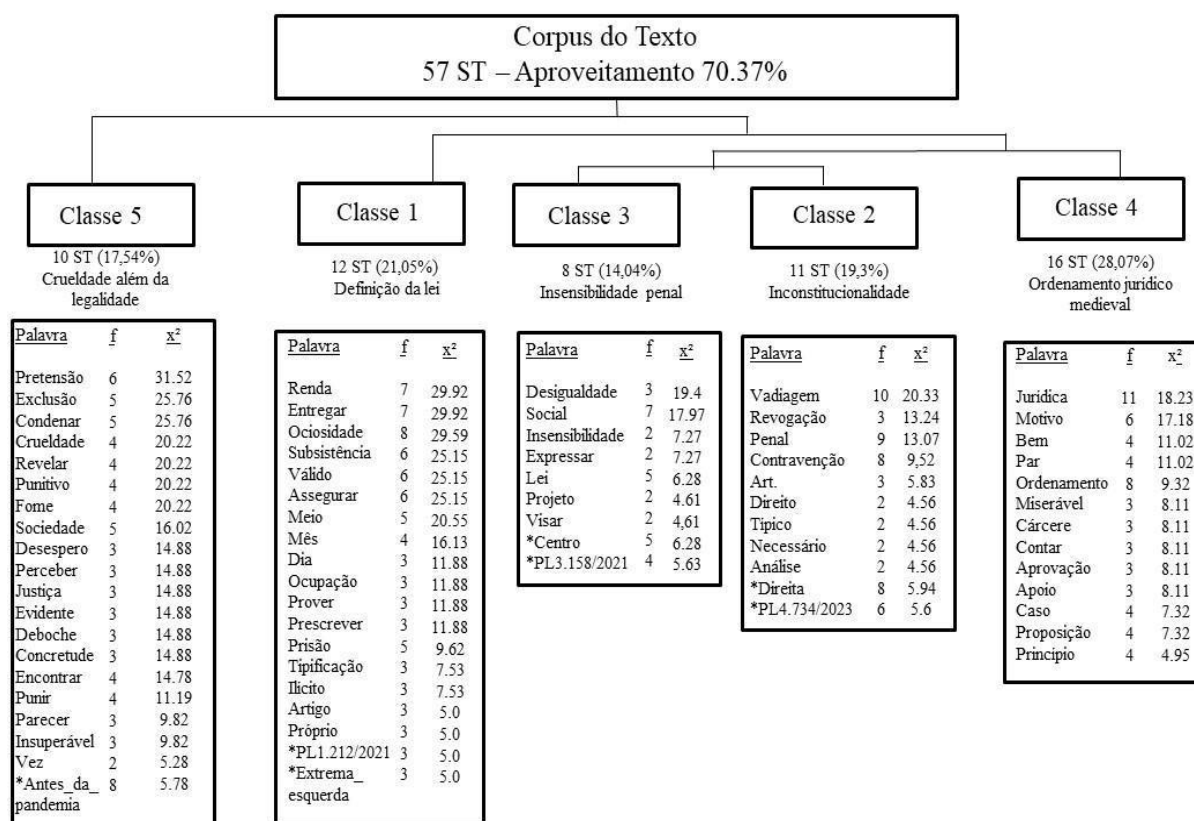
O *corpus* de análise foi composto por oito justificativas, consideradas na análise como UCIs. As justificativas dos PLs 4.668/2004 e 2.605/2007 eram iguais e propostas por deputados do mesmo partido, portanto, não foram adicionadas de forma duplicada. A CHD subdividiu o *corpus* em 81 UCEs, das quais 57 (70,37%) foram consideradas relevantes, analisadas e subdivididas em cinco classes. A CDH identificou 932 formas distintas, 2783 ocorrências e 614 formas ativas. Na primeira partição do *corpus*, ele foi dividido em 2 sub *corpora*, um formado pelas classes 5 e outro pelas demais classes. Uma 2ª partição dividiu a classe 1 das outras e uma 3ª partição posicionou as classes 3 e 2 se opondo a classe 4. A Figura 3 apresenta o dendrograma detalhado da CHD, com a lista de palavras e variáveis significativas por classes.

A classe 5 representa 17,54% do *corpus* e opõe-se às demais classes, pois trata das problemáticas que envolvem a lei para além das complicações jurídicas, portanto foi denominada de “Crueldade além da legalidade”. A classe remete aos aspectos de injustiça e violência da lei, bem como situa a ausência do Estado em políticas públicas e cita aspectos vinculados à sociedade que agravam a exclusão de pessoas que passam fome, estão desempregadas e sofrem racismo.

A frase prototípica a seguir, gerada pela análise lexical, ilustra o conteúdo da classe: “Parece evidente que a simples pretensão de punir aqueles que a sociedade já condenou à exclusão social, à fome e ao desespero revela uma crueldade talvez insuperável em nosso ordenamento jurídico” (PL 4.977/2005; Centro esquerda; Antes da Pandemia). A frase repete o trecho de duas proposições anteriores (PL 5.799/2001;

Esquerda; Antes da Pandemia); (PL 4.668/2004; Esquerda; Antes da Pandemia).

Figura 3 - Dendrograma das justificas dos PLs de revogação da Lei da Vadiagem



Nessa classe são encontrados trechos de somente uma proposição que ocorreu depois da pandemia, a única, nessa classe que cita o racismo vinculado às problemáticas da lei:

[...]apoia-se em uma sociedade estruturalmente desigual, racista, segregada e discriminatória. Dessa forma, a pretensão punitiva da “vadiagem” configura senão um deboche, uma dupla punição a milhares de brasileiras e brasileiros até hoje vitimados pelo desemprego, fome e descaso de um Estado que desde a sua

formação não foi capaz de superar a exclusão socioeconômica que se apresenta em benefício de uma pequena elite por vezes ostentadora de bandeiras higienistas como representa o dispositivo ora questionado (PL3.158/2021; Extrema esquerda; Depois da Pandemia).

A classe 1 representa 21,05% do *corpus* dos projetos de lei e remete principalmente aos textos do artigo 59 do decreto de Lei 3.688/41, o qual os projetos pretendem revogar, portanto foi denominada “Definição da lei”. Essa classe apresentou correlação significativa com o PL 3.158/2021 ($p = 0,025$) e consequentemente com extrema esquerda ($p = 0,025$).

Os trechos representativos da classe citam a definição da contravenção: “Trata-se de contravenção penal definida como ‘entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (PL 1.212/2021, Centro, Depois da Pandemia); sendo a pena “[...]sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência’ é conduta para a qual se prescreve a prisão de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses” (PL3.158/2021; Extrema esquerda; Depois da Pandemia).

A classe 4 é a mais representativa do conjunto de projetos de leis, com 28,07% do *corpus*. Ela aborda críticas baseadas nos aspectos arcaicos que a lei apresenta, muitas vezes chamado a lei de “ordenamento jurídico medieval”, termo que nomeia a classe. Um trecho representativo desta classe pode ser exemplificado pela seguinte frase: “Não é possível conviver com ordenamento jurídico medieval, no que se pretende, reservar o cárcere aos miseráveis, pelo simples motivo de serem miseráveis, por este motivo submetemos esta proposição aos ilustres pares, contando com o necessário apoio” (PL4.9775/2005; Centro esquerda; Antes da Pandemia).

O trecho supracitado também apela para a contribuição dos pares acerca do tema, outro aspecto característico dessa classe, citado em outras justificativas como: “Estamos certos de contar com o indispensável apoio de nossos eminentes pares para a transformação desta proposição em lei” (PL 4.429/1981; Direita; Antes da Pandemia); e “Por estes motivos, conto com a colaboração dos eminentes pares para aprovação desta matéria de grande relevância. Sala das Sessões, em 5 de abril de 2021.” (PL 1.212/2021; Centro; Depois da Pandemia).

A classe 3 representa 14,04% do *corpus* e é composta por frases que apontam que a lei da vadiagem tanto desconsidera quanto promove a desigualdade social, destacando a insensibilidade sobre a condição social da maioria das pessoas do país, portanto, essa classe foi denominada de “Insensibilidade penal”. Ela apresentou correlação significativa com as propostas de Centro ($p = 0,012$), em especial com o PL 1.212/2021 ($p = 0,017$), como é possível observar nos seguintes trechos: “Trata-se de norma penal que promove a desigualdade e penaliza a pobreza que é, afinal, uma condição socioeconômica que demanda uma série de prestações estatais, desde a qualificação profissional até a assistência social” (PL1.212/2021; Centro; Depois da Pandemia) e “O projeto de lei que ora submeto à apreciação da Câmara dos Deputados visa a eliminar do ordenamento jurídico brasileiro o ilícito de vadiagem, hoje tipificado na Lei de Contravenções Penais. O Brasil tem um dos maiores índices de desigualdade social do mundo” (PL5.678/2009; Centro; Antes da Pandemia). Nesta classe, também é possível encontrar trechos que se relacionam à justificativa da inadequação temporal desta lei, como apresentado na classe anterior: “Nota-se, de pronto, que se trata de um resquício do Estado Novo, cimentando e criminalizando a desigualdade social e o desemprego” (PL5.678/2009; Centro; Antes da Pandemia). O que sinaliza, também, a responsabilidade do Estado perante a assistência social das pessoas em situação de vulnerabilidade e não de sua a criminalização.

A classe 2 representa 19,3% e traz argumentos que destacam a incongruência da Lei com dignidade humana proposta em legislações, sobretudo a da Constituição de 1988, dessa forma, a classe foi denominada de “Inconstitucionalidade”. Ela apresenta correlação significativa com as propostas de Direita ($p = 0,014$), em especial ao PL 4.734/2023 ($p = 0,017$). É interessante perceber que mesmo o PL que foi proposto antes da constituição de 1988, destaca argumentos para a revogação da lei da vadiagem que se mostram convergentes a essa classe: “Em face dessa análise de aspecto sociológico, não se justifica a manutenção da figura delituosa da vadiagem, razão por que propomos a revogação do art. 59 da Lei das Contravenções Penais” (PL 4.429/81; Direita, Antes da Pandemia).

Todas as outras propostas foram realizadas depois de 1988 e muitas trazem argumentos jurídicos que sustentam a revogação da lei com base na constituição: “Criminalizar a conduta de “vadiagem” não se mostra compatível com o princípio vetor da dignidade da pessoa humana, insculpida no art. 1º, III, da Constituição Federal, vetor máximo de hermenêutica em um Estado Democrático de Direito” (PL 4.734/23; Direita, Depois da Pandemia); e “A atualização da Lei de Contravenções Penais e sua adequação à Constituição Federal de 1988 é um processo já em curso, para o qual este Senado Federal pode dar sua contribuição com a revogação da ‘vadiagem’” (PL1.212/2021; Centro; Depois da Pandemia).

A utilização da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) permitiu compreender como as justificativas dos projetos de lei foram estruturadas, suas aproximações e distanciamentos. É possível perceber porque as justificativas se concentram em torno de argumentos jurídicos, com as classes que possuem origem no mesmo *subcorpus*: “Definição da lei”, “Ordenamento jurídico medieval”, “Insensibilidade Penal” e “Inconstitucionalidade”, concentrando 82,5% do *corpus*,

enquanto apenas 17,5% se opõe a esse *subcorpus*, com a classe “Crueldade além da legalidade”. Essa última é composta por justificativas anteriores à pandemia, enquanto as justificativas pós-pandemia se distribuem entre as classes com maior foco em aspectos legais. Dessa forma, analisando, na perspectiva da abordagem estrutural das representações sociais (Abric, 2001), é possível observar um contraste na maneira de elaboração das justificativas desses projetos de lei antes e depois da pandemia.

O que surpreende é que, no contexto de maior polarização política em que foram propostos esses PLs, período da pandemia, as justificativas possuem maior foco na legalidade do processo do que em aspectos ideológicos, como anteriormente. Isso pode facilitar a compreensão da pouca reverberação dos projetos nas mídias e nas discussões sociais, pois, como já citado, a polarização pode ser importante para a mudança (Moscovici & Zavalloni, 1969). Entretanto, por um lado, facilitar o manejo político do descontentamento é capaz de alavancar movimentação de setores sociais, mas por outro pode estar relacionada a cortinas de fumaças, para que outras questões passem de forma imperceptível, e o enfoque em bodes expiatórios ou salvadores da pátria (Arruda, 2021). Outro aspecto que fortalece essa percepção de ausência de polarização na análise dos PLs é que as justificativas diferem relativamente pouco entre projetos propostos por partidos de Esquerda, Centro ou Direita. Ademais, outro ponto que chama atenção é que, embora existam propostas de quase todos os lados do espectro político, a revogação da lei ainda não ocorreu.

Nesse sentido, evitar a polarização pode ser uma estratégia dos parlamentares que fizeram as propostas mais recentes, nos anos de 2021 e 2023, para não chamarem a atenção para atuação de uma bancada mais conservadora que atua de maneira incisiva em medidas legislativas de segurança pública (Batista, 2020; Quadros & Madeira, 2018). Por outro lado, mantém-se a inércia da forma que as coisas “sempre foram”, e a inação opera

pela manutenção do status quo, a permanência da criminalização da população pobre e, com isso, o também relacionado encarceramento em massa da população negra (Andrade & Lira, 2021; Borges, 2019).

Em outra direção, os PLs propostos após a pandemia, e que ainda se encontram em tramitação, estruturam-se em classes de justificativas específicas. O que pode sinalizar novos elementos na “zona de contraste” na representação social da lei, mas que sozinhos ainda não se mostram suficientemente eficientes para que de fato ocorra a revogação da “Lei da Vadiagem”.

O PL 3.158/2021, proposto pelo Deputado Glauber Braga, do Psol, partido de extrema esquerda, apresentou correlação significativa com a classe “Definição da Lei”. A justificativa do projeto se concentra no histórico da lei, situando-a no período escravocrata, e destacando o racismo envolvido nesse processo, bem como aborda o higienismo como prática de exclusão social e o descaso do Estado em relação às desigualdades sociais, acrescentando ainda dados de desemprego em 2021.

O PL 4.734/2023, proposto pelo Senador Fabiano Contarato, na época no Rede, partido classificado como de Centro, apresentou correlação significativa com a classe “Insensibilidade penal”. A justificativa desse projeto utiliza de citações de juristas e pesquisadores que apontam para a ausência de especificidade do termo vadiagem e a norma penal como promotora da desigualdade racial e social, além da importância do papel do Estado nesse processo.

O PL 1.3.158/2021, proposto pela Deputada Laura Carneiro, PSD, partido de Direita, apresentou correlação significativa com a classe “Inconstitucionalidade”. A justificativa do projeto apresenta aspectos que situam o confronto da existência da lei com o direito penal, lesividade, alteridade e proporcionalidade, e cita o histórico de perseguição de indivíduos já marginalizados, mas não cita pobreza e racismo

especificamente.

Foi possível observar que todos os PLs supracitados citam a Constituição de 1988 como incongruente com a existência da Lei da Vadiagem e apresentam destaque aos argumentos jurídicos e não tanto políticos ou ideológicos sobre o tema. Ainda observando as semelhanças entre as justificativas, os dois últimos PLs citados apontam para a aprovação da Lei nº 11.983, de 2009 que revogou o art. 60 da LCP, que previa pena de ‘mendicância’, visto como igualmente inadequado ao art. 59 que se refere à “Lei da Vadiagem”. Entretanto, o PL 4.734/2023 não cita o racismo como relacionado à permanência da lei e não fala diretamente sobre pobreza e classismo, diferente dos outros dois PLs.

Diante dos achados, é possível observar que, embora as justificativas não utilizem diretamente o termo aporofobia, conceito que descreve, a aversão e repulsa a pessoas em situação de pobreza (Cortina, 2020), a existência da “Lei da Vadiagem” vincula-se à aporofobia. Além disso, sua permanência temporal pode ser relacionadas ao que Cortina (2020) se refere como aversão às pessoas em situação de pobreza, como pobre visto como alguém que não pode dar retorno, não possui poder e, portanto, não merece atenção dos políticos, a não ser em circunstâncias vistas como relacionadas à caridade e às eleições. De acordo com a autora que desenvolveu o conceito, essas circunstâncias são um desafio para a manutenção da democracia, pois é necessário que exista uma interlocução, e não um monólogo, entre os atores para que as pessoas em situação de pobreza sejam vistas como sujeitos.

Em relação à categoria “Ordenamento jurídico medieval”, foi possível observar, além da ênfase na abordagem críticas baseadas nos aspectos arcaicos que a lei apresenta, o apelo à contribuição dos pares acerca do tema. A insensibilidade ou ausência de implicação de grande parte dos parlamentares em relação às propostas de revogação da

lei pode ser relacionada aos achados de Alencar (2021). Ao investigar as representações sociais de juristas da área criminal em relação a indivíduos em situação de pobreza, por meio de entrevistas com 10 juízes, a autora identificou atribuições fatalistas de uma percepção da população pobre como vinculada, de forma pré-determinada e imutável, a conflitos e marcada por faltas, inclusive morais.

Em um contexto de pesquisa diferente, com participantes de renda familiar mais baixa, a associação entre pobreza e o crime foi identificada. Na pesquisa conduzida por Naif e Naif (2005), que entrevistou 152 estudantes, sendo que 137 possuíam renda familiar menor que R\$ 2.0000,00 reais, com o objetivo de investigar como cidadãos de classe média baixa percebiam a violência, a favela e seus moradores. Os resultados mostraram que, no núcleo central da representação social de “favela”, a palavra “tráfico de drogas” apresentou maior frequência e somente depois termos como “pobreza”, “falta de moradia”, “fome” e “desigualdade social” eram citados. Da mesma forma ocorreu com o núcleo central da representação social de “morador de favela”, em que a palavra “traficantes” foi a mais mencionada, enquanto “pobres”, “discriminado”, “trabalhador” e “sem opção” tiveram menor frequência.

Desse modo, ambos estudos apontam para a importância das representações sociais em relação a atitudes e comportamentos sociais. Nesse sentido, a pesquisa feita pelo Instituto Sou da Paz (2022), que resultou no dossiê “O papel do legislativo na Segurança Pública: análise da atuação do Congresso Nacional em 2020” (2022), traz os dados que mostram que a demanda de políticas e leis com viés punitivista para a política penal no Brasil tem sido um dos temas mais centrais da atuação da Câmara dos Deputados e Senado nesses últimos anos. Na Câmara, 24,5% dos projetos sobre segurança buscavam aumentar a pena de um crime já existente e 20,8% tinham por objetivo criminalizar uma conduta ainda não tipificada como crime. No Senado, 37,3% dos PLs de segurança

pública buscam aumentar penas e outros 15,3% objetivam criminalizar condutas ainda não previstas no direito penal.

Considerações Finais

Considerando o objetivo deste artigo de analisar, a partir da TRS, os projetos de lei que propõem a revogação da chamada "Lei da Vadiagem", foi possível associar a permanência da "Lei da Vadiagem", art. 59 do Código de Contravenções Penais, a um sistema legislativo que frequentemente favorece interesses econômicos e políticos específicos. Esse contexto reforça a desigualdade social e dificulta não só a revogação de uma lei que viola a Constituição de 1988 e que se baseia em uma lógica aporofóbica e racista, mas também o avanço de políticas públicas que promovam a inclusão e o respeito aos direitos humanos. As análises realizadas neste estudo acerca das tramitações e justificativas dos PLs com propostas de revogação da lei e a avaliação sobre o contexto político atual do Brasil evidenciaram que, embora a lei esteja em desuso, sua manutenção ainda representa uma ameaça real aos direitos para as pessoas negras e pessoas em situação de pobreza. Os resultados dessa pesquisa evidenciam o quanto as representações sociais sobre determinado tema podem influenciar atitudes individuais e práticas sociais.

Em relação à tramitação dos PLs, foi possível observar que muitos foram arquivados devido à falta de continuidade legislativa, juntamente com o desinteresse dos parlamentares em pautar a questão. A análise de tramitação demonstrou que a associação entre a estrutura do poder legislativo - focada no retorno eleitoral e com indivíduos com pouca capacidade de influenciar a aprovação de projetos de lei ou mesmo a chegada dos projetos no plenário - e a pouca repercussão na mídia sobre esses projetos pode ser relacionada à baixa saliência da temática do classismo e à ausência de uma polarização política sobre o assunto. Essa situação afeta a perspectiva dos parlamentares em priorizar as propostas e o avanço legislativo não é vislumbrado. Além de tornar opacas as

diferenças entre as posições de Esquerda e de Direita no espectro político nacional quando tema é o classismo.

Ademais, a análise das justificativas revela que, embora os PLs de diferentes espectros políticos apresentem justificativas aparentemente com direcionamento semelhantes, o que poderia estar relacionado a um consenso, os projetos não avançam. Nesse sentido, esse aspecto fortalece a percepção de ausência de polarização sobre o tema. Entretanto, foi possível identificar uma diferença nas justificativas dos PLs mais recentes, 2021 e 2023, dos mais antigos, antes de 2009. A este respeito, os resultados indicam que os projetos de lei mais recentes focam em argumentos jurídicos e constitucionais, enquanto os projetos mais antigos destacam a crueldade. Nesse sentido, não gerar polarização pode ter sido uma estratégia dos parlamentares.

Em suma, este estudo aponta para a necessidade de uma mudança estrutural nas abordagens legislativas e sociais em relação à criminalização da pobreza. A revogação da “Lei da Vadiagem” é uma etapa inicial, mas crucial para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Contudo, para que essa revogação se concretize, será necessário enfrentar as resistências políticas e sociais que perpetuam a criminalização de pessoas em situação de vulnerabilidade.

O uso da TRS neste contexto mostrou-se uma ferramenta eficaz para compreender as dinâmicas que envolvem a permanência dessa legislação e, ao mesmo tempo, sugere caminhos para futuras mudanças no campo jurídico e político. Os achados também sinalizam que, embora o termo aporofobia não tenha sido utilizado nas justificativas dos PLs, esse aspecto é citado pelos autores da proposta de diferentes formas, sobretudo quando se fala em criminalização da pobreza. Outro aspecto que pode ser relacionado à aporofobia é a falta de atenção dos parlamentares sobre o tema, normalizando a situação e/ou considerando que a revogação dessa lei não traz ganhos políticos.

Futuras pesquisas podem investigar as representações sociais sobre pobreza no Brasil, o que poderia ajudar a compreender como essas representações são compartilhadas pelo senso comum e como influenciam os processos legislativos. Cabe referir como limitação deste estudo o fato de ele ter focado somente em aspectos legais relacionados à revogação da lei. Pesquisas posteriores, com outros atores sociais, como a mídia, os parlamentares e a sociedade civil, poderão contribuir no aprofundamento da análise desse fenômeno.

Capítulo 3. O Padre Júlio e o Preconceito Contra os Pobres: Uma Análise da Aporofobia nas Redes Sociais⁵

Resumo

O padre Júlio Lancelotti, atuante na defesa de pessoas pobres e em situação de rua, é alvo constante de ataques. A partir da Teoria das Representações Sociais (TRS), o padre pode ser visto como uma figura pública objetivada como a personificação da pobreza. Considerando esse aspecto, este trabalho teve como objetivo analisar como a aporofobia se manifesta por meio dos comentários na plataforma “X” direcionados ao padre Júlio Lancelotti enquanto personificação que objetiva a pobreza e os pobres. Para tanto, foram avaliadas 13 postagens do segundo semestre de 2023 que continham vídeos sobre sua atuação com pessoas em situação de pobreza, e analisados 176 comentários de valência negativa. A análise de conteúdo identificou três categorias: (1) Ofensas ao padre, (2) Questionamentos sobre sua atuação e (3) Comentários aporofóbicos. Os resultados indicam que as ofensas foram principalmente de cunho político/ideológico; os questionamentos insinuavam autopromoção do padre; e os comentários aporofóbicos refletiam ódio às pessoas em vulnerabilidade e crenças meritocráticas. Nas conclusões discute-se como a simplificação de uma realidade complexa e a ancoragem de papéis sociais em Política, Religião e Economia/Trabalho colaboram para naturalizar a pobreza, desumanizar os pobres e associar o padre ao comunismo e à defesa de “vagabundos”.

Palavras-chave: aporofobia; pobreza; legislativo; representações sociais; política; twitter.

Introdução

Em agosto de 2023, o padre Júlio Lancelotti recebeu, na porta da paróquia de São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, onde atua, um bilhete contendo ameaças, xingamentos e acusações: “Padreco de merda, pensa que aqui é partido político. Defensor dos direitos dos bandidos. Petista vagabundo, usa o povo para

⁵ Esse capítulo já foi publicado em formato de artigo: Oliveira, I. A. de, Lima, R. S. G., Santos, R. C., Lima, M. E. O., & Maia, L. M. (2023). O Padre Júlio e o Preconceito contra os Pobres: Uma Análise da Aporofobia nas Redes Sociais. *Psicologia E Saber Social*, 12(1), 439–468. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/89206>

te favorecer. Seu dia de reinado vai acabar, pode esperar. FDP”. O padre, que também acionou a Secretaria de Segurança Pública (SSP), compartilhou o material em suas redes sociais como uma forma de denúncia. Essa não foi a primeira ocorrência dessa natureza; em 2018, Lancellotti sofreu uma ameaça de morte (“Padre Júlio Lancellotti Recebe Bilhete com Ameaça,” 2023).

Essas situações podem ser relacionadas ao fato de que, no Brasil, a discussão sobre a aporofobia, preconceito contra pessoas pobres, tem sido promovida pelas ações realizadas pelo padre Júlio Lancellotti (Albuquerque et al., 2022; César, 2023; Melo, 2022), resultando na promulgação da Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022, denominada Lei Padre Júlio Lancellotti, que veda o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público, que se vincula à atuação prática do pároco.

Um exemplo de uma das ações emblemáticas realizadas pelo padre aconteceu em 12 de dezembro de 2022, na zona oeste de São Paulo, quando, em protesto contra o preconceito direcionado a pessoas pobres e em especial a uma arquitetura hostil, o clérigo quebrou a marretadas diversas pedras instaladas em frente a uma biblioteca pública da capital paulista, que impediam que pessoas em situação de rua ficassem no local (Patriarca & Vasconcelos, 2022). Essa foi apenas uma das manifestações amplamente divulgadas nas redes sociais e realizada com o apoio de voluntários e a iniciativa da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo (Reis, 2021; Silva, 2021).

Além dos ataques nas redes sociais, o padre Júlio também foi vítima de ataques institucionais realizados pela Câmara dos Vereadores de São Paulo em janeiro de 2024. Os ataques partiram de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para investigar Organizações Não Governamentais (ONGs). A CPI possuía inicialmente o objetivo de “investigar as ONGs que fornecem alimentos, utensílios para uso de substâncias ilícitas e tratamento aos grupos de usuários que frequentam a região da

Cracolândia”, e, depois de não ter sido aprovada em regime de urgência, passou a ter o objetivo de investigar crimes contra liberdade sexual e assédio moral, sexual e psicológico (Duran, 2024; “Padre Júlio Lancellotti e CPI Contra ONGs em SP,” 2024; Souza, 2024).

Considerando-se a perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), torna-se possível relacionar os fenômenos anteriormente apresentados com um subprocesso da objetivação de fenômenos sociais, a personificação. A personificação consiste na materialização de uma ideia complexa ou um problema multidimensional em um nome ou um rosto específico, por exemplo, de uma figura pública ou de um grupo social, como uma forma de simplificação desses conceitos abstratos. Exemplo disso é o reconhecimento de Madre Teresa como símbolo de bondade ou de Bill Gates como símbolo de riqueza (Wagner & Hayes, 2005). Nesse sentido, o padre Júlio Lancelotti pode ser caracterizado como uma personificação da defesa de pessoas empobrecidas, o que estimularia a expressão de ataques contra ele como manifestação da chamada aporofobia.

A aporofobia designa o fenômeno do ódio, repugnância ou hostilidade em relação às pessoas vistas como pobres, sem recursos e desamparadas. A palavra deriva da combinação dos vocábulos gregos Á-poros (pobres) e Fóbeo/Fobia (aversão ou rejeição a algo, uma prática ou alguém). A origem da palavra reflete a essência desse conceito, descrevendo a aversão e repulsa a pessoas em situação de pobreza (Cortina, 2020). A aporofobia, assim compreendida, é um fenômeno social que vai além da mera discriminação econômica, é a manifestação de preconceitos profundamente enraizados que levam à marginalização daqueles que são vistos como pessoas que não podem entregar nada em retorno à sociedade e por isso não devem ter direitos.

Assim, a pobreza e as desigualdades se entrelaçam com a aporofobia, intensificam a marginalização e criam barreiras ao desenvolvimento e à inclusão social dos mais vulneráveis. A pobreza é associada diretamente com a redução da qualidade de vida e

bem-estar dos indivíduos (Boozary & Shojania, 2018; Mood & Jonsson, 2016). Essa condição, que limita drasticamente o acesso a recursos essenciais, é responsável por criar um ciclo de privações que compromete o presente e as perspectivas futuras de desenvolvimento e bem-estar das gerações afetadas (Boff & Cabral, 2023; Crespo & Gurovitz, 2002; Sen, 2000).

A TRS pode auxiliar na compreensão das complexidades que envolvem a aporofobia e que são personificadas na figura pública do padre Júlio Lancelotti. No livro *A psicanálise, sua imagem e seu público*, Moscovici (2012) propõe a TRS, sugerindo que o modo como as pessoas interpretam a realidade e agem diante dela pode ser compreendido a partir dessa teoria. A TRS defende, portanto, a tese de que o senso comum elabora e compartilha coletivamente interpretações, “teorias” sobre uma realidade. Assim, elementos desenvolvidos e apresentados pela ciência são reinterpretados ao chegarem ao conhecimento do senso comum. Isto é, saem do universo simbólico reificado e passam a compor o universo consensual.

Segundo Jodelet (2001), representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. As representações sociais são geradas por dois processos intrinsecamente ligados: Ancoragem e Objetivação (Moscovici, 1984). A ancoragem é concebida como a classificação/categorização daquilo percebido enquanto algo estranho comparado a algo já conhecido de algum sistema prévio de conhecimento, implica a associação de novas informações a conceitos já estabelecidos. A objetivação se caracteriza pela maneira de se perceber esse objeto social estranho como parte de uma realidade, consiste na simplificação de um conceito para torná-lo tangível, material. Para que esses processos se desenvolvam existem subprocessos: (1) personificação, citado anteriormente; (2) figuração, substituição de conceitos complexos por imagens e

metáforas; e (3) ontologização, atribuição de existência concreta e com qualidade de sujeito a uma ideia ou conceito (Vala & Castro, 2017).

Partindo da TRS, Doise (2002) propõe a construção de uma Psicologia Societal que considere diferentes níveis de análise para um fenômeno social. O primeiro nível, intraindividual, analisa a maneira como o indivíduo se organiza para agir em uma determinada situação e relaciona-se a aspectos mais cognitivos; o segundo nível, interindividual, analisa a maneira como os indivíduos interagem; o terceiro nível, posicional, analisa a maneira como os grupos interagem; e o quarto nível, ideológico, numa perspectiva mais ampla, analisa a maneira como crenças, representações, ideologias e culturas associam-se nas relações sociais. O autor propõe que esses níveis seriam diferentes formas de se analisar comportamentos sociais, mas que a integração entre eles estruturaria uma análise mais complexa e robusta.

A aporofobia, enquanto fenômeno amplo e difundido no meio social, apresenta manifestações diversas, vinculadas às imagens sobre pessoas em situação de pobreza. Estudos que analisaram a representação social em diferentes contextos e grupos sociais minoritários, encontraram relações consistentes entre essas representações e estereótipos e preconceitos (Carvalho et al., 2013; Lacerda et al., 2002; Maia et al., 2018; Mendonça & Lima, 2015; Pereira et al., 2003; Pereira et al., 2011).

Dentro desse contexto, compreende-se que atos de hostilidade praticados contra as pessoas desvalidas permeiam diversas esferas da vida em sociedade e exercem um impacto significativo sobre essa população (Accorssi & Scarparo, 2016; Lang, 2007; Moura, 2012, 2015; Moura et al., 2014). Especificamente o estudo desenvolvido por Accorssi & Scarparo (2016), com o objetivo de delinear os impactos psicossociais que a condição de pobreza imprime àqueles que a vivenciam, investigou as representações sociais da pobreza entre 26 mulheres ligadas aos programas ou atividades que compõem

ações de combate à pobreza provenientes tanto do Estado quanto da sociedade civil, por meio de entrevistas. Os resultados apontaram duas dimensões da representação social da pobreza, uma socioeconômica – subdividida em temas que abordavam materialidades da pobreza, significado do trabalho, símbolos de esquecimento e abandono e marcas da desconfiança – e outra moral – subdividida nos temas expectativas sociais, modos de lidar com o cotidiano e processos de culpabilização do sujeito.

A pesquisa trazia representações sociais associadas às vivências cotidianas das mulheres entrevistadas, entretanto é fundamental reconhecer que práticas preconceituosas não se limitam às relações face a face ou a contextos de interação não mediada, elas ocorrem também, e cada vez mais, em ambientes virtuais, especialmente nas redes sociais. Esses são espaços onde não apenas a aporofobia, mas diversos tipos de mensagens de ódio encontram terreno fértil para se manifestar e multiplicar (Chetty & Alathur, 2018).

Entre as razões responsáveis por essa propagação nas redes sociais, salienta-se a ausência de regulamentações para monitorar e controlar o conteúdo odioso compartilhado, o que deixa espaço para que discursos intolerantes se propaguem livremente (Moura, 2016). Em adição, a facilidade do anonimato online encoraja indivíduos a expressarem suas opiniões de forma impune, amplificando a disseminação de atitudes discriminatórias (Silva, 2022). Nesse sentido, a aporofobia também se manifesta na internet por meio de comentários ofensivos e desumanizantes (Haslam & Stratemeyer, 2016; Leyens et al., 2001).

Nesse contexto, considerando-se os aspectos citados, este artigo tem como objetivo analisar como a aporofobia se manifesta por meio dos comentários na plataforma “X” direcionados ao padre Júlio Lancellotti enquanto personificação que objetiva a pobreza e os pobres.

Método

No presente estudo, foram analisados comentários relativos às postagens realizadas pelo padre Júlio Lancellotti, entre julho e dezembro de 2023, que tratavam diretamente sobre sua atuação com pessoas em situação de pobreza na plataforma “X”. O “X” foi a rede social selecionada, pois é uma plataforma de mídia social que permite aos usuários publicar mensagens e interagir em um ambiente focado na comunicação concisa e instantânea. A plataforma é um espaço onde figuras públicas, organizações, jornalistas e indivíduos comuns podem compartilhar suas perspectivas sobre temas que envolvem a sociedade e interagir em conversas nesse sentido (“Sobre o Twitter,” s.d.).

Globalmente, a rede continua a ser uma das mais influentes, alcançando mensalmente mais de 600 milhões de usuários (“Most Popular Social Networks Worldwide as of January 2024,” 2024). No entanto, em fevereiro de 2023, foi restringido o acesso de Application Programming Interface (API). Por conta dessa restrição a pesquisa foi realizada sem o apoio dos APIs. Desse modo, a página do padre Júlio Lancelotti foi visitada 5 vezes e foram selecionadas 13 postagens, todas contendo vídeos em que o padre aparecia e estava realizando alguma atividade junto a pessoas em situação de rua. Todos os comentários foram lidos e em seguida classificados em função da sua valência. Apenas os de valência negativa foram escolhidos para análise, considerando-se que o interesse do trabalho é o estudo da aporofobia.

Em seguida, fez-se uma análise de conteúdo, considerando-se os passos propostos por Bardin (1977), como uma forma de medida de atitude. A análise de conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin, é um método de pesquisa qualitativa que analisa a comunicação de forma sistemática. Essa técnica envolve três fases principais: (1) pré-análise, quando ocorre a organização dos dados e a definição das categorias de análise; (2) exploração do material, momento em que os dados são codificados e categorizados

conforme os critérios estabelecidos previamente; e (3) tratamento dos resultados, interferência e interpretação, ocasião em que são feitas as análises propriamente ditas, por meio da extração de significados e identificação de padrões e tendências nas informações coletadas. Ademais, realizou-se a codificação dos dados, considerando-se as unidades de registro e a enumeração dos mesmos (Bardin, 1977).

A técnica de Bardin permite uma compreensão dos conteúdos e discursos que possibilita a identificação de temas recorrentes e a interpretação das mensagens subjacentes nos textos analisados (Moraes, 1999). A interpretação dos dados foi realizada também com o auxílio da Teoria das Representações Sociais, considerando-se os processos de objetivação e ancoragem, bem como seus subprocessos (Vala & Castro, 2017). Foram identificados 176 comentários de valência negativa, entre 1.302 comentários totais. Os comentários selecionados estavam distribuídos em 11 dos 13 vídeos, e dois vídeos não apresentaram comentários de valência negativa.

Resultados

O conteúdo das postagens selecionadas foi composto por vídeos em que o padre Júlio Lancellotti pedia algum tipo de doação ou comentava sobre a atuação com pessoa em situação de rua, que incluíam a distribuição de roupas e alimentos, a divulgação de iniciativas de promoção de emprego para essas pessoas, a solicitação de doações para a continuidade dos trabalhos da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo ou críticas à forma de atuação do poder público junto a essa população. Os vídeos selecionados e seus respectivos conteúdos são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3

Descrição dos vídeos selecionados

Número	Data	Conteúdo do vídeo*
--------	------	--------------------

1	24 de julho de 2023	Padre Júlio apresenta um instituto que oferece empregos relacionados a corte e costura para mulheres em situação de vulnerabilidade social.
2	9 de agosto de 2023	Padre Júlio aparece realizando entrega de toucas de frio para pessoas em situação de rua, as pessoas estão em uma fila na rua e aos poucos estão recebendo as toucas.
3	14 de agosto de 2023	Padre Júlio aparece realizando entrega de pães para pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade, as pessoas fazem uma fila para receber o pão.
4	19 de setembro de 2023	Padre Júlio faz uma fala em que apela para a doação de água para animais e pessoas em situação de vulnerabilidade e ressalta o contexto de emergência climática.
5	19 de setembro de 2023	Padre Júlio aparece juntamente com dois homens ressaltando a importância da água para pessoa em situação de rua.
6	21 de setembro de 2023	Padre Júlio denuncia a falta de tendas de entregas de água no bairro da Luz em São Paulo, sinaliza que foram colocadas pela Prefeitura de São Paulo, atendendo uma solicitação da pastoral, tendas com distribuição de água e frutas em diferentes pontos da cidade, mas não na Luz.
7	25 de setembro de 2023	Padre Júlio distribuindo garrafas de água a pessoas em situação de vulnerabilidade, as pessoas fazem uma fila e aos poucos recebem as garrafas das mãos do padre e de voluntários no local.
8	27 de setembro de 2023	Padre Júlio distribuindo sorvetes para população em situação de rua com legenda “Hoje até sorvetes! Grato aos doadores.”
9	27 de setembro de 2023	Padre Júlio aparece acompanhando a entrega de picolés para pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade, as pessoas vão em direção ao carrinho de picolé e pega um picolé, com a legenda “Sorvete é bom demais nesse calor.”
10	24 de outubro de 2023	Padre Júlio aparece falando sobre a redução dos pães entregues, enquanto ao fundo voluntário estão distribuindo pães, e pede doações para a Pastoral do povo da rua de São Paulo.
11	24 de outubro de 2023	Padre Júlio mostra a produção de costuras feita por pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade e solicita doações para a continuação do projeto.
12	28 de novembro de 2023	Padre Júlio aparece falando sobre a distribuição de pães com chocolate para pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade e solicita doações de pix para a manutenção da Padaria do Povo da Rua.

Após o primeiro contato com todos os comentários publicados sobre os vídeos e a seleção daqueles de valência negativa, seguindo Bardin (1977), foram estabelecidas as categorias de análise: ofensas direcionadas ao padre, questionamentos sobre sua atuação e comentários aporofóbicos. Nesse processo, alguns dos comentários foram alocados em mais de uma categoria devido à expressão de múltiplos tipos de mensagens ofensivas. Após a organização inicial dos dados e o estabelecimento das categorias, as publicações foram distribuídas nas respectivas sessões, seguindo a fase da exploração do material. Em seguida, são apresentados os resultados em cada uma das categorias.

A categoria “Ofensas direcionadas ao padre” (107 mensagens) foi subdividida em duas subcategorias: “Ofensas de cunho político/ideológico” (76 mensagens) e “Ofensas morais” (31 mensagens). Os enunciados de cunho político/ideológico acusavam o padre de estar associado a organizações, instituições ou partidos ligados à esquerda, ter afinidade com ideias comunistas ou proximidade com a figura do então presidente, em 2023, Luís Inácio Lula da Silva. As ofensas morais, de maneira mais ampla, acusavam o padre de envolvimento em toda sorte de desonestidades, incluindo desde ofensas ao seu caráter, chamando-o de hipócrita e vigarista até calúnias à sua honra, com insinuações de abuso sexual de vulneráveis. Observou-se que os conteúdos ofensivos foram prioritariamente de cunho político/ideológico: “Padre apoiador de ladrão, fora padre comunista!” (Comentário vídeo 10).

A categoria “Questionamentos sobre a atuação” (82 mensagens) foi subdividida em três subcategorias: “Questionamento sobre sua atuação como padre” (19 mensagens), “Questionamento da eficácia de suas ações” (17 mensagens) e “Questionamento de

autopromoção” (46 mensagens). Os questionamentos sobre a atuação em seu exercício enquanto padre insinuam que Júlio esconde suas verdadeiras intenções por trás de uma fachada religiosa e que estaria usando sua posição religiosa para fins políticos. Outros comentários criticam seus feitos, indicando que ele está falhando em sua verdadeira missão como padre. A maioria dos questionamentos sobre a eficácia das ações apontam o fracasso em resolver o problema da pobreza. As publicações também se entrelaçam com comentários de viés meritocrático, assumindo que o trabalho e a educação moral seriam estratégias suficientes para a ascensão social. As acusações de autopromoção são basicamente centradas na ideia de que o padre busca apenas visibilidade: “Você promove a pobreza para depois fazer esse tipo de vídeo.” (Comentário vídeo 11).

Por fim, a categoria “Comentários aporofóbicos” (33 mensagens) foi composta por três subcategorias: “Aporofobia desumanizadora” (17 mensagens), “Aporofobia meritocrática” (13 mensagens) e “Aporofobia somada a outros preconceitos” (3 mensagens). Na aporofobia desumanizadora se destacam comentários ofensivos e desumanizantes destinados especialmente a pessoas em situação de rua. As publicações aporofóbicas com argumentos meritocráticos revelam a crença da pobreza enquanto resultante da falta de esforço e trabalho individual. Finalmente, a aporofobia xenofóbica integra preconceitos contra outros grupos sociais, a exemplo dos nordestinos, bem como estigmatização de pessoas adictas e usuários de droga. Os conteúdos aporofóbicos eram majoritariamente de ódio a pessoas em situação de vulnerabilidade somados a crenças meritocráticas, de conquista de melhoria de condições de vida pelo esforço: “Um desses anjinhos vai roubar teu celular ou tua carteira no centro de São Paulo” (Comentário vídeo 5), ou “Quem dá peixe e não ensina a pescar” (Comentário vídeo 10).

A *Tabela 2* apresenta de forma objetiva as categorias e subcategorias, a quantidade de mensagens alocadas em cada uma das subcategorias e seus respectivos exemplos:

Tabela 4*Distribuição dos comentários por categorias e subcategorias*

Categoria Principal	Subcategoria	Descrição	Exemplos	Número de Mensagens
(1) Ofensas direcionadas ao padre	Ofensas de cunho político/ideológico	Ofensas que se baseiam em ideologias ou políticas ligadas à esquerda	“Quanta hipocrisia! Imagina quantos pães vc compraria com seu dinheiro roubado pelo lula, seu queridinho.” (Comentário vídeo 12)	76
	Ofensas morais	Ofensas diretas e específicas sobre a honra de Lancellotti	“Vergonha, um lixo se dizendo padre PQP (emoji que expressa risada)” (Comentário vídeo 5)	31
	Total			107
(2) Questionamentos sobre a atuação	Questionamento sobre sua atuação como padre	Dúvidas sobre seu papel religioso	“Esse sujeito é padre ou político? É candidato à alguma coisa?” (Comentário vídeo 12)	19
	Questionamento da eficácia de suas ações	Dúvidas sobre a eficácia do trabalho de assistência voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade	“Quando o senhor padre vai usar suas influencias para cortar esse mal pela raiz? Eles precisam desintoxicar o corpo, o espírito e aprender a ganhar o próprio pão.” (Comentário vídeo 3)	17
	Questionamento de autopromoção	Acusações de que suas ações visam autopromoção	“Por quê querer “aparecer” tanto... Quem faz caridade não precisa se exhibir... as pessoas conhecem quem tem boas intenções...” (Comentário vídeo 12)	46
	Total			82
(3) Comentários aporofóbicos	Aporofobia desumanizadora	Comentários que expressam aversão aos pobres	“Um desses anjinhos vai roubar teu celular ou tua carteira no centro de São Paulo” (Comentário vídeo 3)	17
	Aporofobia meritocrática	Aporofobia justificada por argumentos meritocracia	“Entrega também uma enxada e uma picareta e manda está cambada trabalhar.”(Comentário vídeo 3)	13

Aporofobia somada a outros preconceitos	Comentários que combinam aporofobia com outros preconceitos	“Se acha tão humanitário, então vai lá no Nordeste e abre a água pra aquele povo sofrido” (Comentário vídeo 12)	3
Total			33

Discussão

Por meio da análise dos comentários foi possível vincular as categorias e subcategorias de comentários a três grandes temas de debate: Política, Religião e Trabalho/Economia. Esses temas estão relacionados com a forma como os grupos pensam sobre a organização da sociedade e compreendem as motivações do padre Júlio para realizar o seu trabalho, bem como as motivações ou justificativas relacionadas à existência de pessoas em situação de rua.

Iniciando pelo aspecto político, é importante sinalizar o contexto de polarização política vivenciado no Brasil desde 2013 e exacerbado por uma série de acontecimentos que envolvem também o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e as eleições de 2018, que tornaram Jair Bolsonaro presidente do Brasil (Miguel, 2019). Essas eleições foram disruptivas, não só por terem rompido um ciclo de disputas entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), mas também por terem eleito um presidente explicitamente de extrema direita, o que exacerbou a polarização política (Silva, 2021; Starling, 2019).

Isso também influencia a compreensão das representações sociais da população em situação de rua e de pessoas que se associam a ela. Como o trabalho de Moscovici demonstrou, mesmo uma opinião, vista como pessoal e “apolítica”, está inerentemente vinculada a posições políticas, relações de conflito e formas de agir (Elchereth et al.,

2011). Por isso, o emprego da TRS neste estudo se faz relevante, as representações, além de refletirem realidades sociais, podem construir a própria realidade, por meio da organização de práticas sociais que compõem o campo social e político.

É possível observar que as subcategorias “Ofensas político-ideológicas”, contida na categoria “Ofensas direcionadas ao padre” e “Questionamento de autopromoção”, da categoria “Questionamento sobre a sua atuação”, tanto apresentam elementos de objetivação como de ancoragem em aspectos e personagens da política que explicariam quais seriam as supostas reais intenções do padre em realizar ações junto a pessoas em situação de rua.

Na primeira subcategoria é possível relacionar diversos comentários ao então presidente, em 2023, Lula: *“quanta hipocrisia! imagina quantos paes vc compraria com seu dinheiro roubado pelo lula, seu queridinho”* [sic] (Comentário vídeo 10); *“O Seu Presidente disse que iria acabar com a pobreza, fica tranquilo. E tá faltando mortadela nesse pão hein... como um bom petista, deveria ter colocado”* [sic] (Comentário vídeo 10); e *“Pão e circo 4 (governo molusco). E igreja apoiando”* [sic] (Comentário vídeo 10). Bem como a outras figuras públicas que compõem o governo como a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, chamado em um dos comentários de *“gordão da família dinossauro”*: *“Petismo gosta é de Caviar”* [sic] (foto anexada com suposta capa de revista apontando para os gastos de Marina Silva com o Fundo Amazônia) (Comentário vídeo 10); e *“Ué? Sério... cade seus amigos tipo o gordão da família dinossauro? Será que ele não ganha o suficiente para doar o valor de míseros 1000 pães diários? Ou o molusco... porr padre”* [sic] (Comentário vídeo 10). Ainda em relação à política, o padre é visto como alguém que está buscando se candidatar, como é possível observar nas frases a seguir, que compõem a subcategoria “Questionamento de autopromoção”: *“Esse sujeito é padre ou político? É*

candidato à alguma coisa?” [sic] (Comentário vídeo 10); *“Aff. Vai se candidatar....”* [sic] (Comentário vídeo 6); e *“Padre de merda... esquerdistas pilantra, já quer ser candidato.”* [sic] (Comentário vídeo 3).

Isso pode ser relacionado a uma ancoragem que se vincula a uma visão de mundo específica, em que alguém só se preocuparia com pessoa em situação de rua em um contexto no qual quisesse ganhar algo em troca por esse tipo de ação, não somente para benefício dessa população. Ademais, existe também a perspectiva de que esse não deveria ser o papel de um padre, de que na realidade ele deveria estar realizando missas e atividades na paróquia, o que também se relaciona a uma visão de mundo específica, que separa religião e políticas sociais, numa busca de “organizar” categorias familiares – “o político” e “o padre” – em espaços que não estão relacionados e nos quais desempenham tarefas completamente diferentes uma da outra.

Dessa forma, é possível supor que essas pessoas compartilham lugares sociais ou ideológicos semelhantes, pois constroem essa realidade de maneira similar (Doise, 1992). As frases a seguir sinalizam como essas visões se cruzam nesse processo e pertencem à subclasse “Questionamento sobre sua atuação como padre”, presente na categoria “Questionamentos sobre a sua atuação”: *“Tenho certeza que se o padre rezasse a Santa Missa como deveria, diminuiria a fila de pessoas atrás do pão físico”* (Comentário vídeo 10) e:

Fazendo o que gosta: agitando, fomentando tumulto, politicando, escondido sob a batina de uma religião que, na verdade, não professo. A doutrina que segue acho que nem é cristã, mas a mesma que inspira um certo partido político. Falso como uma moeda de 2 centavos. (Comentário vídeo 5)

Além do mais, tratando-se do campo religioso, ainda na categoria “Questionamentos sobre a sua atuação”, especificamente na subcategoria

“Questionamento de autopromoção”, observaram-se inúmeras acusações apontando que as motivações do padre estariam centradas na busca por aplausos: “*Quem faz não precisa fazer mídia e ficar aparecendo*” (Comentário vídeo 2); “*Conheço muitos em SP que ajudam por ajudar e não por aparecer como um salvador, esse já tem um caderninho no inferno*” (Comentário vídeo 3); e ainda “*Esse senhor só quer aplausos. Fosse pela caridade não ficaria postando vídeos se glorificando pelos seus atos.*” (Comentário vídeo 3).

Também compondo essa categoria, destacam-se sete comentários que fazem referência bíblica ao livro de Mateus, como o exemplo a seguir:

Em verdade vos digo: eles já receberam a sua recompensa. Ao contrário, quando deres esmola, que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua mão direita, 4º de modo que a tua esmola fique oculta. E o teu Pai, que vê o que está oculto, te dará a recompensa. (Mt 6, 1-6. 16-18) (Comentário vídeo 9)

Por meio desse comentário é possível observar o subprocesso de figuração da objetivação da representação social dos pobres, que reforça a noção de que a verdadeira caridade deve ser realizada sem ostentação, ou seja, que a exposição pública das boas ações pode anular sua verdadeira virtude. Isso pode ser observado por meio de um provérbio bíblico que utiliza da metáfora para tratar de forma simples um tema complexo (Cabecinhas, 2009; Vala & Castro, 2017).

Essa percepção de que as ações de doação não podem ser divulgadas pode ser vinculada à desvalorização e desumanização dos pobres, pois relaciona-se com a visão de que somente uma pessoa com segundas intenções realizaria essas ações e as divulgaria, mesmo que fosse para solicitar doações. Nesse sentido, as pessoas em situação de rua podem ser vistas como sendo menos capazes de sentir emoções secundárias ou tipicamente humanas (Leyens et al., 2001), e as hierarquias sociais tornam-se explícitas

(Haslam & Stratemeyer, 2016). Diversos estudos mostram que pessoas em situação de pobreza são vistas como burras, sujas, preguiçosas e perigosas, portanto, indignas de receber apoio (Accorssi & Scarparo, 2016; Cortina, 2020; Cozzarelli et al., 2001; Durante & Fiske, 2017; Jordan et al., 2020; Lang, 2007; Moura, 2012, 2015; Moura et al., 2014).

Esses aspectos também se relacionam com a subcategoria: “Questionamento da eficácia de suas ações”, que está na categoria “Questionamentos sobre a sua atuação”, numa perspectiva de que se as ações realizadas pelo padre não solucionam o problema, não deveriam ser efetuadas por ele, mesmo que isso se relacione à ausência de alimentos para as pessoas que os recebem. Nessa subcategoria, inclusive, encontra-se a frase citada anteriormente, que sugere maior eficácia em rezar na santa missa, além das frases a seguir, que também compõem a subcategoria “Aporofobia desumanizadora”, dentro da categoria “Comentários aporofóbicos”, sugerindo que certos “tipos” de pessoas não deveriam receber alimentos. Esses comentários associam diretamente a condição de vulnerabilidade a grupos estigmatizados, como marginais, drogados e sujos, perpetuando uma representação social estigmatizadora da pobreza, encontrada em outros estudos realizados no Brasil (Accorssi & Scarparo, 2016; Moura, 2012, 2015; Moura et al., 2014). Além disso, apresentam uma oposição entre as pessoas em situação de rua e o “cidadão de bem”: *“Ficar sustentando vagabundo que só quer se drogar, ficar destruindo o patrimônio alheio e sujando as ruas com seus dejetos”* (Comentário vídeo 3) ou ainda:

O senhor poderia se concentrar em ajudar famílias com crianças que moram nas ruas, ao invés de alimentar usuários de drogas, a intenção é ótima, mas na prática só está deixando mais forte esses noias que roubam pra comprar drogas, pq alimento já tem garantido. [sic] (Comentário vídeo 9)

Esses comentários se aproximam de uma lógica de “Não dê o peixe, ensine a pescar”, presente na subcategoria “Aporofobia meritocrática”, também inserta na

categoria “Comentários aporofóbicos”, em que se defende a existência da meritocracia de forma prescritiva, isso é, acreditando-se em sua existência (Hing et al., 2011), o que se vincula à temática de Trabalho/Economia. As razões que contribuem para que a situação de vulnerabilidade socioeconômica se perpetue, como a desigualdade estrutural e a falta de acesso à educação, oportunidades de emprego e saúde são mais uma vez ignoradas. Em vez disso, responsabilizam-se apenas os indivíduos, desconsiderando-se os obstáculos que dificultam a saída da pobreza (Accorssi et al., 2012), como evidenciado nos seguintes comentários: “*Pensar que eles dão comida ao invés de emprego???*” [sic] (Comentário vídeo 10); “*Quem dá peixe e não ensina a pescar. Essas pessoas se mantêm nessa situação, pois mantemos elas e não fazemos nada para acabar com essa situação em definitivo.*” [sic] (Comentário vídeo 10); e “*Entrega também uma enxada e uma picareta e manda está cambada trabalhar.*” [sic] (Comentário vídeo 3).

Outro argumento que surge é o de que essas pessoas que estão recebendo o apoio do padre não deveriam estar nessa situação, pois existem outras pessoas em situações piores mais merecedoras, ou que o uso de drogas as desqualifica enquanto pessoas que precisam de apoio, como é possível perceber na subcategoria “Aporofobia somada a outros preconceitos”, da categoria “Comentários aporofóbicos”: “*Se acha tão humanitário, então vai lá no Nordeste e abre a água pra aquele povo sofrido*” (Comentário vídeo 10); e

Ao invés de facilitar a *ociosidade* [ociosidade] dessa gente jovem com a ajuda dos outros não procura emprego pra eles.. [a] Mooca ficou uma porcaria de se morar com tanta gente sadia e jovem q poderia tá trabalhando ao invés de ficar na rua morgando e fumando baseado e roubando moradores e carros. (Comentário vídeo 10).

Por fim, na subcategoria “Ofensas morais”, pertencente à categoria “Ofensas

direcionadas ao padre”, observa-se a influência de um conjunto de representações sociais negativas generalizadas no que diz respeito à atuação do clérigo. Sob esse viés, publicações que associam o padre Júlio Lancellotti a grupos comunistas ou de esquerda exemplificam de que forma categorias predefinidas são utilizadas para enquadrá-lo em rótulos derivados de uma ideologia específica. Esses mesmos processos ocorriam em meio às publicações que o acusavam de ser um abusador, traidor ou vigarista, evidenciando a associação de Júlio a estereótipos negativos e ligados à criminalidade, como ilustram os comentários a seguir: *“Picolé e doces, é prática antiga na igreja, porém, os pais das crianças, estão mais atentos, sobram os nóias.”* [sic] (Comentário vídeo 8); *“Hummm entendi! Quantos garotos querendo água.”* [sic] (Comentário vídeo 5); *“Um hipócrita. Não deixa o povo sair da rua. Adora um pobre sem teto, tanto q é contra esse sem teto ter uma casa e tratamento pra sair das drogas. Messias só tem um, de resto só falsos profetas.”* [sic] (Comentário vídeo 11); e *“P4DRECO, que recebe homenagem de ateu e a favor de aborto l. Não tem o meu respeito.”* [sic] (Comentário vídeo 11).

Embora o conjunto de mensagens compilado nessa categoria não apresente conteúdo explícito de ódio, desprezo ou hostilidade direta às pessoas em situação de pobreza, os comentários ofensivos direcionados ao padre Júlio revelam um ódio subjacente ao trabalho que realiza e ao público ao qual se filia. Muitos comentários dessa subcategoria são apenas ofensas, sem necessariamente explicações acerca da motivação para elas e que podem estar relacionadas a todas as categorias comentadas anteriormente: *“O senhor é uma ofensa ao cristianismo (emojis de vômito)”* (Comentário vídeo 10); *“Nojo desse padreco.”* (Comentário vídeo 10); *“Mas que malandro sem noção.”* (Comentário vídeo 11); e *“Vergonha, um lixo se dizendo padre PQP (emoji que expressa risada)”* [sic] (Comentário vídeo 5). Assim, a hostilidade voltada a Lancellotti demonstra, para além de uma rejeição à sua figura e às suas ações, uma expressão indireta de

aporofobia, pois o padre Júlio Lancellotti é uma figura pública que pode ser objetivado como a personificação da pobreza e da defesa das pessoas em situação de rua.

Entretanto, é relevante destacar que a aporofobia se diferencia de outras manifestações discriminatórias em alguns aspectos importantes. Na Psicologia Social, as análises dos distintos tipos de preconceito, para além de levar em conta aspectos individuais (afetivos e cognitivos) e aspectos coletivos, consideram também a condição histórica e suas variáveis em cada contexto no qual as relações sociais ocorrem (Lima, 2020). Sob esse prisma, para Cortina (2020), enquanto a aporofobia se concentra na aversão em relação aos pobres e desamparados, uma situação econômica, outras formas de discriminação; racismo, sexismo e homofobia, têm suas bases em características como raça, gênero e orientação sexual. Assim, a aporofobia não se ancora nos atributos das pessoas, mas nas suas situações econômicas. Por isso, essa forma de preconceito social se torna única, distinta das demais.

Portanto, o exercício de considerar diferentes níveis de análise para esse fenômeno como proposto por Doise (2002), auxilia uma compreensão mais ampliada sobre a aporofobia. Os comentários analisados nos vídeos, em que os indivíduos interagem na plataforma “X”, relacionam-se ao nível interindividual. Por meio das análises é possível chegar a um nível posicional, que trata de como os grupos interagem nos contextos políticos, religiosos e econômicos/de trabalho. Por fim, compreendendo-se as ideologias políticas, os dogmas religiosos e as ideologias meritocráticas é possível chegar-se ao nível de análise ideológico.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar como a aporofobia se manifesta por meio dos comentários na plataforma “X” direcionados ao padre Júlio Lancellotti enquanto

personificação que objetiva a pobreza e os pobres. Para tanto, analisou os comentários dirigidos ao padre Júlio Lancelotti na plataforma "X", evidenciando tanto a presença de comentários odiosos no formato de ofensas e questionamentos sobre sua atuação quanto padrões de aporofobia. Identificaram-se subcategorias dentro dessas classificações, refletindo os diferentes tipos de mensagens encontradas. A maioria dos conteúdos ofensivos demonstrou uma natureza político-ideológica, enquanto os questionamentos se concentraram na eficácia das ações do padre e em acusações de autopromoção. Os comentários aporofóbicos, por sua vez, basearam-se principalmente em crenças meritocráticas e nas desumanizadoras dos pobres, ignorando as complexidades estruturais que configuram a pobreza.

Os resultados foram interpretados à luz da Teoria das Representações Sociais, destacando como os processos de objetivação e ancoragem constituem a representação social sobre questões complexas, incluindo as diversas razões que contribuem para a persistência da pobreza e, conseqüentemente, como influenciam a avaliação do trabalho do padre Júlio Lancelotti. Tais resultados podem ser relacionados também à simplificação de uma realidade complexa e à ancoragem de papéis sociais sobre Política, Religião e Economia/Trabalho, temas que foram relacionados à interpretação das categorias e da maneira como os grupos pensam a forma como a sociedade se organiza.

Do mesmo modo, os questionamentos sobre a eficácia de suas ações sugerem que as atividades da Pastoral do Povo da Rua são vistas como ineficientes ou falhas em cumprir sua missão religiosa e simplificam a assistência social ao associá-la à responsabilidade exclusiva de erradicar por si só a situação de pobreza da população. Não apenas isso, ao indicar que o trabalho promovido por Lancelotti é ineficiente por não incentivar o esforço individual, os comentários se ancoram em crenças meritocráticas, nas quais a condição socioeconômica de uma pessoa é vista como resultado exclusivo de

seu próprio esforço e mérito. Já nas acusações de autopromoção, comentários que associam a publicação dos trabalhos nas redes sociais à busca por visibilidade ignoram o papel da divulgação das atividades como forma de engajar a sociedade em favor das ações.

Na análise dos comentários aporofóbicos, destaca-se a influência dos mesmos processos na formação de representações negativas sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade, como os beneficiários das ações da Pastoral do Povo de Rua. Além disso, ao conceber a vulnerabilidade econômica como resultado da falta de esforço pessoal ou ao vincular os nordestinos à condição de pobreza, essas mensagens revelam como significações simplistas resultantes de ideologias meritocráticas e xenófobas são utilizadas para promover a aporofobia na sociedade.

É importante destacar que essas mensagens reproduzidas nas redes sociais não são meras opiniões ou frases sem efeito prático, pois elas compõem as representações sociais associadas a grupos humanos que atuam junto à população em situação de rua e à própria população. As representações sociais não apenas refletem as realidades relacionam-se a comportamentos e práticas políticas, religiosas, sociais e econômicas.

Assim, é relevante, também, considerar as limitações deste estudo para que novos avanços na pesquisa em relação às representações sociais da pobreza e aos estudos acerca da aporofobia possam ser realizados. Esta pesquisa contou com uma amostra pequena de materiais, coletados de forma manual na plataforma “X”. Para a realização de uma pesquisa com uma amostra maior, sugere-se que outros estudos utilizem mineração de dados e outras redes sociais para investigação. No entanto, apesar das limitações, este estudo apresenta achados que possuem um papel relevante na vida em sociedade e merecem ser aprofundados em pesquisas futuras.

Capítulo 4. Do Meireles ao Bom Jardim: Representações Sociais de Pobres e da Pobreza na Cidade de Fortaleza- CE

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo analisar as representações sociais sobre pobreza de moradores ricos e pobres da cidade de Fortaleza-CE. Para tanto, 47 moradores, divididos em dois grupos, residentes de bairros com alto Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) e renda per capita igual ou superior a R\$ 7.500 e residentes de bairros com baixo IDH-B e renda per capita inferior a R\$ 1.751, participaram de entrevistas semi estruturadas abordando definições, explicações da pobreza e percepções sobre os pobres. As respostas foram analisadas utilizando a Classificação Hierárquica Descendente no software IRAMUTEQ. Na análise sobre definição de pobreza observou-se a coexistência de diferentes concepções como algumas uni e outras multidimensionais, referindo componentes monetários e não monetários, e absolutos e relativos. Em relação às explicações para a pobreza, observou-se que coexistiam percepções sobre a manutenção estrutural das desigualdades sociais, com responsabilização dos indivíduos ou grupos por sua condição e naturalização da pobreza como parte do cotidiano. Nas análises acerca das visões sobre os pobres destacou-se a visão de "tipos de pobre" que englobavam estereótipos com visões tanto paternalistas, como abertamente depreciativas. De forma geral, os resultados sugerem que, embora a identidade de classe seja um elemento relevante, aspectos ideológicos influenciam a forma como as explicações são construídas. Assim, o pertencimento grupal, rico ou pobre, foi um fator que afetou superficialmente as principais representações sociais dos participantes sobre o tema. Ademais, observou-se a coexistência de formas opostas de percepções e saberes de um objeto social de mesmo campo representacional em um mesmo indivíduo.

Palavras-chave: classismo ambivalente; pobres; aporofobia; pobreza; revisão sistemática.

Introdução

Fortaleza, capital do estado do Ceará, ocupa posição de destaque no cenário urbano brasileiro devido ao seu porte populacional, à relevância econômica e, simultaneamente, aos elevados índices de desigualdade social. De acordo com o Censo de 2022, trata-se da cidade mais populosa da região e da 4^a do país, além de apresentar o maior adensamento populacional entre as capitais brasileiras (IBGE, 2023a). Em 2020, Fortaleza registrou o maior Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e a 11^a posição no ranking nacional (IBGE, 2020). Entretanto, quando se trata de desigualdade de renda, figura entre as cinco capitais mais desiguais do país, com índice de Gini de 0,56, sendo a quarta capital mais desigual do Nordeste (Iplanfor, 2023).

Fortaleza abriga mais de 2,4 milhões de habitantes, dos quais 578.071, residem em favelas ou comunidades urbanas (IBGE, 2023). Assim, aproximadamente um em cada cinco moradores vive em favelas, sendo a maior delas localizada no Pirambu (Vieira, 2024). Esse bairro apresenta Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) de 0,22, enquanto o Meireles, bairro com maior IDH-B da cidade, alcança 0,95 (Prefeitura de Fortaleza, 2010). Guardadas as diferenças metodológicas entre os indicadores, essa disparidade permite uma comparação extrema: é como se, na mesma cidade, convivessem realidades análogas às dos países com menor e maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, o Sudão do Sul, com IDH de 0,38, e a Islândia, com IDH de 0,967 (United Nations Development Programme, 2025).

Esse abismo se traduz em diferentes níveis de qualidade de vida da população. Um dado que evidencia essa desigualdade de maneira explícita é a expectativa de vida:

moradores de bairros pobres de Fortaleza podem viver até 20 anos menos do que aqueles que residem em bairros ricos (Viana, 2024).

Como aponta Milton Santos (1978/2023), a pobreza é um fenômeno complexo, e um critério analítico relevante para compreendê-la é a posição relativa do indivíduo na sociedade a que pertence. Nesse sentido, as explicações causais, as justificativas e as definições construídas socialmente pelos diferentes grupos podem ajudar a compreender os elementos que contribuem para a reprodução e naturalização da pobreza. Pode-se, portanto, afirmar que a forma como a população se relaciona com o tema da pobreza influencia na sua perpetuação ou no seu enfrentamento (Bullock et al., 2003).

As representações sociais moldam percepções e comportamentos diários e mediam as relações entre indivíduos e grupos sociais, influenciando a forma como interpretam e respondem aos eventos sociais (Moscovici, 1981). Quando nomeamos um objeto social de determinada forma e falamos sobre ele, não estamos, a rigor, apenas descrevendo-o ou desvelando suas características inerentes, mas constituindo-o simbolicamente e definindo suas relações com o mundo em contextos sociais e culturais específicos. Nesse sentido, investigar as representações sociais da pobreza e das pessoas pobres constitui um caminho pertinente para compreender como os conhecimentos socialmente partilhados orientam práticas sociais.

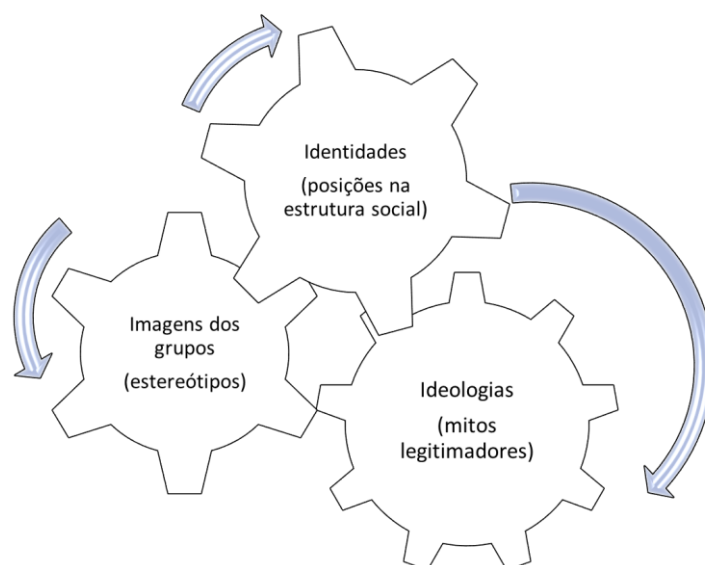
Para além disso, a representação social só existe a partir da relação entre sujeitos, objetos sociais e o campo das relações sociais, sendo constituída nas interações intersubjetivas, a partir das conexões realizadas em contextos sociais e culturais específicos (Sousa & Chaves, 2023). Dessa forma, torna-se necessário dar atenção tanto aos conhecimentos socialmente compartilhados no interior dos grupos quanto aos aspectos cognitivos dos indivíduos que compõem essas relações. Em um contexto teórico e investigativo, busca-se frequentemente isolar as representações sociais de um objeto,

mas, para uma compreensão ampliada, é necessário desenvolver teoricamente o campo de processos psicossociais que as produzem. Nessa direção, outras abordagens teóricas podem apoiar a compreensão e a análise das representações sociais de pessoas pobres e da pobreza (Jovchelovitch, 2011).

Aspectos como ideologias, identidades e estruturas sociais devem ser considerados nas análises sobre as representações sociais de qualquer objeto. Quando se trata da pobreza e das pessoas pobres, essa consideração torna-se ainda mais central. Como destacado no primeiro capítulo desta tese, as teorias da Justificação do Sistema (Jost & Banaji, 1994), da Identidade Social (Tajfel, 1982) e o Modelo de Conteúdo dos Estereótipos (Fiske et al., 2002) ladrilham caminhos importantes para a compreensão das representações sociais da pobreza e das pessoas pobres, ao considerarem as ideologias internalizadas que influenciam a forma como os indivíduos interpretam o funcionamento do sistema social, a posição que ocupam na hierarquia social e as imagens associadas aos grupos, levando em conta tanto o lugar social que ocupam quanto os aparentes paradoxos envolvidos, como pode ser visto na Figura 4 abaixo.

Figura 4

Ilustração da articulação entre níveis de análise



A Teoria da Justificação do Sistema (TJS) proposta por Jost e Banaji (1994) explica a tendência que indivíduos têm em legitimar o funcionamento do sistema social, o que ajuda a manter o status quo, mesmo quando isso contraria interesses pessoais ou de grupo. A teoria permite compreender, em termos ideológicos, duas possibilidades: por um lado, explica como pessoas pobres podem aderir a crenças que justificam o funcionamento de um sistema que as prejudicam e, por outro, como os ricos justificam seus sistemas de privilégios e opressão (Jost et al., 2004). A adesão à justificação do sistema pode ocorrer por acreditarem que ele é moralmente correto ou por dificuldade em imaginar alternativas diferentes (Jost & Hunyady, 2017).

Estudos empíricos, como o de Godfrey e Wolf (2016), demonstram que mães pobres justificam a desigualdade com base em fatores individuais, dificultando a formação de uma consciência crítica. Pesquisas recentes (Goya-Tocchetto et al., 2024) apontam que a justificação do sistema afeta a percepção da desigualdade de renda e reduz o apoio a políticas redistributivas, influenciando diretamente a forma como a pobreza é percebida e contribuindo para a reprodução de visões classistas. Além disso, para grupos privilegiados, como o grupo dos mais ricos, a justificação do sistema também está associada ao aumento da autoestima, do bem-estar e ao favorecimento endogrupal (Jost & Hunyady, 2017). Outras pesquisas (Azevedo et al., 2019; Moscato et al., 2021) também sinalizam a relação entre posicionamento político e justificação do sistema. Pessoas com orientação política mais à direita tendem a apresentar maiores níveis de justificação do sistema e a apoiar formas de desigualdade social e econômica. Isso também se relaciona à identidade social dos participantes. Por exemplo, pessoas que se identificam mais como nacionalistas e de direita tendem a justificar mais o sistema (Moscato et al., 2021).

Além disso, as formas como os indivíduos se posicionam em relação a determinadas categorias sociais e, conseqüentemente, às representações sociais podem

ser relacionadas também à identidade social (Vala & Castro, 2017; Wagner & Hayes, 2005). A Teoria da Identidade Social (TIS) (Tajfel, 1982) ajuda a compreender processos como a homogeneização de grupos sociais com os quais as pessoas não se identificam (exogrupos) e a heterogeneidade atribuída aos grupos de pertença (endogrupos), além da amplificação das diferenças percebidas entre o endo e o exogrupo. Ademais, especificamente no que se refere à identidade de classe social, o status socioeconômico se relaciona tanto a aspectos objetivos de acesso a recursos, como renda, nível educacional e ocupacional; quanto a aspectos subjetivos, que envolvem a posição social percebida (Destin et al., 2017). Assim, o status socioeconômico de uma pessoa e de um grupo pode influenciar a forma como esses sujeitos se relacionam com o mundo e com diferentes objetos sociais.

Por fim, o Modelo de Conteúdo dos Estereótipos (Fiske et al., 2002) propõe que os estereótipos podem estar relacionados aos objetivos de um encontro entre indivíduos ou membros de um grupo, o que envolve a intenção e a capacidade percebidas, associadas, respectivamente, às dimensões de sociabilidade (amabilidade) e competência. Desse modo, os estereótipos podem produzir visões ambivalentes dos grupos sociais, por exemplo, competentes e frios para os ricos e amáveis e incompetentes para os pobres, o que pode contribuir para a manutenção das hierarquias sociais. Entretanto, como vimos, considerando as relações sociais, os estereótipos dirigidos às pessoas pobres podem depender dos grupos que respondem à pesquisa ou dos contextos sociais em que essas pessoas são avaliadas (Durante & Fiske, 2017; Fiske et al., 2002).

Portanto, estudar as representações sociais dos pobres e da pobreza constitui uma forma de compreender como pessoas e grupos sociais se relacionam com esse tema, bem como os aspectos que contribuem para a manutenção da pobreza. Por conseguinte, este capítulo tem por objetivo conhecer as representações sociais da pobreza e das pessoas

pobres entre cidadãos de diferentes classes sociais da cidade de Fortaleza, Ceará. Especificamente, buscou-se, considerando variáveis sociodemográficas, com ênfase na classe social: (1) conhecer as definições de pobreza no senso comum; (2) investigar explicações acerca da manutenção da pobreza; e (3) entender representações sobre as pessoas pobres e suas relações com a sociedade.

No presente estudo, parte-se do pressuposto de que as posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social (por exemplo, ser pobre ou ser rico) articulam-se à construção de identidades sociais de classe, que, por sua vez, favorecem a adesão a mitos legitimadores e crenças de justificação do sistema. Essas crenças são mobilizadas na elaboração de representações sociais da pobreza e das pessoas pobres, as quais se objetivam em conteúdos estereotípicos específicos, particularmente nas dimensões de sociabilidade e competência .

Método

Participantes

Contou-se com a colaboração de 47 pessoas moradoras da cidade de Fortaleza, Ceará, divididas em dois grupos, um com 23 moradores de bairros com maior Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) da cidade, com renda per capita familiar a partir de R\$ 7.500,00 mensais, e outro com 24 moradores de bairros com menor IDH-B da cidade e com renda per capita familiar menor que R\$1.751,00 mensais.

A idade dos participantes variou entre 18 e 80 anos, com média de 45,87 (*DP* = 15,74), sendo 57,4% do gênero feminino. Em relação à raça, 38,3% se declararam brancas, 21,3% pretas, 38,3% pardas e 2,1% indígenas. A renda per capita familiar dos participantes variou entre R\$0,00 e R\$20.000,00, com média de R\$ 6.433,30 (*DP* = 6.513,34). A renda per capita familiar dos participantes moradores de bairros com IDH-

B alto variou entre R\$ 7.500,00 a R\$20.000,00, com média de R\$ 12.257,97 ($DP = 4.365,70$). A renda per capita familiar dos participantes moradores de bairros com IDH-B baixo variou entre R\$0,00 e R\$1.750,00, com média de R\$ 851,50 ($DP = 422,50$). A Tabela 5 apresenta detalhadamente esses dados.

Tabela 5

Dados dos participantes relativos à idade, gênero, etnia, renda e classe social em relação ao seu bairro.

Idade (amplitude)	18 a 80 anos
Idade (M , DP)	45,67 anos ($DP = 15,45$)
Gênero	n (%)
Masculino	20 (42,6)
Feminino	27 (57,4)
Etnia	n (%)
Branca	18 (38,3)
Preta	10 (21,3)
Parda	18 (38,3)
Indígena	01 (2,1)
Escolaridade	n (%)
Fundamental Incompleto	10 (21,3)
Fundamental Completo	04 (8,5)
Médio Incompleto	2 (4,3)
Médio Completo	8 (17,0)
Superior Incompleto	1(2,1)
Superior Completo	9(19,1)
Pós- graduação	13(27,7)

Posicionamento político	n (%)
Extrema esquerda	02 (4,3)
Esquerda	14 (29,8)
Centro esquerda	05 (10,6)
Centro	03 (6,4)
Centro direita	02 (4,3)
Direita	08 (17,0)
Nenhum	12(25,5)
Outro	01 (2,1)
Percepção de classe em relação as pessoas do bairro	n (%)
Mais baixa	12 (25,5)
Da mesma	27 (57,4)
Mais Altas	7 (14,9)
Pessoas em situação de rua*	1 (2,1)

*Não possuem bairro

Tabela 6

Bairros dos participantes em ordem de Índice de Desenvolvimento Humano Por Bairro (IDH-B) - 2010

Ordem do bairro/nome	IDH-B
1/Meireles	0,953
2/Aldeota	0,866
4/Mucuripe	0,793
5/Guararapes	0,767
10/Joaquim Távora	0,662
13/De Lourdes	0,641
25/Eng. Luciano Cavalcante*	0,522

58/Antônio Bezerra	0,348
84/Sabiaguaba	0,267
85/Pedras	0,263
95/Pirambu	0,229
98/Cais do Porto	0,223
100/Pici	0,218
104/Bom Jardim	0,194

**Os moradores entrevistados moravam na fronteira com Guararapes*

No grupo de participantes moradores dos bairros com IDH-B alto, 21 participantes, a idade variou entre 24 e 80 anos com média de 44,29 (DP = 17,17), sendo 61,9% do gênero feminino. Em relação a raça, 61,9% se declararam brancas, 14,3 % pretas e 23,8% pardas, a maioria dos participantes possuía pós-graduação (61,9%), seguidos por ensino superior completo 33,3%, com o menor grau de escolaridade de ensino superior incompleto e em relação ao posicionamento político a maioria se declarou de esquerda (33,3%), seguidos por centro-esquerda (23,8%) e direita (14,3%).

No grupo de participantes moradores dos bairros com IDH-B baixo, 26 participantes, a idade variou entre 18 e 73 anos com média de 47,15 (DP = 14,69), sendo 53,8% do gênero feminino. Em relação à raça, 19,2% se declararam brancas, 26,9 % pretas e 50% pardas e 3,8% indígena, a maioria dos participantes possuía ensino fundamental incompleto (38,5%), seguidos por ensino médio completo 30,8%, com o maior grau de escolaridade de ensino superior completo (7,7%) e em relação ao posicionamento político a maioria se declarou sem posicionamento político (38,5%), seguidos por esquerda (26,9%) e direita (19,3%).

Instrumento

O instrumento de pesquisa foi um roteiro de entrevista estruturado composto por uma primeira etapa que utilizou a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), com a pergunta “Quais as primeiras 3 palavras que vêm a sua cabeça quando você pensa em pessoas pobres?” e, em seguida, com solicitações de classificação das palavras por ordem de importância e formulação de uma frase com a palavra mais importante. Outra etapa foi composta por perguntas abertas – “Para você, o que é pobreza?”; “Por que as pessoas são pobres?”; “Quem são as pessoas pobres no Brasil? Você poderia descrever uma pessoa pobre?”; e “Como a sociedade brasileira vê os pobres”- e, por fim, uma última etapa com perguntas sociodemográficas: idade, gênero, cor ou raça, cidade e estado, bairro, percepção de classe social no bairro, posicionamento político, religião, escolaridade, benefícios do governo, renda mensal, renda familiar, número de pessoas que dividem a renda e profissão (ver Apêndice A). Em alguns casos, foram realizadas perguntas complementares de esclarecimento, com o objetivo de assegurar a compreensão do que estava sendo perguntado pelos participantes.

Procedimento e Aspectos Éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (UFS), tendo sido aprovado pelo parecer nº 6.710.223. A condução das entrevistas foi realizada de maneira individual, e os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, o caráter voluntário da participação e a garantia de confidencialidade dos dados. Para aqueles que aceitaram participar, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi lido e assinado, em conformidade com as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Após esses procedimentos, os participantes autorizaram a gravação da entrevista e responderam às perguntas. As entrevistas ocorreram de maneira presencial em abril de 2024. A

definição dos participantes da pesquisa se deu por amostragem por conveniência, combinando a técnica “bola de neve”, em que um participante indicava outro, e a abordagem direta de moradores nas ruas dos bairros selecionados, respeitando os critérios de renda estabelecidos.

Análise dos Dados

Foi utilizado o pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para a tabulação e análise dos dados sociodemográficos, incluindo indicadores descritivos, análises de frequência e medidas de tendência central e dispersão. A parte aberta das entrevistas foi analisada com auxílio do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Para analisar as respostas, foram realizadas análises lexicais, com uso da Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Para a preparação dos *corpus* de análise, as entrevistas foram transcritas e transformadas em três *corpora*, em cada um dos quais as respostas dos participantes foram dispostas em uma linha de comando composta por gênero, raça, posicionamento político, escolaridade, religião, recebimento de benefício(s) do governo e grupo ao qual o participante pertence – morador de bairro com alto IDH-B, denominado aqui de bairros ricos, ou com baixo IDH-B, denominado de bairros pobres. Para cada um dos *corpora*, realizou-se uma análise separada. Cada *corpus* foi denominado da seguinte forma: “Definição de pobreza”, que continha as respostas à pergunta “Para você, o que é pobreza?”; “Causas da pobreza”, que continha as respostas à pergunta “Por que as pessoas são pobres?”; e “Visões sobre os pobres no Brasil”, que continha as respostas às perguntas “Quem são as pessoas pobres no Brasil? Você poderia descrevê-los?” e “Como a sociedade brasileira vê os pobres?”.

Devido às características do primeiro *corpus*, composto por respostas mais curtas, e seguindo as instruções de Camargo e Justo (2018), o método de construção do segmento de texto definido foi a opção “simples sobre texto”. Essa estratégia impede o programa de dividir as respostas em pequenas partes, possibilitando que o segmento de texto seja considerado a própria resposta do participante. Já para os outros *corpora*, o método de construção do segmento de texto definido foi o padrão do *software*, “simples sobre ST”. Em relação às formas de palavras ativas e suplementares, foram seguidos os parâmetros padrão do programa, com exceção dos advérbios, que passaram da forma ativa para suplementar (Camargo & Justo, 2018).

Após a realização da CHD no *software*, os significados e componentes das classes foram analisados. As classes foram interpretadas com base no conteúdo expresso nas frases dos participantes e, em seguida, os conjuntos de classes foram nomeados em função dos conteúdos percebidos como mais representativos de cada conjunto de frases (segmentos de texto).

As respostas da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) não foram analisadas, pois muitos participantes tiveram dificuldade de responder e compreender a proposta da técnica, o que reduziu o número de respostas e inviabilizou que fosse realizada uma análise de forma robusta, como sugerido por (Wachelke & Wolter, 2011).

Resultados e Discussões

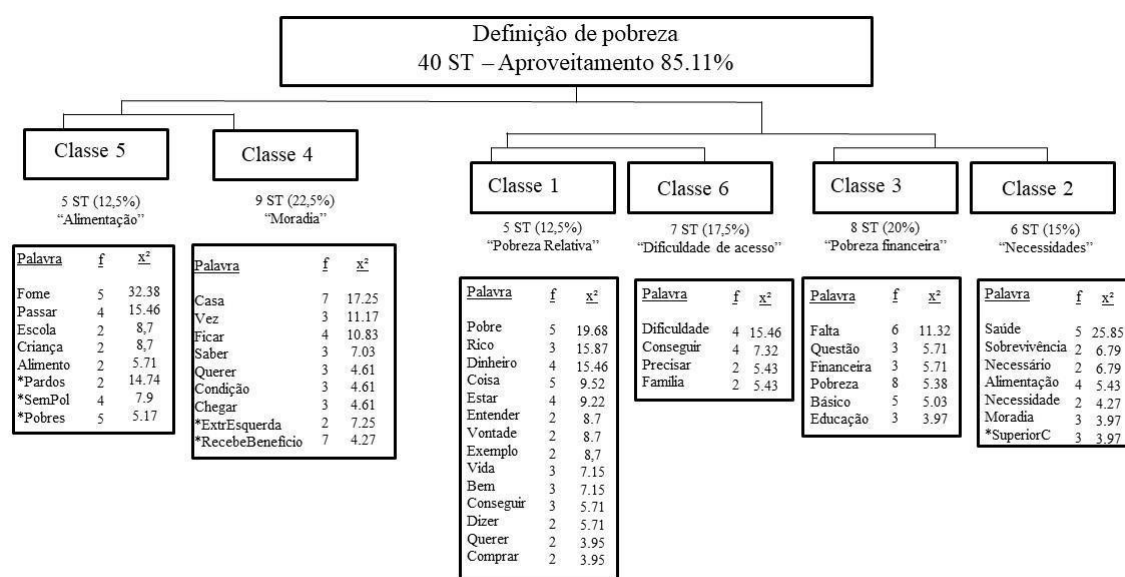
Definição de Pobreza

A CHD subdividiu o *corpus* em 47 unidades de contexto elementar (UCEs), das quais 40 (85,11%) foram retidas e analisadas pelo programa, que identificou 629 formas distintas, 2.879 ocorrências e 344 formas ativas. A partição realizada pelo programa distinguiu três *sub-corpora*, cada um composto por duas classes. Na primeira partição do

corpus, este foi dividido em dois *sub-corpora*: um formado pelas classes 5 (12,5%) e 4 (22,5%) e outro composto pelas demais classes. Em uma segunda partição, o conjunto remanescente foi subdividido em dois grupos, separados entre as classes 1 (12,5%) e 6 (17,5%) e as classes 3 (20%) e 2 (15%), como representado na Figura 5.

Figura 5

Dendrograma das respostas sobre a definição de pobreza



As classes 5 e 4 apresentam a pobreza associada ao acesso a aspectos considerados básicos para a vida, tais como alimentação e moradia. Em ambas as classes, embora a palavra "dinheiro" não tenha aparecido em destaque, ela está presente nas respostas dos participantes como meio de obtenção de comida e casa. Assim, observa-se uma percepção da pobreza que não se relaciona apenas a aspectos monetários, mas também ao acesso a necessidades básicas. Isso se aproxima dos resultados de Serra et al. (2021), ao apresentarem a existência de uma interseção entre pobreza monetária, unidimensional, relativa somente à renda, e pobreza não monetária, multidimensional, que considera habitação, infraestrutura básica, educação e acesso às tecnologias da informação. No

entanto, nessas classes, as dimensões da pobreza não monetária remetem apenas aos elementos considerados mais básicos pelos participantes da pesquisa: alimentação e moradia.

A classe 5, intitulada “Alimentação”, relaciona a pobreza à ausência de alimento e à experiência de passar fome, bem como à imagem de crianças pedindo comida. Essa classe foi significativamente associada a respostas de pessoas que não declararam posicionamento político ($p = 0,004$) e de moradoras de bairros pobres ($p = 0,02$). Os trechos a seguir ilustram essa classe: “[...] é não ter o que comer, é não ter quem ajude essas pessoas pobres [...] essas crianças pobres que a gente vê passando fome, que estão pedindo até nos grupos comida, leite, que passam muita fome, mas a gente não vê ninguém ajudando” (Participante 18, mulher, sem posicionamento político declarado, parda, moradora de bairro pobre) e “[...] muitas pessoas que passam fome mesmo e procuram comida no lixo, tentam buscar alimento no lixo” (Participante 19, mulher, de posicionamento político de centro, parda, moradora de bairro pobre).

É possível perceber que, nesses relatos, as participantes estabelecem uma diferenciação de níveis de pobreza, tendo a alimentação como critério central. Assim, mesmo quando pertencentes ao grupo de pessoas pobres, moradoras de bairros com IDH-B baixo e com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo, as participantes apontam uma pobreza que não seria a sua, mas a de outrem – uma pobreza mais extrema, definida pela falta de alimentos e associada a pessoas em situação de pobreza percebidas como fisicamente próximas das participantes.

Isso pode ser relacionado a um processo de diferenciação simbólica que parece cumprir uma função identitária relevante, ao contribuir para a manutenção de uma identidade social relativamente mais positiva. Assim, ainda que compartilhem condições objetivas de pobreza, as participantes constroem uma fronteira simbólica entre “nós, que

somos pobres, mas ainda temos o que comer” e “eles, os mais pobres, que passam fome”. Tal dinâmica pode ser compreendida à luz da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982), segundo a qual os indivíduos recorrem a processos de comparação social para preservar uma autoimagem e uma identidade grupal positiva, quando comparam-se com grupos percebidos como ainda mais desprivilegiado, o que atenua a própria vulnerabilidade e sustenta uma imagem social mais favorável do endogrupo.

Nesse contexto, a noção de pobreza apresenta um caráter subjetivo, que se relaciona ao entorno social do indivíduo (Guimarães, 2016). Essa noção pode ser relacionada, também, ao campo das representações sociais, ao que está próximo das pessoas, na dicotomia entre familiar e não familiar (Jodelet, 2001).

A classe 4, intitulada “Moradia”, associa a pobreza a aspectos relacionados ao local onde as pessoas moram, não apenas ao fato de ter ou não um lugar para morar, mas também às condições da casa, como ilustram as seguintes falas: “[...] o que é pobreza, sei lá, é se ‘porcando’ na rua porque quem tem uma casinha pra morar pelo menos seja pequena, mas pelo menos tem aonde ficar, no meio da rua pega chuva pega sol relento apanha dos outros.” (Participante 05, mulher, de esquerda, parda, moradora de bairro pobre) e “[...] amontoado de pessoas que moram todos dentro da mesma casa, que a casa é imunda começa a dar assim uma agonia [...]” (Participante 49, mulher, de centro-esquerda, parda, moradora de bairro rico).

Semelhante à classe “Alimentação”, é possível relacionar as respostas presentes na classe “Moradia” ao que as pessoas vivem ou já vivenciaram de forma próxima, pois existe uma relação entre essa classe e o grupo de pessoas que recebem ou já receberam algum benefício social do governo. Observa-se, assim, o processo de objetivação da representação social em que algo que inicialmente poderia ser um conceito abstrato passa a ser caracterizado a partir de objetos tangíveis, que fazem parte da realidade cotidiana

(Cabecinhas, 2009), algo que é possível de visualizar, como uma moradia precária, por exemplo.

As classes 1 e 6 descrevem a pobreza a partir de um referencial baseado na negação, ou seja, partem daquilo que não seria pobreza para apresentarem suas explicações. Dessa forma, na classe 1, intitulada “Pobreza relativa”, a pobreza é apresentada como o oposto da riqueza. Essa oposição é relativizada a partir de diferentes perspectivas: culturais, pois em alguns locais ou culturas não existiria pobreza tal como é percebida na sociedade capitalista contemporânea; morais, ao supor que o rico pode ser “pobre de espírito”; e relacionais, quando a pobreza é definida em função da condição financeira de outras pessoas.

Na economia, o conceito de pobreza relativa se opõe ao de pobreza absoluta, em que o primeiro estaria vinculado a um dado comparativo em relação a uma renda média ou mediana da população e o segundo a um patamar fixo de renda (Vinhais & Souza, 2006). Diante disso, a pobreza relativa está mais relacionada ao aspecto da desigualdade, pois, nessa abordagem, as pessoas são consideradas pobres a partir de uma base comparativa, que pode levar em conta aspectos de renda, mas também de condições de emprego ou poder, o que pode gerar uma ambiguidade, pois desigualdade e pobreza não são a mesma coisa (Crespo & Gurovitz, 2002).

Dessa maneira, o termo “pobreza relativa” é empregado para denominar a classe, considerando que esta apresenta uma relação entre pobreza e riqueza. Assim, embora esta classe lexical não tenha apresentado relação com nenhum grupo social específico, foi possível observar duas linhas argumentativas diferentes sobre essa “relatividade” da pobreza, uma traçada pelos moradores da área rica da cidade e outra dada por moradores da área pobre. Entretanto, em ambas é perceptível a caracterização da pobreza a partir de uma ambivalência, como se existisse um lado positivo da pobreza e um lado ruim da

riqueza. Semelhante ao resultado encontrado na pesquisa de Kay e Jost (2003), que aponta que as pessoas apresentam maior apoio a forma de funcionamento do sistema social quando estereótipos positivos são associados a pessoas pobres - “pobre, mas feliz/honesto” - e estereótipos negativos são associados a pessoas ricas - “rico, mas infeliz/desonesto”.

Assim, o perfil dos participantes que compõem a classe 1 é formado por pessoas muito ricas e com aparentemente pouca consciência de classe:

Tem vários tipos de pobreza, tem o pobre de espírito, tem o rico que tem muito dinheiro, mas não tem espírito, não tem solidariedade, pra mim isso é um pobre. Tem um pobre que não tem dinheiro, mas ele é rico em espiritualidade, em solidariedade, essas coisas todas. Tem vários tipos de pobreza, bom, a resposta mais rápida seria: aquele que não tem dinheiro, mas eu diria que o dinheiro não é tudo, existem outras coisas. Por exemplo, eu tenho funcionários que tem pouco dinheiro, mas são pessoas espetaculares, solidárias de bem com a vida, isso pra mim é uma pessoa rica (Participante 31, homem, de direita, branco, morador de bairro rico)

[...] é uma coisa que que não consigo entender, como é que o pobre consegue viver, eu não consigo. É uma pessoa que não tem dinheiro para se sustentar, é uma pessoa que não tem dinheiro para comprar comida, é uma pessoa que não tem onde morar. A pessoa não está numa vida humana.” (Participante 32, mulher, de direita, branca, moradora de bairro rico)

Mas, também, por pessoas muito pobres e com uma outra perspectiva do significado de ser pobre:

Eu entendo a pobreza como uma coisa dessa sociedade moderna [...] a gente não conhecia essa palavra pobreza, se a gente for estudar, se a gente for pesquisar os povos originários, essas outras culturas, então, ela chega com essa lógica moderna, um formato social de rico e pobre, as dicotomias [...] pra mim, a pobreza é a falta de acesso aos bens necessários à vida. O dinheiro é um bem necessário à vida, mas a alimentação tem a ver com a fome e a moradia. Então, o dinheiro, ele consegue trazer essas coisas nessa sociedade moderna, então, a pobreza tá relacionada com isso. (Participante 33, homem, emancipacionista, preto, morador de bairro pobre)

A maior riqueza que uma pessoa pode ter é a pobreza, eu trabalhava e não tinha tempo pra nada, mas aprendi assim, quando eu falei que o rico pode nascer rico, mas tem uma coisa que ele quer que ele não pode, tem a rede na beira do rio. Já nós não, a gente já nasceu com ela [...] o pobre ele é pobre, é não esses caras têm a maior riqueza do mundo, tem a liberdade tem tempo [...] (Participante 41, homem, sem posicionamento político, indígena, pessoa em situação de rua).

A classe 6, denominada “Dificuldade de acesso”, representa a pobreza a partir da crença de que uma pessoa pobre não consegue ou tem grande dificuldade em acessar objetos de consumo, bem-estar e qualidade de vida, o que inclui também restrições para realizar escolhas cotidianas. Nessa classe, as respostas dos participantes se aproximam mais de uma perspectiva de pobreza multidimensional, proposta por Sen (2010), e apontam aspectos relacionados à possibilidade de escolha e à liberdade de decisão. O autor destaca cinco tipos principais de liberdade como relevantes para romper as barreiras da pobreza: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Embora o nível de complexidade dos argumentos apresentados pelos participantes não alcance todos os tipos distintos de liberdade propostos por Sen (2010), é possível identificar um eixo principal de ideias em que a possibilidade de escolha aparece como base das explicações sobre a pobreza, como ilustram os trechos a seguir; “Acho que é você não conseguir fazer nem escolhas, acho que chega esse ponto de você não ter escolhas pra nada, acho que é isso”. (Participante 21, mulher, de esquerda, preta, moradora de bairro rico), ou ainda nos trechos:

Acho que, pra mim, a pobreza é você ter muito mais dificuldade de conseguir acessar os lugares e conseguir realizar os seus objetivos do que um meio facilitado. Eu acho que a pobreza, pra mim, eu vejo que tá ligada muito nesse lugar da dificuldade, enquanto a riqueza seria esse lugar da facilidade, são pessoas que têm a vida muito facilitada e aí as pessoas que vivem a pobreza têm a vida muito dificultada [...] (Participante 35, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico);

A pobreza pra mim é a falta de oportunidade de ter algo, de ter algo que ela precise pra viver bem. Entendeu? A pobreza é você ter a oportunidade de ver algo que você tem vontade de ver e não consegue. Então, a pobreza pra mim é essa a dificuldade, entendeu? Por exemplo, você tem vontade de fazer uma viagem, de comer algo, e você não consegue devido à falta, até mesmo da dificuldade financeira [...] (Participante 37, homem, sem posicionamento político, pardo, morador de bairro pobre).

Dessa forma, são percebidas similaridades entre as respostas apresentadas nas falas da classe “Dificuldade de acesso” e a proposta de Sen (2010). Embora os

participantes, muito provavelmente, não tenham entrado em contato com as perspectivas teóricas apresentadas pelo autor. Em comparação com respostas que se propõem a justificar o sistema, nas quais a pobreza é explicada por falta de esforço ou por atributos morais dos pobres, essa classe abrange respostas que deslocam o foco das características pessoais do pobre para as condições estruturais que limitam seu acesso a recursos e liberdades.

Dessa maneira, reitera-se a proposta da investigação das representações sociais como estratégia de reduzir uma oposição exagerada entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum. Revela-se, por meio dos modos de pensar, rituais e representações dos sujeitos que vivem o cotidiano conexões relevantes entre aspectos subjetividade e a objetividade dos campos históricos e sociais que definem, redefinem e desafiam o que é entendido como a realidade (Jovchelovitch, 2011).

As classes 3 e 2 partem de uma perspectiva segundo a qual a pobreza seria a ausência do que é visto como básico, seja por limitações financeiras ou falta de garantias estatais. Assim, a classe 3, denominada “Pobreza financeira”, associa a pobreza à falta de acesso a bens e serviços básicos, como alimentação e educação, por exemplo, destacando a insuficiência financeira como causa central. Já a classe 2, intitulada “Necessidades”, compreende a pobreza como a falta de acesso a itens considerados básicos para a sobrevivência, como saúde, alimentação e moradia, mas sem citar diretamente os fatores econômicos, dando maior destaque para a ausência das condições em si do que às causas. Essa última classe foi composta de maneira significativa por respostas de pessoas com ensino superior completo ($p = 0,04$).

É possível perceber as diferenças entre as classes observando o conteúdo dos trechos mais características de cada uma, respectivamente classe 3 (Pobreza financeira), e 2 (Necessidades):

Bom, pobreza eu acho que tem várias acepções, mas eu acho que a mais importante aqui, que a gente esteve tratando, seria a pobreza da questão financeira mesmo, a falta de condições financeiras para você prover, digamos assim, o sustento básico e, enfim, os componentes que a construção discrimina de moradia, educação e alimentação básica, digamos assim (Participante 43, homem, de centro, pardo, moradora de bairro rico).

Ou ainda neste outro fragmento de resposta: “É uma pessoa que, infelizmente, não tem condições de ter acesso a coisas necessárias, tipo saúde, tipo moradia, alimentação, falta.” (Participante 30, mulher, sem posicionamento político, branca, moradora de bairro rico).

Embora à primeira vista, pareça que uma classe trate da pobreza multidimensional e outra de maneira unidimensional, em ambas a abordagem de definição de pobreza caracteriza-se como unidimensional. Isso porque, embora a classe “Pobreza financeira” se concentre na renda, enquanto a classe “Necessidades” inclua aspectos mais diversos e relacionados à perspectiva do que seria pobreza, ambas focam na satisfação de necessidades básicas e na sobrevivência. Dessa maneira, as duas estão pautadas em uma lógica próxima a variáveis de renda per capita ou de Produto Interno Bruto, desconsiderando relações de poder e de privação de capacidades (Codes, 2008; Crespo & Gurovitz, 2002).

Apesar disso, um ponto que chama atenção é o fato de a classe “Necessidades” ter sido composta de forma significativa por respostas de pessoas com ensino superior

completo, o que pode estar relacionado à influência de conhecimentos formais na fala desse grupo. Como aponta Moscovici (1961/2012), elementos desenvolvidos e apresentados pela ciência podem ser reinterpretados ao serem incorporados ao senso comum. Assim, o conhecimento que os participantes adquiriram na graduação pode influenciar a forma como percebem o tema da pobreza, mesmo que não utilizem explicitamente termos técnicos, como “pobreza multidimensional”.

De forma geral, observa-se que a maior parte das definições sobre pobreza ainda se ancora em uma perspectiva centrada na escassez de recursos básicos, voltados para a sobrevivência (70% do léxico empregado nas respostas quando somadas as classes 5, 4, 3 e 2) sem considerar a desigualdade social e a limitação de capacidades. No entanto, é possível observar que, em determinados aspectos, a classe social e posicionamento político mostram-se relevantes em relação às perspectivas dos participantes sobre o tema.

A maioria dos participantes com respostas na classe 5, “Alimentação”, foi apresentada por moradores de bairros pobres, o que pode estar relacionado a um nível de comparação com pessoas que convivem em seu mesmo estrato socioeconômico. Assim, para essas pessoas, a pobreza é compreendida a partir de ausências em um nível muito básico de sobrevivência, a falta de acesso à alimentação. E como sinaliza a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982), quando o indivíduo se percebe como parte de um determinado grupo social, ele compreende uma maior heterogeneidade dentro do próprio grupo. Além disso a posição social percebida também pode estar relacionada a como as pessoas de diferentes grupos sociais se relacionam e percebem a realidade em seu entorno (Destin et al., 2017)

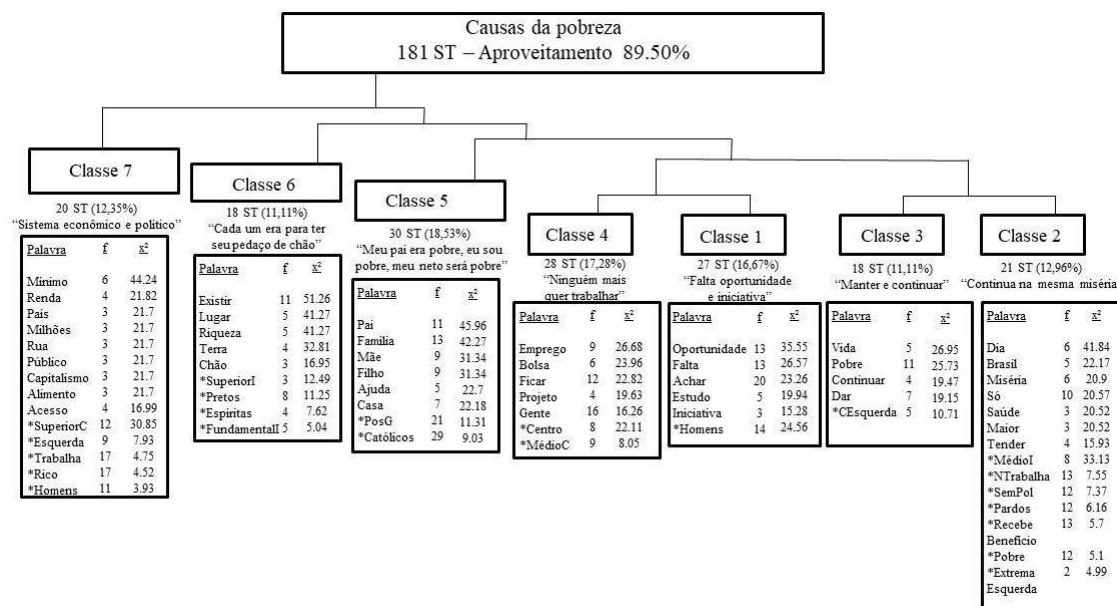
Assim, as pessoas que se identificam como pobres conseguiriam apresentar maiores diferenciações de níveis ou tipos de pobreza, pois as falas de participantes desse grupo também compõem as outras classes, no entanto é na classe 5 que se destacam a

maioria. Nesse sentido, embora as falas desse grupo não estejam vinculadas diretamente a um posicionamento político específico - direita, centro ou esquerda - a classe reúne falas de pessoas que declararam não possuir posicionamento político definido, o que também pode estar relacionado a uma análise que apresenta ponderações que não conectam o fenômeno com decisões político-partidárias.

Em outra direção, observa-se que a classe 4, “Moradia”, é formada majoritariamente por falas de pessoas que se declararam de extrema-esquerda, a análise de questões relacionadas à moradia pode estar integrada a um questionamento do funcionamento do sistema capitalista, denotando uma visão mais crítica do funcionamento desigual da sociedade (Azevedo et al., 2019). Embora nesses trechos as explicações sejam mais simplificadas, pois trata-se da definição da pobreza, a forma de conceber o fenômeno apresenta implicações na forma como as pessoas percebem as causas da pobreza, como será possível visualizar no subtópico a seguir.

Causas da Pobreza

A CHD subdividiu o *corpus* em 181 UCEs, dos quais 162 (89,5%) foram consideradas relevantes e analisados pelo programa, e identificou 1162 formas distintas, 6067 ocorrências (palavras) e 660 formas ativas. A partição existente no *corpus*, feita pelo programa, distinguiu cinco *sub-corpora*. Na primeira partição do *corpus*, ele foi dividido em 2 *sub-corpora*, um formado pela classe 7 (12,35%) e outro pelas demais, uma segunda partição dividiu a classe 6 (11,11%) e uma terceira partição dividiu a classe 5 (18,52%) das demais. Por fim, uma última partição dividiu as classes 1 (16,67%) e 4 (17,28%) das classes 3 (11,11%) e 2 (12,96%), como representado na Figura 6.

Figura 6*Dendrograma corpus Causas da pobreza*

A classe 7, denominada de “Sistema econômico e político”, foi composta de forma significativa por respostas de pessoas com ensino superior ($p < 0,001$), de esquerda ($p = 0,004$), de bairros ricos ($p = 0,03$) e homens ($p = 0,04$). As respostas que formam essa classe apresentam como principal causa da pobreza a ausência de políticas públicas de qualidade, o que é relacionado ao poder do Estado e assistência para a população e um “sistema” que funciona com base na exclusão. Como ilustram os trechos com foco em políticas públicas - “Acho que envolve muito nessa falta de políticas públicas eficientes. Eu falo no sentido de eficiência talvez não do conceito, mas acho que da execução, talvez, e acho que é isso, a estrutura”. (Participante 21, mulher, de esquerda, preta, moradora de bairro rico) - e, ao mesmo tempo, apontam uma ineficácia da distribuição de renda - “O interessante é que na política, na constituição diz que o salário mínimo é para suprir a necessidade de um casal com dois filhos em toda a sua essência de alimento, educação, vestuário, aluguel, etc”. e “Então, essa defasagem aí gera, fatalmente, mais miséria. A política de renda é severa no aspecto que eu falei há pouco

tempo, a defasagem do que é a realidade e do que se processa na lei, no caso do salário” (Participante 25, homem, de direita, branco, morador de bairro rico).

O capitalismo também é citado nas explicações, tanto como forma de explicação da pobreza - “Eu sinto que nesse sistema, que é o sistema capitalista que a gente vive, tem que ter os agrupamentos favoráveis e os desfavoráveis para essa roda girar então a pobreza vai muito no agrupamento desfavorável” (Participante 35, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico) -, como uma apresentação de contraponto em que apesar do capitalismo a pobreza poderia ser superada com investimentos do Estado na educação - “Primeiro é a educação. Em um país que tem educação a pobreza é mínima, não só não ter educação, mas falta de acesso à educação, falta de oportunidade e não é porque é um país capitalista” e “Por exemplo, a Coreia do Sul é um país capitalista e com uma boa educação muita gente saiu da miséria. Outra coisa é a melhor distribuição de renda junto com a educação” (Participante 04, homem, de centro, branco, morador de área bairro rico).

Também aparecem comentários acerca da história do país, como uma formação estrutural - “A estrutura de como estrutura econômica. Acho que a estrutura de como o país foi criado já começou com essa disparidade” (Participante 21, mulher, de esquerda, preta, moradora de bairro rico). Ou mesmo que cita uma perspectiva eugenista de controle de natalidade como foco de política pública: “A pobreza é decorrente de políticas públicas tipo controle de natalidade, acesso a serviços básicos, política de renda, a ausência de controle de natalidade da população quando a população é muito alta que a economia suporta” e “Teve um exemplo de um estudioso que foi fazer a comparação das grandes populações; Estados Unidos, Rússia, Brasil, Índia, Indonésia e China, e o Brasil tinha à época

200 milhões onde a projeção do suporte econômico era para 137 milhões de habitantes” (Participante 25, homem, de direita, branco, morador de bairro rico).

A classe 6, denominada de “Cada um era para ter seu pedaço de chão”, foi composta de forma significativa por respostas de participantes com ensino superior incompleto ($p = 0,004$), ensino fundamental incompleto ($p = 0,02$) e pretas ($p = 0,007$). Nessa classe, a causa da pobreza apresenta-se por meio da concentração de riqueza, na lógica de que alguns acumulam dinheiro e terras e muitos são excluídos ao acesso a esses recursos. Como apresenta o conteúdo do trecho mais representativo da classe: “Justamente porque existe muita riqueza. Para mim tá muito conectado a isso, assim a pobreza ela vem de um lugar de escassez de uns recursos que tão sendo amontoados que tão sendo acumulados” (Participante 35, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico).

As falas que ajudaram a nomear a classe que se destacam são da Participante 38 - uma mulher preta, com ensino fundamental incompleto, sem posicionamento político e moradora de um bairro pobre:

Eu não sei nem te responder assim direito, mas para mim, não era nem para existir isso no Brasil, que a gente tá. Não era para existir pobreza no mundo, porque quantas pessoas não tem riqueza aí no mundo. Eu acho que todo mundo deveria ter um pedaço de chão, um lar, porque chão não era para comprar, a gente tem tanta terra no meio do mudo aí, não é verdade? Não era para existir isso, quem foi que deixou isso no mundo? A pessoa comprar um pedaço de chão e ter, aí chega uma pessoa num canto e vem dizer, essa terra aqui todinha é minha, não era para existir isso, Deus colocou no mundo. [...] Eu acho que a causa é as leis mesmo, que pra mim é tudo errado, para mim se

eu tivesse poder de lei mesmo, aqui na terra não era para existir nada disso, cada um era pra ter seu pedaço de chão.

Embora a participante não utilize os termos “capitalismo”, “sistema” ou “colonização” ela apresenta uma compreensão do problema como algo sistêmico, que remonta às leis e uma forma de funcionamento do acúmulo de terras que não teria lógica considerando o bem comum.

Nessas duas classes é possível observar um conjunto de explicações que em sua maioria vão na contramão da justificação do sistema (Jost & Hunyady, 2017), pois não legitimam os arranjos sociais vigentes, quando questionam o sistema capitalista e a manutenção do status quo. Entretanto, algumas respostas indicam caminhos de solução ainda dentro do sistema, como a melhoria da redistribuição de renda e a possibilidade de redução das desigualdades, apesar do capitalismo. Destacam-se, também, soluções simplistas e que se baseiam em uma perspectiva racista e classista, como, por exemplo, a redução da natalidade que é pautada como uma proposta de solução para a redução da pobreza. No entanto, nessa perspectiva, apenas as pessoas pobres teriam menos filhos, o que pode ser relacionado a uma lógica da eugenia, chamada de eugenia negativa (Góes, 2023; Pierson-Balik, 2003).

Contudo, o que verdadeiramente distingue as duas classes são os caminhos diferentes de interpretação nos processos de ancoragem e objetivação. Enquanto a classe 7 apresenta conceitos acadêmicos e políticos para construir explicações sobre as causas da pobreza, a classe 6 apresenta explicações que partem das vivências do senso comum e com vínculos relacionados aos saberes territoriais. Assim, observa-se o quanto as categorias e escolha dos conteúdos de ancoragem estão relacionadas às identidades sociais dos participantes (Cabecinhas, 2009). A exemplo disso, observa-se na própria fala de muitos participantes que são moradores de bairros pobres uma reafirmação de suas

identidades de pessoas pobres, o que não percebe-se de forma explícita no grupo de participantes que são moradores de bairros ricos.

Na classe 7 os participantes apresentam-se mais distantes da realidade da pobreza, pessoas que moram nos bairros ricos da cidade, com ensino superior completo e possuem trabalho. Na classe 6, destaca-se a raça dos participantes, pretos, e o nível escolar, ensino superior incompleto e ensino fundamental incompleto, o conteúdo das falas evidencia uma maior aproximação da pobreza na realidade cotidiana dessas pessoas. Desse modo, nota-se, nessa classe, com mais intensidade, o processo de objetivação, que se caracteriza por transformar um objeto social inicialmente abstrato em algo tangível, material (Vala & Castro, 2017; Wagner, & Hayes, 2005). Por exemplo, quando a participante 38 apresenta a relação da pobreza com a falta de um “pedaço de chão” e as “leis” como causa da pobreza, considerando a lei como a forma em que o sistema funciona.

Assim, enquanto a classe “Sistema econômico e político” parece basear-se em conhecimentos científicos, leituras técnicas e poucas vivências práticas, considerando tanto o conteúdo das respostas que usam termos como “capitalismo” e “sistema”, como pelo grupo representativo de respondentes dessa classe, pessoas de esquerda e moradores de bairros ricos; a classe “Cada um era para ter seu pedaço de chão” apresenta um aspecto mais vivencial. Dessa forma, embora não possua os termos técnicos na classe 7, a 6 apresenta uma compreensão do problema como algo sistêmico, relacionado ao acúmulo de terras.

A classe 5, denominada de “Meu pai era pobre, eu sou pobre, meu neto será pobre”, foi composta por respostas de participantes com pós-graduação ($p = 0,0007$) e católicos ($p = 0,002$). Nessa classe, a estrutura familiar é apresentada como um fator explicativo da pobreza. A pobreza é vista como algo transmitido de geração em geração, o que evidencia a dificuldade de mobilidade social:

Primeiro, não é hereditário de passar no sangue, mas sim de nascer em uma família pobre. Meu pai era de família pobre, eram 10 filhos só ele e mais dois que conseguiram mudar de vida, os outros precisam de ajuda (Participante 02, mulher, sem posicionamento político, parda, moradora de bairro rico);

Acho que as pessoas são pobres porque elas nasceram pobres, porque o rico nasce rico. A gente só tem duas possibilidades de ser rico ou quando se casa ou quando nasce rico, igual a filha Xuxa nasceu rica e tudo (Participante 06, mulher, sem posicionamento político, parda, moradora de bairro pobre).

Já em outros trechos é associado a fatores de proteção ou de vulnerabilidade social, por exemplo a ausência da mãe e/ou do pai:

Eles nunca deixaram faltar nada para a gente, porque tinha um pai e uma mãe focados na família. Eu acho que o principal é a falta de família [...] (Participante 26, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico).

Algumas falas que compõem essa classe também tendem a responsabilizar a família e o indivíduo pela condição de pobreza:

É muito comum os homens estarem nas calçadas jogando conversando bebendo, as mulheres às vezes em casa não, necessariamente tomando conta dos filhos, mas, às vezes, em casa ou elas não saem para trabalhar porque elas têm todos esses suportes (bolsa família) (Participante 40, mulher, de centro, branca, moradora de bairro rico).

Os trechos da fala da participante 32 - mulher, de direita, branca, moradora de bairro rico - ilustram bem as duas facetas apresentadas nessa classe: “Eu tanto digo um

lado, quanto digo o outro. Eu acho que, por um lado, existe a pobreza desde lá de trás; meu pai era pobre e eu fiquei pobre como filho e meu neto vai ser pobre como o pai”; e, ao falar da trabalhadora doméstica da sua casa, ironiza; “Ah, porque meu pai está com Alzheimer, minha mãe está cuidando dele, porque minha irmã é meio doidinha, quer dizer bota culpa em tudo para não trabalhar por quê? Porque tem (bolsa família)” .

Essa classe apresenta-se entre um processo de transição quando observa-se a justificação ou não do sistema, pois está entre as classes que apresentam questionamentos sobre o funcionamento do sistema e as classes que endossam seu funcionamento. Ademais, a classe apresenta falas que indicam a percepção da dificuldade da mobilidade social entre classes no contexto brasileiro e, que ao mesmo tempo, apontam para a responsabilização do indivíduo ou do grupo social ao qual faz parte, nesse caso a família, como um elemento que justificaria o fracasso da pessoa em um sistema que estaria funcionando (Jost & Hunyady, 2017).

Chama a atenção o fato de que essa classe apresentou de forma significativa respostas de pessoas com religião católica. Essa predominância pode estar relacionada ao fato da religião valorizar o núcleo familiar como símbolo da “família tradicional” (Jesus, Maria e José). A família se apresenta como algo mais tangível que um sistema social, assim, a objetivação para explicar as causas da pobreza se faz presente dessa maneira (Vala & Castro, 2017; Wagner, & Hayes, 2005). Em adição, o conteúdo das falas revela um universo de conhecimentos que está ancorado na religião e não na ciência ou em experiências cotidianas, como nas classes anteriores.

As classes 4 e 1 apoiam a explicação da pobreza em uma base meritocrática, centrada na responsabilização individual. Em ambas a pobreza é associada à falta de esforço do indivíduo. No entanto, a classe 4 relaciona a falta de iniciativa do indivíduo aos benefícios recebidos do governo, já a classe 1 reconhece a importância da criação de

oportunidades, mas atribui ao indivíduo a responsabilidade de aproveitá-las. Dessa forma, em ambas as classes a ação/inação individual é vista como solução/problema.

As falas presentes nesta classe podem ser relacionadas às ideias de Jost e Banaji (1994), quando descrevem a justificação do sistema, pois legitimam a ordem social existente, na medida em que reforçam a ideia de que o sistema funciona adequadamente e que a realidade existente é aceitável. Desse modo, as pessoas acreditam que o mérito explicaria as condições sociais dos pobres, sob esse viés a crença descritiva da meritocracia (Zimmerman & Reyna, 2013) aparece, tendo em vista a crença de que a meritocracia de fato existe e fatores como discriminação e preconceito são desconsiderados nas falas. A defesa de uma lógica meritocrática presente nestas classes alinha-se à negação de que os impactos da desigualdades sociais e da discriminação sejam um problema para que as pessoas saiam da pobreza e aponta para uma ideia de que todos podem alcançar determinado patamar social por mérito (Hing et al., 2011).

A classe 4, intitulada “Ninguém mais quer trabalhar”, apresenta a ideia de que as pessoas são pobres por se contentar com o Bolsa Família, programa de distribuição de renda do Governo Federal, e não quererem mais trabalhar. Essa classe foi composta, de forma significativa, por respostas de participantes com ensino médio completo ($p = 0,004$) e com o posicionamento político de centro ($p < 0,001$).

As falas presentes nessa classe apresentam uma visão do Programa Bolsa Família (PBF) como uma das causas da pobreza no País, embora evidências indiquem relações entre o PBF e a redução da pobreza no Brasil. Em 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema e 3,2 milhões foram elevadas acima da linha de pobreza, como efeito do PBF (Souza, 2018). Além do aumento da escolarização (Santos et al., 2019) e da inserção no mercado de trabalho formal (Fruttero et al., 2020). Isso pode ser associado à influência da grande imprensa que, durante muito tempo, fez resistência

explícita ao programa (Leite et al, 2019). Como situa Moscovici (1961/2012), em Psicanálise, sua imagem e seu público, a mídia exerce um papel central na formação das representações sociais.

A classe apresenta falas representativas tanto de moradores de bairros ricos: “Essa seria a minha visão de ver, hoje tem muita gente que vive de Bolsa aquela Bolsa Família e acaba relaxando com isso e não querendo ter uma vontade de estudar, uma vontade de trabalhar, vivendo à custa do governo” (Participante 48, homem, de direita, branco, morador de bairro rico); e “[...] Eu também sou muito revoltada de ver muita gente pedindo que tem condição de trabalhar, porque se você for procurar emprego você encontra só que ninguém mais quer trabalhar” (Participante 32, mulher, de direita, branca, moradora de bairro rico), como de moradores de bairros pobres: “Porque, às vezes, tem esse negócio da Bolsa Família, algum projeto social e o pobre só fica seguro nisso, preso, e não consegue dar o seu pulo sem o governo ajudar” (Participante 10, homem, de direita, pardo, morador de bairro pobre); e “Tem gente que tem um emprego, mas não tem coragem de trabalhar. Emprego não falta não meu amor, se a gente procurar a gente encontra, agora as pessoas que não tem coragem de ir” (Participante 05, mulher, de esquerda, parda, bairro pobre).

A variabilidade dos grupos sociais que compõem essa classe pode ser interpretada pela Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1974, 1982), quando apresenta falas tanto de pessoas que são moradores de bairros ricos, o que evidencia a homogeneização do exogrupo, quanto de moradores de bairros pobres já beneficiados por programas governamentais, como é o caso do participante 10, destacando a heterogeneidade do endogrupo. As falas evidenciam, também, a valorização de estratégias individuais para a mobilidade econômica, desse modo, se um grupo é socialmente desvalorizado ou encontra-se em situação de ameaça social, como o grupo dos pobres, a pessoa deverá agir

individualmente para atingir uma mobilidade social, desconsiderando sua identidade grupal e descartando a possibilidade de ações relacionadas a mudanças sociais (Tajfel, 1982). Isso revela a ausência de consciência de que a realidade social vigente não é a única possível e que algumas práticas podem favorecer alternativas para ela, revelando, novamente, a legitimação do sistema vigente (Jost & Hunyady, 2017).

A classe 1, denominada “Falta oportunidade e iniciativa”, foi composta de forma significativa por respostas de homens ($p = 0,004$). Nessa classe, as explicações das causas da pobreza reconhecem a falta de oportunidades, em forma de emprego e apoio governamental, como um fator importante: “Eu acho que essa parte da falta de conhecimento de oportunidade. Acho que a oportunidade, você não ter estudo que, também, não tem uma boa oportunidade de emprego e acaba gerando a pobreza” (Participante 48, homem, de direita, branco, morador de bairro rico) - mas, também, combinam essa explicação com uma suposta falta de iniciativa ou esforço das pessoas, responsabilizando o indivíduo - “Só a ciência econômica tem condições de dizer, porque, muitas vezes, é por falta de iniciativa e outras é por falta de oportunidade. São esses dois vetores aí” (Participante 22, homem, de centro esquerda, branco, morador de bairro rico).

Nesse sentido, também aparecem falas que indicam uma ideia de ciclo em que a pessoa sem oportunidades não conseguiria ter perspectivas de outras formas de agir e permaneceria na pobreza. Como ilustram as falas a seguir, uma ideia relacionada a uma lógica de tutela: “Eu acho que sem a educação, assim, o ser humano, aquela criança ali do começo da vida da pessoa, ela não consegue ter essa perspectiva de vida de ver que pode só estudar, acho que é essa necessidade do estudo que falta essa prioridade” (Participante 15, mulher, de esquerda, parda, morador de bairro rico), aqui, apresenta-se a visão de que o indivíduo não está estudando só por uma falta de visão e não por circunstâncias sociais específicas, mas que ainda assim responsabiliza o indivíduo -

“Acho que o que falta é o engajamento tanto, em relação à educação, como também à oportunidade de emprego de trabalho. De um ponto de vista meu, eu acho que a gente não pode dar aquela questão de coitadinhos” (Participante 48, homem, de direita, branco, morador de bairro rico).

Considerando as falas supracitadas, é importante ressaltar que os achados do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social [IMDS] (2025), apresentados no relatório “Determinantes da Saída do Cadastro Único: Evidências Longitudinais a partir dos beneficiários do Bolsa Família em 2012”, indicam que 48,9% entre os beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do programa Bolsa Família, em 2012, não estavam mais no CadÚnico em 2024. No entanto, somente o recebimento do benefício não explicava a mobilidade social dos participantes, aspectos como raça, gênero, defasagem idade-série, escolaridade dos pais e condições domiciliares foram alguns dos aspectos determinantes dessa mobilidade. Portanto, outras políticas públicas devem ser combinadas ao programa, compreendendo características de grupo associadas aos determinantes e não apenas um empenho e dedicação individualizada.

Algumas falas também apresentam uma tentativa de diferenciação entre “tipos de pobres”, sugerindo uma separação entre “os que batalham” e “os que não se esforçam”. Como ilustra a fala da participante 30, ao relatar que uma pessoa que trabalhou em sua casa faltava muito:

Então, não quero ir porque eu quero hoje dormir até tarde. Então, eu acho que uma pessoa pode ser pobre por uma questão social por uma questão de falta de oportunidade por uma pessoa que batalha e não conseguia, mas, também, por uma falta de iniciativa dela (Participante 30, mulher, sem posicionamento político, branca, moradora de bairro rico).

Esse achado pode ser relacionado ao que sinaliza o Modelo de Conteúdo de Estereótipos (Fiske et al., 2002) e as evidências empíricas apresentadas em estudos transnacionais por Cuddy et al. (2009) e Durante e Fiske (2017). O conjunto de estereótipos destinados para a população pobre apresentam-se em duas direções: baixa sociabilidade e baixa competência ou alta sociabilidade e baixa competência. A exemplo disso, no primeiro grupo estariam pessoas que estão em situação de rua ou recebem benefícios sociais, o que é associado ao desprezo e, no segundo grupo, os trabalhadores que atuam em cargos de baixo prestígio social e baixos salários (“*blue colors*”), associado ao paternalismo.

Esses achados aproximam-se de uma pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2015 e 2019, também no estado do Ceará, por Eiró (2019), que encontrou predileção das assistentes sociais sobre quem seria beneficiário do PBF. As profissionais consideravam quem seria “merecedor” ou “digno” para receber tal recurso, assim, um julgamento moral sobre a população pobre era realizado para a tomada de decisão.

Essa aparente ambivalência pode ser relacionada, também, ao Modelo de Classismo Ambivalente, segundo o qual, ao mesmo tempo que se apresenta uma percepção hostil, mostra-se uma percepção de tutela, ou paternalista. Pesquisas que utilizaram o modelo (Jordan et al, 2020; Sainz et al, 2021; Sainz, 2023) apontam que a forma como as pessoas se relacionam com essa aparente ambiguidade não está diretamente relacionada às condições socioeconômicas, sejam elas objetivas ou subjetivas, mas a dimensões ideológicas, considerando que os achados indicam ausência de correspondência entre o status socioeconômico dos participantes e suas posições ideológicas.

As classes 3 e 2 se aproximam por compartilharem uma explicação da pobreza que vai no sentido descritivo, a pobreza como uma condição que faz parte do cotidiano, com ênfase nas práticas e modos de vida das pessoas. Em ambos os casos, a pobreza é representada como algo que existe em si e “sempre existirá”, sem levar em consideração explicações estruturais de aspectos históricos e políticos. Porém, as classes se diferenciam em relação à forma como as explicações são feitas, semelhante ao que foi percebido nas classes 7 e 6, enquanto uma parte de uma perspectiva distanciada outra parte de um olhar interno de pessoas que, de fato, vivenciam a pobreza.

A classe 3, intitulada “Manter e continuar”, é composta principalmente por falas de pessoas de centro-esquerda ($p=0,001$) e apresenta a ideia de que o que causa a pobreza são fatores que a mantêm existindo. Os trechos a seguir apresentam essa ideia de algo imponderável: “(...) Eu acho que sempre existiu pessoas pobres” (Participante 23, homem, de esquerda, pardo, morador de bairro pobre) e “E que independentemente de onde esteja, independente, em alguns cantos se eu tenho uma condição de primeiro mundo e tarará, eu vou ter pessoas menos pobres, mas não quer dizer que eu vou deixar de ter a pobreza” (Participante 49, mulher, de centro-esquerda, branca, moradora de bairro rico).

Nesse sentido, os dois principais motivos seriam que: (1) os pobres estariam confortáveis com a situação em que vivem - “Eu acho que a pessoa pode ser pobre por uma circunstância e ser pobre porque quer continuar naquela mesma vidinha, pedindo tudo, mendigando tudo (...)” (Participante 32, mulher, de direita, branca, moradora de bairro rico) - (2) os ricos e políticos manipulam os pobres para aceitarem as condições de pobreza - “(...) no final das contas estão tudo junto. É que aí vai fazendo toda essa cadeia de que dentro da política eles precisam dos pobres para continuar meio que enganando, mas que acaba sendo uma coisa de dentro da classe social” (Participante 49, mulher, de centro-esquerda, branca, moradora de bairro rico).

As duas explicações partem de uma ideia paternalista sobre os pobres, na qual eles não teriam agência para tomar decisões e compreender as problemáticas das situações em que eles mesmo se encontram, como sintetiza a fala a seguir: “Às vezes, depende do presidente, governador, prefeito, todos os ricos serem mais ricos e como ele incentiva o pobre ficar mais pobre, o pobre não quer dar o primeiro passo” (Participante 10, homem, de direita, pardo, morador de bairro pobre).

Ao observar a relação dessa classe com o posicionamento de centro-esquerda, é possível supor que existe uma percepção dos participantes sobre a problemática sistêmica que se vincula à pobreza. Contudo, ao mesmo tempo, considera que as pessoas pobres não possuem capacidade de perceber a situação e portanto são manipuladas por políticos e pessoas ricas. Esse achado dialoga com o que indica o Modelo de Classismo Ambivalente (Jordan et al, 2020), no qual, em uma perspectiva aparentemente de benevolência, a atitude em relação a pessoas pobres combina percepções paternalistas ou tuteladoras em relação a esse grupo com uma diferenciação entre classes que busca essencializar os grupos sociais. O que é reiterado mesmo pelas pessoas que fazem parte do grupo de moradores de bairros pobres.

A classe 2, denominada “Continua na mesma miséria”, foi composta de forma significativa por respostas de pessoas com ensino médio incompleto ($p < 0,000,1$), que não estavam trabalhando ($p = 0,005$), não apresentavam posicionamento político específico ($p = 0,006$), pardas ($p = 0,013$), que recebiam ou já receberam algum tipo de benefício do governo ($p = 0,016$) e moravam em bairros pobres ($p = 0,023$). Dessa forma, as falas representativas da classe sinalizam uma visão “de dentro” da experiência da pobreza, em que a pobreza pode ser vista como a própria causa dela, como um ciclo: “A pessoa tendo a alimentação básica na sua casa todo dia isso aí já é tudo, mas tem pessoas que nem se

alimenta, só uma vez por dia ou não tem ou então a alimentação é muito precária” (Participante 09, mulher, sem posicionamento político, parda, moradora de bairro pobre).

A ausência de posicionamento político dos participantes poderia ser associada a respostas menos “politizadas”. Entretanto, são apontadas falhas nos serviços e nas políticas públicas com base nas experiências vividas ou observadas no cotidiano. Ainda que uma análise estrutural sobre as problemáticas não se faça presente, como situam os trechos: “Porque tudo é caro, água, luz, se a pessoa quiser ter uma internet dentro de casa só com o salário não dá. Aí fica sempre naquela mesma miséria, naquela mesma pobreza” (Participante 09, mulher, sem posicionamento político, parda, moradora de bairro pobre) e;

Lá tem escola integral, mas é uma escola sem estrutura, a criança fica lá o dia todo e não tem o que fazer, tem um rapaz lá que fica só olhando para eles não brigarem então às vezes não adianta tanto (Participante 02, mulher, sem posicionamento político, parda, moradora de bairro rico).

A dificuldade de conseguir um emprego, um trabalho ou uma renda suficiente também figura entre as explicações. No entanto, diferente do que apareceu em outras classes, o indivíduo não é culpabilizado pela situação, como situam os trechos de fala de um mesmo participante, “Hoje em dia o mundo que nós estamos, hoje não era pra ter tanta pobreza do que está tendo hoje e está aumentando. Aumentando a falta de emprego, também, porque hoje os empregos exigem muitas coisas”, e;

No meio da pobreza tem muitas pessoas analfabetas que não sabem nem mexer, né? Hoje em dia a maioria das coisas tudo é digital, é no celular, para as pessoas que são alfabetas e que estudaram pouco fica tudo mais difícil

(Participante 09, mulher, sem posicionamento político, parda, moradora de bairro pobre).

A corrupção ou a inação de pessoas que estão em cargos de poder também é um argumento que aparece nessa classe como uma explicação para a causa da pobreza: “Porque aí eles prometem e não fazem e a pobreza e a miséria continua, isso porque as coisas estão muito caras, a pessoa que ganha só o salário não tem condições, continua na mesma miséria” (Participante 09, mulher, sem posicionamento político, parda, moradora de bairro pobre); “Porque eu acho que no Brasil é muito roubo, os que têm dinheiro mesmo, em vez de ajudar, eles querem é só pra eles, acho que dos que roubam mesmo assim acho que eles querem só pra eles” e “Tipo os deputados, essas coisas (...)” (Participante 45, homem, extrema esquerda, preto, morador de bairro pobre).

Essa representação tende a normalizar a existência da pobreza, tratando-a como algo presente, constante e "parte da vida". Isso pode ser interpretado como uma forma de justificativa passiva do sistema, em que não há endosso direto, mas também não há questionamento. Esses achados dialogam com o estudo realizado por Lima e França (2021) em que a desconfiança nas instituições políticas foi apresentada como um preditor da anomia. Isto é, pessoas que demonstram menor crença nas instituições tendiam a ter mais sentimentos de impotência e desesperança perante as situações sociais, uma forma de apatia diante da realidade social.

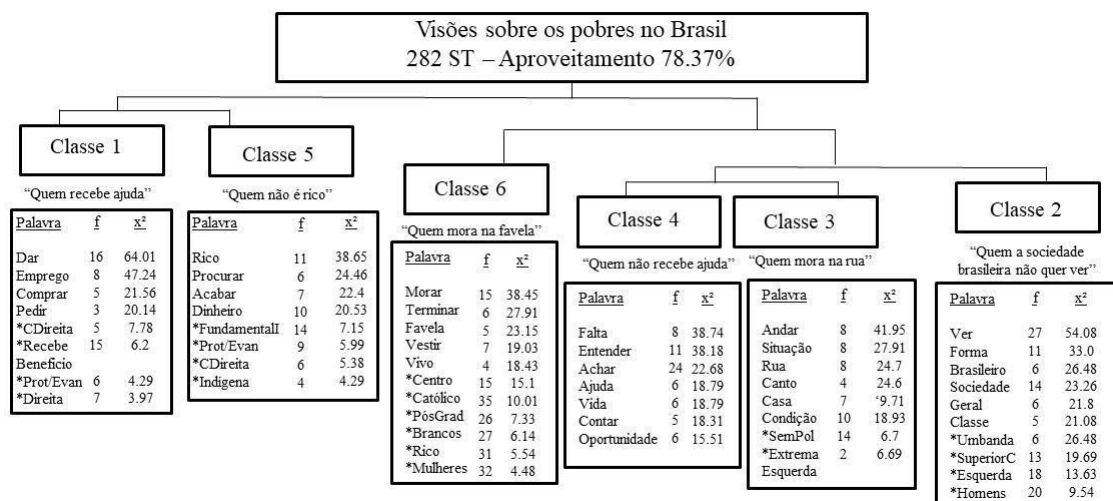
De acordo com Teymoori et al. (2017) a anomia também pode estar associada a uma erosão completa do tecido social, em que nem mesmo os processos hierárquicos são percebidos. No entanto, esse não parece ser o caso dos participantes, pois apresentam

percepções sobre as pessoas pobres, ainda que permeadas por ambivalências e por certa naturalização da desigualdade, como apresenta o tópico a seguir.

A complexidade que está relacionada ao tema e a ausência de um debate que provoque grandes polarizações pode ser associada a essa falta de elaboração que os participantes fazem sobre o assunto. Como situam Moscovici e Zavalloni (1969), a polarização pode ser importante para que ocorram mudanças sociais e de pensamentos sobre um determinado assunto. Exemplo disso ocorreu no contexto do debate da política brasileira em 2025, quando, ao propor a isenção do imposto de renda para trabalhadores que ganham até cinco mil reais e taxaço de super ricos, o Governo Federal adotou como discurso na comunicação a relação entre ricos contra pobres e conseguiu não só movimentar a opinião pública sobre o tema, como também aumentar a popularidade do governo (Martins, 2025; Mello, 2025; Pinheiro, 2025).

Visões Sobre os Pobres no Brasil

A CHD subdividiu o *corpus* em 282 UCEs, das quais 221 (78,37%) foram consideradas relevantes e analisadas pelo programa, que identificou 1562 formas distintas, 9359 ocorrências e 915 formas ativas. A partição existente no *corpus*, feita pelo programa, distinguiu quatro *subcorpora*. Na primeira partição do *corpus*, ele foi dividido em 2 *subcorpora*, um formado pelas classes 1 (13,12%) e 5 (20,81%) e outro pelas outras classes. Uma segunda partição dividiu as classes 6 (18,1%) das demais classes, a terceira partição dividiu a classe 2 (15,84%) das classes 4 (17,65%) e 3 (14,48%), como apresenta a Figura 7.

Figura 7*Dendrograma corpus Visões sobre os pobres no Brasil*

As classes 1 e 5 se aproximam por apresentarem visões sobre as pessoas pobres no Brasil a partir de uma construção de alteridade “nós” X “eles”. Assim, não tratam apenas de descrever condições materiais, mas de produzir uma identidade social construída pela comparação entre diferentes status sociais (Tajfel, 1982). No entanto, a classe 1 está mais alinhada com uma norma meritocrática, que responsabiliza o indivíduo, já a classe 5 apresenta uma visão que parte de uma oposição ao rico, destacando a relação em que o pobre é constantemente humilhado pelo rico.

A classe 1, denominada de “Quem recebe ajuda”, apresenta o pobre como alguém que depende de ajuda, que não tem emprego e que recebe assistência governamental ou caridade das pessoas. Nesse contexto, a política pública é vista como uma ajuda que se aproxima da doação de um pessoa física. Essa classe foi composta de maneira significativa por respostas de pessoas com posicionamentos políticos de centro direita

($p=0,005$) e direita ($p= 0,046$), pessoas que já receberam algum tipo de benefício do governo ($p = 0,012$) e que são da religião evangélica/protestante ($p = 0,03$).

As falas dos participantes passam por relatos que culpabilizam o pobre como alguém que recebe ajuda e não trabalha – “(...) Eu acho que deveriam dar a isca e não o peixe. Dê emprego! ‘Arruma’ uma ocupação! Ofereça!” (Participante 28, homem, de centro-direita, preto, morador de bairro pobre) e “Não aceitam porque naquela condição eles ‘ah eu tenho condição de ganhar mais do que isso pedindo e portanto eu não vou querer esse emprego” (Participante 40, mulher, de centro, branca, moradora de bairro rico). Dessa maneira, os dados alinham-se aos achados de Azevedo et al (2019) e Moscota et al., (2021) que apresentam que pessoas de direita tendem a justificar mais o sistema e apoiar formas de desigualdade social e econômica.

Ao mesmo tempo, os participantes também aparecem como possíveis agentes da ajuda: “(...) o que eu compro e não gosto, que não serve, o que é que eu faço eu pego e levo tudo pro interior pra dar para as pessoas, eu não vou guardar e não vou vender.” (Participante 05, mulher, de esquerda, parda, moradora de bairro pobre); e “Porque a população quer fazer uma coisa, mas não pode, depende do governo. Se tiver um governo bom dá umas coisas boas para a pessoa” (Participante 27, mulher, de direita, branca, moradora de bairro pobre). Isso pode estar relacionado à justificativa do ego, com a qual o indivíduo busca manter uma autoimagem positiva de si, perante posicionamentos sociais ou compreensões de mundo que possam não parecer tão positivas (Jost & Banaji, 1994).

Em um panorama geral, observa-se que nesta classe existe um foco na ação da pessoa pobre, como alguém que pode ou não merecer a ajuda/benefício governamental, considerando aspectos como hábitos, escolhas e vícios, como ilustram as seguintes falas:

“Então, assim, eu sou de tomar atitude para ajudar, mas eu não pago, eu não dou na esquina. Não dou porque eu acho que eles podiam estar arranjando emprego, qualquer um” (Participante 32, mulher, de direita, branca, moradora de bairro rico) e “Todo mundo deitado, 600 reais acho que não é muita coisa, mas dando para beber e para usar droga, está bom demais. Isso é muito errado!” (Participante 28, homem, de centro-direita, preto, morador de bairro pobre).

Isso pode ser relacionado aos achados de diversos estudos que, a partir de diferentes teorias da psicologia social, convergem para a mesma direção, a noção de que alguns “tipos” de pobre merecem receber benefícios sociais enquanto outros não. Com base no Modelo do Conteúdo dos Estereótipos, diferentes estudos (Cuddy et al., 2009; Durante & Fiske, 2017; Fiske et al., 2002) demonstram que pessoas pobres, beneficiários de assistência social e indivíduos em situação de rua tendem a ser posicionados no quadrante de baixa competência e baixa sociabilidade, indicando percepções de desconfiança e desprezo, enquanto trabalhadores de empregos socialmente desvalorizados são percebidos de outra forma.

Nessa mesma direção, ao investigar o Classicismo Ambivalente, Jordan et al. (2020) encontraram que, quando os participantes de suas pesquisas imaginaram pessoas em situação de rua, endossaram mais o classismo hostil do que quando imaginaram trabalhadores. Complementarmente, análises das representações sociais da pobreza na mídia (Chauhan & Foster, 2013) encontraram que os grupos de pobres foram representados como “pobres merecedores”, retratados com simpatia e compaixão, e “pobres indignos”, retratados como preguiçosos e perigosos, entre os quais estavam os beneficiários de ações governamentais.

Dessa forma, nessa classe, a discriminação também aparece de forma explícita nos relatos, como o que sinaliza uma forma diferente de tratamento entre pessoas de

classes sociais diferentes: “No trabalho ou na rua ou na porta pedindo uma água tem gente que não gosta de dar água, tem nojo. Quando dá é naquele copinho descartável já com nojo (...)” (Participante 29, mulher, de esquerda, preta, moradora de bairro pobre) e; “Será que eu faria isso vendo um mendigo? Ali chegar para ele dizer ‘oi, tudo bem?’ se eu ia chegar a dar dois beijinhos, eu vejo isso muita discriminação, eu tenho pena” (Participante 32, mulher, de direita, branca, moradora de bairro rico). Uma das participantes, inclusive, relatou que não deu emprego para uma pessoa por conta do bairro em que ela morava: “(...) a gente pegou um contato de babá e apareceu uma mulher de São Luís do Curu e aí quando a gente foi pesquisar era de uma região muito perigosa com muito tráfico, com muita coisa” (Participante 30, mulher, sem posicionamento político, branca, moradora de bairro rico).

Assim, as falas apresentam a visão de que o pobre seria a pessoa que pode receber um certo tipo de caridade ou ajuda governamental, mas tem um tratamento que a impede de acessar afeto ou aproximação (“dois beijinhos”), emprego e até mesmo água. É possível fazer uma relação das falas ao sentimento de nojo apresentado, também, na análise realizada por Mendonça e Jordão (2014), feita sobre as representações do popular, as autoras situam o nojo não só como sentimento, mas como uma sensação que se vincula ao controle/higienização social e psíquico, possuindo um sentido político que se relaciona com conteúdos da mídia, tanto em jornais, redes sociais e documentários, como em formas como o pobre é retratado nas novelas e programas de humor brasileiros. Esse sentimento também se revela no medo de contaminação pelo outro, não só em relação a aspectos de higiene, mas também pelo gosto cultural, forma de se vestir e se comportar, como as classes lexicais a seguir também representam.

A classe 5, denomina de “Quem não é rico”, mostra o pobre como alguém que é uma oposição do rico e destaca processos de desumanização que partem dos ricos. Essa

classe foi composta de maneira significativa por respostas de pessoas com ensino fundamental incompleto ($p=0,007$) e de centro-direita ($p= 0,02$). As falas que a compõem apontam para uma diferenciação entre ricos e pobres, apresentando componentes culturais e comportamentais e até mesmo uma diferenciação entre não ter dinheiro e ser pobre.

Muitos relatos apresentam a ideia de que o dinheiro corrompe, tira o tempo - “Então, na verdade, mesmo não somos nós que somos pobres, são os ricos que são pobres, eles perderam tudo. O dinheiro é bom, mas ele tira tudo que a gente tem, acaba o tempo” (Participante 41, homem, sem posicionamento político, indígena, pessoa em situação de rua) - e os valores, o que pode indicar uma crítica aos ricos que desumanizam os pobres – “Como se aquela pessoa fosse menos humana ou menos pessoa do que a pessoa com mais recursos” (Participante 35, mulher, de esquerda, branca, morador de bairro rico). Isso também pode ser relacionado à visão do pobre como alguém que é humilhado, como relata a experiência da participante 29:

Ah mulher, isso aí é muito humilhante pros pobres. Pelo menos no meu trabalho, eu fui muito humilhada já, trabalho de zeladora [em uma escola], tipo minha gerente só falava comigo gritando só falava comigo tipo humilhando até ela foi chamada atenção pelos alunos. Tipo assim, eu acho que os pobres, eles são humilhados (Participante 29, mulher, parda, moradora de bairro pobre).

Algumas falas reforçam estigmas baseados em aparência, sinalizado pelas próprias pessoas moradoras de bairro pobre:

Na cara. É aquela pessoa que tem um rosto muito cansado, tipo o meu. Tem um rosto muito cansado, um cabelo muito sem brilho, um cabelo seco, aí

mostra logo que é uma pessoa pobre. Eu acho que é isso (Participante 29, mulher, parda, moradora de bairro pobre).

Outras indicam uma ideia estereotipada do consumo e comportamento, que se diferenciaria do rico, assim, um pobre com dinheiro seria diferente de uma pessoa rica, por exemplo:

Geralmente o pobre, quando ganha dinheiro, pra mim, a primeira coisa que ele faz é uma farra. Eu tiro bem por lá em Majorlândia [praia cearense] que teve o *boom* da lagosta, os pescadores pegaram muito dinheiro o que que fizeram? Torraram o dinheiro todinho com prostituta, cachaça, família ficou de lado. Hoje está tudo na miséria, é isso que passa. Veja só outro exemplo, pessoas que ganham na loteria quantos que continuam ricos (Participante 31, homem, de centro-direita, branco, morador de bairro rico).

Por meio dessas falas, é possível observar a manifestação de uma ideia que ultrapassa os estereótipos apresentados anteriormente e se aproxima mais ao do conceito de estigma proposto por Goffman (1988). De acordo com o autor, o estigma é um tipo de relação entre atributos profundamente depreciativos e estereótipos, que pode se apresentar vinculado a deformidades físicas, culpas de caráter individual, como vontade fraca ou desonestidade, ou a aspectos relacionados à raça, à nação e à religião. O que pode ser relacionado também à expressão de nojo que se constrói e se mantém como uma forma de se opor aos pobres como um grupo que nunca poderá ter condições culturais e materiais para acessar espaços elitizados (Mendonça & Jordão, 2014).

A Classe 6, denominada “Quem mora na favela”, apresenta o lugar de moradia como um marcador central na definição de quem é considerado pobre. Seriam pobres aqueles que vivem em condições habitacionais precárias, em favelas localizadas tanto nas

periferias quanto em áreas consideradas com localização mais privilegiada na cidade. Essa classe foi composta de maneira significativa por respostas de pessoas com pós-graduação ($p = 0,006$), de centro ($p = 0,0001$), mulheres ($p = 0,037$), brancas ($p = 0,013$) e moradoras de bairros ricos ($p = 0,018$).

As falas que compõem essa classe destacam os locais de moradia: “Para mim, a pessoa pobre é aquela pessoa mesmo que mora nas favelas (...)” (Participante 20, homem, de direita, branco, moradora de bairro pobre); e “Aqui em Fortaleza, quem mora numa região ou nem em uma região, porque aqui não tem muito isso, mas que mora num lugar como uma favela comunidade ou outra coisa assim” (Participante 30, mulher, sem posicionamento político, branca, moradora de bairro rico).

As falas também revelam uma percepção crítica da desigualdade urbana, em que os territórios de moradia determinam o acesso aos direitos: “(...) essa limitação de mobilidade é muito importante pra acessar espaços, pra poder estudar trabalhar, entre outras coisas” (Participante 34, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico) e;

(...) estão também fora do raio de atendimento, por exemplo, do sistema de saúde, do sistema de saneamento onde moram, onde podem ir com postos de saúde. Às vezes numa condição que até mesmo no local da moradia não permite um deslocamento (...) (Participante 16, homem, de direita, pardo, morador de bairro rico).

Essas condições precárias também são descritas como um jeito de viver: “É esse ser humano miserável que não tem o que comer, que às vezes não tem onde morar, que às vezes não tem o que vestir, que moram amontoados dentro de um espacinho porque é onde eles têm” (Participante 49, mulher, de centro-esquerda, parda, moradora de bairro rico). Nessa mesma direção, as vestimentas seriam formas de identificar as pessoas pobres

fora dos seus “lugares”, assim, as roupas também são elementos muito citados: “Então, as pessoas pobres, elas se vestem mal porque elas não têm como, elas têm que estabelecer as prioridades. A prioridade vai ser se alimentar, alimentar o filho, então, muitas vezes, não sobra para se vestir” (Participante 40, mulher, de centro, branca, moradora de bairro rico) e;

‘O local está muito misturado’, e que é o misturado? Assim, o que não pode é uma pessoa que não tem uma condição, ou que às vezes você visualmente acha que aquela pessoa é mais pobre, pelo fato da cor, pela forma de se vestir, que são diferentes. Então, assim, é uma segregação velada. Eu me enquadro nisso, tento não fazer, de certa forma, trabalhar isso, mas a bolha que eu vivo é muito desta maneira. (Participante 36, homem, de centro-esquerda, branco, morador de bairro rico).

O lugar de moradia ou as roupas se tornam marcadores sociais que acionam preconceitos, além disso, apresenta-se uma dimensão de exclusão espacial: pessoas pobres são evitadas, vistas com medo, como relata a participante 40, a partir de uma situação que vivenciou na igreja que de acordo com ela fica “em uma região elitizada”:

(...) um exemplo, domingo eu fui para a missa e tinham cinco homens, sentados, estavam todos de chinela e tudo. Eu quero crer que eles estão ali para assistir à missa, como qualquer outra pessoa, mas vários comentários surgiram, das pessoas estarem, porque é um local que fica muita criança solta, brincando, e vários comentários surgiram no sentido, será que eles estão observando, será que eles estão querendo mapear alguma coisa, será que estão aqui para a missa” (Participante 40, mulher, de centro, branca, moradora de bairro rico).

Assim, é possível perceber a mesma resistência das classes médias e altas em aceitar compartilhar com pessoas de outras classes sociais espaços como shoppings e aeroportos - e aqui igrejas - já retratada por Mendonça e Jordão (2014). Isso também está relacionado a formas de assegurar o distanciamento social por símbolos (Bourdieu, 2007), como é o do local de moradia, os vestuários e cosméticos corporais, como apontam os participantes ao falar da favela, das roupas, mas também da pele e do cabelo de pessoas pobres.

A Classe 2, denominada “Quem a sociedade brasileira não quer ver”, é caracterizada pelo distanciamento da “sociedade brasileira” em relação aos pobres, seja pela invisibilidade, nojo ou naturalização. Essa classe foi composta, de maneira significativa, por respostas de pessoas com ensino superior completo ($p < 0,001$), de esquerda ($p = 0,0002$) e homens ($p = 0,002$).

As falas presentes nessa classe se concentram na forma como “os outros” enxergam os pobres, os participantes se posicionam como espectadores que, aparentemente, teriam visões mais empáticas: “(...) eu acho que a sociedade brasileira não quer ver. Acho que tem uma grande questão dessa, finge que a pobreza não existe” (Participante 14, mulher, de centro-esquerda, preta, moradora de bairro rico) e;

Elas continuam sendo invisibilizadas. Eu acho que o ser humano tem essa mania de fechar o olho para o que incomoda. Então, eu sinto que a sociedade brasileira, num geral, tem muito esse comportamento de querer não ver, querer não saber (Participante 35, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico).

Embora em outras classes — como as 1, 5 e 6 — tenham surgido falas a respeito da falta de higiene das pessoas pobres ou o distanciamento físico motivado por uma

impressão negativa relacionada à limpeza, é apenas nesta classe que a palavra “nojo” aparece de forma recorrente. A seguinte frase ilustra esse contexto, mostrando a relação entre nojo e exclusão social: “Então, acho que isso é muito bem enfatizado no nosso cotidiano, a sociedade brasileira, ela vê com muito ojeriza, com muito nojo. É como se essas pessoas, elas não fizessem parte da sociedade” (Participante 47, homem, de esquerda, pardo, morador de bairro pobre).

Ao mesmo tempo, observa-se que participantes que, em outros momentos, expressaram ideias marcadas pela segregação e exclusão social, nesta classe, apresentam relatos em que buscam se distanciar dessas atitudes, como se não compartilhassem delas. É o caso da Participante 32, que, apesar de ter feito afirmações preconceituosas em outras passagens, afirma: “Vamos dizer que eu vejo o pobre como uma pessoa inferior a mim, eu estou dizendo outra pessoa como a sociedade vê. A sociedade vê o pobre como uma pessoa inferior, vê o pobre como um escravo” (Participante 32, mulher, de direita, branca, moradora de área bairro rico). Desta maneira, esses participantes deslocam a responsabilidade para terceiros e buscam isentar-se da situação. Nesse caso, observa-se uma justificativa que responsabiliza o indivíduo que faz parte de seu mesmo grupo social, mas se diferenciaria de si. Dessa forma, é possível perceber um fenômeno que se associa à justificação do sistema (Jost & Banaji, 1994), com explicações que apresentam a compreensão sobre o funcionamento do sistemas e da identidade social (Tajfel, 1982), por meio da percepção de que o grupo do qual o indivíduo faz parte é heterogêneo.

As classes 4 e 3 constroem uma imagem das pessoas pobres centrada em experiências de exclusão que se revelam pela falta e podem ser relacionadas, também, aos das classes 2 e 6, pois relatam respectivamente tanto a falta de oportunidade, como a precariedade na moradia de pessoas em situação de rua. Enquanto a classe 4 apresenta o cenário de vulnerabilidade em que pessoas pobres vivem como algo que é reforçado pelas

ajudas superficiais recebidas, a classe 3 expressa a precariedade da pobreza a partir da vivência das pessoas em situação de rua.

A classe 4, denominada de “Quem não recebe ajuda”, apresenta o pobre como alguém que precisa de oportunidade e que, contudo, não recebe apoio para mudar de classe social. Parte das falas dos participantes indicam que as pessoas, ou algumas delas, entendem a importância dessa oportunidade, mas não podem ajudar: “Então eu acho assim, que falta muito o discernimento de como viver num mundo desse, que cada gente vê a sua dificuldade. A sociedade eu acho que ela vê e muitas vezes não consegue ajudar, entendeu” (Participante 37, homem, de centro-direita, pardo, morador de bairro pobre); e “Então, a sociedade é muita gente, acho que a nova geração tá entendendo também que existe essa falta de oportunidade” (Participante 30, mulher, sem posicionamento político, branca, moradora de bairro rico).

Outra parte revela que a ajuda ou oportunidade não chega para essas pessoas por falta de vontade de outras que podem ajudar - “Aí, às vezes passa uma pessoa que é bem de vida e não estende a mão para aquela pessoa necessitada, eu acho que eles veem assim com rejeição, se eles pudessem passar por cima eles passavam” (Participante 11, mulher, de direita, preta, moradora de bairro pobre).- ou por elas não serem vistas, corroborando com a classe 2:

Eles não enxergam, só fingem que não existe ou enxergam em um momento, que uma das coisas que me incomodam muito, tipo assim, muita gente ajuda quem tá passando por uma necessidade, alguma coisa pontualmente, pra dizer que ajudou e não porque queria ajudar, entendeu (Participante 14, mulher, de centro-esquerda, preta, moradora de bairro rico).

De forma geral, como indica o trecho supracitado, observa-se também uma crítica a formas de ajuda superficiais ou simbólicas, frequentemente associadas à caridade pontual ou à autopromoção. A ideia predominante é a de que a ajuda oferecida para as pessoas pobres é insuficiente para uma mudança de classe social. Entretanto, como ainda é perceptível um resquício de uma visão de meritocracia, a partir da ideia de que, com a ajuda certa, o indivíduo sai da pobreza, é reforçado o discurso da mobilidade individual e são desconsiderados aspectos estruturais: “E aí tem aquela questão do assistencialismo, tudo isso eu acho que o que falta muito na sociedade é a gente querer fazer as pessoas mudarem de realidade, não simplesmente ajudar pontualmente” (Participante 14, mulher, de centro-esquerda, preta, moradora de bairro rico); e “Precisa talvez de uma ajuda de pessoas de patamares maiores, entendeu? Por exemplo, a gente tem uma sociedade de médio-alto, às vezes, a gente quer ajudar, mas não o suficiente para tirar aquelas pessoas da pobreza” (Participante 37, homem, sem posicionamento político, pardo, morador de bairro pobre).

Nesse cenário, é possível perceber uma oposição acerca do conteúdo da classe 1, “Quem recebe ajuda”, no entanto, há uma aproximação argumentativa em que se vislumbra a mobilidade social por ações pontuais nas quais a política pública não é visualizada como opção. É ainda possível identificar uma aparente polifasia cognitiva em um mesmo indivíduo, quando apresenta-se uma coexistência de formas opostas de percepções e saberes de um objeto social de mesmo campo representacional (Jovchelovitch, 2011). Todavia, a base meritocrática de redução do Estado presente na classe 1 permanece presente nessa argumentação. Isso pode ser relacionado ao que Accorssi et al. (2012) descrevem em relação a discursos e ações de aparente combate à pobreza, mas que, na realidade, são associados à sua manutenção, que envolve atores

sociais como instituições financeiras mundiais, organizações globais, OSCs, trabalhos voluntários e propostas de redução da atuação do Estado.

Por fim, a classe 3, denominada de “Quem mora na rua”, apresenta, sobretudo, a visão da pessoa em situação de rua como um referencial de quem é pobre, uma visão mais descritiva. Essa classe foi composta de maneira significativa por respostas de pessoas que não declararam posicionamento político ($p = 0,009$). Nesse sentido, a pessoa em situação de rua seria a identidade prototípica desse grupo: “A gente tem problemas muito sérios, tipo pessoas em situação de rua que não podem ter emprego porque não tem endereço por não ter CPF, etc. Então, pra mim, eu penso muito nesses lugares” (Participante 34, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico), mas, também, a ideia de que, embora não sejam pessoas em situação de rua, também, possuem muita precariedade material; “Quando não é uma situação de rua, é um lar muito precarizado, sem saneamento ou é uma pessoa que passa a vida inteira tentando fazer uma reforma na própria casa e não consegue” (Participante 35, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico) e;

As pessoas pobres são principalmente as pessoas em situação de rua, as pessoas que trabalham, trabalham e que não tem uma condição de sobrevivência boa para o mês, mesmo as pessoas que não são de rua têm uma carência danada (Participante 01, mulher, de esquerda, branca, moradora de bairro rico).

Nessa direção da relação da pobreza com a rua, quem ocupa as ruas da cidade, quem é visto na rua, também pode ser caracterizado como uma pessoa pobre, somente pelo fato de estar na rua:

Então, se uma pessoa tá andando na rua isso já é. Porque, a gente, eu não tenho coragem de andar a pé. Eu não tenho coragem de andar a pé aqui na

Aldeota, eu não tenho coragem de andar a pé (Participante 30, mulher, sem posicionamento político, branca, moradora de bairro rico).

Nessa classe é possível perceber a ideia de que as pessoas em situação de rua são vistas como prototípicas do grupo de pessoas pobres. Isso revela um processo de objetivação. Dessa forma, o grupo de pessoas pobres que pode ser um agrupamento complexo e cheio de nuances se materializa na pessoa em situação de rua. Dessa maneira, algo que inicialmente seria abstrato torna-se tangível e visto como uma realidade natural, manejável cognitivamente (Cabecinhas, 2009). O que é associado ao que os resultados de estudos sobre a população em situação de rua, a partir do modelo de conteúdo dos estereótipos, revelam, segundo o qual pessoas que fazem parte desse grupo social tendem a ser percebidos como pouco competentes e baixa sociabilidade (Durante & Fiske, 2017; Fiske et al., 2002). Tal representação da pobreza é capaz de contribuir para a sua naturalização a partir de uma noção de que o indivíduo é completamente responsável pela sua situação de vida, uma vez que desconsidera que a desigualdade social tem colaborado para a reprodução do sistema (Jost & Banaju, 1994).

Considerações Finais

As representações sociais da pobreza e das pessoas pobres identificadas neste estudo apontam para a conclusão de que a análise em diferentes níveis, ideológico, posicional e interindividual, quando articuladas, podem auxiliar na compreensão de como as representações sociais associam-se a orientações de práticas sociais. Além disso, é possível observar que as representações podem também estar ligadas à compreensão sobre o funcionamento do sistema social em que vivemos, às identidades sociais dos participantes, bem como aos estereótipos associados aos diferentes “tipos de pobres”. Nesse sentido, a combinação entre esses aspectos pode estar mais ou menos associada a

comportamentos que se alinham à manutenção da pobreza e das desigualdades sociais, quando observa-se, por exemplo, falas de apoio ou rejeição a políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família.

As variadas representações sobre um mesmo objeto, identificadas nas diferentes classes dos três dendrogramas, revelam a presença da polifasia cognitiva. Isto é, observar-se a coexistência de formas diversas e aparentemente opostas de percepções e saberes de um objeto social de mesmo campo representacional em um mesmo indivíduo. Essas variações ocorrem tanto a partir da forma como as perguntas abordam a pobreza e a população pobre, quanto da avaliação que os participantes fazem sobre suas autoimagens e das normas sociais que os orientam para respostas consideradas mais adequadas. O que pode estar associado à forma como o indivíduo se posiciona ao responder uma determinada pergunta, como situa-se socialmente em relação a outro grupo, seja adotando uma perspectiva hierárquica entre grupos ou considerando “de quem”, “sobre quem” e “para quem” se fala.

Embora a classe social dos participantes e o local onde moram também possam ser variáveis relevantes para compreender de onde partem suas falas, ancoradas em vivências próprias ou de uma interpretação das experiências de outros, estas variáveis não apareceram como determinantes para definir os posicionamentos mais ou menos favoráveis ao funcionamento do sistema ou de falas hostis e benevolentes de classismo. Nesse sentido, a ideologia aparece como mais relacionada à forma como os indivíduos percebem os temas abordados sobre a pobreza e a população pobre. No entanto, o posicionamento político não é definidor, pois muitas pessoas que se definem sem posicionamento político apresentam, em seus discursos, compreensões de mundo mais aliadas à esquerda ou à direita, assim, a forma como a construção argumentativa dos participantes é apresentada torna-se mais relevante para essa compreensão.

Mesmo entre participantes que se identificam politicamente com a esquerda, o centro ou a direita, foi possível observar variações importantes em suas respostas, a depender do contexto, da demanda, da pergunta e da posição que assumem naquele momento. Isso pode ser relacionado não apenas à multiplicidade de representações sociais sobre pobreza e pessoas pobres, mas também, às facetas que o classismo assume. Nesse sentido, o Modelo do Classismo Ambivalente auxilia a compreensão desse fenômeno, em que o classismo é manifesto não apenas por meio da hostilidade explícita e de falas notadamente violentas, mas também por meio de perspectivas que à primeira vista, podem parecer benevolentes, e que, entretanto, estão associadas à manutenção da estrutura de classe como representações que reforçam uma lógica paternalista em que o pobre deve ser tutelado pelos não-pobres e que exacerba a diferenciação de classe, colocando o pobre como alguém mais feliz e honesto do que os não-pobres, e que pode acabar por reforçar o local da pobreza como algo não tão ruim.

Junto a isso, o classismo hostil também é citado nas falas dos participantes que, embora não utilizem o termo de forma explícita, relatam situações de preconceito e discriminação que existem na sociedade. Assim, mesmo quando criticam políticas públicas ou quem oferece ajuda para a população pobre, situam a existência do preconceito na sociedade, porém com afirmações que raramente indicam a presença do preconceito em si, mas sim em um “outro”, mesmo que, nas outras partes da pesquisa, o participante tenha apresentado falas preconceituosas.

Dessa forma, por meio da investigação das representações sociais sobre pobreza e pessoas pobres, esse trabalho indica que, mais do que as variáveis sociodemográficas, a maneira como os indivíduos pensam sobre os temas estão relacionadas a como indicam agir em relação às pessoas pobres. Assim, a análise dos resultados por meio dos diferentes níveis - ideológico, posicional e interindividual - pode auxiliar nos avanços da avaliação

sobre a forma como o classicismo se manifesta e no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento de tal questão.

Apesar dos avanços e resultados apresentados neste trabalho, é necessário reconhecer algumas limitações. Embora tenha havido uma distribuição dos participantes entre pessoas consideradas ricas e pobres, não foi realizada uma mensuração específica do grau de identificação dos indivíduos com os grupos aos quais foram atribuídos. Além disso, o grupo de participantes apresentou limitações nas faixas de renda mais elevadas, em razão da dificuldade de acesso e contato com esse público. Outro aspecto a ser considerado é que a pesquisa não alcança o nível intraindividual de análise, o que poderia oferecer uma compreensão mais aprofundada a respeito das dinâmicas internas dos indivíduos e que também relacionam-se com a forma com a qual a população pobre é tratada. Nesse sentido, o capítulo seguinte busca integrar mais um nível de análise - o intraindividual - ao conjunto de investigações sobre o tema.

Capítulo 5. Validação do Inventário de Classismo Ambivalente no Brasil

Resumo

O presente estudo teve como objetivo adaptar e validar para o contexto brasileiro o Inventário de Classismo Ambivalente (ICA), proposto por Jordan et al. (2020). Para tanto, contou-se com 438 participantes brasileiros, distribuídos em duas subamostras para Análises Fatoriais Exploratória (AFE) e Confirmatória (AFC). Os resultados da AFE indicaram inicialmente uma solução bifatorial, distinguindo classismo hostil e benevolente. Contudo, análises adicionais sustentaram teoricamente a estrutura trifatorial original, composta por Classismo Hostil (CH), Paternalismo Protetor (PP) e Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC). A AFC confirmou que o modelo trifatorial apresentou melhor ajuste e maior precisão conceitual. As subescalas demonstraram bons índices de confiabilidade e padrões de correlação coerentes com variáveis ideológicas, como crenças na meritocracia, orientação à dominância social, justificção do sistema e apoio a políticas públicas. Os resultados evidenciaram maior endosso às formas benevolentes de classismo em comparação ao classismo hostil, corroborando achados internacionais. Na Análise Convergente, os fatores das escalas comportaram-se de maneira próxima aos resultados dos estudos anteriores sobre o inventário com correlações coerentes em relação à meritocracia, justificção do sistema e orientação à dominância social. Na análise preditiva, foi possível verificar que o maior endosso ao CH e ao PP previam a rejeição ao apoio de políticas públicas e o posto ocorreu em relação ao CDC. Conclui-se, portanto, que o ICA apresenta evidências robustas de validade para o contexto brasileiro, contribuindo para a compreensão das dinâmicas psicossociais que sustentam a desigualdade de classe no país.

Palavras-chave: classismo ambivalente; pobres; pobreza; preconceito; validação de escala.

Introdução

A percepção que as pessoas possuem sobre as causas da pobreza pode ser relacionada à manutenção do status quo. No entanto, uma revisão crítica de estudos empíricos que tratam sobre as explicações populares em relação à pobreza (Lepianka et al., 2009) aponta que, embora a forma como a população percebe a pobreza seja, geralmente, considerada como forte influência em relação à legitimidade de estratégias institucionalizadas para lidar a questão, são poucos os estudos que, de fato, investigam a percepção dos cidadãos comuns sobre as causas da pobreza.

A revisão (Lepianka et al., 2009) faz uma análise crítica de estudos publicados entre de 1972 e 2007, realizados sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, e aponta para ambiguidades nos resultados, indicando a necessidade de aprimoramento metodológico. No entanto, essas ambiguidades podem também estar relacionadas ao próprio fenômeno investigado, pois a definição das causas sobre a existência da pobreza perpassa estereótipos relacionados à população pobre que também são afetados por ambiguidades.

Nesse sentido, a pesquisa de Cozzarelli, Wilkinson e Tagler (2001) que investiga os estereótipos dos pobres, atribuições para a pobreza e ideologias sociopolíticas, indica também uma ambiguidade. A investigação foi realizada com 209 estudantes de graduação de Psicologia de uma universidade estadunidense, os quais responderam escalas sobre valores, ideologias e atitudes em relação aos pobres e atribuições para a pobreza. Para avaliar o componente cognitivo das atitudes (os estereótipos), os participantes responderam um questionário com 38 características e pontuaram em uma escala *likert* de 1 a 5 sobre o quanto concordavam que a característica descrevia pessoas pobres. Os resultados apontaram maior média de endossos dos participantes a itens relacionados a crenças negativas dos pobres, como “falta de instrução”, “desmotivação”, “preguiça” e

“vícios”. No entanto, características positivas específicas, como “capazes”, “amorosas”, “boas” e “amigáveis” também apresentaram médias próximas das anteriores. Assim, foi possível observar a coexistência de estereótipos negativos e positivos nos resultados (Cozzarelli et al., 2001).

Isso corrobora investigações acerca dos estereótipos em outros estudos. Pesquisas apontam que a existência de estereótipos está associada à manutenção de papéis e hierarquias sociais (Fiske, Xu et al., 1999; Fiske et al., 2002; Glick & Fiske, 1996, 2001), relação que pode ocorrer tanto com estereótipos de conteúdo abertamente negativos, como com de conteúdo pseudo-positivos, mas paternalistas ou fatalistas. Estes últimos apaziguam os membros dos grupos minoritários e podem ser associados a formas de proteção e cuidado por parte dos grupos dominantes, que passam a ser vistos como menos ameaçadores, justificando o status quo. Já os estereótipos negativos relacionam-se a um maior incômodo dos grupos minoritários, que podem reagir com mais vigor a esse tipo de classificação social; ainda que, também, reforcem a existência de hierarquias sociais

Uma outra revisão de literatura (Durante & Fiske, 2017) que buscou investigar estudos que tratassem especificamente sobre estereótipos de classe entre os anos de 2012 a 2017, apresentou aproximações com os achados de Cozzarelli et al. (2001). A revisão descreve estudos transnacionais e em diferentes países a respeito de conteúdo de estereótipos de classe social e aponta que, em contextos com maior nível de desigualdade social, existe maior endosso de estereótipos ambivalentes em relação às pessoas pobres. Um dos estudos apresentados na revisão (Durtante et al., 2013) foi realizado com 37 amostras transnacionais da Europa, Américas, Oceania, Ásia e África e apontou que níveis mais elevados de desigualdade nacional estão associados a maiores níveis de apoio a estereótipos ambivalentes em relação a grupos de baixo status social, como pessoas pobres.

Além disso, os estereótipos ambivalentes sobre grupos desvalorizados socialmente desempenham uma função cognitiva que pode ser relacionada ao processo psicológico apontado pela teoria de Justificação do Sistema (Jost & Banaji, 1994; Jost, Banaji & Nosek, 2004) de legitimar os arranjos sociais vigentes, bem como a manutenção do status quo, mesmo que isso possua custos aos interesses pessoais e grupais.

Assim, os estereótipos de grupos socialmente desvalorizados não são, necessariamente, negativos, porém estão relacionados à função que determinado grupo cumpre dentro da organização social dominante. A exemplo disso, uma pesquisa (Kay & Jost, 2003) apontou que as pessoas apresentam maior apoio à forma de funcionamento do sistema social quando estereótipos positivos são associados a pessoas pobres, como “pobre, mas honesto” ou “pobre, mas feliz” e estereótipos negativos são associados a pessoas ricas, “rico, mas desonesto” ou “rico, mas infeliz”.

Desse modo, o classismo pode ser percebido tanto em práticas cotidianas, atitudes, suposições e comportamentos interpessoais, identificado pelo preconceito (atitudes negativas), estereótipos (crenças negativas amplamente compartilhadas) e discriminação (comportamento de distanciamento e exclusão), como em instituições e políticas (Lott, 2012). Nesse sentido, o Modelo do Classismo Ambivalente empresta um maior poder heurístico ao entendimento do fenômeno do preconceito contra os pobres, uma vez que vai além da antipatia e identifica fatores ideológicos de hostilidade explícita e de benevolência (Jordan et al., 2020).

Jordan et al (2020) apresentavam o modelo a partir de três aspectos da relação entre grupo de pobres e não-pobres relacionados à benevolência, além da hostilidade: (1) paternalismo, (2) diferenciação de classe e (3) interdependência. O paternalismo estaria associado à crença de que as pessoas pobres não possuem capacidade de cuidar de seus recursos e que as pessoas com recursos deveriam tutelar ou cuidar delas. A diferenciação

de classe se relacionaria a uma percepção de que as pessoas pobres são menos inteligentes e capazes que as pessoas não-pobres, podendo atribuir a pobreza a falta de ambição e, ao mesmo tempo, associá-la à felicidade e à amizade. A interdependência remete ao fato de que as pessoas não-pobres se beneficiam das pessoas pobres e que uma classe não existiria sem a outra.

Partindo desses aspectos, as autoras propuseram o modelo do classismo ambivalente e, para analisar ideologias hostis e benevolentes que o integram, desenvolverem o Inventário de Classismo Ambivalente (ICA) (Jordan et al, 2020). Os resultados dos estudos apontaram que o classismo ambivalente nos Estados Unidos não apresenta crenças benevolentes sobre o quanto os pobres beneficiam pessoas e sociedades não-pobres. Esse achado foi de encontro aos resultados dos estudos sobre sexismo ambivalente, que apresentam uma interconexão que sustenta a interdependência entre homens e mulheres na sociedade (Glick & Fiske, 1996). Dessa forma, o ICA passa a ser composto por três fatores, o Classismo Hostil (CH) e dois fatores benevolentes: Paternalismo Protetor (PP) e Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC).

Uma revisão sistemática de literatura (Oliveira et al., 2024), realizada com objetivo de analisar a manifestação do classismo ambivalente, feita em fevereiro de 2024, encontrou apenas três artigos que tratavam sobre o assunto, um foi o artigo original de desenvolvimento do ICA de Jordan et al, 2020. Os outros dois tratavam de uma adaptação da escala para o espanhol, realizada por Sainz, Lobato e Jiménez-Moya (2021), verificando os três fatores já identificados nos Estados Unidos, e outro de Sainz (2021) utilizou indicadores de classismo ambivalente, manejando apenas quatro itens do ICA, dois de classismo hostil e dois de paternalismo.

Um achado comum aos três artigos foram os menores níveis de classismo hostil (CH) que benevolente em todas as amostras. Até mesmo na formação de perfis de

classismo foi possível observar que nenhum dos perfis apresentou médias de CH mais elevadas que as de PP (Sainz, 2021). Apesar disso, as subescalas e os perfis classistas apresentaram diferentes correlações com políticas progressistas e restritivas de direitos. O que indicou variações relacionadas à forma de mensuração do apoio, bem como ao direcionamento, se positivo ou negativo, das correlações. Os achados também indicam que a renda não está relacionada à forma como os participantes respondem a escala, mas sim às suas ideologias.

O artigo de Jordan et al. (2020) apresenta quatro estudos nos quais é possível observar que PP correlacionou-se fraca e positivamente com o CH. A CDC correlacionou fraca e negativamente com o CH e fraca e positivamente com PP. Os participantes endossaram mais, nesta ordem: PP, CDC e CH. Ademais, observou-se uma correlação moderada entre Orientação a Dominância Social (ODS) e Autoritarismo de Direita (RWA) e a o inventário como todo, e uma correlação positiva e forte dessas variáveis com CH. Em relação ao apoio a políticas progressistas, o CH apresentou correlação negativa, enquanto o PP e a CDC correlacionaram positivamente.

O estudo realizado no México por Sainz et al. (2021) apresentou resultados muito parecidos com os anteriores. Os fatores da escala se correlacionaram positivamente entre si, exceto CH com CDC. O estudo apontou que valores subjetivos e objetivos dos participantes, além de status socioeconômicos não indicaram relação com os subfatores do ICA. O CH manteve um padrão consistente e relação esperada com outras variáveis ideológicas, como Orientação à Dominância Social (ODS) e Justificativa do sistema (JS) e PP mostrou apenas relações positivas com justificativa do sistema e orientação de direita, mas uma relação negativa com a tolerância à desigualdade.

Na pesquisa realizada na Espanha por Sainz (2023), foi realizada uma análise de perfil latente dos participantes, os resultados corroboraram os estudos anteriores, que já

indicavam um menor endosso ao classismo hostil. Nesse estudo, foram traçados os 4 tipos de perfis de classismo ambivalente; Pessoas com baixo classismo generalizado (com pontuação baixa em paternalismo protetor e classismo hostil); Classistas paternalistas (com baixa pontuação em classismo hostil e alta em paternalismo protetor); Pessoas com alto classismo generalizado (com pontuação alta a em paternalismo protetor e classismo hostil); e Pessoas com moderado classismo generalizado (com pontuação moderada em paternalismo protetor e classismo hostil). O maior percentual dos participantes foi de classistas paternalistas e pessoas com baixo classismo generalizado. Desarte, uma grande maioria mostrou uma atitude mais ambivalente do classismo. Os achados também indicam que idade, sexo ou renda não predizem ou têm um efeito menor na adesão dos perfis, já a educação desempenha um papel significativo nos perfis.

A revisão supracitada (Oliveira et al., 2024) indicou que não foi encontrado nenhum estudo realizado no contexto brasileiro ou em língua portuguesa. A partir desse ponto, reconhecendo que investigações nessa direção podem auxiliar na compreensão acerca da manutenção das desigualdades de classe por meio de perceptivas ambivalentes em relação aos pobres e a ausências de pesquisas realizadas no Brasil, este capítulo objetiva adaptar e validar para o contexto brasileiro o Inventário de Classismo Ambivalente.

Compreendendo as descobertas das pesquisas anteriores, foram elaboradas algumas hipóteses.

Em relação às análises exploratória e confirmatória, hipotetiza-se que:

- 1) A escala apresentará três fatores (CH, PP e CDC) e os fatores terão correlação positiva entre si, exceto por CH em relação a CDC, que terão correlação negativa.

Em relação à pontuação nas subescalas:

2) Os participantes terão maior pontuação nas subescalas de Classismo Benevolente (PP e CDC) que na de Classismo Hostil (CH), os participantes terão maior pontuação em PP que em CDC e maior pontuação em CDC que em CH.

Sobre a validade convergente:

3) As subescalas de Classismo Benevolente (PP e CDC) terão correlação negativa com a Escala Descritiva de Crenças na Meritocracia e a subescala de Classismo Hostil (CH) terá correlação positiva com a Escala Descritiva de Crenças na Meritocracia;

4) As subescalas de Classismo Benevolente (PP e CDC) terão correlação negativa com a Escala de Orientação à Dominância Social e a subescala de Classismo Hostil (CH) terá correlação positiva com a Escala de Orientação à Dominância Social;

5) As subescalas de Classismo Benevolente (PP e CDC) terão correlação positiva com as questões sobre apoio à políticas públicas e a subescala de Classismo Hostil (CH) terá correlação negativa com as questões sobre apoio à políticas públicas;

6) O Inventário de Classismo Ambivalente terá correlação positiva com a escala de justificação do sistema.

Em relação a validade preditiva:

7) As dimensões de classismo ambivalente serão preditoras ao apoio às políticas públicas, quanto maior o de Classismo Benevolente (PP e CDC) maior o apoio a políticas públicas e, quanto maior o Classismo Hostil, menor o apoio às políticas públicas.

Método

Participantes

Contou-se com a colaboração de 438 participantes da população geral, de 22 entre os 26 estados brasileiros, com exceção de Acre, Pará, Roraima e Rondônia. A maior parte dos participantes possuía renda de 1,1 até 3 salários mínimos (24%), e de 3,1 até 6 salários mínimos (23,1%). A idade variou entre 18 e 80 anos com média de 40,7 (DP = 16,18), sendo 59,8% do gênero feminino. Em relação à raça, 61,2 % se declararam brancas, 18,3 % negras, 0,9% indígena, 0,2% amarela (asiática). A Tabela 7 apresenta detalhadamente esses dados.

Tabela 7

Dados dos participantes relativos à idade, gênero, etnia, renda e classe social em relação ao seu bairro.

Idade (amplitude)	18 a 80 anos
Idade (M, DP)	40,7 anos (DP = 16,18)
Gênero	n (%)
Masculino	171 (39,0)
Feminino	262 (59,8)
Não-binário	04 (0,9)
Outro	01 (0,3)
Etnia	n (%)
Asiática	1 (0,2)

Branca	268 (61,2)
Indígena	4 (0,9)
Negra	80 (18,3)
Outra	85 (19,4)
Escolaridade	n (%)
Fundamental Incompleto	01 (0,2)
Médio Incompleto	10 (2,3)
Médio Completo	37 (8,4)
Superior Incompleto	86 (19,6)
Superior Completo	108 (24,7)
Pós- graduação	196 (44,7)
Posicionamento político	n (%)
Extrema esquerda	36 (8,2)
Esquerda	189 (43,2)
Centro esquerda	80 (18,3)
Centro	12 (4,0)
Centro direita	17 (3,9)
Direita	35 (8,0)
Extrema direita	4 (0,9)
Não se posiciona	45 (10,3)
Outro	12 (2,7)
Percepção de classe em relação às pessoas da sua cidade	n (%)
Classe média	291(66,4)
Classe pobre	115 (26,3)
Classe rica	32 (7,3)

A amostra de participantes foi dividida em duas subamostra randomizadas para a

realização das Análise Fatorial Exploratória (AFE), denominada de Subamostra 1 (N = 219), e outra para Análise Fatorial Confirmatória (AFC), denominada de Subamostra 2 (N = 219).

Na Subamostra 1, a idade dos participantes variou entre 18 e 80 anos com média de 36 (DP = 15,08), sendo 58,4% do gênero feminino. Em relação à raça, 57,5 % se declararam brancas, 19,6 % negras, 0,9% indígena , 0,5% amarela (asiática) e a maior parte dos participantes possuía renda de 1,1 até 3 salários mínimos (25,1%), e de 3,1 até 6 salários mínimos (20,1%), a maioria dos participantes se considerou de classe média em relação às pessoas da sua cidade (65,8%) e, em relação ao posicionamento político, a maioria se declarou de esquerda (48,9%) e centro-esquerda (16,4%).

Na Subamostra 2, a idade dos participantes variou entre 19 e 80 anos com média de 45 (DP = 15,97), sendo 61,2% do gênero feminino. Em relação à raça, 64,8% se declararam brancas, 16,9 % negras, 0,9% indígena e a maior parte dos participantes, possuía renda de 3,1 até 6 salários mínimos (26%) e de 1,1 até 3 salários mínimos (22,8%) a maioria dos participantes se considerou de classe média em relação às pessoas da sua cidade (67,1%) e, em relação ao posicionamento político, a maioria se declarou de esquerda (37,4%) e centro-esquerda (20,1%).

Instrumentos

Foram utilizadas 6 escalas:

1) Inventário de Classismo Ambivalente (ICA) desenvolvida por Jordan, Lawler e Bosson (2020). O ICA, desenvolvido por Jordan, Lawler e Bosson (2020), é uma escala que contém 20 itens que tratam sobre classismo hostil (CH) e classismo benevolente com itens de paternalismo (PP) e crença de diferenciação de classe (CDC). A escala foi adaptada para contexto brasileiro, para tanto, foram realizadas 7 etapas: (1) Tradução da escala original para o português; (2) Síntese das versões traduzidas; (3) *Back translation*;

(4) Avaliação da *back translation*; (5) Elaboração da versão em português; (6) Avaliação qualitativa da escala por um grupo de estudiosos da área e (7) Avaliação da escala por informantes chaves.

2) Escala Descritiva de Crenças na Meritocracia adaptada para o Brasil por Oliveira (2019). Essa escala foi desenvolvida por Zimmerman e Reyna (2013), é unifatorial e contém 14 itens que avaliam a percepção da existência da meritocracia. A escala foi adaptada para contexto brasileiro na dissertação de mestrado de Oliveira (2019).

3) Escala de Orientação à Dominância Social em versão reduzida adaptada para o Brasil por Vilanova, Almeida-Segundo, Duarte e Costa (2022). Foi desenvolvida por Pratto, Sidanius, Stallworth e Malle (1994) e adaptada com uma versão reduzida para o Brasil por Vilanova, Almeida-Segundo, Duarte e Costa (2022), que contém 8 itens, organizados em dois fatores, dominância e anti-igualitarismo.

4) Um conjunto de questões sobre apoio a políticas públicas, inspiradas na tradução e adequação ao contexto brasileiro do Questionário de Política de Bem-Estar (WPQ) elaborado por Bullock, Williams e Limbert (2003), foi adaptado ao contexto brasileiro. Originalmente possui 21 itens, dividido em políticas restritivas (9) e políticas progressivas (12), mas dado o contexto brasileiro, apenas 5 de políticas progressivas foram utilizadas, possuindo, também, sua escrita modificada para a adequação à realidade política brasileira.

5) Escala de justificação do sistema adaptada para o Brasil por Silva e Pereira (2022). Essa escala, ou Escala de Justificação Geral do Sistema (GSJS), foi desenvolvida por Kay e Jost (2003) e adaptada para o Brasil por Silva e Pereira (2022), contém 6 itens, organizados em um único fator.

6) A Escala MacArthur de Subjetividade Status Social (Adler et al., 2000) foi traduzida e adequada a partir da proposta de aplicação realizada no estudo de Jordan, et

al. (2020). Nesta é apresentado um desenho de uma escada com 10 degraus. Os participantes indicam o degrau que melhor reflete seu status, e assinalam a escolha entre os itens partir da distribuição nos degraus: Classe baixa (1 e 2), Classe média baixa (3-4), Classe média (5-6), Classe média alta (7-8) e Classe alta (9-10).

Por fim, o instrumento continha perguntas sociodemográficas: idade, gênero, curso, etnia, cidade e estado, percepção de classe social na cidade, posicionamento político, religião, escolaridade, renda mensal, renda familiar, número de pessoas que dividem a renda e profissão (ver Apêndice B).

Procedimento e Aspectos Éticos

Como etapa prévia à coleta dos dados, foi realizada a adaptação do Inventário de Classismo Ambivalente desenvolvida por Jordan, Lawler e Bosson (2020), que abrangeu 8 etapas: (1) Tradução da escala original para o português; (2) Síntese das versões traduzidas; (3) *Back translation*; (4) Avaliação da *back translation*; (5) Elaboração da versão em português; (6) Avaliação da escala por informantes chaves; (7) Adequação dos itens de acordo com a avaliação e sugestões dos informantes e (8) Avaliação qualitativa da escala grupo de estudiosos da área. Para alcance desses etapas, a tradução do inglês para o português foi realizada com a colaboração de dois juízes-tradutores independentes; um terceiro juiz realizou uma síntese das três traduções disponíveis com uma versão comparativa das duas; essa síntese final foi retraduzida para o inglês, *back-translation*, essa tradução foi avaliada; então, foi elaborada uma versão da escala em português; a avaliação da escala por informantes chave, foi realizada de maneira individual por 6 doutores estudiosos do tema no contexto brasileiro, que avaliaram os itens de acordo com 3 critérios de análise (adequação, relevância e compreensão), em uma escala *Likert* de 5 pontos, e fizeram sugestões de melhorias no texto, após esse momento, foram realizadas adequações nos itens com médias menores que 4,5 em algum dos critérios de avaliação.

Por fim, foi realizada uma avaliação qualitativa da escala entre um grupo de estudiosos da área, composto por estudantes de graduação, mestrado e doutorado em Psicologia. A versão original e síntese da tradução, *back-translation* podem ser encontrados no Apêndice C.

Para a elaboração do conjunto de questões sobre apoio a políticas públicas, inspirada no Questionário de Política de Bem-Estar (WPQ) , foi realizada uma avaliação qualitativa da escala por um grupo de estudiosos da área e foram selecionadas questões que tratassem sobre políticas progressivas, tanto na direção positiva quanto negativa e que fizessem sentido para o contexto brasileiro. Foram retirados itens que tratassem sobre pontos de políticas que não existem no Estados Unidos, mas já são consolidadas no Brasil, por exemplo os itens “Para prevenir a pobreza, o seguro de saúde universal e outras necessidades básicas devem ser fornecidos a todos os trabalhadores” ou “Enquanto estiverem sob assistência social, os beneficiários devem receber creche gratuita para seus filhos e este serviço deve continuar após o cuidador principal trabalhar em tempo integral até que a família esteja financeiramente segura”. Originalmente, o questionário possui 21 itens, e está dividido em políticas restritivas (9 itens) e políticas progressivas (12 itens). Nesta pesquisa não foram utilizados os itens de políticas restritivas e foram adotado 5 itens sobre políticas progressivas modificadas para a adequação da realidade política brasileira.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (USF) e aprovado pelo parecer nº 6.710.223. A aplicação foi realizada de forma *online* e os participantes foram informados sobre o contexto de pesquisa na primeira página do *link*, para aqueles que aceitarem participar foi apresentado o TCLE, segundo recomenda as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Apenas após o aceite do participante, ele teve acesso ao questionário para respondê-lo.

O link da pesquisa foi divulgado por meio de aplicativo de troca de mensagens, *WhatsApp*, e em redes sociais, *Instagram* e *Facebook*. Para tanto, foi criada uma página de divulgação (@brasileiro.precisaserestudado) onde eram realizadas postagens semanais para a divulgação da pesquisa. A página foi criada no dia 02 de abril de 2024 e o processo de divulgação do link para a pesquisa iniciou-se no dia 02 de maio de 2024, e foi finalizada no dia 20 de junho de 2024. Na página, as imagens para postagem buscavam apresentar uma perspectiva que não lembrasse a comunicação de nenhuma perspectiva política específica.

No entanto, a partir do dia 20 de maio de 2024 foram realizados anúncios pagos para divulgar a pesquisa. Tendo em vista que o grande número de participantes eram pessoas com pós-graduação, que se posicionavam à esquerda, eram pouco religiosas e localizavam-se no nordeste brasileiro, a campanha realizada por meio do *Facebook Ads* teve como público alvo pessoas com menor escolaridade, ensino médio, que se posicionamento politicamente à direita, que fossem religiosas e que se localizassem fora do nordeste brasileiro. Para tanto, foram elaboradas imagens próprias para esse público, que possuíam símbolos religiosos e a bandeira do Brasil, muito associada a partidos de direita. Exemplos dos diferentes tipos de postagens encontram-se no Apêndice D.

Também foram selecionados interesses e áreas de formação do público-alvo: Agronegócio, Maquinário de agricultura, Tiro desportivo, Engenharia, Pecuária, Música sertaneja, Trator, Os Dez Mandamentos, RecordTV, Engenharia mecânica, Gado, Sertaneja Policia 24H, Agronegócio, Polícia Federal - PF e Polícia Militar. Além disso, a campanha foi dividida em duas etapas, uma direcionada para estados: Acre ; Brasília/ Distrito Federal; Espírito Santo; Mato Grosso do Sul; Mato Grosso; Minas Gerais; Paraná; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Roraima; Santa Catarina; São Paulo e Goiás e outra direcionada para cidades que mais votaram proporcionalmente em Bolsonaro na

campanha de 2022, localizadas no sul do país: Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Nova Bassano, Nova Pádua, Pinto Bandeira, Vespasiano Corrêa, Arroio do Padre, Benedito Novo, Cunha Porã e Rio Fortuna.

Com o objetivo de ampliar a amostra, o link foi novamente divulgado em redes sociais entre os dias 29 de abril de 2025 e 15 de maio de 2025.

Análise dos Dados

Foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) no software FACTOR (versão 12.04.05) com a Subamostra 1, com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala adaptada de Classismo Ambivalente (Jordan et al., 2020). A análise foi implementada utilizando uma matriz policórica e método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010). A decisão sobre o número de fatores a ser retido foi realizada por meio da técnica da Análise Paralela com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman, & Lorenzo-Seva, 2011) e a rotação utilizada foi a Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019).

A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). De acordo com a literatura (Brown, 2006), valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, com intervalo de confiança não atingindo 0,10, e valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90, ou preferencialmente, 0,95. A confiabilidade foi obtida pelos índices ORION e determinância fatorial.

Foram conduzidas duas Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC) com Subamostra 2, uma com o modelo bifatorial e outra com modelo trifatorial. Para isso, utilizamos o software JASP (versão 0.19.0), com o método de estimação WLSMV (Weighted Least Squares Mean and Variance Adjusted), apropriado para dados ordinais.

Foram analisados os seguintes índices de ajuste: χ^2/gl , CFI (Comparative Fit Index), TLI (Tucker-Lewis Index), RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation) e SRMR (Standardized Root Mean Residual). Consideraram-se bons ajustes os seguintes critérios: CFI e TLI $\geq 0,90$; RMSEA e SRMR $\leq 0,08$ (Hu & Bentler, 1999). A confiabilidade foi obtida pelo coeficiente ômega de McDonald (ω).

Além disso, foram realizadas análises descritivas (médias, desvios-padrão, frequências e percentuais) com o objetivo de caracterizar a amostra e descrever o comportamento das variáveis investigadas.

Também foram realizadas análises de correlação de Spearman (r_s) para examinar as associações entre as subescalas de classismo (Classismo Hostil, Paternalismo e Complementaridade e Diferenciação entre Classes) e outras variáveis de interesse, como crenças na meritocracia e posicionamento político.

Para testar diferenças entre grupos, a partir da classe social com a qual os participantes se identificaram, foram conduzidas análises de variância (ANOVA), com cada uma das subescalas do inventário. Foram, também, realizadas regressões lineares simples, com cada um dos fatores da escala, para testagem do poder preditivo das dimensões do classismo sobre o apoio às políticas públicas.

Resultados

Análise Fatorial Exploratória (AFE)

A adequação da matriz de correlações foi confirmada pelo teste de Bartlett ($\chi^2 = 2435,0$; $\text{gl} = 190$; $p < 0,001$) e pelo índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,82; IC95% = 0,77–1,00), valor considerado adequado. A Análise Paralela indicou a retenção de dois fatores, que explicaram 60,8% da variância total (47,3% e 16,3% para o primeiro e segundo fatores, respectivamente). Os índices de ajuste do modelo bifatorial foram

satisfatórios: CFI = 0,97 (IC95% = 0,96–0,99), TLI = 0,97 (IC95% = 0,95–0,99), GFI = 1,00, AGFI = 1,00, RMSEA = 0,087 (IC95% = 0,054–0,101) e WRMR = 0,083, indicando ajuste próximo ao ideal.

A Tabela 8 apresenta as cargas fatoriais rotacionadas e as comunalidades. O Fator 1 reuniu os itens 1 a 12, com cargas de 0,57 a 0,89, representando aspectos de classismo hostil. O Fator 2 reuniu os itens 13 a 20, com cargas de 0,55 a 0,78, representando classismo benevolente. A correlação entre os fatores foi moderada ($r = 0,33$; IC95% = 0,20–0,48), sugerindo que representam dimensões relacionadas, mas distintas do construto. A confiabilidade foi elevada, com índices ORION de 0,96 (F1) e 0,92 (F2), e determinância fatorial de 0,98 e 0,96, respectivamente.

Tabela 8

Cargas fatoriais rotacionadas (Promin) e comunalidades da versão brasileira da Escala de Classismo com dois fatores (N = 220).

Item	F1	F2	h ²
1. As pessoas pobres muitas vezes precisam de monitoramento de pessoas não pobres.	0,628	0,126	0,463
2. Sem monitoramento de pessoas não pobres, as pessoas pobres tendem a gastar todo o seu dinheiro em álcool e drogas.	0,835	0,002	0,698
3. Pessoas pobres frequentemente não sabem se comportar de forma que contribuam para a sociedade.	0,854	0,009	0,735

4. Muitas pessoas pobres não são confiáveis para tomar decisões importantes em suas vidas.	0,866	-0,098	0,702
5. Muitas pessoas pobres não possuem habilidades necessárias para cuidarem de si.	0,772	-0,089	0,558
6. Pessoas pobres normalmente não são boas em tomar decisões que as levem ao sucesso na vida.	0,793	0,051	0,658
7. A maioria das pessoas pobres são mais preguiçosas do que as pessoas que não são pobres.	0,887	0,045	0,815
8. As pessoas pobres geralmente não possuem a competitividade necessária para progredir na vida.	0,569	0,102	0,373
9. Em geral, quando você “dá a mão” para pessoas pobres, elas “querem o braço”.	0,831	0,009	0,695
10. As pessoas pobres frequentemente esperam demais por outras pessoas, organizações beneficentes e auxílios do governo.	0,789	0,070	0,664
11. As pessoas pobres frequentemente se aproveitam da caridade de outras pessoas e organizações.	0,839	0,021	0,716

12. Muitas pessoas pobres manipulam outras pessoas que tentam ajudá-las.	0,766	-0,096	0,547
13. As organizações beneficentes deveriam oferecer assistência adicional para as pessoas pobres sobre como administrar seu dinheiro de forma mais eficiente.	0,332	0,632	0,650
14. As pessoas pobres deveriam receber ajuda extra para tomar boas decisões sobre a sua saúde.	0,304	0,551	0,507
15. As organizações beneficentes deveriam ajudar as pessoas pobres a usar os seus benefícios sociais de forma mais eficiente.	0,360	0,741	0,858
16. As organizações beneficentes deveriam orientar as pessoas pobres a fazerem melhores escolhas em suas vidas.	0,382	0,642	0,721
17. As pessoas pobres encaram a vida de forma simples, porém honesta.	-0,232	0,626	0,349
18. Em geral, pessoas pobres são mais amigáveis do que as pessoas que não são pobres.	-0,225	0,736	0,482
19. Pessoas pobres, em geral, são mais humildes que pessoas não pobres.	-0,234	0,705	0,442

20. As pessoas pobres geralmente são mais -0,262 **0,776** 0,535
resistentes e resilientes do que as pessoas não pobres.

Nota: F1 (Classismo Hostil); F2 (Classismo Benevolente); h^2 (Comunalidade).

Embora o resultado possa ser sustentado teoricamente, foi conduzida uma nova análise fatorial fixando a estrutura em três fatores, a fim de seguir a estruturação do construto obtida no estudo original. Os resultados das cargas fatoriais são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9

Cargas fatoriais rotacionadas (Promin) e comunalidades da versão brasileira da Escala de Classismo com três fatores (N = 220).

Item	F1	F2	F3
1. As pessoas pobres muitas vezes precisam de monitoramento de pessoas não pobres.	0,582	0,390	0,07
2. Sem monitoramento de pessoas não pobres, as pessoas pobres tendem a gastar todo o seu dinheiro em álcool e drogas.	0,709	0,342	-0,05
3. Pessoas pobres frequentemente não sabem se comportar de forma que contribuam para a sociedade.	0,716	0,328	-0,01

4. Muitas pessoas pobres não são confiáveis para tomar decisões importantes em suas vidas.	0,734	0,254	-0,01
5. Muitas pessoas pobres não possuem habilidades necessárias para cuidarem de si.	0,627	0,228	-0,04
6. Pessoas pobres normalmente não são boas em tomar decisões que as levem ao sucesso na vida.	0,744	0,371	0,04
7. A maioria das pessoas pobres são mais preguiçosas do que as pessoas que não são pobres.	0,624	0,199	-0,06
8. As pessoas pobres geralmente não possuem a competitividade necessária para progredir na vida.	0,465	0,282	0,07
9. Em geral, quando você “dá a mão” para pessoas pobres, elas “querem o braço”.	0,747	0,352	0,01
10. As pessoas pobres frequentemente esperam demais por outras pessoas, organizações beneficentes e auxílios do governo.	0,732	0,460	0,01
11. As pessoas pobres frequentemente se aproveitam da caridade de outras pessoas e organizações.	0,779	0,352	0,03

12. Muitas pessoas pobres manipulam outras pessoas que tentam ajudá-las.	0,702	0,174	0,01
13. As organizações beneficentes deveriam oferecer assistência adicional para as pessoas pobres sobre como administrar seu dinheiro de forma mais eficiente.	0,330	0,789	0,234
14. As pessoas pobres deveriam receber ajuda extra para tomar boas decisões sobre a sua saúde.	0,331	0,725	0,227
15. As organizações beneficentes deveriam ajudar as pessoas pobres a usar os seus benefícios sociais de forma mais eficiente.	0,368	0,910	0,302
16. As organizações beneficentes deveriam orientar as pessoas pobres a fazerem melhores escolhas em suas vidas.	0,413	0,837	0,263
17. As pessoas pobres encaram a vida de forma simples, porém honesta.	-0,03	0,256	0,585
18. Em geral, pessoas pobres são mais amigáveis do que as pessoas que não são pobres.	0,04	0,167	0,834
19. Pessoas pobres, em geral, são mais humildes que pessoas não pobres.	0,01	0,199	0,754

20. As pessoas pobres geralmente são mais resistentes e resilientes do que as pessoas não pobres.	0,01	0,292	0,723
---	------	-------	--------------

Nota: F1 (Classismo Hostil); F2 (Paternalismo Protetor); F3 (Complementaridade e Diferenciação entre Classes); h^2 (Comunalidade).

A distribuição dos itens dos fatores foi exatamente conforme o esperado. Os itens 1 a 12 saturam no fator Classismo Hostil (CH), os itens 13 a 16 no fator Paternalismo Protetor (PP) e os itens 14 a 20, no fator Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC), com cargas fatoriais $>|0,40|$. A consistência interna nos três fatores também foi adequada nessa subamostra, respectivamente: 0,90, 0,89 e 0,81. As correlações entre os fatores indicaram associações moderadas entre o CH e o PP ($r = 0,44$), e entre o PP e a CDC ($r = 0,31$), enquanto o CH e CDC apresentaram correlação praticamente nula ($r = 0,002$).

Análise Fatorial Confirmatório (AFC)

O modelo bifatorial foi testado, com Classismo Hostil e Classismo Benevolente, conforme resultado encontrado inicialmente na análise exploratória, bem como o modelo trifatorial que incluiu as duas formas de classismo benevolente, pautadas no PP e CDC, e o CH, de acordo com os estudos de Jordan et al. (2020).

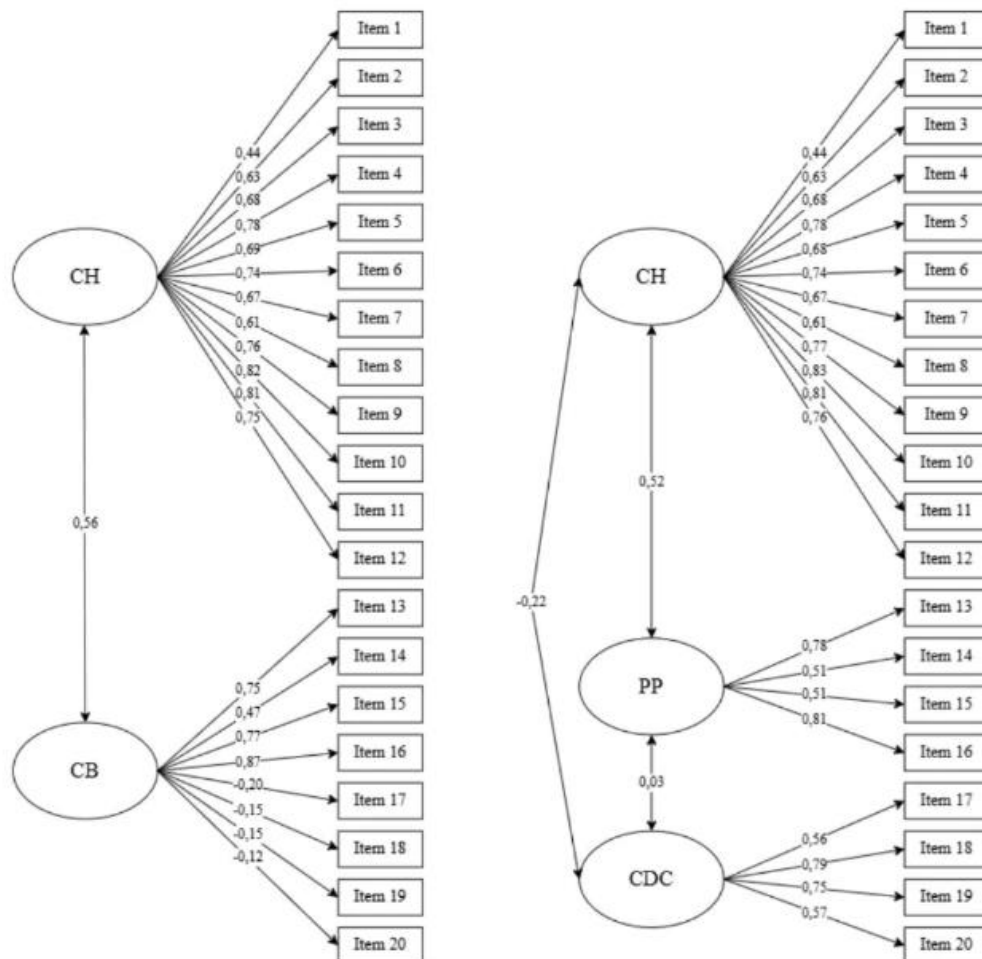
Entretanto, o modelo bifatorial apresentou moderado ajuste aos dados, com $\chi^2(169) = 472,04$ $p < 0,001$; CFI = 0,918; TLI = 0,90; RMSEA = 0,091 (IC95% = 0,081–0,101); e SRMR = 0,115. Os fatores Classismo Hostil (itens 1 a 12), apresentou cargas fatoriais de 0,44 a 0,82, e Classismo Benevolente (itens 13 a 20), cargas entre -0,12 a 0,75, com quatro itens referente ao CDC com cargas abaixo do recomendado ($< 0,30$). A

correlação entre os fatores foi forte ($r = 0,56$; $IC95\% = 0,46-0,67$). A confiabilidade foi elevada para CH e moderada para CB, com índices ω de 0,92 (F1) e 0,68 (F2).

O modelo trifatorial apresentou excelente ajuste aos dados, com $\chi^2(167) = 214,98$ $p = 0,007$; CFI = 0,987; TLI = 0,985; RMSEA = 0,036 ($IC95\% = 0,020-0,050$); e SRMR = 0,078. Os fatores apresentaram as seguintes cargas fatoriais: CH (itens 1 a 12), cargas entre 0,44 a 0,83, PP (itens 13 a 16), cargas entre 0,51 a 0,91, 3 e CDC (itens 17 a 20), cargas entre 0,56 e 0,79. Portanto, todos os itens saturaram cargas acima do recomendado ($> 0,30$), como mostra a Figura 8.

Houve correlação positiva e significativa entre CH e PP ($r = 0,52$; $IC95\% = 0,42-0,63$; $p < 0,001$), sugerindo que manifestações hostis de classismo tendem a coexistir com atitudes paternalistas. Em contrapartida, observou-se uma correlação negativa e significativa entre CH e CDC ($r = -0,22$; $IC95\% = -0,40$ a $-0,04$; $p = 0,015$), indicando que quanto maior o classismo hostil, menor a adesão a complementaridade e diferenciação entre classes. Por fim, a associação entre PP e CDC não foi significativa ($r = 0,04$; $IC95\% = -0,14$ a $0,22$; $p = 0,680$), evidenciando uma independência estatística entre esses dois fatores.

A consistência interna da escala foi satisfatória. O fator Classismo Hostil (CH) apresentou coeficiente $\omega = 0,91$, indicando excelente confiabilidade. O fator Paternalismo Protetivo (PP) obteve coeficiente $\omega = 0,83$, considerado bom. Já o fator Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC) apresentou coeficiente $\omega = 0,78$, demonstrando consistência interna aceitável. O escore total da escala alcançou $\omega = 0,91$, evidenciando elevada confiabilidade global.

Figura 8*Modelos Fatoriais****Validade Convergente, Testes de Hipóteses e Validade Preditiva***

As estatísticas descritivas indicam que, entre as variáveis avaliadas, as maiores médias foram observadas em Apoio a Políticas Públicas ($M = 5,99$; $DP = 1,35$) e Complementaridade e Diferenciação entre Classes ($M = 4,83$; $DP = 1,40$), sugerindo maior concordância dos participantes com essas dimensões. Em contraste, as menores médias foram verificadas em Justificação do Sistema ($M = 1,53$; $DP = 0,57$) e Classismo Hostil ($M = 2,12$; $DP = 1,15$), indicando baixa adesão a crenças que legitimam hierarquias

sociais e atitudes abertamente discriminatórias. As variáveis Meritocracia ($M = 3,25$; $DP = 1,12$) e ODS ($M = 2,80$; $DP = 1,32$) apresentaram níveis intermediários, refletindo uma tendência moderada à aceitação de desigualdades sociais (Tabela 10).

Tabela 10

Estatísticas descritivas dos construtos do estudo

Variável	M	DP	Mínimo	Máximo
Classismo Hostil (CH)	2,12	1,15	1,00	6,67
Paternalismo Protetor (PP)	4,66	1,80	1,00	7,00
Crença de Diferenciação de Classe (CDC)	4,83	1,40	1,00	7,00
Meritocracia	3,25	1,12	1,63	6,23
Orientação à Dominância Social (ODS)	2,80	1,32	1,50	7,50
Apoio a Políticas Públicas	5,99	1,35	1,50	7,50
Justificação do Sistema (JS)	1,53	0,57	1,00	4,83

Nota: N = 438. M = média; DP = desvio-padrão; valores variam de 1 a 7, exceto quando indicado.

Os resultados indicaram diferenças significativas entre as médias das subescalas do Inventário de Classismo Ambivalente (ICA). As análises multivariadas revelaram um efeito significativo do fator *Classismo* sobre as variáveis dependentes, conforme demonstrado pelo teste de Rastreamento de *Pillai* ($V = 0,769$; $F(2,436) = 726,24$; $p < 0,001$; $\eta^2p = 0,769$), sugerindo uma forte magnitude do efeito. O teste de esfericidade de Mauchly foi violado ($W = 0,933$; $\chi^2(2) = 30,27$; $p < 0,001$), indicando que a suposição de esfericidade não foi atendida. Assim, foram considerados os valores corrigidos de Greenhouse-Geisser.

Tabela 11

Diferenças entre as Subescalas do Inventário de Classismo Ambivalente

Subescala	M (DP)	EP	IC 95%		Post Hoc	
			Inferior	Superior	Comparação	p-valor

CH	2,12 (1,15)	0,05	2,01	2,23	CH – PP	< 0,001
PP	4,65 (1,79)	0,08	4,49	4,82	CH – CDC	< 0,001
CDC	4,83 (1,40)	0,06	4,70	4,96	PP – CDC	0,081

Nota: Teste de medidas repetidas: $F(1,87, 816,07) = 563,95, p < 0,001, \eta^2p = 0,563$. Todas as comparações são baseadas em médias marginais estimadas com ajuste Greenhouse-Geisser ($\epsilon = 0,937$).

A análise univariada dos efeitos dentro dos sujeitos mostrou diferenças nos tipos de *Classismo*, $F(1,87, 816,07) = 563,95, p < 0,001, \eta^2p = 0,563$. As médias observadas foram: *Classismo Hostil* (CH) = 2,12 (DP = 1,15), *Paternalismo Protetor* (PP) = 4,65 (DP = 1,79) e *Complementaridade e Diferenciação entre Classes* (CDC) = 4,83 (DP = 1,40). As comparações *post hoc* (método *pairwise*) mostraram que todas as diferenças entre as subescalas foram estatisticamente significativas, exceto entre PP e CDC. Especificamente, os participantes pontuaram significativamente mais alto em PP do que em CH (dif. = 2,54; $p < 0,001$; IC95% [2,38; 2,69]) e em CDC do que em CH (dif. = 2,71; $p < 0,001$; IC95% [2,53; 2,89]). No entanto, a diferença entre PP e CDC não foi significativa (dif. = -0,18; $p = 0,081$; IC95% [-0,37; 0,02]).

Esses resultados confirmam parcialmente as hipóteses propostas. A hipótese de que os participantes apresentariam maiores pontuações nas subescalas de *Classismo Benevolente* (PP e CDC) em comparação à subescala de *Classismo Hostil* (CH) foi confirmada. Outra hipótese também foi confirmada, uma vez que CDC obteve pontuações superiores a CH. Entretanto, a diferença entre PP e CDC não foi sustentada, pois não houve diferença significativa entre PP e CDC.

O posicionamento político mostrou-se associado às formas de *classismo*. Indivíduos mais alinhados à direita apresentaram maiores níveis de CH ($r_s = 0,404; p < 0,001$) e PP ($r_s = 0,205; p < 0,001$), enquanto a CDC correlacionou-se negativamente com essa variável ($r_s = -0,176; p < 0,001$). Esses resultados indicam que orientações políticas mais conservadoras estão relacionadas à maior adesão a formas *hostis* e *paternalistas* de

classismo, ao passo que posições mais progressistas tendem a reforçar a diferenciação entre classes.

Os resultados da análise de variância (ANOVA) indicaram diferenças significativas entre os grupos de classe social autodeclarada para a subescala de Classismo Hostil (CH), $F(2, 435) = 6,02, p = 0,003$. As médias e desvios-padrão mostraram que participantes da classe rica ($M = 2,30$; $DP = 1,37$) e da classe média ($M = 2,22$; $DP = 1,21$) apresentaram níveis mais elevados de classismo hostil em comparação aos participantes da classe pobre ($M = 1,80$; $DP = 0,84$). Esses resultados sugerem que indivíduos pertencentes a classes socialmente mais privilegiadas tendem a manifestar com maior intensidade atitudes de desprezo e antagonismo em relação às classes inferiores.

Para a subescala de Paternalismo Protetor (PP), não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos de classe, $F(2, 435) = 0,38, p = 0,684$. As médias e desvios-padrão indicaram valores semelhantes entre as classes: classe rica ($M = 4,63$; $DP = 1,68$), classe média ($M = 4,71$; $DP = 1,78$) e classe pobre ($M = 4,53$; $DP = 1,87$).

Da mesma forma, para a subescala de Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC), as diferenças não foram estatisticamente significativas, $F(2, 435) = 1,10, p = 0,335$. As médias e desvios-padrão foram próximas entre os grupos: classe rica ($M = 4,75$; $DP = 1,15$), classe média ($M = 4,77$; $DP = 1,40$) e classe pobre ($M = 5,00$; $DP = 1,47$).

Tabela 11

Correlações entre os Construtos

	1	2	3	4	5	6
1. CH	-					
2. PP	0,43**	-				
3. CDC	-0,09*	0,16**	-			

4. Meritocracia	0,48**	0,38**	-0,06	-		
5. ODS	0,49**	0,21**	-0,14**	0,53**		
6. Apoio à Políticas Públicas	-0,53**	-0,19**	0,18**	-0,52**	-0,57**	
7. JS	0,31**	0,08*	-0,06	0,44**	0,39**	-0,37**

Nota.: * ($p < 0,05$); ** ($p < 0,01$); Testes com Hipótese Unilateral

Os resultados da matriz de correlações de Pearson (Tabela 11) evidenciaram diferentes padrões de associação entre as subescalas do Inventário de Classismo Ambivalente e as variáveis externas. Observou-se correlação positiva significativa entre o Classismo Hostil (CH) e a Crença na Meritocracia ($r = 0,48$, $p < 0,001$), sugerindo que, quanto maior a adesão a crenças meritocráticas, maior a manifestação de atitudes hostis em relação às classes sociais inferiores. Já as subescalas de Classismo Benevolente apresentaram padrões distintos: o Paternalismo Protetor (PP) correlacionou-se positivamente com a Meritocracia ($r = 0,38$, $p < 0,001$), enquanto a Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC) não apresentou associação significativa ($r = -0,06$, $p = 0,095$).

Com relação à Orientação à Dominância Social (ODS), o CH exibiu correlação positiva moderada ($r = 0,49$, $p < 0,001$), indicando que a tendência a aceitar hierarquias sociais se relaciona com a maior hostilidade contra pessoas pobres. O PP apresentou correlação positiva, porém mais fraca ($r = 0,21$, $p < 0,001$), enquanto a CDC apresentou correlação negativa ($r = -0,14$, $p = 0,001$), apontando direções opostas dentro do classismo benevolente.

Em relação à Justificação do Sistema (JS), observou-se correlação positiva entre CH e a JS ($r = 0,31$, $p < 0,001$), e também entre PP e essa variável ($r = 0,08$, $p = 0,035$), embora esta última seja fraca. A CDC não apresentou associação significativa ($r = -0,06$, $p = 0,077$).

Quanto ao apoio às políticas públicas, verificou-se correlação negativa entre CH e apoio à políticas públicas ($r = -0,53, p < 0,001$), o que indica que, quanto mais hostil o indivíduo em relação às classes inferiores, menor o apoio a ações de equidade social. Por outro lado, o PP apresentou correlação negativa mais fraca ($r = -0,19, p < 0,001$), enquanto a CDC mostrou correlação positiva ($r = 0,18, p < 0,001$), sugerindo que essa dimensão benevolente pode estar associada a um maior apoio a políticas públicas.

Por fim, os resultados das regressões lineares simples das dimensões do classismo sobre o apoio às políticas públicas revelaram que as dimensões são preditores significativos ao apoio às políticas públicas: CH ($\beta = -0,53; p < 0,001; R^2_{adj} = 0,287$), com maior variância explicada e, com menor efeito, PP ($\beta = -0,19; p < 0,001; R^2_{adj} = 0,034$) e CDC ($\beta = 0,18; p < 0,001; R^2_{adj} = 0,034$). Desse modo, quanto maior o CH e o PP, menor o apoio às políticas sociais, e quanto maior CDC, maior o apoio.

Discussão

Análise Fatorial Exploratória (AFE)

O resultado inicial da Análise Fatorial Exploratória (AFE) revelou uma solução bifatorial, distinta da estrutura trifatorial encontrada na validação original, que diferenciava entre Classismo Hostil (CH) e duas formas de classismo benevolente, Paternalismo Protetor (PP) e na Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC). Nesse contexto, os itens de PP e CDC se agruparam em um único fator, sugerindo que tais manifestações de benevolência podem ser percebidas de forma menos diferenciada culturalmente, compondo um construto mais amplo de classismo benevolente. Em contraste, o fator de classismo hostil manteve-se claramente separado, corroborando sua centralidade como forma explícita e negativa de preconceito de classe.

Importa destacar, contudo, que, quando a AFE foi pré-definida para extrair três fatores, seguindo o modelo teórico, o modelo trifatorial também apresentou funcionamento adequado, com cargas fatoriais satisfatórias e estrutura coerente com a proposta original. Esse achado indica que, embora a solução bifatorial emergente tenha sido mais parcimoniosa e culturalmente ajustada ao contexto brasileiro, a configuração trifatorial permanece teoricamente plausível e estatisticamente sustentável. Assim, ambos os modelos se mostram informativos: a solução de dois fatores reflete uma percepção mais integrada das manifestações benevolentes no Brasil, enquanto a solução de três fatores mantém a distinção conceitual originalmente proposta.

Ainda que haja essa diferença estrutural, as cargas fatoriais e os índices de confiabilidade obtidos foram adequados, e os itens se agruparam de maneira teoricamente consistente, reforçando a adequabilidade da mensuração do construto para o contexto brasileiro. Esse achado pode ser relacionado às diferenças observadas entre o estudo original Jordan et al. (2020) e o presente estudo, no que concerne às correlações entre os fatores. Os resultados indicaram associações moderadas entre o CH e o PP e entre o PP e a CDC, enquanto o CH e CDC apresentaram correlação muito fraca, no estudo original PP e CH apresentaram correlação mais fraca, bem como PP e CDC.

Na sequência, o modelo confirmatório foi testado em amostra independente, com a comparação direta entre modelos bi e trifatorial, permitindo avaliar de forma robusta qual estrutura apresenta melhor ajuste, parcimônia e coerência teórica.

Análise Fatorial Confirmatório (AFC)

O modelo bifatorial, composto por Classismo Hostil (CH) e Classismo Benevolente (CB), apresentou ajuste moderado e limitações nas cargas de itens relacionados à Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC), sugerindo

heterogeneidade dentro do fator benevolente. Já o modelo trifatorial demonstrou excelente ajuste e confirmou a distinção entre PP e CDC, conforme Jordan et al. (2020). As correlações indicaram que CH se associa positivamente ao PP e negativamente ao CDC, enquanto PP e CDC mostraram-se independentes. Esses achados reforçam que, embora parcimonioso, o modelo bifatorial é menos robusto, enquanto o trifatorial capta de forma mais precisa as diferentes manifestações do classismo no contexto brasileiro.

Comparado ao estudo anterior, as correlações entre os fatores PP e CDC diminuíram na AFC porque esse modelo impõe restrições mais rigorosas à estrutura, eliminando cargas cruzadas e isolando a variância específica de cada fator. Assim, associações que pareciam moderadas na AFE foram reduzidas ou desapareceram, refletindo uma separação mais precisa entre os construtos na amostra confirmatória e corroborando tanto os resultados do estudo original de Jordan et al. (2020), como o estudo de validação para o espanhol de Sainz et al. (2021).

Validade Convergente, Testes de Hipóteses e Validade Preditiva

Em relação à pontuação dos participantes nas subescalas, os resultados corroboraram os estudos anteriores (Jordan et al., 2020; Sainz et al., 2021; Sainz, 2023). Os participantes tiveram maior pontuação nas subescalas de Classismo Benevolente (PP e CDC) que na de Classismo Hostil (CH). Revelando menores níveis de CH em todas as amostras.

No entanto, diferente dos resultados de Jordan et al. (2020), em que os participantes endossaram mais em ordem: PP, CDC e CH, os participantes do presente estudo apresentaram maiores pontuações em CDC, seguidos por PP e CH, maior pontuação em PP que em CDC e maior pontuação em CDC que em CH, contudo não houve diferença significativa entre PP e CDC.

Outro resultado que apresenta-se diferente dos estudos anteriores é na influência

da classe social, pois a análise de variância (ANOVA) indicou que os grupos que se identificaram como de classe rica e classe média apresentaram níveis mais elevados de CH do que os que se identificaram como classe pobre. Entretanto, em relação à PP e à CDC, não foram observadas diferenças significativas. Desse modo, indivíduos que se percebem como pertencentes a classes socialmente mais privilegiadas tendem a manifestar com maior intensidade atitudes de desprezo e antagonismo em relação aos que se percebem de classes sociais inferiores. Nos estudos de Jordan et al. (2020), o status socioeconômico, de maneira geral, apresentou correlações fracas com os fatores da escala. No estudo realizado por Sainz et al. (2021) os valores subjetivos e objetivos de status socioeconômicos dos participantes não indicaram relação com os subfatores do ICA e na pesquisa de Sains (2023), renda apresentou baixo efeito menor na adesão dos perfis de classismo. Desse modo, os autores (Jordan et al., 2020; Sainz et al., 2021; Sainz, 2023) indicaram que existe maior relevância aos aspectos ideológicos do que sócioeconômicos.

Nesse sentido, a identificação com o posicionamento político também mostrou-se associada às formas de classismo. Indivíduos mais alinhados à direita apresentaram maiores níveis de CH e PP. Esse resultado pode ser associado aos achados de Jordan et al. (2020), nos quais os resultados da escala de autoritarismo de direita (RWA) apresentaram correlação moderada com a escala, mas maior correlação com a subescala CH.

Ainda em relação a aspectos ideológicos, observa-se que o CH correlacionou-se positivamente com a Meritocracia, como previsto, mas o PP também apresentou correlação positiva, não negativa como o hipotetizado e a CDC não foi significativa. O CH correlacionou-se positivamente com a ODS, conforme esperado; entretanto, o PP também mostrou correlação positiva, não negativa, enquanto apenas a CDC apresentou

correlação negativa. O CH apresentou correlação negativa com apoio às políticas públicas, conforme esperado; contudo, o PP também apresentou correlação negativa e a CDC apresentou correlação positiva, confirmando apenas parte da hipótese. O CH apresentou correlação positiva significativa com a Justificação do Sistema, conforme previsto, mas o efeito foi fraco para o PP e inexistente para a CDC.

Dessa forma, observa-se que, no contexto brasileiro, as correlações do PP apresentaram-se de forma diferente dos resultados estadunidenses, mas com correlações menos robustas que dos resultados do estudo mexicano. Nos estudos realizados por Jordan et al. (2020), o PP apresenta correlações fracas ou inconsistentes com as variáveis das validades convergentes e divergentes, reforçando seu caráter ambíguo. Por exemplo, PP correlacionou-se fracamente negativamente com estereótipos positivos e fracamente de forma positiva com estereótipos negativos, a correlação entre ODS e RWA foram moderadas e PP correlacionou-se positivamente com políticas progressistas e restritivas. Já em Sainz et al. (2021), PP correlacionou-se positivamente de forma robusta com ODS e JS.

Esses resultados podem estar associados ao caráter ambíguo do PP, que apresenta uma aparente preocupação com o grupo dos pobres, mas está associado a ideologias que legitimam hierarquias sociais. Isso pode ser associado aos achados de Durante et al. (2013) que, ao realizar investigações entre países com variados níveis de desigualdade, detectou a associação entre níveis de desigualdade nacional com níveis de apoio a estereótipos ambivalentes aos grupos de baixo status sociais.

Por fim, realizando uma análise ampliada de todo o estudo, é possível compreender como uma diversidade de aspectos interligam-se e a forma como os participantes percebem a população pobre, manifestam o classismo e se posicionam em relação às políticas públicas. A análise do fenômeno integra diferentes níveis e contribui

para a compreensão de um fenômeno que está relacionado à manutenção e perpetuação da pobreza que é o classismo.

Em relação ao nível de análise ideológico, observou-se uma correlação forte entre o apoio a Justificação do Sistema (JS) e o Classismo Hostil (CH), o que pode ser associado a compreensão de que o sistema funciona como deveria funcionar e que as pessoas pobres não conseguem “vencer” no sistema por suas próprias responsabilidades (Jost & Banaji, 1994; Jost et al., 2004). Já o Paternalismo Protetor (PP) apresentou correção com a justificação do sistema, mas de forma fraca, o que pode estar relacionado ao caráter ambíguo do fenômeno do paternalismo, sobretudo considerando a formação histórica brasileira, em que a tutela de parte da população era vendida como proteção, mas se caracterizava como controle (Accorssi et al, 2012). No entanto, o fenômeno não deixa de ter correlação, o que pode ser associado com uma compreensão de que, em um sistema funcional, as pessoas pobres não necessitam de proteção. Contudo, ao operar por meio de uma proteção que restringe a autonomia e reforça posições de subordinação, o paternalismo contribui para a negação de direitos e para a reprodução das hierarquias sociais que sustentam o próprio sistema que se pretende justificar.

Esse padrão pode ser associado, também, às correlações observadas com as crenças prescritivas de meritocracia, que apresentaram correlações relevantes com CH e PP. Reforçando a ideia de que, com esforço, todas as pessoas podem melhorar de vida (McCoy et al., 2013; Zimmerman & Reyna, 2013).

Ambas as variáveis não apresentaram correlação com a subescala de Complementaridade e Diferenciação entre Classes (CDC), o que pode sinalizar que, embora ela apresente estereótipos sobre a população pobre, eles não se relacionam ao reconhecimento de um sistema que funciona plenamente e nem à adesão à lógica meritocrática como principal via de mudança social. Diferente do CH e do PP, a CDC

parece operar mais como uma forma de diferenciação entre as classes, enfatizando papéis sociais distintos, sem necessariamente mobilizar justificativas explícitas do funcionamento do sistema ou atribuições de responsabilidade individual pela pobreza (Jordan et al., 2021). Apesar disso, a CDC pode contribuir para o reforço de lugares sociais hierarquizados, na medida em que atribui papéis distintos e naturalizados às diferentes classes sociais, o que pode ser associado ao Modelo de Conteúdo dos Estereótipos, que pode estar relacionado à legitimação de posições sociais desiguais (Fiske et al., 2002; Durante & Fiske, 2017).

No nível de análise posicional, a identidade social dos participantes pode ser examinada em dois sentidos, o primeiro sobre classe social e o segundo em relação a posicionamento político. Embora, não tenha sido empregada uma escala específica relacionada a identidade social, é possível analisar as identidades dos participantes considerando suas auto-declarações em relação à classe social e posicionamento político. Essas auto-categorizações são relevantes para a compreensão das relações intergrupais e das atitudes associadas ao classismo, conforme proposto pela Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982).

Em relação à classe social, a diferença significativa observada entre os grupos que se identificaram como de classe rica e classe média em comparação ao grupo que se identificou como classe pobre, nos escores de CH, sinaliza que, no contexto brasileiro, a classe social também influencia a forma com o qual os grupos se relacionam com a população pobre. Esse achado vai de encontro aos achados de Jordan et al. (2021), Sainz et al (2021) e Sainz (2023), nos quais não foram observadas diferenças nas pontuações de classismo hostil em função da classe social dos participantes, não apenas a ideologia como apresentaram os estudos realizados anteriormente. Por outro lado, não foram identificadas diferenças significativas entre os grupos de classe social em relação ao PP e

à CDC, resultado que converge com os achados desses estudos prévios, o que sinaliza que a suposta benevolência do classismo apresenta prevalência também nas classes pobres.

Os resultados em relação ao posicionamento político apresentaram correlações entre os participantes que se posicionaram mais à direita com o CH e o PP e mais à esquerda com o CDC. O que é coerente com os achados de Jordan et al. (2021), considerando o posicionamento político como uma identidade, mas que é embutido de aspectos ideológicos e que pode ser associado à escala de autoritarismo de direita (RWA).

Considerando a explicação de nível intraindividual, foi possível observar resultados semelhantes aos do estudo de Sainz et al. (2021), em que a ODS apresentou correlação positiva com o CH e PP e negativa com o CDC, como esperado. Esses achados reforçam a compreensão de que predisposições individuais favoráveis à hierarquização social estão associadas a formas mais explícitas de classismo, de acordo, também com a proposta teórica da ODS (Sidanius & Pratto, 1999).

Por fim, a análise realizada por meio da regressão indica que as formas de classismo endossadas pelos participantes são preditivas do apoio ou oposição a políticas públicas voltadas para a população pobre. Dessa forma, CH e PP apresentaram coeficiente de regressão negativos, enquanto a CDC apresentou coeficiente positivo.

Esse aspecto pode ser discutido, também, pela perspectiva das variáveis apresentadas anteriormente. Uma vez que orientações políticas mais à esquerda tendem a se associar a maior apoio a políticas públicas, ao passo que posicionamentos mais à direita se relacionam a maior resistência a esse tipo de intervenção de propostas de redução da desigualdade social e econômica (Azevedo et al., 2019; Moscato et al., 2021). Ademais, a forma como os indivíduos justificam o sistema social, se auto identificam em termos de classe social e se posicionam em relação às hierarquias sociais influencia diretamente

suas atitudes diante de políticas redistributivas, conforme apontado pela literatura sobre justificação do sistema (Jost & Hunyady, 2017) e orientação à dominância social (Sidanius & Pratto, 1999).

Assim, tendo em vista que políticas públicas progressistas apresentam propostas para a redução da pobreza, os resultados indicam que o classismo, em suas face de hostilidade e paternalismo protetor, está associado à manutenção da pobreza. Entretanto, a CDC se configurou no presente estudo como um indicador de anti-classismo.

Considerações Finais

Esse estudo teve como objetivo adaptar e validar para o contexto brasileiro o Inventário de Classismo Ambivalente e apresentou evidências robustas de validade fatorial, com uma estrutura trifatorial, como no estudo original. Os testes de hipóteses, relacionados à validade convergente e preditiva, em grande parte, foram corroborados. Observou-se as correlações dos fatores da escala com ODS, JS e Meritocracia muito semelhantes aos encontrados em outros estudos. Destaca-se a relevância da classe social nas análises, algo que pode estar relacionado a características específicas do contexto brasileiro, que precisam ser mais investigadas.

A validade preditiva da escala salienta a importância de mais estudos sobre o tema, tendo em vista que as diferentes dimensões do classismo mostraram-se capazes de prever o apoio ou a oposição a políticas públicas voltadas à população pobre. Esse aspecto é muito relevante, tendo em vista que pode estar relacionado a pensar estratégias de redução à pobreza.

As características da amostra - maioria branca, de classe média e com posicionamento político à esquerda - evidenciam a necessidade de mais estudos com amostras mais diversas sobre o tema. No entanto, essa limitação também pode ser compreendida como uma investigação direcionada a um público que não pertence às

camadas mais pobres da população, permitindo analisar manifestações de classismo a partir da perspectiva de grupos socialmente mais privilegiados. Apesar das especificidades da amostra, os achados reforçam a adequabilidade do instrumento para a mensuração das diferentes manifestações do classismo no Brasil e ampliam as possibilidades de investigação do preconceito de classe em pesquisas futuras. Além disso, apresenta-se a proposta de uma análise que busca integrar níveis de análise a partir de estudos da Psicologia Social.

Considerações Finais

A partir do objetivo de investigar como o preconceito contra pessoas pobres se manifesta em diferentes circunstâncias sociais no Brasil, esta tese se estruturou em um conjunto de quatro estudos empíricos independentes, mas que, unidos, auxiliam na compreensão da complexidade do fenômeno que é o preconceito contra pessoas pobres. Desse modo, analisa-se o classismo em múltiplos níveis.

O primeiro foco foi nos níveis ideológico e posicional, com investigações sobre o sistema legislativo brasileiro e de interações em uma rede social. No Capítulo 2 - “A lei da vadiagem e a criminalização da pobreza” - se deu a análise dos textos e processos de tramitação dos projetos de lei com proposta de revogação da chamada “Lei da Vadiagem”, o referencial teórico da TRS indicou que, apesar da violência e aspectos históricos vinculados à escravização e à ditadura, a polarização em torno do tema é praticamente ausente, algo que seria essencial para promover mudanças em torno da lei e que coaduna com a ausência de debate sobre o assunto. O Capítulo 3 - “O Padre Júlio e o preconceito contra os pobres: uma análise da aporofobia nas redes sociais” - analisou como a aporofobia se manifesta por meio dos comentários na plataforma “X” direcionados ao Padre Júlio Lancellotti enquanto personificação da representação social da pobreza e dos pobres. A análise de conteúdo, fundamentada na TRS, revelou processos de simplificação de uma realidade que naturalizam a pobreza e ancoragens que reforçam papéis sociais relacionados à política, religião e economia/trabalho.

Esses dois primeiros estudos foram realizados em contextos públicos de manifestação de ideias, na política, em processos legislativos na Câmara Federal dos deputados e no senado, e em uma rede social, em comentários abertos na plataforma “X”. Ambos apresentam destaque para uma expressão do preconceito contra pessoas pobres de maneira explícita, a aporofobia, seja pela criminalização das pessoas, no primeiro

estudo, seja pelo caráter violento das mensagens direcionadas ao padre, visto como representante dessa categoria social, no segundo estudo. Em ambas as análises, foi possível perceber que a identidade de classe e o posicionamento político articulavam-se com as teorias senso comum sobre a população pobre e a pobreza. Assim, a identidade social aparece como relevante para compreender os posicionamentos apresentados, bem como os aspectos ideológicos que se relacionam com as representações sociais.

O terceiro estudo, por sua vez, partiu da percepção de que as características de grupo dos indivíduos podem ser relevantes para compreender seus posicionamentos sobre a temática da pobreza e em relação às pessoas pobres. Assim, o Capítulo 4 - “Do Meireles ao Bom Jardim: representações sociais de pobres e da pobreza na cidade de Fortaleza-CE” - integra as análises das entrevistas de cidadãos de diferentes classes sociais em níveis de análise ideológico, posicional e interindividual. Os achados deste estudo indicam que a classe social não é o fator mais relevante para a compreensão sobre a forma como as pessoas entendem o que é, quais são as causas da pobreza e quem são as pessoas pobres e como elas são vistas. Aspectos ideológicos aparecem como mais relevantes, embora as classes sociais influenciem na forma como as pessoas entram em contato com as temáticas. Outro destaque nos resultados da pesquisa foi a presença da polifasia cognitiva, em que um mesmo indivíduo apresenta opiniões opostas de percepções e saberes de um tema, mas sem entrar em conflito sobre isso. Ademais, os participantes descrevem formas diferentes de se relacionar com uma pessoa pobre a depender do “tipo de pobre”, assim a ambivalência aparece, também, relacionada aos estereótipos de grupo. Esse aspecto evidencia a ambiguidade das representações sociais em relação à pobreza e aos pobres, de maneira geral, na representação social como um todo, dentro de um mesmo grupo social e nas falas de um mesmo indivíduo. Esse aspecto chamou atenção para a necessidade de investigar mais um nível de análise que é o intraindividual, que busca

compreender de forma mais internalizada o indivíduo e como as ações dos comportamentos sociais podem ser explicadas pela maneira com que o indivíduo se organiza para agir, como efetivamente pensam sobre o tema.

O Capítulo 5 - “Validação do Inventário de Classismo Ambivalente no Brasil” - por meio da adaptação e validação do Inventário de Classismo Ambivalente (ICA) para o contexto brasileiro, investiga como diferentes variáveis interferem na tendência de comportamento dos participantes. Nesse estudo, foi possível observar que a proposta teórica do Modelo de Classismo Ambivalente se adequa ao contexto brasileiro. Aqui, assim como em outros países, o modelo apresentou uma melhor configuração enquanto estrutura trifatorial, composto pelo Classismo Hostil, Paternalismo Protetor e Complementaridade e Diferenciação entre Classes. Os fatores aparecem de forma consistente e vinculam-se com aspectos como meritocracia, justificação do sistema, orientação à dominância social e apoio às políticas públicas. Inclusive apresentando-se de forma preditiva para a tendência ao apoio às políticas públicas. No entanto, diferente dos achados de pesquisas anteriores, a variável de identificação de classe social apareceu como relevante para a manifestação do classismo hostil, indicando uma característica específica do contexto brasileiro, em que pessoas que se identificaram como classe rica e classe média pontuaram significativamente mais na subescala de classismo hostil do que pessoas que se identificaram como de classe pobre. Dessa forma, observou-se o que não ficou muito explícito no Capítulo 4, nas análises das entrevistas, em que a classe social parece menos relevante do que o posicionamento político, embora ainda relevante.

Outro aspecto de destaque nesse estudo é que o classismo ambivalente se mostrou associado à manutenção das desigualdades e perpetuação da pobreza, tendo em vista seu caráter preditivo em relação ao apoio ou não a políticas públicas progressistas que são associadas ao combate e redução da pobreza. Foi possível observar que, embora o fator

de Complementaridade e Diferenciação entre Classes seja uma forma de classismo, pois atribui características específicas a um indivíduo unicamente por fazer parte de um grupo, pode caracterizar-se também como anti-classista, pois não aparece como um elemento que isoladamente contribuiria para a manutenção da pobreza e está relacionado ao apoio a políticas públicas. Entretanto, o Paternalismo, fator com o qual possui correlação positiva e que correlaciona-se negativamente ao apoio às políticas públicas, pode ser vinculado ao processo de legitimação da pobreza.

Embora os quatro estudos tenham utilizado metodologias variadas, contextos e análises diferentes, um aspecto que chama a atenção na interligação dos estudos é que a ambivalência se manifesta como perpetuadora das desigualdades e violências nas diferentes circunstâncias sociais. Assim, mesmo nas demonstrações aparentemente explícitas, na criminalização da pobreza e nas manifestações aporofóbicas que se revelam em mensagens agressivas ao Padre Júlio Lancellotti, é possível chegar a um nível de ambivalência. Pois no primeiro estudo observa-se que os projetos de lei não são explicitamente negados e sim, engavetados, não chegam a ser votados e a ausência de polarização sobre o assunto da lei faz com que o tema não chegue nem mesmo a ser debatido, dessa forma, algo extremamente violento, que é a criminalização da pobreza, permanece entre as leis brasileiras. No segundo estudo, a aporofobia aparece como violência direcionada a uma figura pública que atua em prol da população em situação de rua, o que, para um observador menos atento, pode parecer apenas uma manifestação de opinião política. Nos estudos seguintes, as evidências acerca da ambivalência tornam-se ainda mais explícitas, seja por meio da polifasia encontrada no estudo 3 ou análise preditiva que prevê a relação entre classismo hostil e a recusa ao apoio a políticas públicas progressivas, no estudo 4.

Portanto, a proposta desta tese de investigar o preconceito contra pessoas pobres,

considerando articulações psicossociais para a compreensão sobre o fenômeno em diferentes níveis de análise, apresenta-se como relevante para compreender as nuances do fenômeno sem desconsiderar diferentes facetas que se apresenta a depender do contexto de investigação, para que possam ser elaboradas propostas de resolução do problema que é o classismo na nossa sociedade.

Reconhecidos os méritos da tese, as limitações também devem ser apontadas como aspectos que se relacionam aos resultados apresentados, bem como indicativos de pesquisas futuras. O estudo 1 foi focado somente em aspectos legais relacionados à revogação da lei, entretanto, pesquisas mais aprofundadas com outros atores sociais, como a mídia, os parlamentares e a sociedade civil, podem contribuir na análise desse fenômeno, bem como em sua divulgação, tendo em vista que a ausência de polarização sobre o tema também relaciona-se à falta de conhecimento da população sobre o assunto. O estudo 2 contou com uma amostra de materiais coletadas manualmente, o que reduziu a quantidade de materiais, bem como a exclusividade de investigação de uma única figura pública, que mais tarde deletou sua conta na plataforma “X”, assim, os materiais acessados não podem ser mais vistos por outras pessoas que pesquisam o tema. Sugere-se para pesquisas futuras a utilização de técnicas de mineração de dados. No estudo 3, não ocorreu uma investigação subjetiva sobre a identidade de classes dos participantes, os grupos foram atribuídos por meio de informações objetivas e isso pode ter afetado os resultados. Além disso, o grupo de participantes apresentou limitações nas faixas de renda mais elevadas, em razão da dificuldade de acesso e contato com esse público. No estudo 4, a amostra foi composta por maioria branca, de classe média e com posicionamento político à esquerda, o que evidencia a necessidade de mais estudos com amostras mais diversas sobre o tema.

No entanto, apesar das limitações apresentadas, a proposta da presente tese não

foi de esgotar o assunto estudado e sim de iniciar uma linha de investigação que busque compreender o classismo para combatê-lo. Diante disso, indica-se, também, que, para pesquisas futuras, sejam desenvolvidas propostas de ações interventivas.

Referências

- Abriç, J. C. (2001). *Práticas sociais y representaciones*. México: Coyoacán.
- Accorssi, A., & Scarparo, H. (2016). Representações sociais da pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Eds.), *Implicações psicossociais da pobreza: Diversidades e resistências* (p. 67 - 94). Expressão Gráfica.
- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536–546. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822012000300007>
- Adler, N. E., Epel, E. S., Castellazzo, G., & Ickovics, J. R. (2000). Relationship of subjective and objective social status with psychological and physiological functioning: Preliminary data in healthy. *Health Psychology*, 19(6), 586–592. <https://doi.org/10.1037/0278-6133.19.6.586>
- Albuquerque, A. M. G., Faria, E. M. B., & Oliveira, M. K. A. (2022). Aporofobia nas redes sociais digitais. *Revista Diálogo e Interação*, 16(1), 67–86.
- Alencar, J. L. (2021). *Pessoas em situação de pobreza em representações sociais de juristas da área criminal* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33344>
- Almeida, S. (2018). O que é *racismo estrutural*?. Letramento.
- American Psychological Association [APA]. (2000). *Resolution on poverty and socioeconomic status*. Recuperado em: <https://psycnet.apa.org/record/2003-00505-001>
- American Psychological Association [APA]. (2022). *Resolution on poverty and socioeconomic status*. Recuperado em: <https://www.apa.org/about/policy/poverty-resolution>

- Andrade, P. da S., & Lira, T. S. V. (2022). Neoliberalismo e criminalização da pobreza no Brasil. *Serviço Social Em Perspectiva*, 6(1).
<https://doi.org/10.46551/rssp202202>
- Araujo, J. (2023). *Projeto revoga previsão de vadiagem como contravenção penal*. Radio Senado. <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/08/29/projeto-revoga-previsao-de-vadiagem-como-contravencao-penal>
- Arruda, a. (2021) A Polarização sob o olhar psicossocial In Roso, A. (Ed. Coord.), Guareschi, P. A., Hernandez, A. R. C., Novaes, A., Accorssi, A. & Gonçalves, C. dos S. (orgs.). *Mundos sem fronteiras. Representacoes sociais e praticas psicossociais*. ABRAPSO.
- Arun, A., Chhatani, S., An, J., & Kumaraguru, P. (2024). *X-posing free speech: Examining the impact of moderation relaxation on online social networks*.
<https://doi.org/10.48550/ARXIV.2404.11465>
- Augusto, T. (2022, November 28). *SP lança edital para sistema de câmeras que identifica cor e “vadiagem”*. Uol.com.br.
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/11/28/sp-lanca-edital-para-sistema-de-cameras-que-identifica-cor-e-vadiagem.htm>
- Azevedo, F., Jost, J. T., Rothmund, T., & Sterling, J. (2019). Neoliberal ideology and the justification of inequality in capitalist societies: Why social and economic dimensions of ideology are intertwined. *Journal of Social Issues*, 75(1), 49-88.
- Barbosa, F. R. G. M., Noronha, M. O., & Piffer, M. (2020). Abordagens qualitativas em estudos sobre pobreza: uma revisão estruturada da literatura. *Research, Society and Development*, 9(7).

- Barbosa, V. N. M., & Ximenes, V. M. (2023). Implicações Psicossociais da Pobreza sob uma Perspectiva da Psicologia Comunitária: Revisão Narrativa. *Revista de Psicologia*, 14(1), 4. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9002427.pdf>
- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa edições, 70, 225.
- Barros, L. M. P. (2021). *Vadiagem: Infortúnio ou Privilégio?: do contexto histórico da contravenção penal às decisões contemporâneas dos Tribunais de Justiça do Brasil*. Editora Dialética
- Batista, M. (2020). QUAIS POLÍTICAS IMPORTAM? Usando ênfases na agenda legislativa para mensurar saliência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35, e3510411.
- Boff, R. A., & Cabral, S. M. (2023). VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA: DESIGUALDADE SOCIAL, EXCLUSÃO E POBREZA NO BRASIL. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 13(38), 71–88. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7648187>
- Bolognesi, B., Ribeiro, E. A., & Codato, A. (2020). *Observatório das Eleições - Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil*. Noticias.uol.com.br. <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/24/esquerda-centro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil.htm>
- Boozary, A. S., & Shojania, K. G. (2018). Pathology of poverty: the need for quality improvement efforts to address social determinants of health. *BMJ Quality & Safety*, 27(6), 421–424. <https://doi.org/10.1136/bmjqs-2017-007552>
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa* (D. Ribeiro, Ed.). Pólen.
- Borges, P. C. C. (2012). Direito penal mínimo e contravenção penal de vadiagem . In *Leituras de um realismo jurídico-penal marginal: Homenagem a Alessandro Baratta* . NETPDH; Cultura Acadêmica Editora.

- Bourdieu, P. (2007). *A distinção crítica social do julgamento*. Edusp/Zouk.
- Brown, R. (2010). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Brown, T. A. (2006). Confirmatory factor analysis for applied research. The Guilford Press.
- Bruni, L., & Santori, P. (2021). The illusion of merit and the demons of economic meritocracy: which are the legitimate expectations of the market?. *Journal of Business Ethics*, 1-13.
- Bullock, H. E., Williams, W. R., & Limbert, W. M. (2003). Predicting support for welfare policies: The impact of attributions and beliefs about inequality. *Journal of Poverty*, 7(3), 35-56. https://doi.org/10.1300/J134v07n03_03
- Cabecinhas, R. (2009) Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise (pp.51-66). In Baptista, M.M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Caixa retira pedras na calçada da Osvaldo Aranha que foram alvo de protesto do padre Júlio Lancellotti nas redes sociais. (2021, dezembro 7). GZH. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/12/caixa-retira-pedras-na-calcada-da-osvaldo-aranha-que-foram-alvo-de-protesto-do-padre-julio-lancellotti-nas-redes-sociais-ckwwbuhop0013016fp7pkehea.html>
- Câmara dos Deputados. (2019). *Regimento Interno da Câmara dos Deputados* (18ª ed.). <https://www2.camara.leg.br/a-camara/regimento-interno>
- Câmara dos Deputados. (2022). *Portal da Câmara dos Deputados*. <https://www2.camara.leg.br/legin/int/rescad/2022/resolucaodacamaradosdeputados-33-4-agosto-2022-793091-publicacaooriginal-165882-pl.html>
- Câmara dos Deputados. (2024). *Portal da Câmara dos Deputados*. Camara.leg.br. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=22>

1460

- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). *Tutorial para uso do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição. UFSC.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia & Sociedade*, 8, 16–42.
- CAPES & Ministério da Educação. (2024). *Quem somos*. Recuperado de <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez20.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>
- Carta Capital (Ed.). (2022, November 28). *Edital da prefeitura de São Paulo prevê sistema de câmeras que identifica cor e “vadiagem.”*
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/edital-da-prefeitura-de-sao-paulo-preve-sistema-de-cameras-que-identifica-cor-e-vadiagem/>
- Carvalho, N. C., Lima, M. E. O., Faro, A., & Silva, C. A. F. (2013). Representações sociais dos ciganos em Sergipe: Contato e estereótipos / Social representations on the gypsies in Sergipe: contact and stereotypes. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 232–244. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.4902>
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social Representation, Change and Resistance: On the Difficulties of Generalizing New Norms. *Culture & Psychology*, 14(4), 475–497. <https://doi.org/10.1177/1354067x08096512>
- Cavallieri, K.E., Willyard, A., & Phillippi, J.C (2023). The effects of different types of classism on psychological outcomes: Preliminary findings. *International Journal for the Advancement of Counselling* , 45 (3), 422-440.

- César, C. (2023, Agosto 27). “*Petista vagabundo*”: Padre Julio Lancellotti recebe ameaça em igreja. CartaCapital.
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/petista-vagabundo-padre-julio-lancellotti-recebe-ameaca-em-igreja/>
- Chetty, N., & Alathur, S. (2018). Hate speech review in the context of online social networks. *Aggression and Violent Behavior*, 40, 108–118.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.05.003>
- Codes, A. L. M. D. (2008). *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília, DF. Ipea
- Coimbra, C. (2000). Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 139–148.
- Comim, F., Borsi, M. T., & Valerio Mendoza, O. (2020). The multi-dimensions of aporophobia. *Munich Personal RePEc Archive*
- Cortina, A. (2020). *Aporofobia, a aversão ao pobre*. Editora Contracorrente.
- Cozzarelli, C., Wilkinson, A. V., & Tagler, M. J. (2001). Attitudes toward the poor and attributions for poverty. *Journal of social issues*, 57(2), 207-227.
- CPI do padre Júlio Lancellotti é protocolada na Câmara de SP; Nunes decide não interferir | Blogs. (2024, Março 13). CNN Brasil.
<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/politica/novo-pedido-de-cpi-do-padre-julio-lancellotti-ja-tem-17-assinaturas-nunes-decide-nao-interferir/>
- Crespo, A. P. A., & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE eletrônica*, 1, 1-12
- Daflon, V. T., Carvalhaes, F., & Feres, J. (2017). Sentindo na pele: Percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no Brasil. *Dados*, 60, 293-330
- De Loyola, É. T. (2020). Juristas em Lilliput: a interpretação da Lei das Contravenções

- Penais nas suas duas primeiras décadas de vigência (1940-1950). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, 38(2), 345–366.
- Dechamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social*. Vozes.
- Destin, M., RheinschmidtSame, M., & Richeson, J. A. (2017). A Conceptual Approach Integrating the Social Psychological Study of Socioeconomic Status and Identity. *Perspectives on Psychological Science*, 12(2), 270–289. JSTOR.
- Doise, W. (1980). Levels of explanation in the European Journal of Social Psychology. *European Journal of Social Psychology*, 10(3), 213–231.
<https://doi.org/10.1002/ejsp.2420100302>
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, XLV, 405, 189-195.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W. (2003). Direitos Humanos: Significado Comum e Diferenças na Tomada de Posição Human Rights: Common Meaning and Differences in Positioning. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 19(3), 201–210.
- Doise, W., & Valentim, J. P. (2015). Levels of analysis in social psychology. In: J. Wright (Ed.) *Internacional Encyclopedia of the Social & Behavior Sciences* (pp.899-903). Oxford: Elsevier.
- Duckitt, J. (2001). A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. In M. Zanna)(Ed) *Advances in experimental social psychology* (pp. 41-113). US: Academic Press.
- Durante, F., & Fiske, S. T. (2017). How social-class stereotypes maintain inequality. *Current opinion in psychology*, 18, 43-48.

- Durante, F., Fiske, S. T., Kervyn, N., Cuddy, A. J. C., Akande, A. D., Adetoun, B. E., Adewuyi, M. F., Tserere, M. M., Ramiah, A. A., Mastor, K. A., Barlow, F. K., Bonn, G., Tafarodi, R. W., Bosak, J., Cairns, E., Doherty, C., Capozza, D., Chandran, A., Chryssochoou, X., ... Storari, C. C. (2013). Nations' income inequality predicts ambivalence in stereotype content: How societies mind the gap. *The British Journal of Social Psychology*, 52(4), 726–746.
- Eiró, F. (2019). The vicious cycle in the Bolsa Família program's implementation: Discretionality and the challenge of social rights consolidation in Brazil. *Qualitative Sociology*, 42(3), 385-409.
- Elcheroth, G., Doise, W., & Reicher, S. (2011). On the knowledge of politics and the politics of knowledge: How a social representations approach helps us rethink the subject of political psychology. *Political Psychology*, 32(5), 729-758.
- Em protesto contra aporofobia, Padre Júlio Lancelotti e voluntários quebram a marretadas pedras instaladas em frente de biblioteca pública em SP.* (2022, dezembro 12). G1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/12/12/em-protesto-contr-a-porofobia-padre-julio-lancelotti-e-voluntarios-quebram-a-marretadas-pedras-instaladas-em-frente-de-biblioteca-publica-em-sp.ghtml>
- Estadão Conteúdo (Ed.). (2022, December 6). *Após críticas, prefeitura de SP suspende edital de câmeras para identificar “vadiagem.”*
<https://expresso.estadao.com.br/naperifa/prefeitura-de-sp-suspende-edital-de-cameras-para-identificar-vadiagem-e-cor-da-pele/>
- Figueiredo, A. C., & Limong, F. D. M. P. (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Editora FGV.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived

- status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878–902.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. C., & Glick, P. (1999). (Dis) respecting versus (dis) liking: Status and interdependence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of social issues*, 55(3), 473-489.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Fórum Econômico Mundial [FEM]. (2020). *The global social mobility report 2020: Equality, opportunity and a new economic imperative*. Fórum Econômico Mundial.
- Freire, A., & Oliveira, M. (2010). *Viriato, um dos últimos processados por vadiagem, diz: “Sempre trabalhei.”* Rio de Janeiro. <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/09/viriato-um-dos-ultimos-processados-por-vadiagem-diz-sempre-trabalhei.html>
- Fruttero, A., Leichsenring, A. R., & Paiva, L. H. (2020). Social programs and formal employment: Evidence from the Brazilian bolsa família program. *International Monetary Fund*.
- Fundação João Pinheiro [FJP]. (2024). *Déficit habitacional no Brasil*.
<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>
- Fundo Monetário Internacional. (2024). *World economic outlook, April 2024: Steady but slow: Resilience amid divergence*. <https://www.imf.org/en/Publications>
- G1 (Ed.). (2023, May 23). Justiça suspende liminar e Prefeitura de SP retoma pregão para contratar sistema de reconhecimento facial. G1.
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/23/justica-suspende-liminar->

e-prefeitura-de-sp-retoma-pregao-para-contratar-sistema-de-reconhecimento-facial.ghml

- G1. (2009). Assis endurece ações contra crimes e aplica lei que pune vadiagem. G1; Globo. <https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1253618-5605,00-ASSIS+ENDURECE+ACOES+CONTRA+CRIMES+E+APLICA+LEI+QUE+PUNE+VADIAGEM.html>
- Garzoni, L. D. C. (2009). Nas fronteiras do não-trabalho: Trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX. *Mundos Do Trabalho*, 1(2). <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2009v1n2p65>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491–512.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American psychologist*, 56(2), 109.
- Godfrey, E. B., & Wolf, S. (2016). Developing critical consciousness or justifying the system? A qualitative analysis of attributions for poverty and wealth among low-income racial/ethnic minority and immigrant women. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 22(1), 93–103. <https://doi.org/10.1037/cdp0000048>
- Góes, W. L. (2023). A Eugenia entre os séculos XX e XXI: uma discussão necessária. *Revista Brasileira de História*, 43, 75-99.
- Goffman, E. (1988). *Estigma : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Ltc.

- Goya-Tocchetto, D., Kay, A. C., & B. Keith Payne. (2024). System justification makes income gaps appear smaller. *Journal of Experimental Social Psychology*, 115, 104646–104646. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2024.104646>
- Guimarães, V. O. S. (2016). Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. *Científic@-Multidisciplinary Journal*, 3(1), 74-89.
- Haslam, N., & Stratemeyer, M. (2016). Recent research on dehumanization. *Current Opinion in Psychology*, 11, 25–29. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.03.009>
- Hing, L. S.S., Bobocel, D. R., Zanna, M. P., Garcia, D. M., Gee, S. S., & Oraziatti, K. (2011). The merit of meritocracy. *Journal of personality and social psychology*, 101(3), 433.
- Hu, L.-t., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6(1), 1–55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2022). Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2022. IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2023). *Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023*. [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2027%2C6,milh%C3%B5es\)%20com%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2027%2C6,milh%C3%B5es)%20com%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2023a). *Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA*. Ibge.gov.br.

https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial?utm_source=chatgpt.com

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024). Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (3ª ed.). IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024a). PIB cresce 2,9% em 2023 e fecha o ano em R\$ 10,9 trilhões. *Agência IBGE Notícias*.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39303-pib-cresce-2-9-em-2023-e-fecha-o-ano-em-r-10-9-trilhoes>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024b). Em 2023, massa de rendimentos e rendimento domiciliar per capita atingem recorde. *Agência de Notícias IBGE*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39809-em-2023-massa-de-rendimentos-e-rendimento-domiciliar-per-capita-atingem-recorde>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024c). Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (3ª ed.). IBGE.

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social [IMDS]. (2025). *Determinantes da saída do Cadastro Único: Evidências longitudinais a partir dos beneficiários do Bolsa Família em 2012 (Relatório técnico)*. Rio de Janeiro, RJ: IMDS

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2022). Censo escolar de 2021. INEP.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2023).

Censo escolar de 2022. INEP.

Instituto Sou da Paz (Ed.). (2022, February 4). *Deputados responsáveis por 24,5% dos projetos de lei sobre segurança pública em 2020 são ex-profissionais de segurança*. Instituto Sou Da Paz | 25 Anos.

<https://soudapaz.org/noticias/deputados-responsaveis-por-245-dos-projetos-de-lei-sobre-seguranca-publica-em-2020-sao-ex-profissionais-de-seguranca/>

Iplanfor (2023). INDICADORES FORTALEZA 2040 - Informações sobre os planos do fortaleza 2040. <https://observatorio.fortaleza.ce.gov.br/indicadores-fortaleza-2040/graficos#>

Jacob, J., Vieites, Y., Goldszmidt, R., & Andrade, E. B. (2022). Expected

Socioeconomic-Status-Based Discrimination Reduces Price Sensitivity Among the Poor. *Journal of Marketing Research*, 002224372210971.

<https://doi.org/10.1177/00222437221097100>

Jensen, E., & Wagoner, B. (2009). A Cyclical Model of Social Change. *Culture & Psychology*, 15(2). <https://doi.org/10.1177/1354067X08099624%5D>

Jodelet, D. (2001). *Representações Sociais: Um domínio em expansão*. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Editora UERJ.

Jordan, J. A., Lawler, J. R., & Bosson, J. K. (2020). Ambivalent classism: The importance of assessing hostile and benevolent ideologies about poor people. *Basic and Applied Social Psychology*, 43(1), 46-67.

Jornal do Senado. (2018). *Acompanhar tramitação de lei ainda é desafio — Jovem Senador*. Senado.leg.br.

<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/externas/2018/07/acompanhar-tramitacao-de-lei-ainda-e-desafio>

- Jost, J. T. (2017). Working class conservatism: a system justification perspective. *Current Opinion in Psychology (COSPSY)*, 18, 73–78.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Jost, J. T., & Hunyady, O. (2005). Antecedents and consequences of system-justifying ideologies. *Current Directions in Psychological Science*, 14(5), 260–265.
<https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2005.00377.x>
- Jost, J. T., Banaji, M. R., & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25, 881–919.
- Journal Citation Reports. Clarivate. (2024). Recuperado de
<https://jcrclarivate.ez372.periodicos.capes.gov.br/jcr/home>
- Jovchelovitch, S. (2011) Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da Razão em Psicanálise, sua imagem e seu público. In: Almeida, Angela Maria de Oliveira, e, Zeidi Araujo, (eds.) *Teoria das representações sociais - 50 anos*. TechnoPolitik Editora, Rio de Janeiro, pp. 159-176.
- Kay, A. C., & Jost, J. T. (2003). Complementary justice: Effects of “poor but happy” and “poor but honest” stereotype exemplars on system justification and implicit activation of the justice motive. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(5), 823–837. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.5.823>
- Kokitsu, L. B. (2021). *O Estado e o direito de punir: O controle da vadiagem na primeira república (1889 - 1930)*. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade de Brasília]. <https://bdm.unb.br/handle/10483/30458>

- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 165–178. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>
- Lang, K. (2011). *Poverty and Discrimination*. Princeton University Press.
- Lei n. 14.489, de 21 de dezembro de 2022. (2022). Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público – Lei Padre Júlio Lancelotti., DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14489.htm
- Lei n. 3.688, de 03 de outubro de 1941. (1941). Lei das Contravenções Penais. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro.-,Art.,quinze%20dias%20a%20tr%C3%AAs%20meses.
- Leite, C. K. D. S., Fonseca, F. C. P. D., & Holanda, B. D. M. (2019). Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa. *Revista de Administração Pública*, 53, 879-898.
- Lepianka, D., Oorschot, W. V. & Gelissen, J. (2009). Popular Explanations of Poverty: A Critical Discussion of Empirical Research. *Journal of Social Policy*, 38, pp 421-438 doi:10.1017/S0047279409003092
- Leyens, J., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, M., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential

- attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31(4), 395–411. <https://doi.org/10.1002/ejsp.50>
- Lichand, G., Perpétuo, M. E., & Soares dos Santos, P. (2022). *An education inequity index*. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4250539>
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia Social do Preconceito e do Racismo*. Editora Blucher.
- Lima, M. E. O. (2024). *Contribuições da Psicologia Social para o entendimento do racismo no Brasil*. Blucher.
- Lima, M. E. O., & França, D. X. (2021). Crisis, anomie and trust in institutions in Brazil. *Revista Psicologia Política*, 21(52), 630-645.
- Lima, M. E. O., & Leite, M. de F. (2021). Conteúdo dos Estereótipos e Preconceito Racial: Efeitos da Cordialidade e da Competência. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 37. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37546>
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2005). A cor do sucesso: Efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. *Psicologia USP*, 16, 143-165.
- Lima, T. J. S., Pereira, C. R., Rosas Torres, A. R., Cunha de Souza, L. E., & Albuquerque, I. M. (2019). Black people are convicted more for being black than for being poor: The role of social norms and cultural prejudice on biased racial judgments. *PloS One*, 14(9), e0222874. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222874>
- Liu, W. M., Ali, S. R., Soleck, G., Hopps, J., dunston, K., & Pickett, T., Jr. (2004). Using Social Class in Counseling Psychology Research. *Journal of Counseling Psychology*, 51(1), 3–18. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.51.1.3>
- Lopes, R. C. (2020). Da censura ao camburão: a regulação da homossexualidade na

ditadura civil militar brasileira. *Tematicas*, 28(56), 231–254.

<https://doi.org/10.20396/tematicas.v28i56.13177>

Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2019). A general approach for fitting pure exploratory bifactor models. *Multivariate behavioral research*, 54(1), 15-30.

Lott, B. (2012). The social psychology of class and classism. *American Psychologist*, 67(8), 650- 658.

Machado, R. (2022). *Proposta retira vadiagem da Lei de Contravenções Penais - Notícias*. Portal Da Câmara Dos Deputados.

<https://www.camara.leg.br/noticias/845847-proposta-retira-vadiagem-da-lei-de-contravencoes-penais/>

Madeiro, C. (2024). *Governo de PE anuncia câmeras para vigiar “vadiagem”, crime extinto em 1940*. UOL; UOL. <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/07/10/governo-de-pe-anuncia-cameras-para-vigiar-vadiagem-crime-extinto-em-1940.htm>

Maia, L. M., Oliveira, I. A. D., Lima, L. B. P., Parente, P. D. O., & Silva, L. S. (2018). Minorias no contexto de trabalho: Uma análise das representações sociais de estudantes universitários. *Psicologia e Saber Social*, 6(2).
<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33627>

Marsh, H. W., Muthén, B., Asparouhov, T., Lüdtke, O., Robitzsch, A., Morin, A. J. S., & Trautwein, U. (2009). Exploratory structural equation modeling, integrating CFA and EFA: Application to students' evaluations of university teaching. *Structural Equation Modeling*, 16(3), 439–476. <https://doi.org/10.1080/10705510903008220>

Martin-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1).

- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia : estudos psicossociais*. Vozes. Coleção Psicologia Social.
- Martins, A. (2025). *Isenção do IR e taxação dos super-ricos pode ser “mola” à popularidade de Lula, diz Renato Meirelles*. Exame; Exame.com.
<https://exame.com/brasil/isencao-do-ir-e-taxacao-dos-super-ricos-pode-ser-mola-a-popularidade-de-lula-diz-renato-meirelles/>
- Maxwell, S. (1999). *The meaning and measurement of poverty*. ODI Poverty Briefing.
- McCoy, S. K., & Major, B. (2007). Priming meritocracy and the psychological justification of inequality. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43(3), 341-351.
- McCoy, S. K., Wellman, J. D., Cosley, B., Saslow, L., & Epel, E. (2013). Is the belief in meritocracy palliative for members of low status groups? Evidence for a benefit for self-esteem and physical health via perceived control. *European Journal of Social Psychology*, 43(4), 307–318. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1959>
- Mello, B. (2025). *Estratégia de “Nós contra eles” vai melhorar a imagem do governo? Especialistas analisam*. O Globo.
<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/07/06/estrategia-de-nos-contra-eles-vai-melhorar-a-imagem-do-governo-especialistas-analisam.ghtml>
- Melo, M. S. (2022). O debate sobre aporofobia promovido pelo Padre Júlio Lancellotti nas redes sociais: uma análise semiolinguística. *Revista SOLETRAS*, 43.
<https://doi.org/10.12957/soletras.2022.65025>
- Mendonça, A. P., & Lima, M. E. O. (2015). Representações sociais e cognição social / Social representations and social cognition. *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 191–206. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.14470>
- Mendonça, M. L. M., & Jordão, J. V. P. (2014). Nojo de pobre: representações do

- popular e preconceito de classe. *Contemporânea (Corpo, nojo e grotesco)*, 12(1).
- Miguel, L. F. (2019). *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. Fundação Rosa Luxemburgo.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., Altman, D., Antes, G., ... & Tugwell, P. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement (Chinese edition). *Journal of integrative medicine*, 7(9), 889-896.
- Mood, C., & Jonsson, J. O. (2016). The social consequences of poverty: An empirical test on longitudinal data. *Social Indicators Research*, 127(2), 633–652.
<https://doi.org/10.1007/s11205-015-0983-9>
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação, Porto Alegre*, 22(37), 7-32
- Moreira, H., & Silva, E. (2015). "Aplicações da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 80-95.
- Moscato, G., Caricati, L., & Bonetti, C. (2021). Political orientation and system justification: The moderating role of national identity in a Spanish sample (Orientación política y justificación del sistema: El rol moderador de la identidad nacional en una muestra española). *International Journal of Social Psychology*, 36(1), 98-121.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). Academic Press
- Moscovici, S. (1984). *The phenomenon of social representations*. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge University Press.

- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S., & Zavalloni, M. (1969). The group as a polarizer of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 12(2), 125–135.
<https://doi.org/10.1037/h0027568>
- Moscovici, S., & Zavalloni, M. (1969). The group as a polarizer of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 12(2), 125–135.
<https://doi.org/10.1037/h0027568>
- Moura Jr, J. F., & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 76-83.
- Moura Jr., J. F. (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará). Repositório da Universidade Federal do Ceará.
- Moura Jr., J. F. (2015). *Pobreza multidimensional e bem estar pessoal: Um estudo acerca da vergonha e da humilhação* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Cadernos de Psicologia*, 16(2), 85-93.
- Moura, M. A. (2016). O discurso do ódio em redes sociais. *Lura Editorial (Lura Editoração Eletrônica LTDA-ME)*.
- Naiff, L. A. M., & Naiff, D. G. M. (2005). A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência . *Estudos E Pesquisas Em Psicologia* , 5(2).

- Naves, G. B. R. F., & Almeida, C. R. (2023). Seletividade penal e criminalização da pobreza: convergências econômicas e políticas para uma análise do sistema penal brasileiro. *Revista Vertentes Do Direito*, 10(2), 126–154.
<https://doi.org/10.20873/uft.2359-0106.2023.v10n2.p126-154>
- Neri, M. (2022). *Mapa da Nova Pobreza*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- No lugar de pedras, flores! Padre Júlio Lancellotti faz protesto pelos moradores de rua e contra ação hostil da prefeitura e comove o país*. Conexão Planeta.
<https://conexaoplaneta.com.br/blog/no-lugar-de-pedras-flores-padre-julio-lancellotti-faz-protesto-pelos-moradores-de-rua-e-contra-acao-hostil-da-prefeitura-e-comove-o-brasil/>
- Oliveira, I. A., Lima, M. E. O., Maia, L. M., & Souza, C. V. B. (2024). *Revisão Sistemática de Classismo Ambivalente*. Anais XXIV Encontro de Pós Graduação e Pesquisa - UNIFOR.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE]. (2018). *A broken social elevator? How to promote social mobility?* OCDE.
https://www.oecd.org/en/publications/broken-elevator-how-to-promote-social-mobility_9789264301085-en.html
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE]. (2018). *A broken social elevator? How to promote social mobility?* OCDE.
https://www.oecd.org/en/publications/broken-elevator-how-to-promote-social-mobility_9789264301085-en.html
- Padre Júlio Lancellotti e CPI contra ONGs em SP: veja perguntas e respostas sobre proposta que causou polêmica*. (2024, Janeiro 4). G1.
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/01/04/padre-julio-lancellotti-e-cpi-contra-ongs-em-sp-veja-perguntas-e-repostas-sobre-proposta-que-causou-polemica-em-sp.ghtml>

Padre Júlio Lancellotti recebe bilhete com ameaça: “seu dia de reinado aqui vai acabar”. (2023, agosto 27). G1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/27/padre-julio-lancellotti-recebe-bilhete-com-ameaca-na-porta-de-paroquia-seu-dia-de-reinado-aqui-vai-acabar.ghtml>

Padre Júlio Lancellotti: como CPI contra religioso dá a largada na disputa eleitoral em São Paulo. (2024, Janeiro 7). BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv273pnxwy8o>

Padre Júlio Lancelotti quebra a marretadas pedras instaladas pela Prefeitura sob viadutos de SP. (2021, fevereiro 2). G1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/02/padre-julio-lancelotti-quebra-a-marretadas-pedras-instaladas-sob-viadutos-pela-prefeitura-de-sp.ghtml>

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., ... & Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *Bmj*, 372.

Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Pereira, A., & Falcão, L. C. (2011). Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), 73–82. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100010>

Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95–107. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100010>

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD]. (2021). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD]. (2021). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

pesquisa, 18(1), 27-35.

Pierson-Balik, D. A. (2003). Race, class, and gender in punitive welfare reform: Social eugenics and welfare policy. *Race, gender & class*, 11-30.

Pinheiro, J. (2025). “*Nós contra eles*” é narrativa forte do governo Lula; não significa que devemos acreditar nela. Folha de S.Paulo; [folha.uol.com.br](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2025/07/nos-contra-eles-e-narrativa-forte-do-governo-lula-nao-significa-que-devemos-acreditar-nela.shtml).
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2025/07/nos-contra-eles-e-narrativa-forte-do-governo-lula-nao-significa-que-devemos-acreditar-nela.shtml>

Pires, T. (2018). Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. *Revista Direito E Práxis*, 9(2), 1054–1079. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33900>

Plataforma Sucupira. (2024). Recuperado de <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

Poreli, R., & Giannattasio, G. (2008). Existências em transfiguração: Olhares sobre a vadiagem e vidas transgressoras. *Antíteses*, 1(2), 475.

Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741- 763.
doi:10.1037/0022-3514.67.4.741

Prefeitura de Fortaleza (2010) *Desenvolvimento humano, por bairro, em fortaleza*. Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico.
<http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=22ef6ea5-8cd2-4f96-ad3c-8e0fd2c39c98>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (2022). *Relatório de desenvolvimento humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis: Construindo o futuro em um mundo em transformação*.

<https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>

- Quadros, M. P. dos R., & Madeira, R. M. (2018). Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, 24(3), 486–522. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>.
- Rampasi, N., De Lara, & Oldoni, S. (2020). Cidade para quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano. *Revista Thêma et Scientia*, 10.
- Reis, M. C. (2023). TD 2861 - Trabalhadores com ensino superior: área de formação, ocupação e diferencial de rendimentos em relação aos trabalhadores com ensino médio. *Texto para Discussão*, 1–29. <https://doi.org/10.38116/td2861>
- Resende, A. C. L. D., & Machado, C. A. A. (2022). A fraternidade como antídoto contra a aporofobia. *Sequência: Estudos jurídicos e políticos*, 42, e74086.
- Sainz, M. (2023). Identifying hostile versus paternalistic classism profiles: a person-based approach to the study of ambivalent classism. *Current Psychology*, 1-11.
- Sainz, M., & Jiménez-Moya, G. (2023). Group Dominance, System Justification, and Hostile Classism: The Ideological Roots of the Perceived Socioeconomic Humanity Gap That Upholds the Income Gap. *International Review of Social Psychology*, 36(1), 7–7. <https://doi.org/10.5334/irsp.753>
- Sainz, M., Lobato, R. M., & Jiménez-Moya, G. (2021). Spanish adaptation of the ambivalent classism inventory (ACI). *Revista Latinoamericana de Psicología*, 53, 164-171.
- Santos, A. B. dos. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Expressão Popular.
- Santos, M. (1978/2023). *Pobreza Urbana*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Santos, M. (2004). A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *Topoi*, 5(8), 138–169. <https://doi.org/10.1590/2237-101x005008004>
- Santos, M. C. S., Delatorre, L. R., Ceccato, M. D. G. B., & de Fatima Bonolo, P. (2019). The Bolsa Familia Program and educational indicators of children, adolescents, and schools in Brazil: a systematic review/Programa Bolsa Familia e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistematica. *Ciencia & saude coletiva*, 24(6), 2233-2248.
- Secretaria Municipal de Segurança Pública da Cidade de São Paulo. (2024). *Prefeitura de São Paulo lança Edital de Chamamento Público para Integração de 20 mil Câmeras de Segurança Público-Privada em São Paulo*. Secretaria Municipal de Segurança Urbana. https://capital.sp.gov.br/web/seguranca_urbana/w/noticias/369081
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Serra, A. S., Yalonetzky, G. I., & Maia, A. G. (2021). Multidimensional poverty in Brazil in the early 21st Century: evidence from the demographic census. *Social Indicators Research*, 154, 79-114.
- Severini, V. F., & Nunes, G. P. (2022). Arquitetura Hostil: Cidade Para Quem?. *Cadernos CERU*, 33(2), 76-95.
- Sibley, C. G., & Barlow, F. K. (2017). An introduction to the psychology of prejudice. In C. G. Sibley & F. K. Barlow (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (pp. 1-18). Cambridge University Press.
- Sibley, C. G., & Duckitt, J. (2008). Personality and prejudice: A meta-analysis and theoretical review. *Personality and Social Psychology Review*, 12(3), 248–279. <https://doi.org/10.1177/1088868308319226>

- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance*. New York: Cambridge University Press.
- Sidanius, J., Cotterill, S., Sheehy-Skeffington, J., Kteily, N., & Carvacho, H. (2017). Social Dominance Theory: Explorations in the Psychology of Oppression. *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*, 149–187.
<https://doi.org/10.1017/9781316161579.008>
- Sidanius, J., Pratto, F., van Laar, C., & Levin, S. (2004). Social dominance theory: Its agenda and method. *Political Psychology*, 25, 845–880.
- Silva, A. M. R., Lacerda, F. C. C., & Neder, H. D. (2011). A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. *Bahia Análise & Dados*, 21(3), pp 509–527
- Silva, A. T. G. D. (2022). *O anonimato nas redes sociais e a propagação do discurso de ódio: Em especial, as ofensas à honra e ao bom nome*. Universidade de Coimbra.
- Silva, E. O., & Costa e Brito, M. M. (2017). Travestis e transexuais no jornal “Lampião da Esquina” durante a ditadura militar (1978-1981). *Dimensões*, 38(2179-8869), 214–214. <https://doi.org/10.23871/dimensoes-n38-16813>
- Silva, S. A. (2021). Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálysis*, 24(1), 119–126. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>
- Silva, W. A. D., & Pereira, C. R. (2022). Do people see the way things are as they should be? Measuring the individual differences in system justification. *Current Psychology*, 42(21), 17805–17824. <https://doi.org/10.1007/s12144-022-02992-5>
- Sobre o Twitter | Nossa empresa e nossas prioridades*. (s.d.). About.twitter.com.
- Souza, P. H. G. F., Osorio, R. G., Paiva, L. H., & Soares, S. (2018). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros

- 15 anos . In T. F. Silva (Org.), *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Enap.
- Starling, H. M. (2019). O passado que não passou. In S. Abranches et al. (Eds.), *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 337-354).
- Statista. (2024). *Most popular social networks worldwide as of January 2024, ranked by number of monthly active users*. Retrieved May 22, 2024, from <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information*, 13(2), 65-93.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1–39.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149-178.
- Teixeira, A., Salla, F. A., & Marinho, M. (2016). Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da república. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 29(58), 381–400.
- Terra, P. C. (2021). Racismo, trabalho e ociosidade no processo de abolição: o Brasil eo Império Português numa perspectiva global (1870-1888). *Revista Brasileira de História*, 41(88), 155-177.
- TERRA. (2009). Lei que pune a vadiagem causa polêmica em município paulista. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/lei-que-pune-a-vadiagem-causa-polemicaem-municipio-paulista,c93b4999eed4b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>
- Teymoori, A., Bastian, B., & Jetten, J. (2017). Towards a psychological analysis of anomie. *Political Psychology*, 38(6), 1009-1023.

- Thomas, V., & Azmitia, M. (2014). Does Class Matter? The Centrality and Meaning of Social Class Identity in Emerging Adulthood. *Identity*, 14(3), 195–213.
<https://doi.org/10.1080/15283488.2014.921171>
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, 16(2), 209–220. <https://doi.org/10.1037/a0023353>
- United Nations (2023). Objetivos de desarrollo sostenible: Poner fin a la pobreza en todas sus formas en todo el mundo. Recuperado de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/poverty>
- United Nations Development Programme & Oxford Poverty and Human Development Initiative (2023) Global Multidimensional Poverty Index 2023: *Unstacking global poverty: Data for high impact action*
- United Nations Development Programme [UNDP]. (2025). *Human Development Insights. Human Development Reports*; United Nations. <https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks>
- United Nations Environment Programme. (2024). *Food waste index report 2024*. United Nations Environment Programme. <https://www.unep.org/resources/publication/food-waste-index-report-2024>
- Vala, J., & Castro, P. (2017). As representações sociais. In J. Vala, & M. B. Monteiro
- Viana, T. (2024). *Moradores de bairros mais pobres de Fortaleza vivem até 20 anos menos que de mais ricos; veja mapa*. Diário do Nordeste <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-de-bairros-mais-pobres-de-fortaleza-vivem-ate-20-anos-menos-que-de-mais-ricos-veja-mapa-1.3494261>
- Vieira, A. (2024). *Censo 2022: 1 a cada 5 residentes de Fortaleza mora em favelas*;

maior delas fica no Pirambu. O Povo.

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2024/11/08/censo-2022-1-a-cada-5-residentes-de-fortaleza-mora-em-favelas-maior-delas-fica-no-pirambu.html>

Vilanova, F., Almeida-Segundo, D. S. de, Duarte, M. de Q., & Costa, Â. B. (2022).

Evidências de Validade da Escala de Orientação à Dominância Social no Brasil.

Psico-USF, 27(3), 437–449. <https://doi.org/10.1590/1413-82712024270303>

Vinhais, H., & Souza, A. P. (2006). Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil. *Encontro Nacional de Economia*, 34.

Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de Construção e Relato da Análise

Prototípica para Representações Sociais. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. 27. 521-526. 10.1590/S0102-37722011000400017.

Wacquant L. (2001). *As prisões da miséria* (A. Telles, Trans.). Zahar.

Wagner, W., & Hayes, N. (2005). *Everyday discourse and common sense: The theory of social representations*. Hampshire: Palgrave Macmillan

Westin, R. (2023). *Delito de “vadiagem” é sinal de racismo, dizem especialistas*.

Agência Senado.<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/delito-de-vadiagem-e-sinal-de-racismo-dizem-especialistas#:~:text=O%20Senado%20estuda%20retirar%20a>

Zimmerman, J. L., & Reyna, C. (2013). The meaning and role of ideology in system justification and resistance for high-and low-status people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 105(1), 1-23.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro de Entrevista - Capítulo 4

Prezado(a) participante,

Precisamos de sua colaboração neste estudo que tem como objetivo de conhecer as representações sociais sobre a pobreza no Brasil.

Esclarecemos que não existem respostas certas ou erradas porque todas representam a sua opinião pessoal sobre o tema abordado.

Você pode responder com a máxima sinceridade e liberdade, pois é garantido o anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas.

A sua participação é voluntária e você poderá interrompê-la a qualquer momento.

Desde já agradecemos sua participação!

1) Quais as primeiras 3 palavras que vêm a sua cabeça quando você pensa em pessoas pobres?

.

2) Agora, por favor, classifique essas palavras em níveis de importância sendo a primeira a mais importante e a terceira a menos importante.

1 – _____

2 – _____

3 - _____

3) Agora, por favor, com a palavra que considerou mais importante, formule uma frase.

.

1) Para você, o que é pobreza?

:

2) Por que as pessoas são pobres?

.

3) Quem são as pessoas pobres no Brasil? Você poderia descrever para mim?

.

.

.

4) Como a sociedade brasileira vê os pobres?

.

.

.

Agora, gostaríamos de saber um pouco mais sobre você. Por favor, responda algumas perguntas.

5) Qual é a sua idade?

.

6) Qual o seu gênero? (Feminino; Masculino; Agênero)

.

1) A sua cor ou raça é:

o Branca

o Preta

o Amarela

o Parda

o Indígena

1) Qual sua cidade e estado (UF)?

.

12) Qual seu bairro?

.

2) Como você percebe a sua classe social em relação à das pessoas do seu bairro:

- ☐ De classe social mais baixa do que elas
- ☐ Da mesma classe social que elas
- ☐ De classe social mais alta do que elas

3) Indique abaixo o seu posicionamento político

- ☐ Extrema esquerda
- ☐ Esquerda
- ☐ Centro esquerda
- ☐ Centro
- ☐ Centro direita
- ☐ Direita
- ☐ Extrema direita
- ☐ Outro _____
- ☐ Nenhum

4) Qual sua religião?

- ☐ Candomblé
- ☐ Católica
- ☐ Espírita
- ☐ Protestante/ Evangélica
- ☐ Umbanda
- ☐ Outra _____
- ☐ Nenhuma

16) Qual seu grau de escolaridade?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto

☐ Ensino superior completo

☐ Pós-graduação

17) Você recebe ou já recebeu algum benefício do governo?

☐ Sim

☐ Não

18) Se sim qual ?

☐ Bolsa Família

☐ Minha casa, minha vida

☐ Casa Verde Amarela

☐ Auxílio Brasil

☐ Auxílio emergencial

☐ Outra. _____

19) Qual a sua renda mensal?

.

20) Qual a renda mensal de sua família, pessoa que moram com você?

.

21) Quantas pessoas dividem a renda mensal com você? (Considerando a soma dos valores anteriormente citados, que sejam divididos entre essas pessoas)

.

22) Você está trabalhando atualmente? Qual sua profissão?

.

Apêndice B – Questionário - Capítulo 5

Prezado(a) participante,

Precisamos de sua colaboração neste estudo que tem como objetivo conhecer as opiniões dos brasileiros sobre alguns temas da sociedade.

Esclarecemos que não existem respostas certas ou erradas porque todas representam a sua opinião pessoal sobre o tema abordado.

Você pode responder com a máxima sinceridade e liberdade, pois é garantido o anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas.

A sua participação é voluntária e você poderá interrompê-la a qualquer momento.

Desde já agradecemos sua participação!

Quais as primeiras 3 palavras que vêm a sua cabeça quando você pensa em pessoas pobres?

.

.

Agora, por favor, classifique essas palavras em níveis de importância sendo a primeira a mais importante e a terceira a menos importante.

1 – _____

2 – _____

3 - _____

Na sequência dessa página você lerá diversas afirmações relacionadas a “pessoas pobres” e “pessoas não pobres”. Para elaborar essa pesquisa consideramos pessoas pobres como pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, que podem ou não trabalhar em empregos de baixos salários e que podem ou não receber assistência governamental ou outros serviços sociais. Em contraste, consideramos pessoas não pobres como aquelas que vivem acima da linha da pobreza e não se qualificam para receber benefícios sociais.

Por favor, leia atentamente cada um dos itens abaixo a respeito de pessoas pobres e não pobres, em seguida, indique seu grau de concordância com cada um deles. Utilizando a escala de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”. Por gentileza responda todos os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------

1. As pessoas pobres frequentemente precisam de supervisão de pessoas não pobres.	1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---	---

2. Sem supervisão, pessoas pobres estão propensas a gastar todo o seu dinheiro em álcool e drogas.	1	2	3	4	5	6	7
3. As pessoas pobres frequentemente não sabem se comportar de forma que contribuam para a sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
4. Muitas pessoas pobres não são confiáveis para tomar decisões importantes em suas vidas.	1	2	3	4	5	6	7
5. Muitas pessoas pobres não possuem habilidades necessárias para cuidarem de si.	1	2	3	4	5	6	7
6. As pessoas pobres normalmente são ruins em tomar decisões que os levem ao sucesso na vida.	1	2	3	4	5	6	7
7. A maioria das pessoas pobres são naturalmente mais preguiçosas do que o restante das pessoas que não são pobres	1	2	3	4	5	6	7
8. As pessoas pobres geralmente não possuem a competitividade necessária para progredir.	1	2	3	4	5	6	7
9. Em geral, quando você dá a mão às pessoas pobres, eles querem o braço.	1	2	3	4	5	6	7
10. As pessoas pobres frequentemente esperam demais de outras pessoas e organizações beneficentes.	1	2	3	4	5	6	7
11. As pessoas pobres frequentemente se aproveitam de outras pessoas e organizações beneficentes.	1	2	3	4	5	6	7
12. Muitas pessoas pobres manipulam outros que tentam ajudá-los.	1	2	3	4	5	6	7
13. As organizações beneficentes deveriam oferecer assistência adicional às pessoas pobres sobre como a gerir suas finanças de forma inteligente.	1	2	3	4	5	6	7
14. As pessoas pobres deveriam receber ajuda extra para tomar boas decisões sobre a sua saúde.	1	2	3	4	5	6	7
15. As organizações beneficentes deveriam ajudar as pessoas pobres a usar os seus benefícios sociais de forma mais inteligente.	1	2	3	4	5	6	7
16. As organizações beneficentes deveriam guiar as pessoas pobres a fazerem melhores escolhas em suas vidas.	1	2	3	4	5	6	7
17. As pessoas pobres encaram a vida de forma simples, porém honesta.	1	2	3	4	5	6	7
18. Em geral, pessoas pobres são mais amigáveis que as pessoas que não são pobres.	1	2	3	4	5	6	7

19. Pessoas pobres, em geral, são mais humildes que pessoas não pobres	1	2	3	4	5	6	7
20. As pessoas pobres geralmente são mais resistentes e resilientes do que as pessoas não pobres.	1	2	3	4	5	6	7

Agora, assinale a lista abaixo. Marque em que grupos você pensou como “pessoas pobres” ao responder as perguntas anteriores. Você pode assinalar quantos grupos quiser

☐	Homens.
☐	Mulheres.
☐	Mães Solos.
☐	Pessoas negras.
☐	Pessoas brancas
☐	Pessoas indígenas.
☐	Pessoas com deficiência.
☐	Pessoas com transtornos mentais
☐	Alcoólatras/Usuário de Drogas.
☐	Pessoas em situação de rua.
☐	Pessoas em empregos não qualificados e de baixos salários.
☐	Profissionais do sexo.
☐	Pessoas LGBTQIAP+
☐	Nordestinos
☐	Outros: _____

A seguir, você encontrará uma série de frases. Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda de cada uma delas. Utilizando a seguinte escala de resposta de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”. Por gentileza, responda todos

os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------------

21. Em empresas, as pessoas que fazem seu trabalho realmente bem ascendem profissionalmente.	1	2	3	4	5	6	7
22. Na vida, as pessoas são recompensadas com base em suas competências e habilidades.	1	2	3	4	5	6	7
23. Às vezes, os empregadores ignoram as contribuições individuais dos funcionários e dão bônus aos funcionários que precisam mais do dinheiro.	1	2	3	4	5	6	7
24. O sucesso é possível para qualquer pessoa que trabalhe duro o suficiente.	1	2	3	4	5	6	7
25. No geral, o sucesso financeiro das pessoas depende de suas habilidades.	1	2	3	4	5	6	7
26. Em muitas situações, os empregadores contratam pessoas que conhecem, sem anunciar a vaga a outros candidatos.	1	2	3	4	5	6	7
27. Qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar duro o suficiente é capaz de encontrar um emprego decente.	1	2	3	4	5	6	7
28. O sucesso financeiro das pessoas depende principalmente de suas habilidades naturais.	1	2	3	4	5	6	7
29. Na maioria das circunstâncias, as organizações oferecem o trabalho ao candidato melhor qualificado.	1	2	3	4	5	6	7
30. Quando um bônus é dado a uma equipe de trabalho por um bom desempenho, o dinheiro geralmente é dividido igualmente entre os membros do grupo.	1	2	3	4	5	6	7
31. Os salários das pessoas são sempre determinados pelo seu esforço e habilidades.	1	2	3	4	5	6	7
32. Pessoas que trabalham realmente duro têm mais oportunidades de crescimento.	1	2	3	4	5	6	7
33. Às vezes, é aceitável que o desempenho de um funcionário seja menor que o ideal.	1	2	3	4	5	6	7

A seguir, você encontrará uma série de frases. Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda de cada uma delas. Utilizando a seguinte escala de resposta de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”. Por gentileza, responda todos

os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------------

34. Uma sociedade ideal exige que alguns grupos estejam em posições superiores e outros estejam em posições inferiores na sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
35. Provavelmente é bom que alguns grupos estejam em posições superiores e outros em posições inferiores na sociedade	1	2	3	4	5	6	7
36. Nenhum grupo deveria ser dominante na sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
37. O princípio de que um grupo deve dominar outro é ruim.	1	2	3	4	5	6	7
38. Nosso objetivo principal não deveria ser a igualdade entre grupos.	1	2	3	4	5	6	7
39. É injusto tentar fazer com que os grupos sejam iguais	1	2	3	4	5	6	7
40. Nosso ideal deveria ser a igualdade entre grupos.	1	2	3	4	5	6	7
41. Não importa quanto esforço seja necessário, nós devemos nos esforçar para assegurar que todos os grupos tenham as mesmas chances na vida.	1	2	3	4	5	6	7

Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda com as propostas abaixo. Utilizando a seguinte escala de resposta de 1 a 7, em que 1 é “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”. Por gentileza, responda todos os itens e marque ao lado de cada um o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------------

42. O governo federal deveria garantir uma renda mínima para todas pessoas que vivem abaixo do nível da pobreza.	1	2	3	4	5	6	7
43. Os benefícios sociais devem ser ajustados todos os anos para acompanhar os aumentos do custo de vida.	1	2	3	4	5	6	7

44. Os benefícios sociais para pessoas pobres deveriam ser completamente eliminados.	1	2	3	4	5	6	7
45. Se uma criança pertencente a uma família que recebe benefícios sociais não frequentar regularmente a escola, os seus benefícios deverão ser cortados.	1	2	3	4	5	6	7
46. As pessoas pobres não deveriam receber benefícios sociais por mais de cinco anos consecutivos.	1	2	3	4	5	6	7
47. As pessoas pobres deveriam ter o direito de receber benefícios sociais pelo tempo que precisarem.	1	2	3	4	5	6	7

Por favor, indique em que medida você concorda com os itens abaixo. Use a escala que varia de 1 (discordo muito) a 6 (concordo muito) de modo que quanto maior o número maior o seu grau de concordância.

Discordo muito	1	2	3	4	5	6	Concordo muito
-----------------------	---	---	---	---	---	---	-----------------------

48. Pensando bem, a nossa sociedade é justa	1	2	3	4	5	6
49. De uma maneira geral, as coisas no Brasil são como devem ser	1	2	3	4	5	6
50. O Brasil é o melhor país do mundo para se viver.	1	2	3	4	5	6
51. A maioria das coisas acontecem por ser o melhor para a sociedade	1	2	3	4	5	6
52. Todo mundo tem as mesmas oportunidades para buscar riqueza e felicidade.	1	2	3	4	5	6
53. A sociedade está organizada para que as pessoas consigam o que merecem.	1	2	3	4	5	6

56. Pense nesta escada como uma representação da posição das pessoas na sociedade. No topo da escala estão as pessoas que estão em melhor situação – aquelas que têm mais dinheiro, mais educação e os melhores empregos. Na base, estão as pessoas que estão em pior situação – que têm menos dinheiro, menos educação e os piores empregos ou nenhum emprego. Quanto mais alto você estiver nesta escada, mais próximo estará das pessoas que estão no topo; quanto mais baixo você estiver, mais próximo estará do fundo.

Onde você se colocaria na escada? Por favor, coloque um grande ‘X’ no degrau onde você pensa que está



Por favor, escolha a opção abaixo que melhor reflete a situação econômica em que viveu durante a maior parte da sua vida.

	Classe baixa (1 - 2)
	Classe média baixa (3- 4)
	Classe média (5-6)
	Classe média alta (7-8)
	Classe alta (9-10)

Agora, gostaríamos de saber um pouco mais sobre você. Por favor, responda algumas perguntas.

Qual é a sua idade?

Qual o seu gênero?

☐ Masculino.

☐ Feminino.

☐ Não-binário.

☐ Outro. _____

Qual sua etnia?

☐ Negra.

☐ Indígena.

☐ Asiática.

☐ Caucasiana (Branca).

☐ Outra. _____

Qual sua cidade e estado (UF)?

Indique na escala, como você percebe a sua classe social em relação as das pessoas de sua cidade.

☐ Classe Rica

☐ Classe Média

☐ Classe Pobre

Indique abaixo o seu posicionamento político

☐ Extrema esquerda

☐ Esquerda

☐ Centro esquerda

☐ Centro

☐ Centro direita

☐ Direita

☐ Extrema direita

☐ Não me posiciono

Caso tenha marcado algum posicionamento, em que medida adotar essa posição política é importante para você?

☐ Totalmente importante

☐ Muito importante

☐ Moderadamente importante

☐ Medianamente importante

- ☐ Pouco importante
- ☐ Ligeiramente importante
- ☐ Totalmente sem importância

Você possui religião?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, qual sua religião?

Caso tenha marcado alguma religião, em que medida pertencer a essa religião é importante para você?

- ☐ Totalmente importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Moderadamente importante
- ☐ Medianamente importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Ligeiramente importante
- ☐ Totalmente sem importância

Com que frequência você vai a reuniões da sua religião?

- ☐ 1 vez por semana
- ☐ 2 vezes por semana
- ☐ 3 vezes por semana
- ☐ 4 vezes por semana ou mais
- ☐ 1 vez por mês
- ☐ A cada 2 meses ou mais

Qual seu grau de escolaridade?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto

☐ Ensino superior completo

☐ Pós-graduação

Qual a sua renda mensal?

☐ Não tenho nenhuma renda mensal

☐ Menos do que 1 salário-mínimo

☐ 1 salário-mínimo

☐ De 1,5 até 3 salários-mínimos

☐ De 3,5 até 6 salários-mínimos

☐ De 6,5 até 9,5 salários-mínimos

☐ De 10 ou mais salários-mínimos

Qual a renda mensal da sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram com você)?

☐ Menos do que 1 salário-mínimo

☐ De 1 salário-mínimo

☐ De 1 até 3 salários-mínimos

☐ De 3,5 até 6 salários-mínimos

☐ De 6,5 até 9,5 salários-mínimos

☐ De 10 ou mais salários-mínimos

Quantas pessoas moram com você?

Você está trabalhando atualmente?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, Qual sua profissão?

Obrigada pela colaboração

Apêndice C – Tradução do Inventário de Classismo Ambivalente (Jordan , Lawler & Bosson, 2020) - Capítulo 5

ITENS	ORIGINAL	TRADUÇÃO	RE-TRADUÇÃO	TEXTO PARA ANÁLISE DE JUÍZES	FINAL
1	Poor people often require close supervision by non poor people.	As pessoas pobres frequentemente precisam de supervisão de pessoas não pobres.	Poor individuals often require supervision from non-poor individuals.	As pessoas pobres muitas vezes precisam de supervisão de pessoas não pobres.	As pessoas pobres muitas vezes precisam de monitoramento de pessoas não pobre.
2	Without supervision, poor people are likely to spend all of their money on drugs or alcohol.	Sem supervisão, pessoas pobres estão propensas a gastar todo o seu dinheiro em álcool e drogas.	Without supervision, poor individuals are prone to spending all their money on alcohol and drugs.	Sem supervisão, as pessoas pobres tendem a gastar todo o seu dinheiro em álcool e drogas.	Sem monitoramento de pessoas não pobres, as pessoas pobres tendem a gastar todo o seu dinheiro em álcool e drogas.
3	Poor people often do not know how to conduct themselves like contributing members of society.	Pessoas pobres frequentemente não sabem se comportar de forma que contribuam para a sociedade.	Poor individuals often do not know how to behave in a manner that contributes to society.	Pessoas pobres frequentemente não sabem se comportar de forma que contribuam para a sociedade.	Pessoas pobres frequentemente não sabem se comportar de forma que contribuam para a sociedade.

4	Many poor people cannot be trusted to make important life decisions for themselves.	Muitas pessoas pobres não são confiáveis para tomar decisões importantes em suas vidas.	Many poor individuals are not reliable in making important decisions in their lives.	Muitas pessoas pobres não são confiáveis para tomar decisões importantes em suas vidas.	Muitas pessoas pobres não são confiáveis para tomar decisões importantes em suas vidas.
5	Many poor people lack a fundamental ability to take care of themselves.	Muitas pessoas pobres não possuem habilidades necessárias para cuidarem de si.	Many poor individuals lack the necessary skills to take care of themselves.	Muitas pessoas pobres não possuem habilidades necessárias para cuidarem de si.	Muitas pessoas pobres não possuem habilidades necessárias para cuidarem de si.
6	Poor people are often bad at making decisions that will lead to success in life.	Pessoas pobres normalmente são ruins em tomar decisões que os levem ao sucesso na vida.	Poor individuals usually struggle to make decisions that lead them to success in life.	Pessoas pobres normalmente são ruins em tomar decisões que os levem ao sucesso na vida.	Pessoas pobres normalmente não são boas em tomar decisões que as levem ao sucesso na vida.
7	Most poor people are naturally lazier than nonpoor people.	A maioria das pessoas pobres são naturalmente mais preguiçosas do que o restante das pessoas que não são pobres.	The majority of poor individuals are naturally lazier than those who are not poor.	A maioria das pessoas pobres são naturalmente mais preguiçosas do que as pessoas que não são pobres.	A maioria das pessoas pobres são mais preguiçosas do que as pessoas que não são pobres.
8	Poor people often lack a competitive drive to get ahead.	As pessoas pobres geralmente não possuem a competitividade necessária para progredir.	Poor individuals generally lack the competitiveness required to succeed.	As pessoas pobres geralmente não possuem a competitividade necessária para progredir.	As pessoas pobres geralmente não possuem a competitividade necessária para progredir na vida.

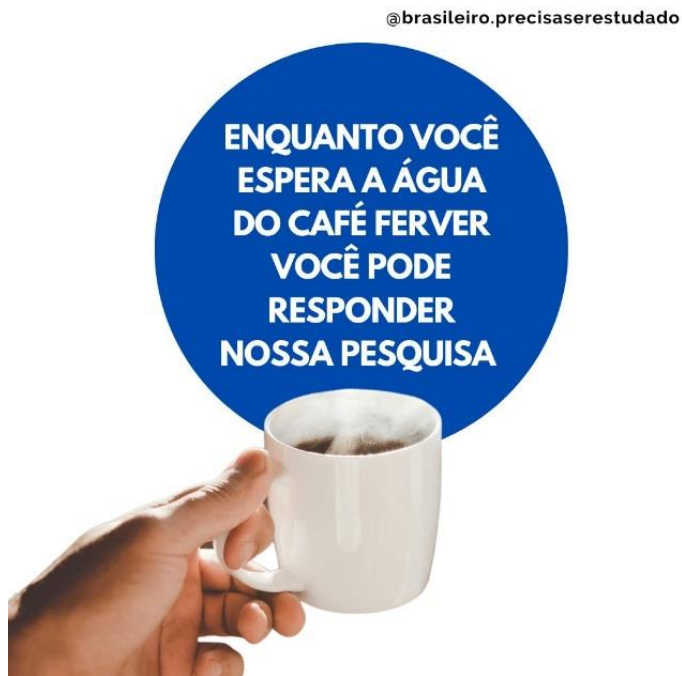
9	By and large, if you give poor people an inch, they'll take a mile.	Em geral, quando você dá a mão para pessoas pobres, elas querem o braço.	Generally, when you give a inch to the poor, they will take a mile.	Em geral, quando você dá a mão para pessoas pobres, elas querem o braço.	Em geral, quando você “dá a mão” para pessoas pobres, elas “querem o braço”.
10	Poor people often expect too much from charitable individuals and organizations.	As pessoas pobres frequentemente esperam demais de outras pessoas e organizações beneficentes.	Poor individuals often expect too much from other people and charitable organizations.	As pessoas pobres frequentemente esperam demais de outras pessoas e organizações beneficentes.	As pessoas pobres frequentemente esperam demais por outras pessoas, organizações beneficentes e auxílios do governo.
11	Poor people often take advantage of charitable individuals and organizations.	As pessoas pobres frequentemente se aproveitam de outras pessoas e organizações beneficentes.	Poor individuals often take advantage of other people and charitable organizations.	As pessoas pobres frequentemente se aproveitam da caridade de outras pessoas e de organizações.	As pessoas pobres frequentemente se aproveitam da caridade de outras pessoas e organizações.
12	Many poor people manipulate those who try to assist them.	Muitas pessoas pobres manipulam outros que tentam ajudá-los.	Many poor individuals manipulate others who try to help them.	Muitas pessoas pobres manipulam outros que tentam ajudá-los.	Muitas pessoas pobres manipulam outras pessoas que tentam ajudá-las.

13	Charitable organizations should give poor people extra assistance in managing their finances wisely.	As organizações beneficentes deveriam oferecer assistência adicional as pessoas pobres sobre como a gerir suas finanças de forma inteligente.	Charitable organizations should offer additional assistance to poor individuals on how to manage their finances intelligently.	As organizações beneficentes deveriam oferecer assistência adicional as pessoas pobres sobre como a gerir suas finanças de forma inteligente.	As organizações beneficentes deveriam oferecer assistência adicional para as pessoas pobres sobre como a administrar seu dinheiro de forma mais eficiente.
14	Poor people ought to receive extra help with making good decisions about their health.	As pessoas pobres deveriam receber ajuda extra para tomar boas decisões sobre a sua saúde.	Poor individuals should receive additional help to make good decisions regarding their health.	As pessoas pobres deveriam receber ajuda extra para tomar boas decisões sobre a sua saúde.	As pessoas pobres deveriam receber ajuda extra para tomar boas decisões sobre a sua saúde.
15	Charitable organizations should help poor people use their food stamps wisely.	As organizações beneficentes deveriam ajudar as pessoas pobres a usar os seus benefícios sociais de forma mais inteligente.	Charitable organizations should assist poor individuals in using their social benefits intelligently.	As organizações beneficentes deveriam ajudar as pessoas pobres a usar os seus benefícios sociais de forma mais inteligente.	As organizações beneficentes deveriam ajudar as pessoas pobres a usar os seus benefícios sociais de forma mais eficiente.
16	Charitable organizations should guide poor people to make better life choices.	As organizações beneficentes deveriam guiar as pessoas pobres a fazerem melhores escolhas em suas vidas.	Charitable organizations should guide the poor to make better choices in their lives.	As organizações beneficentes deveriam orientar as pessoas pobres a fazerem melhores escolhas em suas vidas.	As organizações beneficentes deveriam orientar as pessoas pobres a fazerem melhores escolhas em suas vidas.

17	Many poor people display a simple but honest approach to life.	Muitas pessoas pobres encaram a vida de forma simples, porém honesta.	Many poor individuals approach life in a simple yet honest manner.	Muitas pessoas pobres encaram a vida de forma simples, porém honesta.	As pessoas pobres encaram a vida de forma simples, porém honesta.
18	By and large, poor people are friendlier than nonpoor people.	Em geral, pessoas pobres são mais amigáveis que as pessoas que não são pobres.	Overall, poor people are more amicable than those who are not poor.	Em geral, pessoas pobres são mais amigáveis que as pessoas que não são pobres.	Em geral, pessoas pobres são mais amigáveis do que as pessoas que não são pobres.
19	Poor people are often more humble than nonpoor people.	Pessoas pobres, em geral, são mais humildes que pessoas não pobres	Poor individuals, in general, are more humble than non-poor individuals.	Pessoas pobres, em geral, são mais humildes que pessoas não pobres	Pessoas pobres, em geral, são mais humildes que pessoas não pobres.
20	Poor people are often tougher and more resilient than nonpoor people.	As pessoas pobres geralmente são mais resistentes e resilientes do que as pessoas não pobres.	Poor individuals are typically more resistant and resilient than non-poor individuals.	As pessoas pobres geralmente são mais resistentes e resilientes do que as pessoas não pobres.	As pessoas pobres geralmente são mais resistentes e resilientes do que as pessoas não pobres.

Apêndice D – Postagens para divulgação da pesquisa - Capítulo 5

EXEMPLO DE IMAGENS DE POSTAGENS NA PÁGINA



EXEMPLO DE IMAGENS DE POSTAGENS PATROCINÁDAS

@brasileiro.precisaserestudado



**É hora
de todas
as vozes
serem
ouvidas!**

Se família, tradição e justiça são importantes para você
A sua participação em nossa pesquisa é crucial!

@brasileiro.precisaserestudado



**Sua religião
é importante
para você ?**

Sua opinião é valiosa para nós!
Participe da nossa pesquisa